



nº. 47, 1º sem./ 2021

revista

Vernáculo

Revista Vernáculo

Número 47, 1º sem/2021

Edição do Número

Hilton Costa
Cicely Assis Salamunes

Montagem

Alysson de Avila Costa
Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Detalhe da obra Big Polvo Wheels, 2018 de Adriana Varejão
<http://www.adriavarejao.net/imagens/categoria/10/obras>

Ilustração de Léopold Sédar Senghor por Marie Bellendo-Mitjans
<https://www.gabianspirit.com/wordpress/category/illustration/page/2/>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Cicely Assis Machado Salamunes, Francielle de Souza, Hilton Costa, Isabela Brasil Magno, Leonardo Brandão Barleta, Leticia Ruoso Wehmuth, Willibaldo Rupeenthal Neto

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Lorena A. de Muniagurria (USP)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (The Lemann Center for Brazilian Studies - University of Illinois Urbana-Champaign (LCBS - UIUC))	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Rachel dos Santos Marques (IFFAR)
Carlos E. Suprinyak (UFMG)	Jonas Moreira Vargas (UFPEL)	Rafael Faraco Benthien (UFPR)
	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
	Joseli Mendonça (UFPR)	Tiago Luis Gil (UnB)



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Artigos

O pensamento racial brasileiro na obra de Lilia Schwarcz Brazilian racial thought in the work of Lilia Schwarcz Micheli Longo Dorigan.....	6
Marcel Gauchet, Pierre Rosanvallon e o problema do político na democracia Marcel Gauchet, Pierre Rosanvallon and the problem of the political in democracy Guilherme Amorim de Carvalho.....	24
O Jornal Cidade da Viçosa e sua visão política: manifestações literárias n’ <i>O Defunto</i> , de Eça de Queiroz The newspaper “Cidade da Viçosa” and its political vision: literary manifestations in the short story “Dead man” by Eça de Queiroz. Natália Fraga de Oliveira	36
Léopold Sédar Senghor em perspectiva: entre a ideia de descolonização e os partidos políticos, entre a negritude e a mestiçagem (1945-1960) Léopold Sédar Senghor, perspectives: political thought of a “political-poet”, from Negritude to miscegenation (1945-1960) Camille Johann Scholl	52
A unidade nacional nas páginas da revista integralista de “alta cultura” <i>Panorama</i> National unity in the “high culture” integralist magazine <i>Panorama</i> Gabriela Santi Ramos Pacheco	64
Uma trajetória intelectual marcada pelo enquadramento de memória: o uso da figura de Olavo Bilac na construção da ditadura civil-militar (1965-1974) An intellectual trajectory marked by the framework of memory: the use of the figure of Olavo Bilac in the construction of the civil-military dictatorship (1965-1974) Lara Coletto	81
Pensar a Nação na Província: trajetória e nuances de uma crítica da cultura e da identidade nacional na Escola do Recife Thinking the Nation in the Province: trajectory and nuances of a critique of culture and national identity at Escola do Recife Aruanã Antonio dos Passos.....	95
Raça e folclore: narrativas colonialistas na interpretação de Manoel Diégues Júnior de 1947 a 1962 Race and folklore: colonialist narratives in the interpretation of Manoel Diégues Júnior from 1947 to 1962 Elaine Ventura	112
As contendas políticas do intelectual orgânico Miguel de Unamuno The Political Quarrels of the Organic Intellectual Miguel de Unamuno Walter Pinto de Oliveira Neto Alexandre Silveira Campos	124
Maria Eugenia Celso: uma intelectual no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Maria Eugenia Celso: an intellectual at the Brazilian Historical and Geographic Institute Carla Bispo Azevedo	142
Elias Lönnrot, um mitógrafo da nacionalidade finlandesa Elias Lönnrot, a mythographer of the Finnish nationality Felipe Augusto Tkac	158
Fotografia e Literatura: diálogos entre jornalismo e retratistas Photography and Literature: dialogues between journalism and portraitists Danilo Souza Ferreira	175

Artigos

O pensamento racial brasileiro na obra de Lilia Schwarcz

Brazilian racial thought in the work of Lilia Schwarcz

Micheli Longo Dorigan¹

Resumo: Uma das grandes referências, ao se adentrar no campo de estudo das relações raciais, é Lilia K. M. Schwarcz. Contudo, não existem trabalhos voltados ao estudo de suas obras. Assim, o objetivo da presente pesquisa é buscar compreender como a antropóloga problematiza as relações raciais e o pensamento racial, tomando como fonte principal sua tese de mestrado e doutorado, com auxílio dos artigos publicados pela autora até o período em questão. Teórica e metodologicamente a pesquisa orienta-se nas considerações de John Pocock: vocabulário normativo, contexto social; e nas reflexões de Pierre Bourdieu acerca do campo intelectual. As conclusões indicam que a produção de Schwarcz, erigiu uma interpretação das relações raciais no Brasil que evidencia o papel ativo e protagonista de um povo considerado inapto, assim como, a originalidade existente entre os intelectuais brasileiros, marcados pela ausência de autenticidade.

Palavras-chave: Pensamento Social, Relações Raciais, Lilia Schwarcz

Abstract: One of the great references, when entering the field of study of race relations, is Lilia K. M. Schwarcz. However, there are no studies focused on the study of his works, so the objective of this research is to try to understand how the anthropologist problematizes race relations and racial thinking, taking as the main source his master's and doctoral thesis, with the help of published articles. by the author until the period in question. Theoretically and methodologically, the research is guided by the considerations of John Pocock: normative vocabulary, social context; and Pierre Bourdieu's reflections on the intellectual field. The conclusions indicate that Schwarcz's production erected an interpretation of race relations in Brazil that highlights the active and leading role of a people considered inept, as well as the originality existing among Brazilian intellectuals, marked by the absence of authenticity.

Keywords: Social Thought, Race Relations, Lilia Schwarcz

Resumen: Una de las grandes referencias, al ingresar al campo de estudio de las relaciones raciales, es Lilia K. M. Schwarcz. Sin embargo, no hay estudios centrados em el estudio de sus obras, por lo que el objetivo de esta investigación es tratar de comprender cómo el antropólogo problematiza las relaciones raciales y el pensamiento racial, tomando como fuente principal su tesis de maestría y doctorado, con la ayuda de artículos publicados. Por el autor hasta el período encuesta. Teórica y metodológicamente, la investigación se guía por las consideraciones de John Pocock: vocabulario normativo, contexto social; y las reflexiones de Pierre Bourdieu sobre el campo intelectual. Las conclusiones indican que la producción de Schwarcz erigió una interpretación de las relaciones raciales en Brasil que destaca el papel activo y protagonista de un pueblo considerado inepto, así como la originalidad existente entre los intelectuales brasileños, marcada por la ausencia de autenticidad.

Palabras clave: Pensamiento social, Relaciones raciales, Lilia Schwarcz

¹Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e Bolsista PIBIC/CNPq-FA-UEM
Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021
ISSN 2317-4021

Introdução²

Uma das grandes referências, ao se adentrar no campo de estudo das relações raciais, é sem dúvida, Lília K. M. Schwarcz, pesquisadora que vem dedicando boa parte de sua produção a essa temática. Desde sua graduação em História pela Universidade de São Paulo, em 1976, com o trabalho de conclusão de curso *Escravidão em Vila Bela*, seguindo para o mestrado em Antropologia Social defendido na UNICAMP *Imagens de negros. A imprensa paulistana em finais do século XIX* – versada em livro no ano de 1987 com o título de *Retrato em Branco e Negro*; sua tese de doutorado – *Homens de ciência e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil de finais do século XIX* – defendida em 1993, e no mesmo ano convertida em livro sob o título de *O espetáculo das raças*, representam uma trajetória bastante consistente no estudo do pensamento racial.

Entende-se que a obra da autora produziu um pensamento, uma interpretação das relações raciais no Brasil, bem como fez circular determinadas concepções e ideias sobre a temática. Ademais, o material em questão faz parte de um conjunto maior de obras realizadas nos anos 1980 responsáveis por mudar perspectiva dos estudos sobre a população negra do Brasil, sobretudo, por inserir na análise a capacidade de agência dessas pessoas. Nessa direção, a produção de Schwarcz, se mostra bastante notável, por construir uma interpretação das relações raciais no Brasil, ao longo de sua carreira acadêmica, evidenciando não só o papel ativo de um povo considerado incapaz, mas também, a originalidade presente na história de um país marcado pela falta de identidade.

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é buscar compreender como a antropóloga problematiza as relações raciais e o pensamento racial em seu estudo, tomando como fonte principal sua tese de doutorado, com auxílio dos artigos publicados pela autora até o período em questão. Logo, pretende-se observar as fontes mobilizadas, os referenciais teóricos, bem como o ambiente de onde tal produção emergiu, além de elaborar um levantamento bibliográfico acerca da autora, tendo em vista a sua quase obrigatoriedade no estudo das relações raciais no Brasil, e a concomitante ausência de trabalhos voltados à construção de sua obra. Nesta direção, buscou-se uma literatura que pudesse fornecer elementos para tal movimento, assim, recorreu-se John Pocock (2003) e Pierre Bourdieu (2008).

Desse modo, a presente pesquisa, em princípio, orienta-se metodologicamente nas considerações de John Pocock, no que diz respeito, a busca pela compreensão do vocabulário normativo a que as obras da autora estavam submetidas, bem como a procura do entendimento do contexto social da mesma. A orientação fundamental reside, portanto, na articulação entre o contexto linguístico com o contexto social, as demandas impostas pela sociedade, em grande medida, à produção intelectual. Além disso, conta-se com as

²O presente trabalho tem origem no relatório final do Projeto de PIBIC Pérolas sob o sol: um estudo sobre a obra de Lília Katri Moritz Schwarcz, realizado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá

sugestões de Pierre Bourdieu acerca do campo intelectual, no intuito de buscar compreender melhor as escolhas e as opções disponíveis a autora.

Nesse sentido, destaca-se a questão do efeito de teoria, abordada por Bourdieu em *A economia das trocas lingüísticas* (2008), em que ao mesmo tempo em que as Ciências Sociais investigam e analisam a realidade elas também corroboram em sua construção. Este pensamento mostrou-se muito eficaz no estudo da obra de Schwarcz, na compreensão do conteúdo das obras e de como o esse conteúdo foi produzido. Segundo o autor:

Em resumo, a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou a fortiori, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção. [...] Sob pena de ver-se impedida de compreender os fenômenos sociais mais fundamentais [...] a ciência social deve levar em conta o fato da eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real. (BOURDIEU, 2008, p. 82-99).

Outra questão interessante apontada pelo autor, diz respeito à censura, de acordo com ele:

Entre as censuras mais eficazes e mais bem-dissimuladas situam-se aquelas que consistem em excluir certos agentes da comunicação, excluindo-os dos grupos que falam ou das posições de onde se fala com autoridade [...] Assim, as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção. (BOURDIEU, 2008, p.133).

O contexto histórico

Os anos 80, intitulado por inúmeros intelectuais como a “década perdida”, se caracteriza como um período de transição, com o estimado “término” do regime autoritário instaurado em 1964, e concomitantemente com a retomada, aos poucos, da democracia. A fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), o movimento Diretas Já (1983-84), assim como o fim do regime militar no Brasil (1985) e a primeira eleição direta para presidente da república (1989) são exemplos pertinentes de acontecimentos que marcaram o período.

No que tange ao aspecto intelectual, em virtude do processo de abertura política, novas ideias começam a circular, concomitantemente as novas possibilidades teóricas e metodológicas, permitindo aos futuros autores um olhar diferente sobre os problemas existentes na sociedade brasileira. O tema da escravidão africana, na historiografia, foi um dos que foram atingidos diretamente por essa conjuntura, com a realização de novas pesquisas, debates, abrindo novos campos dentro do assunto. Sobre tudo, o trabalho

interdisciplinar, direcionou novas abordagens, fazendo com que a história da escravidão, em seu sentido próprio e direto, ampliasse-se na história social do negro no Brasil.

Nesse contexto, despontam novos atores no cenário político e social que começavam a desenvolver ações não assumidas pelo Estado, com vários movimentos e organizações procurando conscientizar os indivíduos da sua condição enquanto sujeitos de direitos, e de deveres. O movimento negro, em específico, ganha novo impulso, ganhando corpo também, no pensamento dos historiadores e cientistas sociais. Entidades como o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971; o Centro de Estudos e Arte Negra (CECAN), aberto em São Paulo em 1972; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), inaugurada no Rio de Janeiro em 1974, e o Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em Salvador em 1974 são formadas nesse contexto. Nesse período, observam-se ainda avanços em relação ao reconhecimento do papel essencial da população negra na formação sócio histórica do país, com demandas, inclusive para o Estado, pressionando o Poder Público para responder aos problemas raciais existentes no país. (MOEHLECKE, 2012, p. 202).

Ademais, as universidades nesse período, de acordo com Motta (2008), tinham papel essencial para o desempenho do governo militar, na formação das futuras elites e profissionais na gestão do país, sendo necessário, por isso, medidas a fim de obter o auxílio dos dirigentes dessas instituições. Além disso, embora nunca tenha se assumido uma ditadura, e logo não podendo usar de meios legais para efetuar suas ações, uma vez que as Universidades faziam parte da estrutura do Estado, existiam meios de punir quem não assentisse a cooperação, como aposentadorias compulsórias, demissões, perda de verba, etc. Assim, embora houvesse resistência contra o autoritarismo, essas se davam de modo mais sutis, em se tratando dos reitores, deixando as lutas de fato no campo do movimento estudantil e sindical. De acordo com o autor:

No seu eixo conservador, a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às idéias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon. (MOTTA, 2008, p.32).

As Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), constituíram um eixo central no que diz respeito à vigilância e repressão, e foram formadas a partir de janeiro de 1971, e instaladas nas Universidades Públicas, com apoio da Reitoria, para monitorar a vida acadêmica. Entre suas principais ações, destacam-se: filtragem nas contratações; barragens na entrada de professores “esquerdistas”; controle de manifestações e ações políticas promovidas pelas lideranças estudantis; controle da circulação internacional de docentes e a dispersão da propaganda emitida pelo governo.

Ademais, segundo Motta (2008), o monitoramento tinha como alvo também umas das importantes atividades da Universidade: a pesquisa. Os assuntos de mais interesse eram os que tinham relação com a segurança nacional, com os cientistas ligados a tais áreas, sendo constantemente vigiados. Contudo, durante a gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), o eixo modernizante³ amplia-se nas Universidades, com a expansão das verbas públicas para o ensino superior, e investimentos em instituições de pesquisa, como o CNPQ, Finep e Fapesp. Para a extrema-direita do regime militar, Geisel era tido como traidor, sujeito as influências da esquerda.

Nesse contexto, a equipe da AESI/USP manifestou desagrado com a atuação da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), acusada de financiar pesquisadores e projetos com perfil esquerdista. Um documento produzido pela AESI/USP afirma que o governo paulista deixara a esquerda infiltrar-se na Fapesp e, com isso, verbas estariam sendo destinadas a inimigos do regime. Mas o pessoal das AESI também interferiu em temas que ameaçavam menos a ordem política e mais a imagem do Brasil construída por suas elites, embora fazendo uso do indefectível argumento de ameaça à Segurança Nacional. Na segunda metade da década de 1970, a AESI/USP se interessou por pesquisas sobre a temática racial realizadas por cientistas sociais ligados à Universidade de São Paulo. Pelo menos em duas ocasiões o aparato de informações tentou criar obstáculos para pesquisas consideradas inconvenientes, ambas em 1977. (MOTTA, 2008, p.49).

Ainda, o autor destaca que:

Esses casos são interessantes por mostrar a maneira elástica como o conceito de segurança nacional era manipulado pelas elites governantes. O regime militar havia incorporado o conceito de “democracia racial” como dogma, e preocupava-se em evitar que pesquisadores acadêmicos questionassem sua validade. O temor era que a denúncia da existência de racismo no Brasil servisse de estímulo à eclosão de conflitos sociais de natureza racial, colocando em xeque a ordem e segurança interna. (MOTTA, 2008, p.50).

Nesse quadro, é interessante notar o ambiente específico dentro das universidades pelas quais Schwarcz passou: a USP⁴ e a UNICAMP⁵. Durante o regime militar, na Universidade de São Paulo, de acordo com a Comissão da Verdade da USP⁶, ocorreram graves violações aos direitos humanos, que afetaram desde docentes, até funcionários e alunos. De acordo com Janice Theodoro da Silva, coordenadora da comissão e professora aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, de um total de 434 pessoas identificadas como mortas e/ou desaparecidas pela Comissão Nacional da Verdade, mais de 10% pertenciam comunidade USP, por atuação, principalmente de organizações políticas que nasceram dentro da Universidade. Ainda, as ações se deram

³Nas universidades o eixo modernizante significou, segundo Motta (2008): racionalização de recursos, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos, substituindo o sistema de cátedras, incentivo e recursos à pesquisa e à pós-graduação.

⁴Universidade de São Paulo

⁵Universidade Estadual de Campinas

⁶Relatório contendo documentos e relatos a fim de investigar e esclarecer os atos ocorridos na época, dividido em dez volumes

muito em prol da facilidade de fiscalização por parte do governo, tendo em vista a aderência dos Reitores ao regime.

Além disso, segundo Silva durante a segunda gestão do reitor Miguel Reale (1969-1976), foi criada a (AESI) possibilitando a fiscalização de todos os professores, funcionários e alunos da Universidade. O órgão possuía ligações com o Sistema Nacional de Informação (SNI) e com o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que recebiam diariamente relatórios com informações da comunidade acadêmica, pautada em critérios pessoais, constituindo um verdadeiro “caça as bruxas” na USP. Nesse período de terrorismo cultural, deu-se início a cassação de professores, em todas as áreas de conhecimento, que possuíssem “ideias marxistas ou subversivas”⁷. Após a instauração do Ato Institucional nº5 a tensão aumenta e:

Desencadeia-se, então, a fase mais violenta da repressão policial, que atinge a toda a sociedade civil. [...] Da cúpula universitária, já domesticada pelo expurgo, não parte nenhum protesto. A imprensa, amordaçada pela censura, não denuncia mais. Estudantes e docentes são presos dentro do próprio campus e alguns inclusive retirados à força das aulas por policiais armados, em clima de grande comoção. [...] Multiplicam-se as sessões de tortura. Dezenas de professores, em uma ou outra ocasião, são detidos ou intimidados a comparecer aos órgãos de segurança para prestar informações. Muitos são presos, alguns são torturados. Alunos são mortos, outros “desaparecem”. (2004, p.65, disponível em <https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>).

Devido à tamanha violência e repressão ocorridas na Universidade de São Paulo, a vida acadêmica na Universidade Estadual de Campinas aparenta relativa tranquilidade, contudo, de acordo com a Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”, as coisas não foram bem assim. Segundo Caio N. de Toledo, no texto “A UNICAMP não foi uma ilha: por uma Comissão da Verdade e Memória”, vários docentes e discentes sofreram ameaças de morte, além de serem igualmente presos e torturados na década de 1970. Embora alguns fatos, corroborem no intuito de acreditar que a instituição teria sido uma “ilha”, como a defesa de “dirigentes esclarecidos”, o acolhimento de estudantes de outras universidades, contratações de docentes, que eram críticos abertos ao regime militar (vindos da USP, inclusive), a conclusão não deve ser feita nessa direção, pelo contrário:

Além de reconhecer a atuação dos membros da comunidade acadêmica que não se calaram no combate ao *terrorismo de Estado* do pós-1964, os trabalhos da *Comissão* poderiam também comprovar que – não obstante, os riscos e os interditos – a Unicamp construiu espaços de resistência democrática. [...] Igualmente, a pesquisa sobre os tempos da ditadura poderá mostrar que a Unicamp teve unidades de ensino e centros de pesquisa que questionavam abertamente a política econômica, social e educacional do regime militar bem como organizou eventos (inclusive internacionais) com a participação de autores de esquerda e críticos da ditadura. A criação de uma *Comissão da Verdade e Memória* seria, pois, uma clara afirmação de que a comunidade acadêmica da Unicamp está radicalmente

⁷Expressões cunhadas no livro o “O Controle Ideológico na USP (1964-1978)”

comprometida com os valores democráticos e repudia o arbítrio, a intolerância e o autoritarismo do regime de 1964. Comprometida com a permanente busca da “verdade histórica”, nossa comunidade acadêmica afirmaria que não transige em matéria de pesquisa livre, de docência crítica e espaço do irrestrito debate democrático. (TOLEDO, 2013, p. 9-11).

Do contexto às obras da autora

Tendo em vista a dimensão da produção de Schwarcz, será dado um enfoque a três obras principais, para a compreensão do pensamento da autora.

Retrato em branco e negro⁸

Nas últimas décadas, um dos temas mais discutidos da historiografia contemporânea é o uso de jornais como fonte e objeto de pesquisa, por virem ocupando e se disseminando como ferramenta fundamental nos campos de ensino e pesquisa. Tal interesse na imprensa, contudo, só se deu recentemente, sendo reconhecido seu valor real apenas com a revolução no interior da disciplina de história, na década de 1970, onde emergiram novas tendências historiográficas, a fim de incorporar novos problemas, objetos e abordagens, redimensionando a história para o campo social e cultural.

Nesse sentido, os estudos relativos à imprensa surgem como uma possibilidade de estudar e interpretar fatos e eventos passados, assim como compreender processos no interior de uma sociedade, que dificilmente apareceriam de forma tão detalhada em outros tipos de fonte. Além disso, o novo olhar dado a imprensa no espaço acadêmico, se deu fortemente a partir da relação da própria, com a história do Brasil, desde o início do século XIX. Nesse contexto, os jornais eram entendidos como importantes agentes de formação e construção no interior dos processos sociais, políticos e econômicos em que atuam. Se constituindo como forças ativas, políticas, veículos formadores de opiniões, que podiam orientar o rumo das decisões na sociedade.

É com isso em mente, que Lilia K. M. Schwarcz, em um dos seus primeiros livros *Retrato em Branco e Negro*, fruto de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social realizada na Universidade Estadual de Campinas, (UNICAMP), São Paulo, 1987, utiliza os jornais como fonte principal a fim de compreender o imaginário social do negro, como era falada e representada a sua condição, na cidade de São Paulo no final do século XIX. Nas palavras da autora “... os jornais são aqui entendidos, primeiramente,

⁸Referência ao livro da autora publicado em 1987 pela Companhia das Letras, “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”

enquanto ‘produto social’, isto é, resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. (SCHWARCZ, 1987. p 15)

Além do mais, consciente da circunstância proveniente do uso de tais fontes, não sendo transmissores imparciais, Schwarcz, relacionando ao contexto histórico de sua produção, assim como usando outras fontes como referência, aborda com cautela a questão. Assim, apreendendo-os não como expressões verídicas de um determinado período, mas sim como segmentos localizados e importantes na sociedade, que produziam, refletiam e representavam pensamentos e valores da época (SCHWARCZ, 1987. p 17). Nessa lógica, a autora analisa a imprensa de São Paulo nos finais do século, como palco das principais discussões da época, centradas em duas questões principais: o problema do negro, em meio ao processo abolicionista e as mudanças no regime político, com o advento da República, a fim de entender a dinâmica estabelecida, de construção e manipulação da representação do negro cativo ou liberto, no momento de intensificação das rebeliões negras, no período final da abolição.

Ademais, além de tais debates, que carregavam embates práticos e políticos sobre os diversos grupos dirigentes, e lidavam como problemas centrais como raça, cidadania e igualdade, o novo centro de atividades, que era a cidade de São Paulo contou também com novas ideias, que se difundiram rapidamente como justificativa a estrutura social vigente. Entre elas, o positivismo e o evolucionismo ganharam destaque e repercutiram na imprensa do final do século, com os discursos deterministas sobre a inferioridade negra, agora afirmando via “sciencia”, aparecendo não só nos grandes debates, mas também nas pequenas seções, que compunham as partes básicas e cotidianas dos jornais. (SCHWARCZ, L. 1987. p 40).

Desse modo, com São Paulo se tornando o principal centro político, econômico e social do país, a imprensa se dará não só como reflexo, mas também como produção de valores e posturas, e cumprirá papel de grande importância, ganhando cada vez mais destaque até se constituir nos termos irônicos de Lima Barreto na “Onipotente imprensa, o quarto poder fora da constituição” tendo o poder de “tudo publicar e a todos ferir”. (SCHWARCZ, 1987 p 52-3).

Entre amigas: relações de boa vizinhança⁹

O título do artigo, que é no mínimo curioso, constitui uma referência a expressão utilizada por Robert Darnton, sobre a discussão existente entre antropologia e história. Nesse sentido, a autora, que sempre perambulou entre as duas disciplinas durante sua carreira acadêmica, defendendo a sua aliança, discorre acerca de tais “boas relações”. Segundo Schwarcz “Marc Bloch, em trabalho pioneiro sobre os assim chamados ‘reis taumaturgos’ já em 1923 atentava para ‘a natureza profunda dos fenômenos sociais’, e assim de acordo com Le Goff (1993), estava a partir de então fundada uma nova vertente, [...], nessa ocasião

⁹ Referência ao artigo “Entre Boas Amigas: História e Antropologia” publicado em 1994 na Revista USP.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

denominada ‘antropologia histórica.’” (SCHWARCZ, 1994 p.69). O problema seria, para Bloch, escolher entre a objetividade e racionalidade das explicações e a existência de um lugar próprio da cultura, como protagonista.

De acordo com a autora, tal ambiguidade serviu de inspiração, por exemplo, para o antropólogo Claude Lévi-Strauss, grande nome no campo estruturalista, para refletir e analisar a questão da magia. Nessa perspectiva, “o trabalho com certos conceitos herdados da famosa escola dos Annales, como ‘a longa duração’ e, sobretudo a noção de ‘mentalidades’, traz ganhos fundamentais, [...] para retraçar os vínculos entre antropologia e história.” (SCHWARCZ, 1994 p.70). A partir disso, ela argumenta que:

Um novo grau de autonomia para a história cultural e para a cultura é conquistado nesse momento, assim como se diluem as fronteiras que dividiam os mitos e a história, como se coubesse aos primeiros o reino da subjetividade e da imaginação e à segunda, pensada sempre no singular, o universo da verdade e da objetividade. Com o enfraquecimento de uma história do tipo événementielle e o reconhecimento de lógicas culturais diversas, apreendidas na longa duração, a ‘vizinhança’ deixa de ser assumida enquanto área de litígio e passa a ser pensada em termos de relações de companheirismo e de trocas recíprocas. (SCHWARCZ, 1994 p.70).

Ela continua:

A diversidade e a alteridade, redutos de uma antropologia tão marcada pelo estudo do ‘outro’, passam a ser flagradas não somente através do recuo geográfico, mas, nesse caso, por meio de um afastamento temporal, cujo estranhamento leva a crer na existência de outros homens e outros mundos, que não têm de se conformar à nossa ‘vil tradição ocidental’. Assim, outrora separadas por aportes quase opostos- a diacronia para a história e a sincronia no caso da antropologia -, as duas disciplinas aparecem, nesse contexto, unidas ou mesmo irmanadas no sentido de abrir mão de antigas e estabelecidas dicotomias e refletir sobre a contigüidade dos fenômenos, a estrutura e a história, ou mesmo ‘quando o mito é realidade e a história vira metáfora’. (SCHWARCZ, 1994 p.70).

Desse modo, segundo Schwarcz, deve-se focar principalmente nas questões teóricas responsáveis por unir e manter as duas áreas, em vez de seus objetos, a fim de compreender a relação entre elas. Nesse quadro, a autora utiliza como método a comparação entre as disciplinas e o uso particular e comum de seus conceitos, tomando como referência o antropólogo norte-americano Marshal Sahlins, e o historiador da cultura Robert Darnton. Assim, apesar da grande diversidade existente entre os dois, “refina-se aos poucos um debate que dialoga com o modelo estrutural - no que ele tem de significativo, sincrônico e permanente -, sem que se abra mão do contexto, da cultura e da história. Uma estrutura que se atualiza, a história que se altera com a cultura e vice-versa.” (SCHWARCZ, 1994 p.71).

O primeiro exemplo é a história contada por Darnton acerca de um massacre de gatos ocorrido por volta de 1730, onde contrasta a dramaticidade do fato, com o formato hilariante do relato. Segundo a autora,

sua intenção foi usar a influência lúdica como elemento essencial para a compreensão dessa cultura, dotada de um contexto específico, significados e associações. Nessa linha, ela destaca:

Estamos diante da concepção polifônica de símbolo, empregada por Darnton, que supõe que ‘símbolos podem significar muitas coisas ao mesmo tempo’ (1990, p. 285). É só dessa maneira que os símbolos deixam de ser entendidos enquanto função social (...) e passam a ser utilizados como categorias, categorias sociais (...) Em outros termos, estamos próximos da noção ‘relativista’ do universo simbólico, defendida por Lévi-Strauss, por oposição à concepção ‘realista’ de Freud, que supõe um significado quase absoluto para os símbolos. É nesse sentido que o antropólogo não procura ‘um significado verdadeiro. (1986, p. 243). (SCHWARCZ, 1994 p.72).

Por outro lado, Marshal Sahlins procura ultrapassar as oposições binárias, tão comumente utilizadas na antropologia de sua época, a qual opõe de forma rígida estrutura e história, diacronia e sincronia, passado e presente, etc. Além disso, defende a interpretação simbólica da cultura de Clifford Geertz, criticando a noção utilitarista da mesma, com a proposta de que ela é constantemente modificada, reelaborada e ressignificada. Nesse quadro, o famoso trabalho de Sahlins sobre o capitão Cook, buscava uma maneira de refletir culturalmente a história e verificar como a história se tornava metáfora, e o mito realidade. Assim, “a estrutura aparece, então, como um objeto simultaneamente perene e histórico, constantemente reavaliado em suas categorias. ‘Cada reprodução da estrutura começa com a sua própria transformação’, afirma Sahlins (1990).” (SCHWARCZ, 1994 p.73).

A autora prossegue:

Assim, interessa ao antropólogo desvendar mitos contemporâneos que revelem como os povos carregam olhares culturais que os distinguem e que condicionam a sua interpretação e capacidade de compreensão. O ineditismo está, portanto, no estabelecimento de um debate com os estudos tradicionais, reconhecendo nesses povos respostas criativas, e não exclusivamente reações passivas frente a modelos externamente impostos. É esse o contexto para a construção de novas historicidades, elaboradas tanto no interior de uma sociedade como entre sociedades que reavaliam suas categorias. A cultura trapaceia com a natureza, dando velhos nomes a novos significados; é a prática que atualiza a estrutura. (SCHWARCZ, 1994 p.74).

Desse modo, a Schwarcz chega à conclusão que se deve, primeiramente, enaltecer as culturas diferentes, entendendo a diferença como aspecto positivo; e em segundo lugar perceber a lógica dos universos culturais em sua radicalidade, não os limitando a contextos imediatos e específicos. “Trata-se de afirmar a existência de historicidades particulares a cada cultura, bem como de compreender que os eventos ganham interpretações variadas em função do arsenal cultural de cada povo. Por outro lado, é preciso retomar à noção de diferença”. (SCHWARCZ, 1994 p.75). Ela propõe então contrapor a ideia particularista de cultura à noção flexível de circularidade cultural e criticar o conhecimento que impõe as outras culturas uma visão estereotipada de sociedades não ocidentais.

E assim, finda o artigo com a interessante consideração:

Talvez a partir desse recorte seja possível repensar o viciado debate em tomo da cultura nacional brasileira, sempre vista sob o ângulo da ‘falta’, e retomá-lo, nos termos de R Morse, enquanto opção cultural (1990). Enfim, se levarmos a sério as especificidades da colonização ibérica, e a tentarmos para uma certa experiência cultural que nos distingue, quem sabe possamos reconhecer a existência de um certo olhar cultural, que não nos faz autônomos em relação ao contexto externo nem nos qualifica positivamente nesse sentido, mas destaca particularidades. [...] A ausência do indivíduo e de instituições de representação, a complicada relação entre espaços públicos e privados, uma certa exaltação de uma ‘mestiçagem malandra’ que age nos espaços deixados pela imprecisão da lei ora escrita, ora falada -, eis alguns temas destacados como pistas para se pensar na existência de um espaço ao mesmo tempo persistente e dinâmico da cultura local. [...] Talvez baste afirmar, assim como fez Boas no início do século, ‘que o olho que vê é o órgão da tradição’ e que, nesse sentido, nós, como os polinésios de Sahlins ou os camponeses de Darnton, somos mesmo ‘míopes culturais’. (SCHWARCZ, 1994 p.75).

Complexo de Zé carioca

A antropóloga inicia o texto com um tema já discutido mais atenciosamente no artigo *Entre amigas: Relações de Boa Vizinhança* (1994): a interdisciplinaridade entre história e antropologia. Nessa linha, a questão da diacronia e sincronia aparece como central aos seus olhos, assim como a tendência, tanto histórica quanto antropológica, de “transformar o ‘outro’ em ‘um’; determinar uma história e uma antropologia, sem que se destaquem escolas, vertentes ou recortes.” (SCHWARCZ, 1995). Desse modo, para a autora, inspirada em Marc Bloch, uma possível solução seria priorizar e desenvolver as questões que utilizam da diacronia e da sincronia, não separadamente, mas sim em conjunto.

Nesse sentido, segundo Schwarcz:

Estamos, portanto, no pantanoso terreno que opõe estrutura e história, e é talvez nesse gancho que a ‘história da cultura’ se separa de uma ‘antropologia cultural’. Ou seja, em vez de exclusivamente focar o processo de construção e desconstrução de sentidos, em sua referência ao contexto em que se insere, talvez o desafio seja insistir nas ‘persistências’, no diálogo que a cultura trava e em como atravessa explicações apenas pontuais. Fazer uma história recortada por problemas e conceitos talvez nos leve a repensar a dimensão estrutural e a estourar a noção de cultura; reconhecer a existência de valores de permanência, que sobrevivem à infra-estrutura mais imediata e dialogam, re-significados, em outros contextos. (SCHWARCZ, 1995).

Além disso:

Nesse sentido, a ‘fábula das três raças’, essa ladainha que desde os tempos coloniais reconta nossa história a partir do papel formador dos negros, índios e brancos, parece relevante para se pensar em como a assim chamada cultura nacional sempre se constituiu por meio de um processo de tradução, seleção, cópia, alteração e atualização. A idéia é, portanto [...] indagar sobre a recorrência da explicação que insiste no caráter misto de nossa sociedade; sobre o diálogo que essas pequenas narrativas estabelecem entre si e que, ao mesmo tempo,

constroem e desconstroem a mestiçagem como tema; a malandragem como representação. Na pista de M. Sahlins, pensar como a ‘história vira metáfora e o mito realidade’. (SCHWARCZ, 1995).

Ademais, segundo a antropóloga, não é recente a crítica dos intelectuais brasileiros a ausência de tradições e singularidades, assim como de uma carente cultura nacional. Nesse sentido, Silvio Romero é um exemplo essencial, ao lamentar em suas obras, a tímida originalidade existente em nosso país, apontando, em vez disso a “cópia” como nosso maior mal. Além disso, ao lado do mal-estar da cópia encontra-se outro tipo de desconforto, quase paralelo: a questão da identidade nacional, que vem à tona ora como elogio, ora como demérito e acusação. Assim, a autora busca encontrar, neste trabalho, respostas para a questão da nacionalidade brasileira, recorrentemente ligada à mestiçagem, ora positiva ora negativamente, que:

[...] de racial e detratadora, se faz moral e nacional. É essa mesma mestiçagem que se resignifica em ‘malandragem’ no início do século e se converte em ícone nacional na figura preguiçosa de Macunaíma, de Mário de Andrade, ou então na personagem do Zé Carioca, criada por Walt Disney em 1942 para o filme *Alô; amigos*. (...) Com efeito, era o próprio olhar que vinha de fora que reconhecia nesse ‘malandro simpático’ (Disney, 1945) uma espécie de síntese local, ou ao menos uma boa imagem a ser exportada. [...] A intenção é atentar para a existência de uma certa ‘estrutura da conjuntura’ (Sahlins, 1990), que implica pensar, ao mesmo tempo, nas persistências e em suas atualizações. Talvez esse debate nos leve a descobrir, assim como propôs Richard Morse, não uma identidade construída por meio da exclusão e da falta, mas antes ‘uma opção cultural’ (1991), cuja lógica estaria presa a um contexto que lhe é exterior mas que é sempre apropriado por significados que são retraduzidos em termos locais. (SCHWARCZ, 1995).

Nessa perspectiva, o objetivo da antropóloga é, a partir de momentos-chave de nossa história intelectual, perceber as relações da mestiçagem vinculada a identidade nacional. Nesse sentido, o principal momento, e o estopim foi a independência em 1822. A partir dela várias medidas seriam tomadas, a fim de formalizar e dar estrutura ao país recém emancipado. Destaca-se nessa linha, a fundação das faculdades de medicina e direito, já alguns anos após o ocorrido, para deixar a nação saudável, e com leis próprias, formalizando sua soberania, e construindo uma inteligência local. No entanto, mais inesperada das instituições criadas, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839. O primeiro concurso promovido pela organização em 1844, já dizia muito do intuito de sua criação, com o título “Como escrever a história do Brasil”. A tese do vencedor, o naturalista alemão Karl von Martius, era que a nossa história tinha como pilar a miscigenação. (SCHWARCZ, 1995)

Por outro lado, havia também, entre os cientistas estrangeiros, o consenso de um Brasil descrito como um “laboratório de raças”, onde a miscigenação ocupava o papel de principal culpada desse espetáculo. Nesse momento então, coexistiam duas singularidades, uma positiva, constituindo nossa esperança – postura encontrada, por exemplo, nas obras de Silvio Romero-, e outra negativa, nossa sentença de degeneração – vide Nina Rodrigues. Além dessas, propagavam-se modelos como as ideias

segregacionistas das escolas de medicina, ou as teorias de branqueamento, e na esperança de um Brasil branco, insurgiram nos mais diversos locais, o apoio a vinda de mão-de-obra branca e europeia.(SCHWARCZ, 1995).

Contudo, a partir desse momento, de acordo com a autora, algumas coisas começam a mudar:

Sobretudo a partir do final dos anos 20, os modelos raciais de análise começam a passar por uma severa crítica, à semelhança do que já acontecera em outros contextos intelectuais. As diferenças entre os grupos deveriam ser explicadas a partir de argumentos de ordem social, econômica e cultural, não se levando mais em conta as supostas diferenças biológicas e somáticas. Raça, nesse contexto, aparece quase como um ‘slogan de época’, uma noção em desuso que deveria ser rapidamente extirpada do vocabulário local. (...) Intelectuais ligados ao poder público passavam a pensar em políticas culturais que viabilizassem ‘uma autêntica identidade brasileira’. Com esse fim é que foram criadas e aprimoradas instituições culturais que visavam ‘resgatar’ nosso folclore, nossa arte e nossa história. (SCHWARCZ, 1995)

Nesse contexto, a antropóloga destaca Gilberto Freyre, com o livro *Casa Grande & senzala* (1933), apresentando as pessoas um novo sentido a fábula das “três raças”, e uma nova maneira de pensar a diversidade racial brasileira. Para ele, mesmo mista, a cultura brasileira era homogênea, e original, com negros, índios e brancos vivendo em consonância. Além dele, a autora aponta também Mario de Andrade, com a obra *Macunaima* (1928), um dos grandes exemplos dos romances vinculados ao pensamento social do período. Nessa perspectiva, segundo Schwarcz:

[...] num momento em que mais uma vez se inventava a nacionalidade, a identidade e as singularidades nacionais se transformavam rapidamente em ‘questões de Estado’. Com efeito (...) é só com o Estado Novo que intelectuais ligados ao poder público implementam projetos oficiais nessa direção. A partir desse momento, o ‘mestiço vira nacional’, paralelamente a um processo crescente de desafrikanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto. (...) Evidencia-se, portanto, uma aproximação positiva entre as noções de nacionalidade e de mestiçagem, que constituirá matéria-prima para a elaboração de símbolos nacionais, sobretudo ao longo das décadas de 30 e 40. (SCHWARCZ, 1995).

Desse modo, na elaboração de uma cultura nacional popular e mestiça elementos como a feijoada, a capoeira e o samba, emergem como símbolos da pátria, deixando de lado todo o estigma e a repressão neles existentes. Concretizava-se assim, o país de Gilberto Freyre, em que imperava a harmônica convivência racial. Nessa linha, segundo a autora, os próprios sujeitos serão os responsáveis por estas associações, as quais seriam apropriadas pela imprensa do Estado Novo. Estariam em voga então, duas versões opostas sobre a malandragem mestiça. A primeira, de teor negativo, a relacionava a vagabundagem, carência de trabalho, e a uma tendência a criminalidade. Por outro lado, na segunda, e mais aparente no contexto “o malandro aparecia definido como um sujeito bem-humorado, bom de bola e de samba, carnavalesco

zeloso. Enfim, o malandro parece personificar com perfeição a velha fábula das três raças, numa versão mais recente e exaltadora.” (SCHWARCZ, 1995).

Caminhando para a conclusão, a autora retoma a relação de interdisciplinaridade entre antropologia e história, apontando-a como peça chave na reflexão elaborada sobre a fábula das três raças. Nela, a estrutura da mestiçagem se manteve, embora se transformando de acordo com contextos específicos, passando do romantismo, às teorias biológicas, e finalmente, á símbolo cultural da nação. Nesse sentido:

[...] talvez seja possível pensar a recorrente história das três raças como uma estrutura local e singular, que não permanece como vestígio, mas antes porque sua lógica não se esgotou e ainda leva a uma produção de versões em espiral (Lévi-Strauss, 1975). Nesse jogo, a identidade surge por meio da constatação de que é a mistura racial que nos particulariza, sendo o mestiço a personificação da diferença, que é nesse movimento transformada em unidade e adjetivada. Trata-se, assim, de uma identidade construída a partir da própria diversidade, que é constantemente acionada e resignificada. É no interior desse movimento circular que se encontra o ‘mito das raças’: uma reelaboração sempre metafórica desse processo constante que leva, na sociedade brasileira, o branco a empretecer e o preto a embranquecer. (SCHWARCZ, 1995).

Ademais, a antropóloga destaca a importância de analisar tais acontecimentos, não como aleatórios e descoordenados, mas sim, fundamentados em uma comunidade de sentidos, previamente construídos. Nessa perspectiva, aponta para autores que teriam atribuído nossa singularidade cultural a herança de nosso período colonial, com a colonização ibérica incorporando em nossas estruturas, as intensas relações pessoais, o personalismo, assim como o delicado espaço entre as esferas pública e privada. Exemplo essencial para a autora, nesse quadro, é Sergio Buarque de Holanda, que em *Raízes do Brasil* (1936), atentava para a existência do “homem cordial” brasileiro. De acordo com ela:

[...] o que estava em questão para Holanda era a emergência de novas instâncias de representação que se sobrepusessem às persistentes estruturas intimistas. É justamente nesses termos que se podem traçar paralelos entre essa versão do ‘homem cordial’ e a noção de ‘dialética da malandragem’, elaborada em ensaio clássico de Antônio Cândido (Sousa, op. cit.). (...) Nessa ‘terra de ninguém moral’ (...) tal personagem caminharia com primor por entre esses espaços pouco delimitados do público e do privado. Versões mais aprimoradas dessa ‘estrutura da malandragem e da mestiçagem social brasileira’. (SCHWARCZ, 1995)

Ainda, segundo Schwarcz, o mestiço poderia constituir um:

Símbolo que parece repercutir nessa nossa ‘comunidade de sentidos’, o mestiço/malandro, cada vez mais branqueado em sua representação, talvez seja uma boa pista para pensarmos como existiu e ainda existe um modo cultural de olhar para o nosso país e reconhecê-lo como tal. A partir dessa recorrente representação seria possível admitir a existência de valores de permanência mental, que sobrevivem à infra-estrutura imediata e dialogam, resignificados, em outros contextos. Como num exercício de ‘antropologia cultural’, percebemos que (...) seria preciso pensar como, desmontados os ‘mitos de fundação’,

desconstruídas as categorias culturais (...) restam valores não-redutíveis ao seu significado imediato. (SCHWARCZ, 1995).

Assim, segundo a autora, é na articulação das estruturas sociais e culturais, antropologia e história, sincronia e diacronia, que se deve buscar a permanência e reinvenção dos significados.

É nesse sentido que o conceito ‘estrutura da conjuntura’ (Sahlins, op. cit.) - um conjunto de relações históricas que ao mesmo tempo reproduzem velhas categorias culturais e lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático - pode nos ser útil, na medida em que explicita como cada sociedade carrega cosmologias particulares, que implicam apreensões originais de uma mesma realidade. [...] O esforço estaria não em ‘historicizar a cultura’, mas no intuito de entender uma certa originalidade, e a própria dinâmica da cultura local, na medida em que ambas - cultura e história - se apresentam material e simbolicamente inseparáveis. (SCHWARCZ, 1995).

Discussão

A primeira coisa que vale a pena notar na trajetória de Lília Moritz Schwarcz é sua escolha pelo curso de História, da Universidade Estadual de São Paulo em 1976, em um período, como já comentado, no mínimo complicado para se estudar e discutir ciências humanas. A segunda, certamente é seu tema de conclusão de curso, “Escravidão em Vila Bela”, possivelmente advindo do impacto que teve a temática, na conjuntura da época, dentro da historiografia, fazendo com que a história da escravidão, ampliasse-se na história social do negro no Brasil.

Outro ponto de destaque nessa análise é sua atividade como bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), tanto na graduação na USP, como no Mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Como já abordado anteriormente a instituição era acusada de financiar pesquisadores e projetos de perfil esquerdistas, e também por ter aguçado o olhar dos governantes, na segunda metade da década de 1970 (quando Schwarcz estava em sua graduação) para temas não comumente abordados pelos mesmos, como a temática racial, na Universidade de São Paulo.

Ademais, ao invés de continuar na História, Schwarcz opta pela Antropologia Social, para produzir seu Mestrado, na Universidade Estadual de Campinas. A ideia que se tem é que a opção da autora pela troca de universidade se deu em prol da “melhor condição” existente na UNICAMP, na época do regime militar. Pode-se notar, nesse sentido, o encaminhamento que a autora dará a seu estudo a partir daí. Nessa época, de acordo com Mariza Corrêa (2013), que foi professora do Departamento de Antropologia da Unicamp durante 30 anos, a Antropologia, começou a focar estudos mais próximos culturalmente e socialmente. Assim apesar do clima de perseguição política, é possível perceber ainda o surgimento de uma nova esperança, que impulsionou diversos pesquisadores e teses.

Além disso, o espaço escolhido por Lilia Schwarcz para fazer o seu mestrado mostra-se essencial na formação de uma de suas principais características: a relação de fronteira entre Antropologia e História. Como destacado por Marisa Corrêa, em artigo posto a sintetizar a história do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP:

O trabalho de Verena com mulheres que trabalhavam nas plantações de cana de Campinas foi decisivo para a implementação dessa influência, como ela lembra. “à medida que eu ia recolhendo histórias de vida e trabalhando com documentos históricos para chegar a estabelecer uma continuidade entre os anos 1980 e os anos 70 em Campinas, fui percebendo do que se tratava realmente. É não só, em abstrato, tentar introduzir uma perspectiva histórica na Antropologia – uma Antropologia que era realmente a-histórica na época, funcionalista – nem tampouco acrescentar uma espécie de introdução histórica depois de fazer o típico estudo de caso, mas introduzir a dinâmica histórica através da análise dos sujeitos e das sujeitas que fazem a história. Então, nesse momento, o Peter Worsley me disse uma frase que achei ótima, porque resume muito bem o problema. Ele diz, com toda a razão, que convencionalmente a História conta eventos, fatos, sem gente. Acontecem batalhas, revoluções etc., mas não tem sujeitos – salvo para alguns historiadores como E. P. Thompson, E. Hobsbawm e os marxistas. Enquanto que a Antropologia tem escrito interminavelmente sobre gente sem história. Então a questão é juntar a história com os sujeitos.” Essa perspectiva foi reforçada pela criação, mais tarde, de um Departamento de História no Instituto e pela influência recíproca das duas disciplinas no panorama mais geral das pesquisas em Ciências Humanas.(CORRÊA, M. disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>).

Parando para observar as bibliografias frequentemente usadas pela autora, no início de sua carreira acadêmica, mais especificamente entre 1982 a 1986, percebe-se uma grande tendência a referências sobre História, assim como sobre Escravidão. Pode-se notar a presença de autores como Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso, Robert Conrad, Sueli Queiroz. Ademais, com a mudança da autora para a Antropologia Social, no período entre 1987-1994, bibliográficas clássicas da Antropologia começam a adentrar em suas obras, tais como: Roberto DaMatta, Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss, Marcel Mauss, Marshall Sahlins.

Além disso, percebe-se uma abrangência internacional nas referências da autora: Louis Dumont, Oswaldo Cruz, George W. Stocking Jr.. Outro ponto importante é o contato de Schwarcz com alguns autores de “especiais” que contaram com grande presença em suas obras: Antônio Cândido, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre Nina Rodrigues, vale notar também alguns autores referencias como: Mariza Corrêa”; João Cruz Costa, João Batista Lacerda, Jacques Le Goff, Richard M. Morse, Maria Pereira de Queiroz, Thomas E. Skidmore.

Na última parte da análise do período estudado (1995-1996), percebemos a adesão de mais alguns clássicos das Ciências Sociais: Franz Boas Emile Durkheim Florestan Fernandes, Lewis H. Morgan, Jean-Jacques Rousseau, E. B Tylor, Oliveira Vianna. Além disso, é notável também, a adesão de novas referências dentro da temática do povo negro, assim como da população indígena em autores como Manuela

Carneiro da Cunha, Peter Fry, Carlos A. Hasenbalg, Las Casas, Artur Ramos, Leticia Vidor de Reis. Por fim, é justificável dar atenção especial as referências que a autora fez uso na primeira parte do período estudado, e retoma nesta última, os quais são: Fernando Henrique Cardoso, Robert Conrad, Octávio Ianni, S. Robles de Queiroz, Emília Viotti da Costa. E ainda, não esquecer daquelas que permaneceram durante toda sua trajetória (Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior).

É interessante notar a presença de muito desses autores, no corpo docente das Universidades frequentadas pela autora, recebendo uma influência direta ou indireta dos mesmos. Entre eles destacam-se: Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso, Mariza Corrêa, Manuela Carneiro Da Cunha, Roberto Da Matta, Florestan Fernandes, Peter Fry, Octávio Ianni, Sergio Miceli, Emilia Viotti Da Costa. Os outros nomes compõem os grandes referenciais da Sociologia e da Antropologia, não somente na época, mas até hoje. Desse modo, podemos compreender um pouco do referencial teórico bibliográfico utilizado por Lilia Schwarcz em suas obras.

Considerações finais

Dessa maneira, pode-se compreender um pouco da maneira com Lilia Moritz Schwarcz constituiu seu pensamento e interpretação das relações raciais no Brasil. A partir dos textos escritos, das faculdades frequentadas, e, sobretudo do contexto histórico do período em geral, é possível percorrer a trajetória da autora, e formular hipóteses acerca de suas ações e intenções. Assim, as conclusões até o momento, decorrentes um levantamento das fontes mobilizadas e dos referenciais teóricos adotados pela autora, indicam uma fundamentação histórica e antropológica, utilizada e defendida pela mesma, no sentido de entendimento tanto das estruturas, quanto das continuidades. Nesse sentido, perpassando o domínio da história das mentalidades, Schwarcz utiliza este esquema metodológico para interpretar e compreender as relações raciais e o pensamento racial no Brasil.

Além disso, Schwarcz utiliza como fonte os jornais, a fim de perceber como a imagem do negro era construída e apresentada às pessoas e como isso se desenvolveu ao longo do tempo, evidenciando como os periódicos eram capazes de criar uma realidade. Além disso, discute imagem do negro, e o pensamento das elites intelectuais no final do século XIX, como também a criação das instituições nacionais, onde cientistas pesquisavam e discutiam o país, e logo, a questão das raças. Com isso, num momento de formação do Brasil e do pensamento racial, conviviam de um lado, as teorias científicas deterministas e evolutivas, e de outro o pessimismo oriundo do futuro de uma nação mestiça. É nessa perspectiva que a autora defende a originalidade dos intelectuais da época, ao adaptar as teorias europeias a realidade brasileira, transformando o pensamento racial, e consolidando “a luz no fim do túnel” no espetáculo da miscigenação. Assim,

Schwarcz propõe uma reflexão no intuito de entender certa originalidade, e a própria dinâmica da cultura local, na medida em que ambas - cultura e história - se apresentam material e simbolicamente inseparáveis.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. 2.^a Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

CORRÊA, Mariza. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. História do PPGAS in: PPGAS Unicamp <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>.

COSTA, Hilton; DORIGAN, Micheli. L. *Criando Realidades: jornais e relações raciais segundo Lilia Schwarcz*. Revista NEIAB, v. 2, p. 1-15, 2018

DURHAM, Eunice. *O controle ideológico na Universidade de São Paulo (1964-1978)*. 2^a Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação Afirmativa: história e debates no Brasil*. In: Revista Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

POCOCK, John G. A. (2003). *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp.

SCHWARCZ, L. K. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 223p.

_____. *Entre Boas Amigas: História e Antropologia*. Revista USP, São Paulo, v. 21, p. 23-37, 1994.

TOLEDO, Caio N. de. *A Unicamp Não Foi Uma Ilha: Por Uma Comissão Da Verdade E Memória*. 2013.

Recebido em 12/03/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Marcel Gauchet, Pierre Rosanvallon e o problema do político na democracia

Marcel Gauchet, Pierre Rosanvallon and the problem of the political in democracy

Guilherme Amorim de Carvalho¹

Resumo: A partir de um esforço interdisciplinar, o presente ensaio tem por objetivo traçar uma reflexão acerca da importância do político para os estudos em sociologia e história, sobretudo no que diz respeito à modernidade e aos caminhos percorridos pela democracia, desde sua concepção moderna até a contemporaneidade, momento no qual ela é avaliada e analisada com certo ceticismo por parte daqueles que a vivenciam e a teorizam. Tal reflexão dar-se-á a partir da leitura de quatro textos pré-selecionados de dois autores que merecem maior consideração em relação aos estudos políticos. A saber: “Por uma história do político”, e “Malaise dans la démocratie”, de Pierre Rosanvallon, e “Introduction. Les Figures du Politique” e “La condition Historica. Conversaciones con François Azouvi y Sylvain Piron”, de Marcel Gauchet.

Palavras-chave: Cultura Política – Democracia – Modernidade

Abstract: Based upon an interdisciplinary effort, this article aims to reflect on the importance of the political towards studies in sociology and history, especially regarding to modernity and the paths taken by democracy, from its modern conception to contemporary times, when it is analyzed and evaluated with a certain skepticism by part of those who experience and theorize upon it. Such reflection will revolve around the reading of four pre-selected texts by two authors whose ideas regarding political studies should be considered in more depth. Namely: “Por uma história do político”, and “Malaise dans la démocratie”, by Pierre Rosanvallon, and “Introduction. Les Figures du Politique” and “La condition Historica. Conversaciones con François Azouvi y Sylvain Piron”, by Marcel Gauchet.

Keywords: Political Culture – Democracy – Modernity

Introdução

No contexto atual, presencia-se um “retorno ao político” no campo da história e das chamadas “ciências sociais”. A história política, que havia ocupado uma posição de destaque durante o século XIX, foi relegada a um plano secundário no início do século XX, pela história social, pela história das mentalidades e pelo marxismo. Acusada pelos seus críticos de não possuir rigor epistemológico, a história política foi declarada anedótica, elitista e anticientífica. Consequentemente, esta foi concebida como uma mera narrativa dos grandes feitos dos grandes homens².

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, a história política começou a ser revisitada por estudiosos, como René Remond, que defendeu a renovação da disciplina a partir da multidisciplinariedade,

¹ Possui mestrado em História pela Universidade de Brasília (2012) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2017).

² LYNCH, Christian Edward Cyril. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.p. 12.

destacando seu caráter autônomo na conformação social frente a outros domínios como a demografia, o espaço, a economia e os meios de produção³.

A grande dificuldade enfrentada pelo resgate da história política é a delimitação do conceito de “político”, que permanece indefinido para os estudiosos e muitas vezes se confunde com o conceito de poder, ainda que este último seja compreendido em sua natureza plural. Isto é, mesmo que o poder seja compreendido não apenas enquanto o centro funcional da estrutura do Estado, mas como elemento constitutivo das estruturas de instituições sociais, como a família, a fábrica e a escola, este é sempre interpretado a partir da noção de “governo” e, portanto, em relação a sua natureza política.

Contudo, Carl Schmitt e Claude Leford lançam uma luz sobre o problema ao pensar a política como um subsistema social que articula, junto a outros, a existência comunitária. Nessa perspectiva, “a política” difere-se do que os autores compreendem como “o político”. “A política” se refere ao governo propriamente dito, ou seja, à administração do Estado, às querelas partidárias, às disputas eleitorais e a todo âmbito evidente do exercício do poder público. “O político”, por sua vez, é concebido como um plano que abarca, fundamenta e mantém a totalidade do social, não apenas a sua parte manifesta, aproximando-se do conceito de “cultura política”. Seguindo esse pensamento, percebe-se que a política é uma das partes que compõem a totalidade do político, e não o contrário, permanecendo a política sempre à sombra do político⁴.

Próxima a essa concepção de “político”, o filósofo e historiador francês, Marcel Gauchet, desenvolve a ideia de “condição política”, uma condição permanente que constitui a humanidade, unindo-se aos antepassados e que se conserva independentemente de qualquer mudança histórica, jurídica, religiosa ou mesmo “política”, pois define a identidade enquanto atores (e não apenas sujeitos) das formas de “viver junto”. Vale ressaltar que permanência não implica em invariabilidade, pelo contrário, o processo de instituição do “viver junto”, processo este que se desenvolve a partir da fundamentação política, não deve ser concebido linearmente. É precisamente a permanência da função organizadora da condição política que permite a variedade das formas com as quais ela pode se apresentar nas diversas sociedades. Sendo assim, o caráter obsoleto conferido ao político que, de acordo com algumas correntes de pensamento, já teria chegado ao seu fim teleológico e deveria ser suprimido ou relegado a um segundo plano, como uma herança indesejável, não passa de uma ilusão criada pela modernidade⁵.

Raymond Aron, em uma perspectiva sociológico-política inspirada em Weber, e contrapondo o caráter muitas vezes “apolítico” dos “liberalismos” do pós-guerra, já havia feito uma distinção entre o conceito de *potência*, enquanto a capacidade potencial de um homem ou grupo estabelecer relações com outros homens ou grupos conforme seus interesses, e *poder*, como a relação entre governo e governados,

³ *Ibidem*, p. 13.

⁴ LYNCH, *op. cit.*, p. 20-21.

⁵ GAUCHET, Marcel. Introduction. Les Figures du Politique. In: *La Condition Politique*. Paris: Gallimard, 2005, p. 9.

que envolve diferentes etapas, desde sua estabilização e concentração, até sua institucionalização e legitimação⁶.

Retomando o pensamento de Leford, que compreende o político como o mecanismo de instituição do social, ou seja, como a estrutura que conforma a sociedade, compreende-se que não é possível a existência de uma sociedade sem referência a um “lugar de poder”. Segundo este ponto de vista, a sociedade é um produto da ação conformadora do político a partir de um lugar de poder. O político possuía função essencial de arbitrar as tensões entre os diversos grupos sociais, e não de suprimi-las, haja vista que é a partir das pressões exercidas pelas forças sociais que ele organiza os modos de vinculação do social, gerindo suas divisões e evitando que ele se desagregue. O político mantém desta forma, a coesão do corpo social. Desse modo, para o autor, qualquer tentativa de supressão do caráter mediador da instância política constitui uma utopia⁷.

Marcel Gauchet chama a essas propostas de supressão do político e de seu caráter mediador de tentações da modernidade, oriundas ou do pensamento liberal, ou de um democratismo exacerbado (comunismo)⁸, que concebem o político como um legado antiquado, uma permanência importuna que deve ser superada por meio de uma revolução futura (o fim da história), a partir da qual surgirá uma sociedade plenamente social, livre da estruturação política e do controle estatal⁹.

Em contrapartida, Aron, a partir de uma perspectiva sociológica Weberiana da política, adverte que não é conveniente conferir à prática política uma abrangência ilimitada. Segundo a definição proposta por Samuel Finer, que também se coaduna com o conceito de política enquanto a parte evidente do político, uma situação política é caracterizada pela necessidade que um grupo qualquer possui de um regulamento em comum e, portanto, pela reivindicação, por parte desse grupo, de normas exclusivas de mediação de conflitos. Na perspectiva de Weber, esse tipo de situação somente poderia ocorrer em um contexto de dominação estatal, isto é, as situações políticas só são aparentes (e, portanto, verificáveis historicamente) quando há a participação da autoridade que decide a política comum (Estado), tendo sempre no horizonte seu caráter coercitivo (monopólio da violência). Desse modo, nem toda relação de poder poderia ser considerada uma situação política, como propõem algumas teorias pós-estruturalistas¹⁰.

⁶ KUNTZ, Rolf. Apresentação in ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. 2ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 13.

⁷ LYNCH, *op. cit.*, p. 23-24.

⁸ Podemos citar como exemplo de uma utopia advinda de um “democratismo exacerbado”, a concepção do jovem Marx de que a “verdadeira democracia” consiste na “abolição da separação entre o social e o político, o universal e o particular” (LOWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 74).

⁹ GAUCHET, Marcel. Introduction..., *op. cit.*, p. 9.

¹⁰ MERQUIOR, José Guilherme. Ciência e consciência da política em Raymond Aron. In: ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. 2.ed. Brasília: UnB, 1985, p. 20-21.

A condição política por trás da religião.

Surge, então, um problema: se considerar o Estado como a estrutura de dominação ou de gestão do social, inerente à sociedade moderna, ou seja, enquanto a representação política visível (ou mais ou menos visível) do âmbito político, sem o qual é impossível se pensar a sociedade, como se explica a existência de sociedades anteriormente ao advento do Estado, nas quais o político aparenta não existir?

Segundo Marcel Gauchet, o que se pode observar nessas sociedades, às quais ele denomina “selvagens” ou “primitivas¹¹”, é a inexistência de um “poder político”, e não da condição política em si. A condição humana, de acordo com o autor, é sempre política, e devido a sua plasticidade, pode assumir diferentes formas pelas quais ela se conhece e se dá a conhecer, adaptando-se e conservando-se perante as mudanças sociais e históricas. O que ocorre nessas sociedades ditas primitivas é que a função política é “desempenhada” pela religião. No entanto isso não significa que a religião se sobreponha ao político, mas que ele é dissimulado pela religião, o que dá o efeito de sua ausência aparente. O âmbito político subsiste nas estruturas religiosas. A instância religiosa opera uma separação interna na sociedade, a partir da fundamentação invisível da ordem natural e do seu domínio visível de aplicação. Deste modo, se a lei que se deve seguir é dada a partir de uma instância atemporal e imaterial¹², todos devem possuir o mesmo dever de obediência perante ela. Nenhum homem possui legitimidade para se impor como governante superior, mas apenas como uma espécie de “chefe sem poder”, sendo impossibilitado de oprimir (a priori), e representando, ao mesmo tempo, a figura exemplar da presença do poder político na sociedade, exercendo sua regulação¹³.

Resumindo, essas sociedades não possuíam a política como uma instância social na qual o político se faz visível, no entanto elas colocavam em evidência, por meio da religião, a própria essência do político, que é a divisão entre as instâncias que ordenam e aquelas que são ordenadas.

Para Gauchet, é essa cisão entre a exterioridade transcendental do fundamento social “atemporal e mítico” e a dimensão prática da existência coletiva que possibilita a compreensão dessas sociedades por si mesmas, garantido a coesão da comunidade, a partir das leis dos antepassados e das lições dos tempos imemoriais, os quais devem ser repetidos indefinidamente. O domínio da sociedade por ela mesma ocorre dessa maneira, paradoxalmente, por meio de uma privação de domínio em relação a si própria¹⁴.

Tal maneira de se pensar as sociedades anteriores ao advento do Estado vai além da tese de que a religião possui essencialmente a função de legitimar a ordem social e a obediência às leis, pois esta ignora a dinâmica entre as representações religiosas e as formas de organização do poder, isto é, as representações

¹¹ Gauchet não opta por utilizar os termos “selvagem” ou “primitivo” no intuito de desqualificar ou de conferir um caráter menos complexo àquelas sociedades, ele apenas mantém essas categorias por uma escolha didática.

¹² Isto é, o referencial do “Lugar de poder” se encontrava em um tempo mítico.

¹³ GAUCHET, Marcel. Introduction..., *op. cit.*, p. 13.

¹⁴ *Ibidem*, p. 14.

que os homens têm de si mesmos a partir de um referencial teológico-político (ou de uma cultura política). Desse modo, ao afirmar que tanto o Estado quanto a ausência de Estado configuram apenas duas variantes da condição política, Gauchet contrapõe sua tese ao pensamento weberiano de que a ação política de fato somente é possível em um contexto de dominação estatal.

O político pode ser compreendido, dessa forma, como “o espelho capaz de refratar a imagem da multidão e convertê-la em sociedade¹⁵”. Portanto o político não nasce com o Estado, é anterior a este, e continuará existindo, não obstante qualquer tentativa de suprimi-lo em nome de uma plenitude do social, ou de uma unidade do povo consigo mesmo.

O processo de instituição da democracia moderna.

Como foi dito anteriormente, o político é uma condição que antecede e conforma o social. Tal condição, embora constante, ou melhor dizendo, recorrente, não é invariável, tampouco unidirecional. Dessa forma, faz-se necessário conferir-lhe uma dimensão histórica. Qualquer maneira pela qual o político institui o social somente pode ser compreendida se tomar por referencial tanto o modelo que a antecede, quanto aquele que ela busca ultrapassar, ou ainda o que busca ultrapassá-la. Segundo Rosanvallon, trata-se de “restituir ao passado a sua situação de presente”, resgatando os esquemas mentais, ou os mecanismos simbólicos de representação, que dão sentido à determinada experiência política no passado, para melhor refletir acerca do presente¹⁶.

Isso não implica, entretanto, em um retorno à noção ciceroniana da história como *magistra vitae*, pois o passado não é mais interpretado a partir do ponto de vista do presente, trata-se de uma história de ressonâncias entre a experiência do presente e aquela do passado. Assim, entender o passado e investigar o presente fazem parte do mesmo processo¹⁷. A título de exemplo, a compreensão de um fenômeno como o humanismo liberal somente poderia ocorrer a partir de sua relação com os valores da sociedade estamental tradicionalista, a qual ele pretendeu superar, e a sociedade do pós-guerra, que buscou questionar o seu valor enquanto explicação universal da sociedade. Em contrapartida, essa relação entre o objeto de estudo e seu “lugar na história” confere ao estudioso do político um “local epistemológico”, a partir de onde ele pode pensar a sociedade na qual vive e desenvolve sua escrita.

Aprofundando este pensamento, segundo Marcel Gauchet, o Estado moderno, ou o “estado autoconsciente”, é resultado de um longo processo de remodelagem do político apartado da religião, isto é, da saída da religião e da tomada de consciência da condição política da sociedade, que culminará na

¹⁵ LYNCH, *op. cit.*, p. 23-24.

¹⁶ *Ibidem*, p. 34.

¹⁷ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda 2010, p. 54-55.

democracia moderna¹⁸. Esse processo, embora não seja linear, pode ser apreendido em sua continuidade, para além dos seus avanços e retrocessos, sem que isso resulte na dissolução dos desvios e das rupturas que o marcaram¹⁹. Em outras palavras, a linha diacrônica desse processo não oblitera seus níveis sincrônicos, desse modo, os diversos contextos históricos tornam-se unidades inscritas no pano de fundo desse processo de secularização do político.

Para Marcel Gauchet, a acentuação gradual do processo de saída da religião que, como já foi dito, era o antigo pilar do político nas sociedades as quais eram representadas imediatamente por uma ordem natural atemporal, vai instituir três novos pilares que irão sustentar o regime democrático moderno: a política, enquanto segmento visível do político, o direito moderno, enquanto legitimador da ordem social pautada no indivíduo, e a história²⁰, enquanto fornecedora da possibilidade de ação da sociedade em direção ao futuro. Dessa maneira, o desequilíbrio entre esses três pilares explicaria qualquer crise enfrentada pela democracia, como, por exemplo, a crise atual, alimentada por um excesso de demandas individuais, acarretado pelo fim dos últimos resquícios do elo que ligava a religião à política²¹.

Rosanvallon, por sua vez, defende que não há uma crise da democracia propriamente, mas sim uma crise da teoria política tradicional, que é incapaz de acompanhar e abarcar o caráter permanentemente aberto dessa forma de organização político-social e, portanto, das suas transformações nas últimas décadas²². Em outras palavras, a teoria política não possui as ferramentas necessárias para definir as fronteiras da democracia moderna em relação aos modelos que esta buscou ultrapassar e aqueles que questionam seus valores e denunciam sua limitação operativa.

Aron já havia percebido essa realidade difusa da democracia moderna. Para ele, o que difere as sociedades chamadas “industriais” das sociedades anteriores não é a complexidade de suas estratificações sociais ou a divisão do trabalho, mas a pluralidade dos grupos sociais reconhecidos e garantidos pelo Estado constitucional. Nesse sentido, haja vista que o Estado se mantém pela democracia e esta, por sua vez, pelo exercício constitucional do poder, o que define o regime democrático é a disputa partidária regulamentada pelo Estado (política). Contudo esses mesmos partidos, enquanto instituições representativas, possuem um inegável potencial oligárquico e sofrem pressão de diversos grupos de interesse, isto é, podem ser usados de forma oligárquica. Posto isso, percebe-se que o fenômeno da representação democrática deve ser entendido

¹⁸ Como “democracia moderna”, entendemos toda forma de organização política constitucionalista, na qual haja uma competição regulamentada da disputa partidária pelo exercício do poder. Assim sendo, exclui-se os regimes de partido único, como o soviético e o chinês, nos quais a despeito de possuírem constituição, não praticam a livre concorrência entre partidos. MERQUIOR, *op. cit.*, p. 18.

¹⁹ GAUCHET, Marcel. Introduction..., *op. cit.*, p. 18-20.

²⁰ Para Gauchet, a concepção moderna de história, diferente da história descritiva-narrativa, é produto de um “casamento filosófico entre a tradição e o progresso”, que permite que a sociedade se construa no tempo, a partir do acúmulo de experiências passadas, e voltada para um tempo futuro. (GAUCHET, Marcel. *La condicion Historica*. Conversaciones con François Azouvi y Sylvain Piron. Madrid: Trotta, 2007, p. 170-175)

²¹ LYNCH, *op. cit.*, p. 28-29.

²² *Ibidem*, p. 30.

dentro da perspectiva de transformações sociais e políticas que se deslocaram, ou ainda se desmembraram, em relação às formas de democracia liberal clássicas²³.

Este caráter aberto da democracia moderna está relacionado ao que Gauchet denomina um *liberalismo minimal*, ou elementar, que acompanha a tomada de consciência da condição histórica por parte da sociedade moderna. A partir deste processo de tomada de consciência histórica, a coletividade se abre à mudança. Os membros da sociedade se dão conta de que além de sujeitos históricos dispostos no tempo e delimitados pelas estruturas de sua época, eles são atores históricos que participam das inovações coletivas, abrindo-se, dessa maneira, ao futuro que se liga a tais inovações e ao seu próprio devir enquanto sociedade²⁴.

Como parte do processo de separação entre o político e o religioso, a tomada de consciência da sociedade de sua inerente condição política, por meio da explicitação desta pelo Estado e, por outro lado, a tomada de consciência da sua condição histórica, após o século XVIII, possibilitou a autonomização da sociedade civil e dos indivíduos, legitimada pelos direitos individuais e em detrimento das autoridades públicas²⁵.

A tomada de consciência histórica, para Gauchet, é o elemento que realiza por completo a autonomização humana. A autonomia está além da vontade individual legitimada juridicamente, isto é, do dar-se a própria lei, ela significa a possibilidade de autoconstrução. Se a sociedade passa a ter liberdade para constituir-se deliberadamente, há uma emancipação da sociedade civil frente ao Estado. Se a garantia das possibilidades de ação ultrapassa a autoridade das estruturas que ditam o que deve ser feito, a sociedade fica à deriva, dispersando-se (ou pulverizando-se) em indivíduos e pequenos grupos fechados, tornando-se incompreensível para si mesma²⁶. Isto é, o “espelho político” perde a capacidade de refratar a imagem de uma multidão de indivíduos “atomizados” e convertê-la em sociedade.

Nesse sentido, a crise da democracia moderna estaria relacionada ao individualismo exacerbado. Ao voltar-se exageradamente para si próprio, o indivíduo perde de vista a organização democrática, desconhecendo o referencial que o permite existir enquanto um indivíduo que faz parte de uma coletividade.

Rosanvallon acredita que a condição democrática repousa justamente em uma tensão entre o direito e a autoridade. A autoridade política na democracia é um sujeito coletivo (o povo), enquanto, ao mesmo tempo, o projeto de emancipação popular, sancionado pela vontade em detrimento da ordem natural e da tradição, opera uma abstração do social, diluindo a consistência do político. Em um primeiro momento, essa tensão se mantém equilibrada, pois os esforços estão voltados para se definir um princípio de oposição e diferenciação em relação ao passado, e de autonomia em relação à natureza. No entanto, com a acentuada ascensão do indivíduo, por meio do desenvolvimento dos direitos individuais e da descentralização do

²³ MERQUIOR, op. p. 18-19.

²⁴ A palavra liberalismo deve ser compreendida aqui, despida de seu contexto puramente ideológico, embora sirva para compreendê-lo em um sentido mais estrito.

²⁵ GAUCHET, Marcel. Introduction..., *op. cit.*, p. 28-29.

²⁶ GAUCHET, Marcel. *La condicion Historica*, *op. cit.*, p. 176-178.

poder, as pessoas começam a rejeitar qualquer apreensão mais substancial do social. O social perde sua consistência, cedendo lugar ao princípio jurídico formal de igualdade entre indivíduos independentes²⁷.

Nesse sentido, o pensamento de Rosanvallon aparenta estar em consonância com o de Bobbio, para quem o que proporcionou a concepção de Estado liberal foi a dissolução da sociedade de estamentos, na qual os representantes de cada classe deveriam atender, institucionalmente, os seus interesses. Ao se abolir a representação corporativa, surge o “indivíduo enquanto tal” e uma “atomização da nação” fundamentada na afirmação dos direitos naturais e invioláveis do indivíduo²⁸.

A atual condição política e, conseqüentemente, a social, permanece, dessa forma, indefinida. Ela paira entre um passado no qual o político era “recalcado” pelo religioso, e uma perspectiva de futuro que o nega em nome dos princípios da autonomia²⁹. No entanto, ressaltando o que foi colocado anteriormente, para Rosanvallon, isso não se trata de uma crise da democracia enquanto regime político, mas sim de uma crise do paradigma da teoria política, que ao não se dar conta do caráter plástico da democracia moderna, não logra explicá-la.

Essa posição obscura, indefinida e talvez duradoura na qual se encontra a democracia moderna, permite-nos apenas conjecturar acerca do seu futuro. Contudo, seus contrastes, que se iniciam com a “lição dos selvagens”, passando pela (re)descoberta do político pelo Estado moderno, e sobrevivendo às tentativas de supressão pretendidas pelo “liberalismo radical” e pelos regimes totalitários, fornecem um leque de ensinamentos que ajudam a renovar a teoria política e, portanto, auxiliam na compreensão de nós mesmos e da condição de “viver junto”³⁰.

Nesse sentido, concorda-se com Gauchet, quando ele afirma que o campo do político jamais poderia tornar-se plenamente social, como pretendem alguns pensadores marxistas, tampouco diluir-se nas lógicas do mercado, como defendem algumas vertentes liberais. O campo do político é a democracia que, em uma sociedade altamente complexa como a atual, não poderia, como pretendia o jovem Marx, abolir a separação entre representantes e representados. Por outro lado, como defende Bobbio, entre a democracia direta e democracia representativa há uma relação de continuidade, ou complementariedade, o exercício de uma não exclui a outra, embora se deva ampliar continuamente os mecanismos de participação direta para garantir a soberania popular³¹.

²⁷ ROSANVALLON, Pierre. Malaise dans la démocratie. In: *Le peuple introuvable*. Histoire de la représentation démocratique em France. p. 15-17

²⁸ BOBBIO, *Liberalismo e democracia*. Tradução de M. A. Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 34-36.

²⁹ GAUCHET, Marcel. Introduction..., *op. cit.*, p. 29.

³⁰ *Ibidem*, p. 31-32.

³¹ BOBBIO, *op. cit.*, p. 102.

Duas abordagens do político.

Do ponto de vista metodológico, Rosanvallon se aproxima de Gauchet, embora sua preocupação esteja mais focada em uma abordagem sincrônica. Para o autor, toda situação presente é uma situação de indefinição. Esta indefinição é a chave interpretativa para se estudar tanto as culturas políticas do passado, como para compreender a situação política no presente. Trata-se, como foi dito anteriormente, de fazer reviver o presente do passado, ou seja, de tentar reconstruir as lógicas processuais que organizavam e dinamizavam a condição política de determinada sociedade no passado.

De forma semelhante, na compreensão de Aron, o que torna possível a interpretação histórica são as possibilidades analógicas entre o universo de sentidos daquele que interpreta e o universo de sentidos a ser interpretado. Por outro lado, deve haver uma distanciação entre os dois extremos, pois caso ambos universos se confundissem, ou seja, possuíssem as mesmas unidades de sentido, perder-se-ia a condição histórica da interpretação³².

Na crise da democracia moderna, suscitada por Gauchet, a indefinição reside na pulverização do político e do social, que resulta da extrema autonomização dos indivíduos. Esta pulverização cria a ilusão de que a condição política se desvaneceu da sociedade, dando lugar ao primado do direito (isonomia perante a lei). Entretanto ela continua cumprindo seu papel instituidor e conformador, mesmo que de uma maneira invisível e onipresente, ao qual o direito e o “império da lei” não substituem, mas complementam enquanto partes de uma mesma condição ou cultura política. Para o autor, o trabalho de compreensão do político na atualidade consiste em reverter às aparências para compreender o funcionamento efetivo da sociedade, que jaz por trás da condição individual, e que eclipsa o político. É necessário fazer essa inversão de ótica, procurando perceber como os indivíduos se representam e representam a coletividade em relação a essa autonomização sem precedentes³³. Esse é o grande desafio imposto pela modernidade, e, que segundo Gauchet, é ainda um trabalho a se definir³⁴.

Rosanvallon, assim como Gauchet, acredita que o povo afirma sua existência por meio das ideias que faz de si mesmo, ou seja, a sociedade se compreende na medida em que os indivíduos se percebem como um todo coerente. As representações decorrentes dessa relação se refletem nas concepções institucionais adotadas pela sociedade³⁵, pois são elas que conferem visibilidade às ideias de legitimação do poder.

³² MERQUIOR, *op. cit.*, p. 23.

³³ *Ibidem*, p. 33-34

³⁴ Acerca dessa questão da autonomização dos indivíduos e da pulverização do campo político, Perry Anderson afirma que esta reside no trabalho do poder legislativo no âmbito da democracia liberal, que por possuir uma dinâmica mais velada do que efetivamente pública, ultrapassa a experiência dos cidadãos comuns, privando-os do interesse pelas negociações políticas. Tal desinteresse acaba por impedir que a população participe ascendentemente das decisões administrativas do Estado ANDERSON, Perry. *As Afinidades de Norberto Bobbio*. Tradução de Heloísa Jahn. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 24, p. 14-41, jul. 1989, p. 30.

³⁵ A política.

Contudo a operação intelectual que produz as autorrepresentações e a ação que as coloca em prática, são indissociáveis³⁶. Pode-se dizer, segundo esse pensamento, que há uma circularidade entre a política (a ação que representa) e o político (as possibilidades de representação).

Para Rosanvallon, as representações políticas incorporam conceitos como igualdade, liberdade, justiça³⁷, dentre vários outros, que conferem inteligibilidade à cultura política de determinado período. Tais representações surgem a partir de um processo no qual a sociedade está constantemente se reexaminando. Portanto, tais representações não são autônomas em relação às consciências dos atores, há sempre uma interação entre a realidade e sua representação. Dessa maneira, a história do político busca compreender os mecanismos que permitem que determinada sociedade construa respostas para aquilo que ela identifica como uma dificuldade ou um problema³⁸. Ao pretender abordar todos os elementos que constroem a cultura política³⁹, essa história, denominada por Rosanvallon de história filosófica do político, é algo em permanente construção⁴⁰.

Assim como as questões acerca das abordagens da política moderna permanecem por definir, o futuro da democracia encontra-se igualmente indeterminado. Esse “mal-estar” em relação ao regime democrático decorre, de certo modo, do problema da identidade do povo enquanto “soberano” da democracia. A contradição entre a diluição do corpo social e da representação deste enquanto “personalidade coletiva” impõe a busca permanente por identidade. É nesse sentido que a análise do político e de suas instituições em uma perspectiva mais abrangente e em uma “longa duração” pode contribuir para a compreensão do “sentido” democrático⁴¹. E, desta forma, orientar um possível processo de restituição dos contornos do social e do político na democracia liberal.

Considerações finais

A partir desse diálogo entre os autores apresentados, percebe-se uma preocupação em encontrar “lugares na história” nos quais a democracia moderna, com todas suas nuances, possa ser reconhecida a partir dos seus processos de criação de valores, ou seja, não somente por meio dos conceitos de liberdade,

³⁶ LYNCH, *op. cit.*, p. 34.

³⁷ Conceitos e representações cujo os significados não são estáticos, e sim, dependem dos problemas concernentes à cultura política com a qual se relacionam.

³⁸ Kelsen já havia concebido um problema ou contradição da democracia liberal. Segundo ele, embora a divisão dos três poderes atue como fator limitador do poder arbitrário dos governantes, ela faz com que a criação de vários líderes dentro da administração do Estado corrompa a ideia de uma coletividade sem líderes (na qual os governantes possuiriam apenas o papel de ratificar as leis). Assim, a autocracia se torna uma “coletividade de vários líderes” eleitos. Nessa perspectiva, e seguindo o pensamento de Rosanvallon, a “abertura” da sociedade para o futuro da democracia representativa teria sido a criação e o constante aperfeiçoamento dos métodos de eleição dos “líderes” dos governantes KELSEN, Hans. Essência e valor da democracia. *Arquivos do Ministério da Justiça*. Brasília, Ano 40, n. 170. 1987, p. 107-108.

³⁹ Aqui a proposta de Rosanvallon faz eco à multidisciplinariedade pretendida por René Remond.

⁴⁰ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história..., *op. cit.*, p. 44-45.

⁴¹ Rosanvallon, Pierre. “Malaise dans la démocratie”..., *op. cit.*, p. 23-29.

igualdade, direitos individuais e bem-estar social, mas também das práticas que conferem sentido e conformidade a essas construções conceituais. Nessa perspectiva, apesar das práticas e discursos que podem ser associados à democracia moderna serem diversos e possuírem várias especificidades, eles possuem algo que os vinculam: um passado corporativo/tradicionista que eles buscam transcender e um presente que não cessa de reproduzir discursos os quais se empenham em anular seus valores e negar seu lugar no futuro.

Desse modo, as condições atuais da democracia representativa podem ser melhor interpretadas se esta for situada, diacronicamente, entre os “autoritarismos” e “totalitarismos” do Século XX, que menosprezavam seus valores enquanto veleidades pequeno-burguesas e as eternas promessas e expectativas utópicas de um futuro plenamente social ou mercadológico, no qual ela se tornaria, junto com a cultura política que a sustenta, obsoleta.

Para além desse ajuste diacrônico, faz-se necessário propor questões relativas aos processos sincrônicos que dinamizam as condições da democracia liberal. Existe um vasto leque de processos passíveis de serem estudados e que podem ajudar a compreender os “modos de viver junto” na democracia moderna, tais como as mudanças operadas no seio de suas instituições basilares (amor romântico, casamento, família), processos culturais, como a cultura de massa e a sociedade para o consumo, as reconfigurações das identidades e dos papéis sociais, novos espaços públicos e meios de comunicação (ciberespaço) e quase qualquer conjuntura que de alguma forma modifique o modo de agir em sociedade e as aspirações para com ela.

Vale ressaltar que esses processos sincrônicos não funcionam como estruturas autônomas que moldam os indivíduos arbitrariamente enquanto forças de pressão externa, tampouco podem ser compreendidos como superestruturas ideológicas fabricadas por uma elite para fins de dominação das “massas”. Esses modelos de explicação que, ao se oporem ao reducionismo humanista liberal da centralidade da razão individual na construção do mundo, acabam sendo igualmente reducionistas ao adotar um determinismo estruturalista da consciência humana, são insuficientes para a investigação das complexidades que conformam a democracia moderna.

Certamente que a ideia de estrutura é cara para o estudo das denominadas “ciências sociais”, entretanto não se deve negar aos indivíduos sua capacidade de autodeterminação. Longe de serem joguetes movimentados servilmente ao arbítrio das estruturas e “alienados da própria consciência”, os indivíduos reagem às estruturas, apropriam-se delas, e a partir delas respondem perguntas, resolvem problemas e representam a realidade em que vivem. Nesse sentido, muito além de sujeitos à uma política, somos agentes do campo do político.

Referências

- ANDERSON, Perry. As Afinidades de Norberto Bobbio. Tradução de Heloísa Jahn. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 24, p. 14-41, jul. 1989
- BOBBIO, Noberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução de M. A. Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988
- GAUCHET, Marcel. Introduction. Les Fugures du Politique. In: *La Condition Politique*. Paris: Gallimard, 2005.
- GAUCHET, Marcel. *La condicion Historica*. Conversaciones con François Azouvi y Silvain Piron. Madrid: Trotta, 2007.
- KELSEN, Hans. Essência e valor da democracia. *Arquivos do Ministério da Justiça*. Brasília, Ano 40, n. 170. 1987.
- KUNTZ, Rolf. Apresentação in ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. 2ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- LOWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MERQUIOR, José Guilherme. Ciência e consciência da política em Raymond Aron. In: ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. 2.ed. Brasília: UnB, 1985.
- ROSANVALLON, Pierre. Malaise dans la démocratie. In: *Le peuple introuvable*. Histoire de la représentation démocratique em France.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda 2010.

Recebido em 02/05/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

O Jornal Cidade da Viçosa e sua visão política: manifestações literárias n’*O Defunto*, de Eça de Queiroz

The newspaper “Cidade da Viçosa” and its political vision: literary manifestations in the short story “Dead man” by Eça de Queiroz.

Natália Fraga de Oliveira¹

Resumo: Este artigo teve como objetivo estudar o conto *O Defunto*, de Eça de Queiroz, publicado em folhetins, no semanário *Cidade da Viçosa*, no ano de 1905, e verificar a organização política através dessa manifestação literária. O referido conto foi publicado na estreia de Arthur Bernardes na chefia do semanário viçosense e traz em discussão novo “espaço público” que surgiu no início da Primeira República brasileira por meio dos periódicos. Além disso, tornaram-se visíveis algumas ligações do escritor José Maria Eça de Queiroz e uma parcela da sua trajetória na imprensa local, o que contribuiu para que este trabalho se fizesse interessante para a perspectiva dos estudos da historiografia e também das linguagens políticas do Brasil.

Palavras-chave: Imprensa. Política. Eça de Queiroz.

Abstract: This article aimed to study the short story “Dead man”, by Eça de Queiroz, published in serials, in the weekly newspaper “Cidade da Viçosa”, in 1905, and verify the political organization through this literary manifestation. That short story was published in the Arthur Bernardes’ debut at the head of that weekly newspaper and brings into discussion the new “public space” that emerged at the beginning of the First Brazilian Republic through periodicals. Moreover, some links from the writer José Maria Eça de Queiroz and a portion of this trajectory in the local press became visible, what contributed for this work to become interesting for the perspective of studies of historiography and also of the political languages of Brazil.

Keywords: Press. Policy. Eça de Queiroz.

Um dos meios de divulgação contemporânea das produções literárias é a imprensa. Com a inclusão de leitores, no início do século XX, ela contribuiu de maneira significativa para a formação de novos espaços públicos. Esse momento foi de grande valia para os jornais europeus, pois estes aproveitaram para realizar a publicação de textos literários que alcançavam leitores não frequentadores de bibliotecas ou de clubes literários.

No Brasil, os jornais do início do século XX também foram utilizados para a publicação de textos literários, tendo os folhetins como referência, a exemplo dos contos, publicados ao longo das edições. Neste trabalho, estudaremos as publicações dos folhetins² do conto *O Defunto*, do autor português José Maria Eça de Queiroz, no jornal *Cidade da Viçosa*.

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Ouro Preto.

² Segundo Castro (2012), os folhetins são manifestações literárias que se popularizaram rapidamente entre os leitores do final do XIX, apresentam linguagem simples e estrutura textual curta, o que facilita a leitura.

A importância da análise dos folhetins queirozianos, publicados no *Cidade da Viçosa*, começou a ser entendida no decorrer de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida entre os anos de 2017 a 2019, voltada para a inserção política de Arthur da Silva Bernardes em Viçosa. Em 1905, Bernardes assumiu a chefia do jornal e, então, na primeira edição chefiada por ele, o conto de Eça de Queiroz foi publicado.

O objetivo é compreender as manobras políticas da redação do *Cidade da Viçosa* para a construção dos ideários republicanos. Para isso, será fundamental entender parte da produção intelectual do autor Eça de Queiroz e as suas críticas acerca da monarquia. Além disso, estudaremos, de maneira detalhada, bibliografias que discutem a imprensa, a literatura, a República do Brasil, a obra de Eça de Queiroz e tudo que se fizer necessário para o melhor desempenho da pesquisa.

Feito isso, partiremos para a composição efetiva do trabalho proposto, que consiste, inicialmente, na apresentação das diretrizes do jornal e da sua relação com os textos literários; na sequência, buscaremos refletir acerca da formação dos espaços públicos por meio dos periódicos, aqui destacamos a fidelização dos leitores através da literatura; depois, faremos uma análise mais centrada no conto *O Defunto* de Eça de Queiroz, verificando e explicitando o seu viés político republicano e, por fim, faremos algumas considerações obtidas a partir das constatações e reflexões do trabalho em questão.

A divulgação de textos literários no jornal *Cidade da Viçosa*

Segundo Darnton (1994), com o declínio das publicações religiosas, durante o século XVIII, o mundo da leitura europeia passou por transformações significativas. Surgiu, assim, um maior interesse dos leitores por livros de história, de biografias, de livros de ficção ou novelas. O surgimento da novela provocou uma grande transformação no mundo da leitura em menos de dois séculos.

No caso específico de Portugal, Sousa (2008) argumenta que os jornais noticiosos, fundados no final do século XIX, além de abrir espaço à informação, não abandonaram as suas pautas políticas. Buscavam as grafias modernas da imprensa estrangeira, como a promoção de concursos, o lançamento de edições ilustradas e de folhetins especiais ilustrados publicados aos domingos. Ainda nas palavras de Sousa, a alta cultura política portuguesa buscava persuadir ou entreter eruditamente o seu público leitor através das crônicas e dos folhetins, sendo este último o nosso maior interesse.

Como podemos perceber, a partir do século XVIII, ocorreram muitas transformações no universo da leitura europeia e elas influenciaram diretamente a imprensa. Destacaremos aqui os folhetins, os quais, segundo Castro (2012), tiveram a França como expoente da nova vertente literária. Os portugueses, ao adotarem a prática da publicação de folhetins nos jornais, teriam se apropriado da nova literatura francesa.

Entretanto, Castro (2012) também destaca que, em Portugal, os folhetins receberam uma nova construção que não pode ser relativizada como inferior, mas que pode ser vista de uma forma diferente, pois

as manifestações culturais literárias se encontravam em espaços geográficos distintos e dotados de diferenciações sociais linguísticas. Eles eram de baixo custo e isso fazia com que as pessoas de recursos aquisitivos vulneráveis e moradoras de lugares longínquos de bibliotecas e de clubes de leituras pudessem ter mais acesso aos textos.

O jornal *Cidade da Viçosa* surgiu no final do século XIX. O semanário foi criado no município de Viçosa, na região da Zona da Mata Mineira, durante o período da implantação da Primeira República. Neste momento, o Brasil passava por uma reformulação da ordem pública constitucional. Ao consultarmos os jornais republicanos, percebemos que os seus precursores almejavam difundir os ideais de uma República moderna. Para isso, utilizavam a imprensa com uma linguagem bastante direta, que, por vezes, se tornava pejorativa ao fazer menção ao sistema político monárquico, criando um contraponto com a linguagem rebuscada referente ao sistema político republicano.

Ao procurarmos observar minuciosamente as linguagens das notícias publicadas no referido jornal encontramos um posicionamento de afastamento político das diretrizes do *Cidade da Viçosa* com relação ao ideário da monarquia. No *layout* do semanário viçosense era possível ler de forma muito destacada nítida “Órgão do Partido Constitucional” e, mais tarde, “Órgão do Partido Republicano”. Ambos os *layouts* eram voltados para o ideário republicano e propagavam diversas notícias de exaltação da República que se consolidava. Além disso, seus redatores e colaboradores pertenciam ao grupo de militares, bacharéis em direito, políticos magistrados e republicanos assumidos.

Isso nos permite inferir que o jornal *Cidade da Viçosa* era produzido por elites locais, que por sua vez possuíam interesses particulares. Entretanto, surgem outras questões a responder: Quais grupos de leitores o semanário buscava atingir? Quais tipos de textos eram publicados? Havia espaço para quais tipos de textos literários no jornal? A literatura poderia estar relacionada com a política local? Tais questões são as que almejamos desenvolver ao longo do texto. É muito importante evidenciar que o jornal *Cidade da Viçosa* foi idealizado pela família Vaz de Melo, pois era de propriedade de Mário Vaz de Melo, filho do senador da República, Carlos Vaz de Melo, que outrora foi filiado do Partido Liberal no Império e senador. Verificamos também que, em 1903, o jovem Arthur da Silva Bernardes casou-se com Clélia Vaz de Melo, também filha do senador. Em 1904, o senador Carlos Vaz de Mello falece e seu genro, Arthur da Silva Bernardes, vereador do município de Viçosa, pelo então Distrito de Teixeira, herda a chefia do jornal *Cidade da Viçosa*, no qual continuou a propagar os ideais republicanos.

Além dos ideais republicanos, as manifestações literárias também ocorreram com frequência na imprensa viçosense no final do século XIX. Os seus gêneros transpassavam pela poesia, prosa, cartas, artigos e crônicas. As suas temáticas alternavam entre a ficção histórica, como a fundação de cidades europeias, as paráfrases de textos da Bíblia, voltadas para o imaginário de ordem política e com a religião Católica.

Outros assuntos, como a essência da vida humana, incentivos para as mulheres constituírem matrimônio, referências aos diálogos socráticos, acerca da implantação da República e do Federalismo eram constantemente publicados no jornal. Foi perceptível a intenção da publicação desses diálogos socráticos na crítica e na reflexão a respeito do governo de Floriano Peixoto. Após as leituras dos textos literários podemos perceber a existência de uma dualidade no semanário: em determinados momentos conservador, em outros, crítico.

Consideramos muito relevante a análise dos folhetins que foram publicados em 1905 no *Cidade da Viçosa*, porque são objetos de pesquisa dos historiadores da leitura e também de grande valia para os estudos sobre o desenvolvimento da imprensa. Com isso, surge a oportunidade de levantar importantes questões quando analisamos os folhetins, sendo uma delas, a hipótese de que se formou, após do surgimento dos pequenos textos em forma de romance, um novo público leitor, antes restrito às elites, aos clubes de leituras e às bibliotecas. Um dos motivos da limitação de leitores poderia ser o fato de a longa extensão dos romances e suas publicações serem reservadas aos livros, logo possuíam um custo mais elevado.

Por meio das leituras realizadas do jornal *Cidade da Viçosa*, fica perceptível que o semanário na gestão de Arthur Bernardes procurou continuar a dar destaque no seu espaço literário ao voltar a sua atenção para os folhetins europeus, diminuindo a frequência de outros textos, como: poesias, crônicas, cartas de autores locais e assinantes; o que indica uma tática de fidelização dos leitores, pois o conto *O Defunto* foi publicado em nove edições. Aos poucos, o *Cidade da Viçosa* adotou uma postura política de modernização do jornal através da publicação de textos literários de leitores e assinantes do jornal, o que sugere uma tentativa da redação de uma maior aproximação dos leitores com o semanário.

Assim, é possível dizer, com base em uma detalhada pesquisa, que a direção do jornal possuía interesse pela divulgação das produções, razão pela qual a edição de número 598 contempla a intenção de alguns “cavalheiros da sociedade viçosense” de fundarem uma biblioteca pública em Viçosa, com o total apoio da redação do semanário viçosense para a realização do projeto.

Os jornais como mecanismo de abertura de novos “espaços públicos”

Podemos perceber que, desde a sua fundação, o jornal *Cidade da Viçosa* abriu espaço para a publicação de diversos textos literários. Esta abertura pode ser vista como uma manobra política da redação do jornal para a cooptação de novos leitores e a permanência dos demais, já que, este novo público leitor, ao buscar por entretenimento, principalmente nos folhetins publicados semanalmente, poderia se interessar pelas notícias políticas defendidas pelos dirigentes da folha.

Nesta lógica, os jornais contribuíram imensamente para a transformação dos “espaços públicos” urbanos na Europa. Na América Latina não foi diferente, tampouco nos pequenos municípios do Brasil;

exemplo disso é o jornal *Cidade da Viçosa*, que publicou os folhetins do autor português, José Maria Eça de Queiroz. Devido ao surgimento desse novo “espaço público” urbano europeu, impulsionado, segundo Habermas (1962), pela ascensão da burguesia, a camada recém-reformulada da sociedade, composta por pessoas que já mostravam um grau maior de individualismo, favoreceu o surgimento das “pessoas privadas”.

Habermas (1962) chama a atenção dos seus leitores para os múltiplos significados de “público” e “esfera pública”. E as noções de público e privado tornaram-se mais fortes com o surgimento de um Estado moderno, através do qual aparece uma burguesia mais organizada e fortalecida. Deve-se considerar que o sociólogo trabalha com categorias voltadas para o universo europeu e com demarcações históricas datadas.

De fato, foi possível relacionar a publicação do conto *O Defunto*, de Eça de Queiroz, com o jornal *Cidade da Viçosa*, devido ao encantamento amoroso de D. Rui de Cárdenas por D. Leonor, contrários a alguns os valores públicos compartilhados pela aristocracia cristã, como uma possibilidade de adultério. Sendo assim, a publicação de um conto que toca a falta de controle dos desejos humanos, pode ser visto como um valor moral religioso que não estava sendo bem dominado pela igreja, que era extremamente conservadora e dominadora dos seus fiéis durante a monarquia, ao ponto de ser explorado pela literatura.

O jornal *Cidade da Viçosa* ao publicar um conto escrito na transição da monarquia para a República trazia alguns apontamentos sociais, como: o amor proibido de D. Rui de Cárdenas por D. Leonor, a mulher como objeto de posse de um marido ciumento, um defunto que sofreu uma pena de morte por enforcamento e que ainda continua sem nome, ou seja, sem visibilidade social, dentre outros, que serão vistos mais detalhadamente no decorrer da análise.

Frente a tais questões que influenciavam a vida privada, mas que de certa forma extrapolava para o público, o jornal poderia estar trabalhando o imaginário dos leitores conservadores voltado para o republicanismo, isto é, reafirmação que a monarquia não dava mais o suporte necessário para a sociedade familiar. Aqui pode ser entendido que até mesmo a religião não estava desempenhando bem o seu papel na sociedade sob a proteção da monarquia.

Partindo das reflexões propostas por Piccato (2014), foi possível pensar uma maior organização da imprensa, que se aproximou de uma burguesia com características mercantis e com alguns atributos públicos. Desta forma, possivelmente, essa burguesia estava interessada na abertura de espaços lucrativos ou comerciais nos jornais. Os espaços seriam aqueles em que os intelectuais poderiam propagar suas ideias por meio da publicação dos seus textos, seus folhetins e suas opiniões.

Ainda de acordo com o autor mencionado acima, o processo da modernização republicana, a partir da formação do estado, e o surgimento de novas sociedades civis produziram um ambiente bem eclético para discutir a “esfera pública” na América Latina. Até este momento, foi possível pensar o espaço cedido

no jornal *Cidade da Viçosa* para a publicação dos diversos textos literários e a sua relação com o processo de modernização da linguagem para a exaltação da República nascente.

Desde os primórdios, como destacado por Piccato (2014), o uso da categoria “esfera pública” refere-se mais a uma estrutura política inacabada do que a uma estrutura estável. Logo, dois processos, em andamentos diferentes, fundiram e contribuíram para o surgimento de uma “esfera pública burguesa”. Em relação aos dois processos, em um primeiro momento são necessários: o desenvolvimento gradativo dos mercados capitalistas, a alfabetização da população, o fortalecimento da imprensa e uma significativa modernização dos estados. Já o segundo momento, seria voltado para o desenvolvimento de uma vida social em espaços como salões, cafés e outros.

Transpondo as considerações do autor supracitado para a realidade do *Cidade da Viçosa*, é possível pensar que jornal buscava a atenção de leitores que possuíam fortes ligações com a agricultura e com a religiosidade católica. Não desconsideraremos o alcance oral das notícias publicadas no semanário viçosense devido à existência de uma grande população de trabalhadores rurais.

Nesta lógica, o semanário pode ser considerado um “espaço público” não muito diferente dos espaços conquistados pela burguesia. Por esse motivo, devemos refletir o porquê de o semanário publicar folhetins do autor Eça de Queiroz em um veículo produzido por grupos sociais locais conservadores. Para isso, será fundamental considerar a participação da imprensa na construção da “esfera pública” na América Latina através das relações culturais com a literatura.

De acordo com Beigel (2003), as publicações tiveram uma marca no campo cultural, posto que difundiram as ideias de grupos dissonantes provenientes de experiências políticas e culturais variadas. Ao mesmo tempo, as edições puderam gerar conflitos por divergências políticas, na tentativa de constituição de um projeto cultural coletivo, devido aos conflitos existentes em textos no processo de modernização cultural. Em seus estudos, a autora apontou algumas reflexões culturais de Júlio Ramos no que se refere à afunilada relação entre o poder, os códigos e leis e as letras. Conseqüentemente, demonstrou a conexão entre vida pública e literatura que se entrecruzaram à medida que os Estados Nacionais se modernizaram e se tornaram mais complexos, surgindo assim, uma esfera discursiva notadamente política.

Tendo em vista a discussão levantada por Beigel (2003), é possível perceber os conflitos e disputas de poder entre os grupos sociais existentes em Viçosa que extrapolavam para os escritos literários, pois Eça de Queiroz era crítico ferrenho da Coroa portuguesa. Segundo Tinks (2012), o primeiro texto de Eça de Queiroz para *As Farpas*³ foi uma profunda censura a todo o comportamento social português, sobre excedendo para a Coroa, para a religião e para a burocratização do Estado.

³ Revista profundamente crítica e satírica da sociedade portuguesa. Foi fundada por Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. As suas edições eram mensais e circularam entre 1871 a 1882.

Ramos (2009) propõe o estudo entre o periodismo e a literatura nas últimas décadas do século XIX, momento de fundação do jornal *Cidade da Viçosa*. Para o autor, na América Latina, o desenvolvimento literário nos periódicos seguiu de forma heterogênea, limitada e dependente de “vontades autônomas”, o que provocou a sujeição da literatura com outras instituições diferentes do Estado.

Além disso, o autor anteriormente explicitado fez uma crítica de que os periódicos poderiam ser um intermediário educacional nas comunidades não letradas. Por este ponto de vista, o jornal *Cidade da Viçosa* se enquadra como “sujeito autônomo” propagador dos ideais do Partido Republicano e, passou a publicar textos literários e folhetins muito possivelmente, na tentativa de relacionar literatura e política.

No processo de transformação entre o “público” e o “privado”, os periódicos, conforme pontua Ramos (2009), possuem importante função, pois desenvolveram a capacidade de “racionalização” do ambiente, uma vez que diferenciaram as funções do político e do estatal. Se anteriormente, o periódico estava estagnado na realização dos feitos estatais, agora, assume uma função política. Em seus argumentos, o autor afirma que ocorreu, no final do XIX, uma expansão dos espaços publicitários e também o aparecimento de folhetins.

Neste processo é necessário entender a introdução dos romances folhetins no Brasil. Meyer (1996) argumenta que estes gêneros literários chegaram às terras brasileiras no ano de 1843, através do jornal *O Comércio*, sendo escritos em volume único e em língua francesa *Les mystères de Paris*. Essas expressões literárias rapidamente foram ganhando espaço na imprensa brasileira.

A chegada dessa nova modalidade literária ocorreu devido ao processo de modernização do jornal *O Comércio*, que procurou inovar-se desde a sua paginação ao convite de novos e hábeis redatores. Consequentemente, esses folhetins franceses entraram rapidamente no Brasil entre os anos de 1840 a 1850; neste momento existia um público leitor que era apreciador das antigas novelas, tornando-se um bom atrativo para o aumento das vendas dos periódicos.

E, assim, sob a nova gestão do *Cidade da Viçosa*, os folhetins de Eça de Queiroz foram publicados no sentido de modernização política do semanário, visto que os grandes jornais brasileiros já haviam adotado tal vanguarda literária. Além disso, poderia ser uma nova possibilidade de aumento de receitas através da fidelização de novos leitores. Tal reformulação justificaria o posicionamento do jornal que, desde a sua primeira edição, aparece como um propagador de ideias políticas republicanas. Será pertinente aproximar as manobras políticas dos grupos sociais dirigentes do semanário no que se refere à reformulação e conquista de espaço e novos leitores

O Defunto e suas implicações no jornal Cidade da Viçosa

Antes de iniciarmos o estudo do conto, é preciso falar, mesmo que brevemente, do seu escritor, José Maria Eça de Queiroz, conhecido como Eça de Queiroz. Ele nasceu em Póvoa de Varzim, Portugal, no ano de 1845, e faleceu no ano de 1900. Cursou Direito em Coimbra, Portugal, e somente no final do curso enveredou pelos caminhos da literatura. O autor foi um dos primeiros da sua época a ganhar fama internacional e, segundo Saraiva (1979), causou, através de seus escritos, grande espanto aos leitores, por escrever textos de fortes críticas ao clero, à pátria, à família e às mais diversas dimensões sociais.

Eça de Queiroz iniciou sua carreira literária publicando *Notas Marginais*, em 1867, na *Gazeta de Portugal*. Neste mesmo ano, ele dirigiu um jornal de oposição, o *Distrito de Évora*, na cidade de Évora. Esse foi apenas o início de uma vasta carreira literária e, posteriormente, diplomática do escritor. Porém, por questões de foco, agora que já o apresentamos, sucintamente, vamos nos debruçar no estudo do seu conto: *O Defunto*.

O texto trata-se de uma narrativa fantástica e conta a chegada do mocinho D. Rui de Cárdenas a Segóvia, que havia herdado uma casa e uma horta do seu tio ao lado da igreja de Nossa Senhora do Pilar. O jovem mocinho tinha por madrinha Nossa Senhora do Pilar e ainda possuía por hábito ir à igreja rezar, principalmente nas manhãs de domingo.

Em Segóvia, vivia também D. Alonso de Lara, fidalgo de grande riqueza e hábitos sombrios, que tinha por esposa a jovem D. Leonor, possuidora de grande beleza e candura. D. Alonso de Lara mantinha uma relação de cuidados e dominação sobre a jovem D. Leonor e a deixava ir à igreja apenas sob os olhos de dois servos e uma aia. Um belo dia, ao chegar à igreja do Pilar para a realização das suas rezas, D. Rui de Cárdenas encantou-se pela beleza de D. Leonor e apaixonou-se por ela loucamente. Entretanto, ao não ser correspondido por D. Leonor, D. Rui de Cárdenas pôs-se a sofrer. E, não demorou que a aia percebesse o encanto do jovem rapaz pela sua senhora e fosse, imediatamente, contar ao seu senhor, D. Alonso de Lara.

Ao saber de todo o encantamento de D. Rui de Cárdenas por D. Leonor, D. Alonso fica alucinado de fúria e passa a odiar D. Rui de Cárdenas. E, assim, D. Alonso passou a vigiar obcecadamente D. Rui de Cárdenas e, às vezes, passou a desconfiar de qualquer distanciamento, frieza ou indiferença da esposa.

Na tentativa de se livrar de D. Rui de Cárdenas, D. Alonso conspirou uma vingança contra o jovem rapaz. Tal vingança consistia em falsificar uma carta de amor para que D. Rui de Cárdenas fosse ao encontro de D. Leonor para então poder matá-lo.

E, assim, o plano de vingança D. Alonso se desenvolvia, pois, ao receber a suposta carta de amor, D. Rui de Cárdenas vai a Cabril, residência do marido ciumento. A caminho de Cabril, em um ambiente muito assombroso, sombrio e propício ao aparecimento de fantasmas, D. Rui de Cárdenas é chamado por um

defunto ao atravessar o Cerro dos Enforcados; em nenhum momento da narrativa é mencionado o nome do defunto.

A razão do corpo sem vida despertar do sono da morte foi através da intersecção da madrinha de D. Rui de Cárdenas, Nossa Senhora do Pilar. A santa incumbiu o defunto a acompanhar D. Rui de Cárdenas em sua jornada perigosa ao encontro de D. Leonor. O jovem mocinho não conseguia compreender naquele momento a função do defunto no seu trajeto, se era obra de Deus ou do diabo. Mesmo assim, prosseguiu o seu caminho acompanhado pelo defunto em uma atmosfera fúnebre.

Ao chegar ao local combinado na carta, o defunto se faz passar por D. Rui Cárdenas para ir ao encontro de D. Leonor. O defunto ao subir a escada para pular a janela do quarto de D. Leonor foi golpeado com uma adaga por um vulto. Rapidamente, o defunto percebeu se tratar de uma cilada e, então, ele, ferido, e D. Rui de Cárdenas se puseram a fugir. No trajeto, o defunto pede para ser deixado novamente no Cerro dos enforcados e suplica a D. Rui de Cárdenas apenas que contasse a nossa Senhora Do Pilar todo o fato ocorrido, para que este pudesse receber uma grande mercê da santinha. Então, D. Rui de Cárdenas compreendeu se tratar de um milagre realizado por sua madrinha, Nossa Senhora do Pilar, para proteger a sua vida do ataque de ciúmes do marido de D. Leonor.

Ao amanhecer, D. Alonso fica estarecido ao não encontrar o corpo de D. Rui de Cárdenas no jardim de sua residência. E, assim, resolve voltar a Segóvia para saber notícias de D. Rui de Cárdenas, que ele acreditava estar morto. E, para o seu desapontamento, descobre que ele estava vivo e que na verdade ele tinha assassinado um defunto. Em seguida, D. Alonso volta a Capril e lá morre, possivelmente por ter tresloucado, por não saber a razão de D. Rui de Cárdenas ainda estar vivo, se o havia matado na noite anterior e, além disso, ficou muito equivocado por sua adaga aparecer encravada em um defunto enforcado. A sociedade local fica apavorada devido à violação do cadáver enforcado. Após tudo isso, D. Leonor volta a Segóvia onde casa com D. Rui de Cárdenas em uma linda cerimônia presidida pelo bispo da igreja.

Após o resumo do conto é possível perceber alguns traços peculiares na narrativa de Eça de Queiroz. Variani (2013) defende que o referido texto é uma tentativa de Eça de Queiroz na produção de contos fantásticos ou maravilhosos, devido aos recursos narrativos extranaturais e sombrios e ao afastamento temporal utilizado pelo autor, como apresentamos a seguir.

No ano de 1474, que foi por toda a Cristandade tão abundante em mercês divinas, reinando em Castela el-rei Henrique IV, veio habitar na cidade de Segóvia, onde herdara moradias e uma horta, um cavaleiro moço, de muito limpa linhagem e gentil parecer, que se chamava D. Rui de Cardenas(*O Defunto*. *Jornal Cidade da Viçosa*. Domingo, 29 de janeiro de 1905. Edição 578. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No trecho acima, fica claro que o autor faz a demarcação temporal na Idade Média, período marcado na política pela ação dos reis, por uma profunda religiosidade católica e por um imaginário que permite uma escrita mais livre para o aparecimento de monstros, demônios e outros seres sobrenaturais.

Para Silva (2012), a religião existente no conto queroziano não pode ser analisada sob o ponto de vista da razão. Acreditamos que por este motivo a redação do jornal republicano, apesar de conservadora, publicou *O Defunto*, devido à percepção do afastamento temporal da história, ou seja, a crítica estava voltada para o período da monarquia.

No final do século XIX, os europeus estavam inseridos em uma sociedade burguesa e liberal, o que permitiu a circulação de ideias sociopolíticas e econômicas que buscavam por uma real e concreta democratização, que representasse verdadeiras oportunidades para aquele povo.

Tal momento foi propício a uma produção artística e literária que denunciasse as mazelas vividas pela sociedade em geral. Segundo Santos (2003), no caso específico de Portugal, a realidade não era muito próxima à dos países mais desenvolvidos da Europa, pois apresentava uma quase ausência de indústrias e um grande índice de analfabetismo.

Eça de Queiroz era um escritor marcadamente político, como já sabemos, o que pode ter contribuído para a escolha da publicação do seu folhetim no *Cidade da Viçosa*, também bastante marcado em questões políticas, mesmo que fortemente conservador.

Em vista disso, podemos dizer que uma das possíveis intenções do jornal em publicar folhetins querozianos poderia ser a busca por uma República crítica e moderna ao realizar alguns ataques ao comportamento dos fiéis católicos na época da monarquia, como D. Rui de Cárdenas, que se apaixonou dentro da igreja, diante do altar, por uma mulher casada, como sugere o trecho abaixo.

Mas essa curta visita a Nossa Senhora do Pilar bastou para que D. Rui se enamorasse dela tresloucadamente, na manhã de Maio em que a viu de joelhos ante o altar, numa réstia de sol, aureolada pelos seus cabelos de ouro, com as compridas pestanas pendidas sobre o livro de Horas, o rosário caindo de entre os dedos finos, fina toda ela e macia, e branca, de uma brancura de lírio aberto na sombra, mais branca entre as rendas negras e os negros cetins que à volta do seu corpo cheio de graças se quebravam, em pregas duras, sobre as lajes da capela, velhas lajes de sepulturas (*O Defunto*. Jornal *Cidade da Viçosa*. Domingo, 29 de janeiro de 1905. Edição 578. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Apesar de o conto ter sido produzido sob a perspectiva de uma narrativa fantástica, ainda ocorre a presença de uma crítica no comportamento dos fiéis em relação ao desejo que ataca o matrimônio sagrado. Por isso, não podemos perder de vista a “Questão Religiosa”, pois, segundo Cavalcanti (2009), na transição do Império para a República, ocorreu um desarranjo no campo da religião da crença e na política partidária, momento no qual o racionalismo atacou duramente o dogma. Em meio a crises e rearticulações, a direção do

Cidade da Viçosa buscou construir a imagem de um semanário da “família”, que denunciava as mazelas sociais ligadas à monarquia e compromissado com a “verdade”. Dessa forma, e pelas razões pontuadas, poderia ser uma boa estratégia publicar os folhetins de Eça de Queiroz que se passa sob o governo monarca.

É notável, ao longo do texto, e no trecho a seguir, que o autor procurou transmitir a imagem de D. Alonso sempre com adjetivos negativos, relacionados à amargura, como expomos a seguir.

Era o escuro e gradeado palácio de D. Alonso de Lara, fidalgo de grande riqueza e maneiras sombrias, que já na madureza da sua idade, todo grisalho, desposara uma menina falada em Castela pela sua alvura, cabelos cor de sol claro e colo de garça real (*O Defunto*. Jornal *Cidade da Viçosa*. Domingo, 29 de janeiro de 1905. Edições 578. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Na contramão descritiva da narrativa está D. Rui de Cárdenas, o mocinho do conto, devoto de Nossa Senhora do Pilar e futuro pretendente de D. Leonor. Tal devoção aparenta ser uma justificativa para o encanto de D. Rui de Cárdenas por D. Leonor e, para a tristeza do mocinho também, como explicitado a seguir.

D. Rui pensou: – Ela não quer, eu não posso: foi um sonho que findou, e Nossa Senhora a ambos nos tenha na sua graça! E como era cavaleiro muito discreto, desde que a reconheceu assim inabalável na sua indiferença, não procurou, nem sequer ergueu mais os olhos para as grades das suas janelas, e até nem penetrava na igreja de Nossa Senhora quando casualmente, do portal, a avistava ajoelhada, com a sua cabeça tão cheia de graça e de ouro, pendida sobre o Livro de Horas. (*O Defunto*. Jornal *Cidade da Viçosa*. Domingo, 05 de fevereiro de 1905. Edições 579. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Em meio aos encontros e encantamentos de D. Rui de Cárdenas por D. Leonor na igreja do Pilar, Eça de Queiroz enfatiza o campo do religioso “[...] Sempre ela o amara, pois, desde a manhã bendita em que os seus olhos se tinham cruzado no portal de Nossa Senhora [...]” de forma a questionar os padrões familiares impostos pela sociedade, nos quais a mulher não poderia escolher seu marido.

Quanto aos amantes fidalgos, não convinha escolher suas amadas apenas pelo quesito amor ou paixão, mas também por “questões sociais mais atraentes”, como dinheiro e/ou posses. E, quando o amor aparecia, geralmente era proibido, o que originava os casos de adultério, como sugere o trecho da carta recebida por D. Rui de Cárdenas.

Meu cavaleiro: Muito mal haveis compreendido, ou muito mal pagais o amor que vos tenho, e que não vos pude nunca, em Segóvia, mostrar claramente... Agora aqui estou em Cabril, ardendo por vos ver; e se o vosso desejo corresponde ao meu, bem facilmente o podeis realizar, pois que meu marido se acha ausente noutra herdade, e esta de Cabril é toda fácil e aberta. Vinde esta noite, entrai pela porta do jardim, do lado da azinhaga, passando o tanque, até o terraço. Aí avistareis uma escada encostada a uma janela da casa, que é a janela do meu

quarto, onde sereis bem docemente agasalhado pôr quem ansiosamente vos espera..." (*O Defunto*. *Jornal Cidade da Viçosa*. Domingo, 05 de fevereiro de 1905. Edições 579. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Assim, através da leitura da carta, anteriormente transcrita, é possível perceber que D. Alonso pensou em todos os detalhes da sua vingança. Primeiro, justifica a indiferença da esposa aos galanteios de D. Rui de Cárdenas e, em seguida, fala da ausência do marido em Cabril, da segurança oferecida pelo local e explica como chegar ao seu quarto. Por fim, finaliza com palavras de carinhos, como forma de persuadir D. Rui de Cárdenas ao seu encontro, que na verdade era um chamado para a morte.

Silva (2012) ressalta que um ponto importante da obra seria a escolha de um enforcado como canal de milagre entre a Virgem do Pilar e D. Rui Cárdenas. Mais uma vez o autor português questiona os padrões sociais do período, quando faz a escolha do personagem herói do conto ser um "defunto", condenado à morte por enforcamento. Assim, o personagem defunto ganha vida e foco na história como o herói ou anjo protetor do mocinho D. Rui de Cárdenas, porém o defunto continua desprovido de virtudes morais e não possui um nome, apenas usa vestimentas de cavaleiro nobre. O "defunto" pode ser visto como um representante de todos aqueles miseráveis que sofreram duras penas de morte. Servir a um nobre fidalgo e livrá-lo da morte poderia melhorar a sua condição espiritual. Em sua narrativa fantástica extranatural, Eça de Queiroz rompeu com várias convenções sociais, dentre elas as condições da servidão, o matrimônio e o papel da igreja, uma vez que a Santa operou um milagre ao seu afilhado que se apaixonara por uma mulher casada.

E, assim, após a publicação de nove edições com o conto *O Defunto* no jornal *Cidade da Viçosa*, voltamos a nossa atenção para a descrição do espanto da população local ao ver o enforcado com uma adaga encravada no peito:

Na véspera, de tarde, indo o corregedor visitar o cerro das forças, pois se acercava a festa dos Santos Apóstolos, descobrira, com muito pasmo e muito escândalo, que um dos enforcados tinha uma adaga cravada no peito! Fora gracejo de um pícaro sinistro? Vingança que nem a morte saciara? [...]. E para maior prodígio ainda, o corpo fora despendurado da forca, arrastado em horta ou jardim (pois que presas aos velhos farrapos se encontraram folhas tenras) e depois novamente enforcado e com corda nova! [...] E assim ia a turbulência dos tempos, que nem os mortos se furtavam a ultrajes! (*O Defunto*. *Jornal Cidade da Viçosa*. Domingo, 30 de abril de 1905. Edição 589. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se, a través do trecho retirado do conto, que o autor, em sua narrativa fantástica extranatural, traz vestígios de violência sofrida pelo cadáver durante a operação do milagre por Nossa Senhora do Pilar. Aqui pode ser pensando pelo fato do defunto ser alguém que não possuía *status* social. Entretanto, é claramente perceptível no trecho, a indignação da população ao ato de violação do corpo, o que retoma aos

valores éticos cristãos compartilhados pela sociedade portuguesa. E, assim, a narrativa fantástica extranatural evocava algumas críticas a uma falsa moralidade cristã.

O matrimônio do casal D. Rui de Cárdenas e D. Leonor, realizado por um bispo, representante de alto grau hierárquico dentro da instituição, poderia ser interpretado pela riqueza do casal, dado que esta foi ressaltada em inúmeros momentos da narrativa, o que poderia agradar a burguesia leitora do jornal *Cidade da Viçosa*. Eça de Queiroz finaliza seu conto com um viés romântico entre o casal de beatos, como pode ser verificado através do trecho abaixo:

Ante esse altar, e de joelhos nessas lajes, foram eles casados pelo bispo de Segóvia, D. Martinho, no Outono do ano da Graça de 1475, sendo já reis de Castela Isabel e Fernando, muito fortes e muito católicos, por quem Deus operou grandes feitos sobre a terra e sobre o mar (*O Defunto*. Jornal *Cidade da Viçosa*. Domingo, 30 de abril de 1905. Edição 589. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Por conseguinte, sob a chefia de Arthur Bernardes no jornal *Cidade da Viçosa*, podemos pensar que a escolha de publicar os folhetins do autor Eça de Queiroz deve-se à ligação do redator com as críticas da monarquia, como sistema de governo, tendo a intenção de legitimar a República recentemente implantada.

Para, além disso, a narrativa fantástica de Eça de Queiroz aborda os temas da fé que eram cotidianos na Idade Média, contendo algumas críticas nos valores morais da sociedade portuguesa do século XIX. Entretanto, tais críticas se tornam sucintas por serem fantásticas, ou seja, distante de comprovação empírica da realidade vivida pelos personagens ao longo da narrativa.

Ademais, é visível a tentativa de reformular republicaneamente o espaço literário e político do semanário para impulsionar as suas vendas, pois os folhetins eram publicados a cada edição. E, assim, ocorrer uma maior circulação dos ideais políticos republicanos compartilhados pelos dirigentes do jornal.

Considerações finais

A partir da análise do conto: *O Defunto*, do autor português, José Maria Eça de Queiroz, publicado em folhetins, no jornal *Cidade da Viçosa*, podemos refletir três pontos importantes.

O primeiro deles gira em torno da necessidade de reformulação dos espaços literários do semanário viçosense, devido à nova chefia que se instalava na direção do jornal. Desde a fundação do *Cidade da Viçosa*, a literatura se faz presente nas páginas do semanário, através de trechos de pequenos poemas, textos de humor, citação de obras literárias estrangeiras e outros. Sendo assim, a estreia da nova chefia do semanário viçosense, dirigida por um jovem bacharel em direito, seria o momento perfeito para reformulação da agenda cultural do jornal com a presença marcante/moderna dos folhetins.

O segundo ponto está relacionado à fidelidade e à atratividade de novos leitores para o semanário. Acreditamos que a publicação do conto em folhetins facilitou a permanência dos leitores, devido à fragmentação dos textos ao longo das edições. Além disso, a presença de uma narrativa fantástica no período religioso medieval proporcionou certa modernização nos espaços literários do jornal, uma vez que o texto trazia valores muito atuais da sociedade, como a desigualdade social e as duras punições sofridas pelos mais pobres, além dos conflitos familiares existentes nas famílias abastadas. Não poderemos perder de vista que o *Cidade da Viçosa* era um jornal dirigido por elites locais. Dessa forma, trazer tais questões nos sugere que há uma intencionalidade crítica de alguns grupos dominantes locais ao modelo social vivido no Brasil até aquele momento.

Tudo isso nos permite, em um terceiro ponto, destacar os aspectos políticos defendidos pela direção do jornal. A todo o momento eram divulgadas diversas notícias dos conflitos políticos entre os grupos locais. Tais conflitos foram tão intensos que se tornaram em disputas acirradas no processo eleitoral entre os chefes locais, onde Bernardes procurava ser o maior líder. Como discutimos, o semanário se posicionava como republicano e defensor de todos os valores compartilhados pela República que se instaurava no Brasil.

O conto de Eça de Queiroz pode ser, portanto, interpretado como uma manobra política dos dirigentes do jornal, ocasionada pela trajetória literária de Eça de Queiroz, no que diz respeito às críticas que o mesmo fazia ao monarca D. Pedro II. A todo tempo, o jornal procura combater os grupos conservadores/restauradores da monarquia que ainda persistiam no município de Viçosa. Portanto, apesar da existência de críticas à religiosidade católica no conto queiroziano, a publicação do mesmo em um jornal conservador é perfeitamente compreensível, por causa da narrativa fantástica maravilhosa, que não deve ser entendida de forma racional no que toca aos valores cristãos.

Referências

BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latino-americana **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, Venezuela, v. 8, n. 20, p. 105-115, enero-marzo, 2003. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/utopia/article/view/2632>. Acesso em: 29 de out. 2020.

CASTRO, Andréia Trench. **O romance folhetim de Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Artes e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz agitador no Brasil**. Recife: Editora CEPE, 2009.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

FARO, Arnaldo. **Eça e o Brasil**. São Paulo: Companhia da Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigação sobre uma categoria de sociedade burguesa**. Tradução de Denílson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- LIMA, Alberto de Souza. **Arthur Bernardes perante a história**. Belo Horizonte: I Oficial, 1983.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PICCATO, Pablo. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, jan.-jun, 2014. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/308>. Acesso em: 29 out. 2020.
- RAMOS, Julio. **Desencuentros de lamodernidad en América Latina: Literatura y política em elsiglo XIX**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y Larana, 2009.
- SARAIVA, Antônio José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1979.
- REIS, Jaime. O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). **Análise Social**, Lisboa, v. 20, n. 80, jan.,1984, p. 7-28. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12. Acesso em: 29 out. 2020.
- SANTOS, Alisson Ribeiros dos. SIQUEIRA, Ana Márcia Alves. O fantástico- maravilhoso em o defunto, de Eça de Queirós. **Revista de Encontros Universitários da UFC**. v.2.n. 1. Ceará. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/27094>. Acesso em: 29 out. 2020.
- SANTOS, Nílvio Ourives. Eça de Queirós: Realidade e realismo português. **Akrópolis – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, UNIPAR. v.11, n.1, jan./mar., 2003. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/326>. Acesso em: 29 out. 2020.
- SILVA, Isabel Lima Rodrigues da. Fantástico maravilhoso: fê, proteção e redenção no conto “O Defunto”. *In: Encontro cearense de história da educação (ECHE)*, **Anais [...]** Fortaleza: Imprece, 2012.
- SIMÕES, João Gaspar. **Eça de Queirós a obra e o homem**. 4ª Edição, Lisboa, 1981.
- SANTOS, Nílvio Ouvires dos. Eça de Queirós: a realidade do realismo português. **Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v.11, no .1, jan./mar., 2003. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/326>. Acesso em: 29 out. 2020.
- SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). Jornalismo: História, Teoria e Metodologia. Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- SPLENDOR, Liliane Andréia; DIAS, Reginaldo Benedito. O catolicismo dentro do contexto político, social e intelectual do Brasil Republicano: o período da República da Espada, p. 1696-1706. *In: IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*. **Anais [...]** São Paulo: Blucher Social SciencesProceedings. 2016.
- TINKS. EloiAndre. A crítica de Eça de Queirós ao clero e à sociedade lisboeta oitocentista. **Nau Literária: crítica e teoria de literaturas**. PPG-LET-UFRGS. Porto Alegre, vol. 08, n. 02, jul/dez 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/32054>. Acesso em: 29 out. 2020
- VARIANI, Fernando Vidal. **Álvaro de Carvalho e Eça de Queirós: amor interdito eatmosfera gótica**. (Monografia), Paraná, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói. n. 32, v. 18, p. 137-161, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042012000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 out. 2020.

Recebido em 16/05/20 aceito para publicação em 06/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Léopold Sédar Senghor em perspectiva: entre a ideia de descolonização e os partidos políticos, entre a negritude e a mestiçagem (1945-1960)

Léopold Sédar Senghor, perspectives: political thought of a “political-poet”, from Negritude to miscegenation (1945-1960)

Camille Johann Scholl¹

Resumo: Este trabalho realiza um recorte na trajetória intelectual e política do intelectual e político senegalês Léopold Sédar Senghor entre 1945 a 1960 buscando problematizar, a partir do contexto e de sua obra política, como ele modula o seu discurso a respeito da negritude direcionando o mesmo para a questão da mestiçagem. Pretende-se mostrar os usos políticos de suas visões sobre a cultura em prol da construção das independências das colônias francesas em África.

Palavras-Chave: Léopold Senghor; descolonização; negritude; mestiçagem.

Abstract: This work looks at the intellectual and political trajectory of the Senegalese intellectual and politician Léopold Sédar Senghor between 1945 and 1960, seeking to problematize, from the context and his political work, how he modulates his discourse about negritude, directing the same to the question of miscegenation. It is intended to show the political uses of his views on culture in favor of building the independence of the French colonies in Africa.

Keywords: Léopold Senghor; descolonization; negritude; miscegenation.

Este trabalho trata de um recorte da longa trajetória intelectual e política de Léopold Sédar Senghor, intelectual senegalês e poeta do Movimento da Negritude² que se tornou deputado da Assembleia Nacional Francesa (1945) e consolidou o processo de independência do Senegal dentro do escopo da África Ocidental Francesa, ocupando o cargo de primeiro presidente (1960 a 1980). Foi autor de uma ampla obra literária e política (1930-2000).

Pretende-se, olhando trajetória política e intelectual da complexa figura de Senghor, vislumbrar o processo de construção da descolonização dos territórios na África Ocidental Francesa e da arquitetura das independências – que foi realizado por via política. O texto se organiza a partir de uma análise dos marcos históricos da “União Francesa” e da “Comunidade Francesa”, analisando a inserção de Senghor nestes processos históricos a partir de uma análise de alguns dos partidos ao qual se aliou e liderou assim como

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Bolsista da CAPES. E-mail para contato: mille_js@hotmail.com

² Movimento literário criado no contexto francês na década de 1930. Foi capitaneado por Léopold Senghor (nascido no Senegal), Aime Césaire (nascido na Martinica) e Léon Damas (nascido na Guiana). (Rabaka, 2015). Ao considerar a Negritude é necessário deixar claro que há uma vasta produção bibliográfica que olha e analisa criticamente o movimento, ou seja, para além do fenômeno em si, há camadas e camadas de discurso político, historiografia – e os usos da história – assim como análises críticas sobre este. O intento aqui não é abarcar a totalidade da vasta bibliografia a respeito do movimento literário e político.

sobre a modulação de seus discursos políticos, os quais expõe um deslocamento do conceito de negritude para o conceito de mestiçagem.

Para o caso da “negritude” há uma duplicidade de significados³: quando se trata do movimento político criado por Aime Césaire (oriundo da Martinica), Léon-Gontram Damas (da Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (do Senegal), em Paris na década de 1930, este é tratado como Negritude – um substantivo próprio – que, para Senghor, era a expressão da “negritude”, que significaria uma ontologia negra, um ser negro no mundo. Segundo ele:

Vou propor esta definição: uma reação racial do homem em seu ambiente, tendendo a um equilíbrio intelectual e moral entre o homem e esse ambiente. Como o ambiente nunca é imutável, nem a raça, a cultura torna-se um esforço perpétuo para um equilíbrio perfeito, um equilíbrio divino. A educação é o obreiro e o instrumento da cultura (...) O conjunto dos conceitos e técnicas de uma dada pessoa num dado momento da sua história constitui-se como civilização. É também chamado o nome das sucessivas civilizações de um povo.⁴

Assim, a negritude vem junto com a definição de uma “civilização negro-africana”, feita por Senghor:

Civilização, ou mais precisamente, cultura, que nasceu da ação recíproca da raça, da tradição e do meio; que, emigrada para a América, permaneceu intacta no seu estilo, se não nos seus elementos ergológicos. A civilização desapareceu, esquecida; a cultura não se extinguiu.⁵

O arauto do Movimento da Negritude, Senghor, intitula-se, “poeta caído na política”, pois inicia sua carreira como deputado, em 1945, na Assembleia Nacional Francesa, ocupando cargo representando o Senegal, até 1959. Torna-se, logo após, presidente da Federação do Mali (1959) e na sequência, presidente do Senegal independente (1960). Portanto, Senghor acompanha, de dentro do sistema político francês, todas as convulsões e reconfigurações da França e seu império no pós-guerra, forjando junto aos outros deputados dos territórios africanos, a reordenação jurídica das antigas colônias e a construção da independência nacional.

Ao focar na trajetória política de Senghor na França, coloca-se em pauta como a “África Negra” foi um conceito cada vez mais politizado e alvo de disputas, após 1944, com a criação da “União Francesa” e da “Comunidade Francesa”, pelo General-político Charles De Gaulle. Neste escopo, é levado em consideração como Senghor se posiciona e modifica seus apoios políticos a respeito das mudanças ocorridas na política da

³ RABAKA, Reiland. *The Negritude Movement: W.E.B. Du Bois, Leon Damas, AimeCesaire, Leopold Senghor, Frantz Fanon, and the Evolution of an Insurgent Idea*. United States: Lexington Books, 2015.

⁴ SENHOR, Léopold Sédar. *Liberté I – Négritude et Humanisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1964, p. 12. Tradução da autora

⁵ SENHOR, Léopold Sédar. *O contributo do homem negro*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011 [1939], p.74.

França com relação aos territórios “*L’Outremer*”⁶, colocando no debate político a mestiçagem como sustentáculo da conciliação política entre o Império e a descolonização. O argumento da “mistura de culturas” ou “simbiose cultural” é conformadora do humanismo e socialismo africanos ao qual passa a proferir⁷.

Ao fazer uma inflexão do seu pensamento, migrando de um discurso a respeito da “civilização negro-africana” e da “negritude” em direção a ideia da mestiçagem cultural e de uma África produto da mistura das culturas negro-africanas, árabo-bérberes e europeias. É perceptível a modulação:

Somos, para sermos precisos, negro-africanos misturados com bérberes, nascidos em uma certa terra e sob um certo clima, com uma herança cultural original. Mas homens do século XX moldados, queiramos ou não, por uma civilização socializante, que está destinada a tornar-se planetária (...) é a realização da simbiose dos valores negro-africanos, mais exatamente negro-bérberes, com os valores europeus, porque é a Europa que proporciona os meios teóricos da civilização em formação.⁸

Essa presença da mestiçagem é transportada para o âmbito político, quando “político-poeta” a relaciona com a construção da ideia de “conciliação”, ou seja, a proposta de uma relação pacífica entre as diferenças – e entre o colonizador e o colonizado. Desta forma, também reemergem as ideias de federação e confederação – muito em diálogo com as soluções da IV República para reordenar a nação e evitar o conflito.

Estes debates configuram um pano de fundo aos quais os deputados africanos dos diversos territórios de domínio francês em África avançam no debate a respeito da igualdade de direitos, cidadania, autodeterminação, descolonização e independência, forjando novas entidades políticas para defender seus interesses – que são plurais. Desta forma, há uma série de debates políticos e intrigas entre os representantes africanos, o que reverbera nas formas com que as independências das colônias africanas vão ocorrer dentro do escopo colonial francês.

⁶ Deve-se levar em consideração também o início das guerras com as colônias, a Indochina em 1946, os conflitos em Madagascar, em 1947, e depois a grande guerra da Argélia, que inicia em 1954. (Shepard, 2006)

⁷ É a partir da década de 1950 que Senghor abarca em sua obra reflexões sobre o marxismo e passa a proferir uma interpretação sobre este, pensando uma nova via africana para construção do socialismo e do humanismo africano. Junto a isto, também já realiza uma autocrítica da própria obra, aceitando ser necessário ampliar as visões no que diz respeito às análises da “infra-estrutura” – economia e política e não somente olhar para cultura. Senghor faz a proposição de uma nova tonalidade ao socialismo, por meio africanização deste no âmbito democrático, sob o alicerce de uma filosofia humanista, que segundo suas análises históricas e culturais, é própria do negro-africano. O autor mobiliza, então, alguns fundamentos da Negritude pensados uma década anterior, entrelaçando, agora, com novas realidades políticas.

⁸Ibid, p. 6-7.

O debate da União Francesa (1944-1956)

Brazzaville (Congo Francês), capital da África Ocidental Francesa (AEF) recebe, em 1944, integrantes da “França Livre”, movimento liderado pelo General Charles de Gaulle o qual fazia frente a ocupação nazista em Paris. Realiza-se uma conferência que vai apontar para a pauta da igualdade de direitos para as colônias, ao sufrágio universal e para a autonomia das colônias: estas vão nortear a conformação da “União Francesa”, mostrando a intenção de manter o Império e prevenir a descolonização.

Em contraponto, o território da África Ocidental Francesa (AOF) foi vinculado à administração com o regime do General Pétain (líder de “Vichy” e colaboracionista com a Alemanha Nazista), que passou a negar a política assimilacionista da França Republicana, ocasionando o arrefecimento do racismo. Ginio (2006) analisa que estes elementos são importantes, pois servem para entender que após a queda de Vichy, sobretudo entre as elites urbanas da AOF, houve um discurso de defesa da política de assimilação da Terceira República e a criação de uma ideia de duas França: a “boa” e a “má”. A primeira seria a França republicana, anterior à Vichy, que teria sua continuidade com Charles De Gaulle, e a segunda seria representada pelo regime de Pétain, vinculado ao Nazismo Alemão.

Neste escopo, os representantes políticos da AOF – os quais Senghor se inseria - defendiam as “liberdades republicanas”, demandando igualdade no âmbito da cidadania francesa, atacando a discriminação racial (ao estilo de Vichy). Isto resulta em um posicionamento em prol da União Francesa, especificamente para o caso de Senghor, encorajando a reforma do Império - aos moldes do que fora discutido em Brazzaville em 1944 - na direção a um tipo de “estado multinacional” cujo futuro só poderia ser federal.

Sobre o projeto da União Francesa, Senghor, como deputado filiado à Secção Francesa da Internacional Socialista (SFIO), diz que a “assimilação” deve ocorrer reciprocamente, ou seja, traz a ideia de uma nova civilização – mista – produto de uma “deglutição ativa”⁹:

Deve ser uma conjunção de civilizações, um cadinho de culturas. [...] Não é para nós destruímos a civilização francesa mais do que é para você destruir nossas civilizações originais colonizando-nos. Para que haja uma federação real, deve haver assimilação ativa de ambos os lados. Assim, juntos, vamos criar um novo humanismo, uma nova civilização¹⁰

Neste contexto, em 1946, é estabelecida a Quarta República Francesa e a “União Francesa”. A última trata-se de uma integração dos territórios, não em uma federação - ideia apontada como “girondina” - mas em único conjunto nacional e político, a República Francesa. Neste sentido, atendem-se as demandas pelas

⁹SENGHOR, Leopold. Debates da Assembleia Constituinte, 18 de setembro de 1946, p. 3791. Tradução nossa.

¹⁰SENGHOR, Leopold. Debates da Assembleia Constituinte, 18 de setembro de 1946, p. 3791. Tradução nossa.

liberdades republicanas e pela igualdade de direitos, ao mesmo tempo em que a constituição de 1946 referia-se a “pessoas e nações” da União Francesa – reconhecendo que os indivíduos nas antigas colônias, dentro da república, poderiam ser “cidadãos da União Francesa”, somente conectados à nacionalidade francesa.

Houve uma reorganização da jurisdição do território da República. O formato da República Francesa dividia-se em “França metropolitana”, “*département et région d'outre-mer*”, a Argélia, os “*Territoires d'outre-mer*” (ex-colônias), Territórios associados (Camarões e Togo) e Estados associados (Marrocos, Tunísia, Camboja, Laos e Vietnã). Em reação às configurações da “União Francesa”, a principal crítica que ecoa se relaciona à negação da autonomia das colônias - dentro do escopo de uma federação.

Alguns deputados africanos assinam um manifesto em Paris, liderados por Félix Boigny, da Costa do Marfim, convocando reunião de debates em Bamako, com vista a refletir sobre o futuro. Este é um momento fundamental que traça as dissensões entre os deputados senegaleses, Léopold Senghor e Lamine Gueye (ligados aos socialistas franceses) e os deputados africanos mormente ligados ao Partido Comunista Francês (PCF), sob liderança de Boigny.

Senghor e outros deputados ligados aos socialistas boicotam o encontro em Bamako, cujo resultado final foi a criação do *Rassemblement Démocratique Africain (RDA)*, que teve por objetivo a união das facções políticas de deputados provindos de diferentes locais dos departamentos franceses no continente africano com vista a construir uma frente interpartidária em prol de causas comuns, sobretudo a causa da autodeterminação e das independências.

Neste mesmo contexto, a secção socialista no Senegal tem dissensões internas. Lamine Gueye, o líder da mesma, era muito mais voltado aos interesses de uma elite ligada à cidade de Saint-Louis (Senegal) e Senghor, neste momento, está muito mais preocupado com os interesses da população rural, por isso, neste momento é visto pejorativamente por seus correligionários como “*político do mato*”.

Senghor une-se a Mamadou Dia, também deputado pelo Senegal, criando o *Bloc Démocratique Sénégalaise (BDS)* em 1948. Em território africano, enquanto os socialistas de Gueye faziam suas campanhas no espaço urbano, Senghor dava prioridade às zonas rurais e criava laços com as autoridades locais e tradicionais. O BDS era:

uma ‘federação orgânica’ a qual as pessoas poderiam associar-se individualmente ou por grupos regionais ou intermediários, como o fez a *Tukolor Union Général des Originaires de la Vallée Du Fleuve* e o *Mouvement des forces Démocratiques de la Casamance*, como também o fizeram pequenos grupos étnicos e locais. O partido enfatizava valores e interesses africanos e advogava medidas econômicas e sociais simples que tinham apelo à população rural.¹¹

¹¹ COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. California: University of California Press, 1964, p. 20. Tradução nossa.

Assim, inicia a boa relação de Senghor com os líderes islamizados. Apesar de católico, Senghor prestou particular atenção aos interesses das confrarias muçulmanas e aos seus líderes¹². Mamadou Dia, que era muçulmano, prestou importante papel no diálogo com os *Imãs*, os chefes políticos das Confrarias Muçulmanas. Senghor vai dizer que “*foram os imãs das mesquitas que fizeram o nosso triunfo*”¹³: a vitória do BDS no Senegal em termos políticos eleitorais.

Neste contexto, o BDS torna-se o instrumento de vingança da população rural contra o longo domínio das comunas, ou seja, das elites do espaço urbano, os “*evolués*”. Na eleição de 1952, o BDS ganha em todos os distritos, exceto em Dakar (Osei, 2012). Neste sentido, pode-se ver que a nova reconfiguração, a partir da ruptura com os Socialistas Franceses e a criação de um partido constituído a partir do Senegal - com pautas locais. Este é dado significativo para pensar como Senghor modifica seu discurso.

Neste contexto, Senghor e Dia, líderes do BDS, na Assembleia Nacional da França, vão alinhar-se com o grupo de deputados denominados “*Indépendants d’Outre-Mer*” (IOM). O grupo era composto por parlamentares representantes dos departamentos do continente africano - não alinhados aos socialistas e nem aos comunistas: uma terceira via.

O IOM faz uma declaração em 1948, repetida nos mesmos termos em 1951, rejeitando o objetivo da independência nacional:

O mundo moderno não tem espaço para pequenas entidades cuja independência será um mito se elas não estiverem adequadamente equipadas e se elas não participarem de uma ‘união’ maior (...) a tentação do ‘estrito’ nacionalismo representa um grave perigo.¹⁴

Senghor pedia uma “solidariedade vertical” e uma ação comum entre a França e as suas antigas colônias. Neste escopo, defendia um “federalismo ativo”. Entre 1953 e 1954, o BDS requeria uma revisão constitucional que possibilitasse a construção de uma grande Federação Francesa. Por “federalismo ativo” entende-se uma descentralização dupla: da França e dos governos gerais em benefício das assembleias territoriais, democratizando o sistema¹⁵.

É neste momento político, sobretudo nas *Journées d’Etudes des Indépendents d’Outre Mer*, que o discurso de Senghor, ainda muito com foco em análises culturais da África Negra, passa a abarcar a questão da mestiçagem. Este representa uma inflexão no seu pensamento: pensar uma “África Negra” a partir da chave explicativa da mestiçagem, menos biológica, mas, sobretudo cultural.

¹² BEHRMAN, Lucy. Muslim brotherhoods and politics in Senegal. USA: Harvard University Press, 2013.

¹³ SENGHOR apud COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. Political Parties and National Integration in Tropical Africa. California: University of California Press, 1964, p.22.

¹⁴ COOPER, Frederick. Citizenship between Empire and Nation: remaking French and French Africa 1945-1960. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 190. Tradução nossa.

¹⁵ COOPER, Frederick. Citizenship between Empire and Nation: remaking French and French Africa 1945-1960. Princeton: Princeton University Press, 2014.

No discurso “*Le problème de la culture*”, de 1950, produzido para a jornada de estudos, ele apresenta a ideia de que “cultura é ação” e “ação revolucionária” determinando que “o próprio homem deve ser capaz de exercer conscientemente, livremente, uma atividade criativa”.¹⁶

Neste sentido, segue argumentando que há a necessidade de transcender, no contexto, a antinomia assimilação-associação, muito discutida por ele em períodos anteriores, pensando agora o movimento dialético da cultura e advogando um “diálogo fecundo entre duas civilizações (...) [e] um colóquio entre amigos, diversos de espírito e de temperamento”.¹⁷

Passa a arguir que a “civilização ideal” é aquela “que surge da mão de um grande escultor e que reúne as belezas reconciliadas de todas as raças”. Segundo Senghor:

Só poderia ser mestiça, assim como as maiores civilizações da história, as da Suméria, Egípcia, da Índia e da China e da Grécia. É hoje, apesar das tentações do poder material, a chance de os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas estarem na encruzilhada de raças e civilizações. Esta sempre foi a sorte da França.¹⁸

O comentário sobre a mestiçagem avança para o elogio do mestiço. Neste sentido, Senghor diz que o mestiço cultural, como para o mestiço biológico, tem uma “rara força de caráter” que lhe permite dominar e conciliar as suas fecundas contradições¹⁹. Neste sentido, o mesmo também é colocado por seu papel ambíguo:

também assimilado e não assimilado o suficiente? Este é exatamente o nosso destino como mestiços culturais. É um papel ingrato, difícil de manter; é um papel necessário se a conjuntura e a união francesa fizerem sentido. Frente a nacionalismos, racismos, academismos, é a luta pela liberdade da Alma - do Homem²⁰

A mestiçagem vista pelo olhar da análise que entrecorta cultura junto à raça emerge no discurso de Senghor no contexto da União Francesa, como forma de conciliação entre as diferenças e as contradições. Em um contexto de uma nova organização partidária, muito mais ligada às “massas senegalesas”, as quais de fato o BDS representou naquele contexto.

É possível interpretar que Senghor, como líder do IOM, precisou acrescentar um novo tom às suas interpretações culturais de “África Negra”, imanentes em seus discursos e escritos políticos, pensando agora não apenas no contato de culturas, mas na adesão destas – reconhecendo diferenças - em torno de uma entidade política desejada: a federação entre França e as suas antigas colônias.

¹⁶ SENGHOR, Léopold Sédar. *Liberté I – Négritude et Humanisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1964, p. 95. Tradução nossa.

¹⁷ SENGHOR, Léopold Sédar. *Liberté I – Négritude et Humanisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1964, p.96.

¹⁸ SENGHOR, Léopold Sédar. *Liberté I – Négritude et Humanisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1964., p. 96. Tradução nossa.

¹⁹ *Ibid.*, p. 97. Tradução nossa.

²⁰ *Ibid.*, p. 103. Tradução nossa.

A comunidade francesa em debate (1956-1960)

“Tocados pelo espírito de Bandung”: esse é o mote apresentado por Senghor na Primeira Conferência de Escritores e Artistas Negros (1956), organizado pela *Présence Africaine*. Portanto, os anos entre 1956 até 1959 vão ser intensos e significativos para as descolonizações no contexto da União Francesa, atingidas a partir de 1960.

Ao mesmo tempo, na política interna do Senegal, há uma crescente “intelligentsia nacionalista composta por estudantes que retornavam da França e jovens líderes ligados aos trabalhadores”²¹ que são atraídas pelo BDS na medida em que este se afasta das associações regionais e étnicas, no congresso de 1955. Os grupos de base que compunham o BDS aceitaram esta nova diretriz com exceção do Movimento de Casamance (sob liderança de Assane Seck, no *Mouvement Autonome Casamançais*²²).

Em 1956, o BDS conclama uma conferência geral, significativa para o desenrolar da política interna no Senegal. Depois de prolongadas negociações, há um acordo entre o BDS, a *Union démocratique sénégalaise* (UDS) – secção expulsa do RDA em 1955 por discordar da ruptura com o Partido Comunista -, o Movimento Autônomo da Casamance e o *Mouvement Populaire Senegalais* (MPS) - secção ortodoxa do RDA. Estes formam uma frente comum: o *Bloc Populaire Senegalais* (BPS).

Nesta conjuntura, a guerra na Argélia está correndo desde 1952, também há a independência do Marrocos, da Tunísia e de Gana, contexto ao qual fará com que a República Francesa, em 1956, aprove a *Loi-Cadre*: esta concede autonomia (com restrições) aos oito territórios da África Ocidental Francesa, descentraliza a administração de cada um dos oito territórios, introduz o sufrágio universal, outorga autoridade às assembleias territoriais provendo um conselho de ministros e coloca um fim na política de assimilação. Estas mudanças pavimentaram o caminho para as independências²³.

As modificações delineadas por esta lei foram aprovadas por conta dos debates parlamentares trazidos pelos deputados africanos. Sendo assim, a lei foi alvo de muitas críticas, inclusive de Léopold Senghor, que de fato defendia a conformação de uma federação e não o processo de balcanização administrativa – tal qual a proposta da *Loi-Cadre* os levava.

A crise de Maio de 1958²⁴, que emerge também por conta dos conflitos na Argélia, leva o General Charles de Gaulle novamente ao centro do poder. Governando por decretos, é aberta uma nova Assembleia Constituinte que irá instituir a Quinta República e a substituição da União Francesa pela Comunidade

²¹ COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. California: University of California Press, 1964, p. 22.

²² COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. California: University of California Press, 1964, p.23.

²³ GINIO, Ruth. *French colonial unmasked: the vichy years in French West Africa*. Lincoln: University of Nebraska Press. 2006, p.174.

²⁴ SHEPARD, Todd. *The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France*. Ithaca, Cornell University Press, 2006.

Francesa, momento ao qual, por intermédio da participação ativa de Félix Boigny neste processo, as colônias terão direito de escolha pela participação na comunidade ou pela independência imediata.²⁵

O único país a votar pela independência imediata foi a Guiné (Conacry), sob a liderança de Sékou Touré, que destoava das lideranças políticas das outras colônias, pois emergia do movimento operário e não de uma elite educada em Paris. Com o “*non*” da Guiné, é retirado todo o aparato administrativo, técnico e financeiro de imediato do território. Assim, o país recém-independente imediatamente alinha-se a Gana – recebendo ajuda financeira e diplomática – o que conforma uma nova aliança política que irá reverberar em dissensão com os vizinhos senegaleses.

Vislumbrando o novo contexto, após as discussões no *Congresso de Cotonou* (1958) operado entre as frentes que defendiam a independência imediata (como Sékou Touré) e àqueles que defendiam a integração na também chamada “*Commonwealth Francesa*” proposta por De Gaulle (como Senghor). No Senegal, Senghor e Mamadou Dia realizam um novo rearranjo político com os antigos socialistas, sob liderança de Lamine Gueye e criam a *Union Progressiste Sénégalaise* (UPS) que vai liderar o processo de integração na Comunidade Francesa, optando, através de um referendun, pela autodeterminação dentro do escopo da “*Commonwealth Francesa*”²⁶.

No final do ano de 1958, representantes do Senegal, Sudão, Alto Volta e Daomé reúnem-se em Bamako e depois em Dakar para redação de uma constituição com vista de construir uma federação entre os estados da antiga África Ocidental Francesa, o que acaba por tomar forma com o nome de “Federação do Mali” – esta tendia a uma independência com associação a “Comunidade Francesa”.

No processo, o Daomé e o Alto Volta saem do projeto e os representantes do Sudão Francês (representados por Modibo Keita) e do Senegal (liderados por Senghor e Dia) agrupam-se no *Parti de la Fédération Africaine* (PFA). Neste contexto, a França abre negociações com os representantes da Federação do Mali para a transferência pacífica da soberania.

“Não existe tábula rasa”²⁷, profere Senghor quando trata da construção da nação entre o Sudão Francês e Senegal. Sua pretensão é a edificação de um projeto comum que leve em consideração um olhar sobre a história, desenvolvendo o que ele chama de uma “simbiose dinâmica” ou uma “mestiçagem” entre os elementos das diferentes culturas, que no século XX, conformam a “África Negra”: a civilização negro-africana, berbere e os europeus.

²⁵ Birmingham (2009, p.22, Tradução nossa) analisa este processo, pelo viés da viagem de De Gaulle a África Ocidental: “Ele visitou a África balançando uma cenoura e empunhando um pedaço de pau. A cenoura era a oferta de privilégios especiais aos políticos coloniais, fundos para o desenvolvimento econômico e educacional e livre acesso à sociedade de Paris, onde os africanos de elite se sentiam culturalmente em casa. O preço era a aceitação da adesão de uma união francesa que seria muito mais estreitamente ligada que a comunidade britânica e na qual a França tomaria as grandes decisões estratégicas. O bastão era curto e direto: qualquer colônia que votasse ‘não’ na união de De Gaulle seria expulsa por si mesma sem acesso aos confortos técnicos, financeiros ou filosóficos.”

²⁶ OSEI, Anja. *Party-Voter Linkage in Africa: Ghana and Senegal in Comparative Perspective*. Wiesbaden: Springer, 2012, p.43.

²⁷ SENGHOR, Léopold Sédar. *Um caminho do socialismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 15.

Senghor defende que a “cultura negro-africana” e a “África Negra” é definida para além de sua “negritude”, ou seja, é o conjunto das civilizações negro-africana, árabo-bérberes e europeias que, pelos processos históricos de colonização, migrações e mestiçagem - definiriam o continente africano em sua diversidade. Ele trata a “unidade” de África como uma “liberdade de escolha”, ou seja, uma opção política que seria o antídoto do perigo da “balcanização” – tendo em vista o processo de descolonização em um horizonte próximo.

Para Senghor o elemento aglutinador é a “vontade de ser nação”²⁸ cujo objetivo é “realização de uma nação Negro-Africana, de língua francesa, da qual o Estado federal, a Federação do Mali, constitui a primeira etapa”²⁹. Ele assegura a concepção de uma “África Negra” como resultado de uma mestiçagem das diferentes matrizes de civilizações que a compuseram ao longo da história.

Em torno das lutas de poderes, é rompida a Federação do Mali, depois de três meses de existência. Assim, acirram-se as inimizades políticas entre os dois países, Senegal e Sudão Francês (depois da independência, toma o nome de Mali). Isso também ocorre em nível estrutural: o Mali destrói as estradas de ferro que ligam os países.³⁰ Já o Senegal torna-se um estado independente sob a liderança de Léopold Senghor e Mamadou Dia, que tratam de conduzir a organização do estado e da nação, em 1960.

O ano de 1960, o “ano de África”, é o período intenso do encerramento da experiência da Federação do Mali e da conformação do Senegal enquanto estado independente vinculado a Comunidade Francesa. Também é o período que tange as repetidas tentativas de união dos estados africanos em um conjunto maior, que depois da Federação tentar-se-á a “União dos Estados Africanos e Madagáscar” ou “Potências de Brazzaville”.

Considerações finais

Este trabalho procurou mostrar as minúcias dentro de um recorte da longa trajetória intelectual e política de Senghor, um indivíduo muito mais conhecido no Brasil por seu engajamento no Movimento da Negritude no contexto da França na década de 1930 do que pela sua obra política. Ao olhar especificamente para a trajetória política de quinze anos antes de tornar-se presidente do Senegal, pode-se perceber como em um contexto de luta pelas independências das colônias e pelas descolonizações (de dentro do regime

²⁸ Senghor apresenta uma concepção voluntarista de nação, muito inspirado em percepções da tradição francesa a respeito da questão nacional, centrado na leitura do texto de Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?* (1882), uma das influências ao qual o autor utiliza para pensar a conformação da nação.

²⁹ SENGHOR, Léopold Sédar. *Um caminho do socialismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 20.

³⁰ O Mali de Modibo Keita alinha-se à Guiné-Conacry, de Sékou Touré, vinculada a Kwame Nkrumah, do Gana. Em 1960, o Mali adentra a *Union des États africains/ Union of African States*, uma organização regional de cooperação econômica que existiu até 1963 entre estes três países.

colonial francês), Senghor tonaliza o seu discurso a respeito da Negritude, abarcando em suas teorias a questão da mestiçagem, modelando sua leitura cultural em prol de um projeto político.

Trata-se de pensar o amplo espectro político dos posicionamentos dos nacionalistas ou “freedomfighters” africanos – tratando aqui do contexto colonial francês – apresentando as coalizões e partidos políticos que se formam e se dissolvem ao longo do processo da construção da descolonização. Também se buscou entender melhor a inserção de Senghor nestas coalizões e seu protagonismo, pensando que este recorte de sua trajetória política – observando como este modula o discurso político de aspectos vinculados à negritude em direção à mestiçagem. Este fato é prelúdio para compreender o substrato intelectual que possibilita Senghor replicar o discurso lusotropicalista a partir da década de 60, quando de suas intervenções em prol da autodeterminação das colônias portuguesas³¹.

Referências

BEHRMAN, Lucy. **Muslim brotherhoods and politics in Senegal**. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.

COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. **Political Parties and National Integration in Tropical Africa**. California: University of California Press, 1964.

COOPER, Frederick. **Citizenship between Empire and Nation: remaking French and French Africa 1945-1960**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

DJIAN, Jean-Michel. **Léopold Sédar Senghor: Genèse d'un imaginaire francophone**. Paris: Gallimard, 2005.

GINIO, Ruth. **French colonial unmasked: the vichy years in French West Africa**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2006

MANNING, Patrick. **Francophone sub-saarian Africa 1880-1995**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MARTIN, Nicolas. **Senghor et le monde: la politique internationale du Sénégal**. Paris: Afrique biblio club, 1979.

³¹ A mediação política de Senghor em prol da descolonização e autodeterminação das colônias portuguesas – sobretudo pela vizinha Guiné – é tema da tese de doutorado que venho desenvolvendo. Em suma, é possível dizer que Senghor acaba por replicar a ideia do Brasil como modelo de sociedade miscigenada e harmônica, impulsionado por Freyre desde “Casa Grande e Senzala”. Também replica a ideia das “benesses” da colonização portuguesa, presente no discurso lusotropicalista (que foi abarcado pelo Salazarismo a partir da década de 50). Estas imagens foram denunciadas por intelectuais africanos como Mário de Andrade e Amílcar Cabral. Entende-se esta aproximação e o tom elogioso à mestiçagem adotado por Senghor a partir da década de 60, ao observar como ele modifica e modula o seu discurso político ao longo do tempo, deslocando-se das ideias impulsionadas pelo Movimento da Negritude em direção a ideia da mestiçagem e da “Civilização do Universal”.

OSEI, Anja. **Party-Voter Linkage in Africa: Ghana and Senegal in Comparative Perspective**. Wiesbaden: Springer, 2012.

RABAKA, Reiland. **The Negritude Movement: W.E.B. Du Bois, Leon Damas, AimeCesaire, Leopold Senghor, Frantz Fanon, and the Evolution of an Insurgent Idea**. United States: Lexington Books, 2015.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Liberté I – Négritude et Humanisme**. Paris: Éditions du Seuil, 1964.

SENGHOR, Léopold Sédar. O contributo do homem negro. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Um caminho do socialismo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SHEPARD, Todd. **The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

Recebido em 14/06/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

A unidade nacional nas páginas da revista integralista de “alta cultura” *Panorama*

National unity in the “high culture” integralist magazine *Panorama*

Gabriela Santi Ramos Pacheco¹

Resumo: Os anos 1930 se caracterizaram por ser uma fase de transição no campo político brasileiro, resultante de um processo de transformação iniciado na década de 1920, influenciado pelo contexto mundial pós-guerra. Esse cenário, aliado à influência do fascismo europeu, contribuiu para o desenvolvimento de projetos autoritários permeados pelo debate acerca dos rumos da nação: destaca-se, dentre outros, o de Plínio Salgado, que fundou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse movimento de inspiração fascista, buscando doutrinar e divulgar seu projeto estatal que tinha como uma das ideias-força o nacionalismo, fez uso extensivo de estratégia relacionadas à imprensa. A partir disso, esse trabalho se propõe a analisar a questão da unidade nacional presente na revista *Panorama* – periódico de “alta cultura” do movimento produzido por e para a intelectualidade, cuja proposta era ser um veículo de formação da doutrina da AIB e expor ideais intelectuais circulantes no Brasil que iam ao encontro do pensamento integralista.

Palavras-chave: Elite intelectual. Imprensa Integralista. Integralismo. Unidade Nacional.

Abstract: The 1930's are known by being a transition phase in the Brazilian political field, resulting from a remodelling process that had begun in the 1920's, which was influenced by the post-war global climate. This, with the added influence of European fascism, contributed for the development of authoritarian projects brought by the debate around the nation's future: Plinio Salgado's, for example, stands out, funding, in 1932, the Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira - AIB). This fascist inspired movement, striving to indoctrinate and advertise his state project promoting nationalism, made extensive use of strategies related to the press. Based on that, this paper proposes to analyse the matter of national unity in *Panorama* – a journal of the movement's “high culture” produced by and for intellectuals, whose propositions were to expose intellectual ideas circulating around Brazil which were in line with the integralist's thinking.

Keywords: Intellectual Elite. Integralist Press. Integralism. National Unity.

A década de 1930 foi uma fase de transição no campo político brasileiro, resultante de um processo de transformação iniciado no período anterior, influenciado pelo contexto mundial pós-guerra. Para Trindade², intensificou-se a industrialização; novas camadas urbanas foram incorporadas; colocou-se em questão a legitimidade do sistema político, dominado pelo grupo agrário exportador, e operou-se uma mutação ideológica entre as elites intelectuais. Esse contexto, aliado à influência do fascismo europeu, permeou o desenvolvimento de projetos autoritários. Destaca-se, dentre outros, Plínio Salgado, que fundou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB).

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS/UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Contato: gabrielasantipacheco@gmail.com

² TRINDADE, Hélió. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 45.

A Ação Integralista Brasileira foi fundada a partir da publicação do primeiro documento oficial do movimento em reunião no Teatro Municipal de São Paulo, o *Manifesto de Outubro de 1932*, considerado pelo “chefe-nacional” como “a primeira manifestação da doutrina integralista”³.

Em maio de 1932, propus que se criasse uma seção subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político da nossa agremiação. Esta seção foi criada pelos votos da assembleia, com o nome Ação Integralista Brasileira.⁴

O movimento de inspiração fascista, que vigorou até a instauração da ditadura estado-novista em 1937, baseou-se em preceitos nacionalistas, antiliberais, anticomunistas e de cunho autoritário para fundamentar sua política e difundir seu ideal salvacionista, tendo como um dos objetivos a implantação do “Estado Integral”⁵.

Apesar de Salgado considerar o *Manifesto de Outubro* como a primeira manifestação da doutrina integralista, os ideais do sigma vinham sendo elaborados anteriormente no jornal *A Razão* que, segundo Oliveira, configura-se como uma das bases fundadoras do movimento⁶, e nos encontros da *Sociedade de Estudos Políticos (SEP)*. O jornal surgiu no primeiro semestre de 1931, tendo como um dos principais membros Plínio Salgado, que era responsável pela coluna editorial *Nota Política*. Por mais que não tenha completado nem um ano de existência, sua importância em se tratando do integralismo se dá tendo em vista que foi fundamental para o estabelecimento das bases ideológicas da AIB e, a partir disso, para a difusão inicial da ideologia “pré-integralista”, o que permitiu atrair militantes suficientes para organização do *Manifesto de Outubro* em 1932⁷. Foi em decorrência do trabalho político realizado por esse jornal que se formou por iniciativa de Salgado, em fevereiro de 1932, a *SEP*: órgão que objetivava a reunião de intelectuais⁸ a fim de discutir a organização de um novo movimento político, baseado em um forte nacionalismo conservador e revolucionário⁹, sendo, portanto, como aponta Trindade¹⁰, o centro de reflexão ideológica de onde vão nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira.

³ **MANIFESTO DE OUTUBRO**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

⁴ SALGADO, Plínio. O integralismo na vida brasileira. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1958. In: **Enciclopédia do Integralismo**, v.1, p. 143.

⁵ TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 248.

⁶ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Volume 1, 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 31.

⁷ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Volume 1, 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 31-33.

⁸ A primeira reunião, por exemplo, reuniu um grupo de jovens intelectuais: Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mário Graciotti, João Leão Sobrinho, Fernando Callage e vários estudantes da Faculdade de Direito. (TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 152)

⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 87.

¹⁰ TRINDADE, op. cit., p. 152.

Percebe-se, portanto, que a imprensa esteve presente no integralismo desde seus primórdios¹¹, representando um instrumento deveras significativo para o movimento, tendo em vista que a utilização de periódicos era compreendida como indispensável para a doutrinação da população¹². Aliado a isso, o movimento criou uma rede de instrumentos constituída, além dos impressos, pelas sessões doutrinárias e pelo rádio, que se complementava com a utilização massiva de símbolos e de ritos. Logo, aqueles que se queria atingir eram submetidos a um processo de ritualização constante¹³. Na imprensa, por exemplo, buscava-se transmitir a doutrina de modo uniforme, sendo veiculada da mesma forma para todo integralista. Assim, a AIB desenvolveu estratégias que trabalhavam articuladamente para garantir um padrão específico para a produção do discurso textual e imagético via imprensa, sendo elas a criação do *Sigma-Jornais Reunidos* – um consórcio jornalístico que reunia 138 jornais¹⁴ em circulação por todo território, da Secretaria Nacional de Imprensa (SNI) e da Comissão de Imprensa.

As revistas e os jornais produzidos a partir dessa padronização tinham como propósito divulgar os passos das personalidades integralistas e os ideais do movimento¹⁵, sendo voltados para a publicidade do integralismo e de sua doutrina. Segundo Trindade, “o próprio Salgado reconhece o papel instrumental do jornal. Por meio dele os artigos chamavam a atenção dos intelectuais e dos dirigentes dos movimentos que rejeitavam o retorno ao liberalismo da Constituição de 1891”¹⁶. Em consonância a essa ideia de atrair intelectuais, funda-se um periódico que se distinguia dos demais, não sendo dedicado à doutrinação das massas, mas sim com o objetivo de contemplar a elite dirigente e os setores mais intelectualizados da sociedade: a revista de “alta cultura”¹⁷, *Panorama*.

A *Panorama* surge, portanto, com a proposta de ser mais do que um mero impresso da AIB, sendo assim uma aposta diferenciada do movimento: uma revista intelectual, de “alta cultura”, que buscava ser um veículo de formação da doutrina integralista e contemplar, com um conteúdo altamente teórico, a elite intelectual que não era priorizada nos outros periódicos do movimento, tendo em vista que eram produzidos visando o militante comum e, assim, apresentavam as teorias integralistas de forma “simplificada”.

¹¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 31.

¹² CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. São Paulo: Edusc, 1999, p. 82.

¹³ CAVALARI, op. cit., p. 163.

¹⁴ Segundo Oliveira, “no período de existência legal da AIB foram editados 138 jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local ou nuclear”. Entretanto, segundo um balanço divulgado pelo *Monitor Integralista* em 1935, a contabilização oficial do movimento era de 88 jornais em circulação ligados oficialmente à AIB (OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019, p.122-124).

¹⁵ CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F. A *Panorama*: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

¹⁶ TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p.153.

¹⁷ A denominação da *Panorama* enquanto revista de “alta cultura” parte da própria redação do periódico. Entende-se que essa autodenominação está relacionada a ideia de que a revista era produzida por e para a elite intelectual, possuindo, portanto, um conteúdo altamente teórico, intelectualizado, elitizado.

Sob organização e direção de Miguel Reale¹⁸ e auxílio diretivo de Rui de Arruda¹⁹, publicou-se o primeiro número da revista em janeiro de 1936, encerrando suas publicações em outubro de 1937. Durante esse período foram publicados 13 números de circulação nacional, com cerca de 100 diferentes autores e mais de 200 artigos de temas variados, que buscavam formar a elite cultural do movimento, sendo assim um espaço de discussão política com um público especializado e erudito.

A revista de “alta cultura”, segundo Carneiro e Rufino²⁰, surge no movimento em substituição a uma ideia anterior de reunir e tornar coleção um conjunto de artigos acerca do integralismo, com o propósito de ser um documento complementar ao *Manifesto de Outubro*²¹. Portanto, ela se insere na proposta intelectual da AIB de fundamentar a *práxis* integralista a partir de uma unidade teórica e “mais que a própria *theoria*, para contribuir na elaboração do *ethos* integralista, que se sustentaria pelo pensamento novo”²². Assim, a linha de pensamento da *Panorama*, além de sustentar o movimento, auxiliaria no fornecimento de uma consistência intelectual ao projeto do “Estado Integral”, sendo, por isso, uma revista de “alta cultura”, já que buscava apresentar um tom intelectual elitista e conservador em suas páginas.

Dentre os mais diversos temas abordados no periódico, a unidade nacional é um dos de maior destaque – ganhando até mesmo uma edição especial –, haja vista que a noção de integralidade permeava toda estrutura do integralismo²³, sendo um dos principais objetivos do movimento o de integrar todas as forças sociais do país em uma única expressão de nacionalidade, como é possível observar em um trecho do *Manifesto de Outubro de 1932*:

A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro [...].²⁴

¹⁸ Miguel Reale, nascido em 1910, também em São Bento do Sapucaí (SP), foi um advogado e jurista formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1933. Nesse período, filiou-se à AIB, alcançando um dos mais altos cargos no movimento. Ao fim do movimento, em 1938, passa a se dedicar a carreira de jurista, não retornando, em 1945, às fileiras do integralismo no PRP. Auxilia, no mesmo ano, na fundação do Partido Popular Sindicalistas (PPS), incorporado, posteriormente, ao Partido Social Progressista (PSP). Entre 1949 e 1950 assume a reitoria da Universidade de São Paulo (USP), abandonando momentaneamente a vida partidária: passa a se dedicar às atividades intelectuais. No entanto, em 1964 apoia o golpe militar, colaborando com o regime, principalmente na elaboração da Emenda Constitucional de 1969. Para saber sobre Reale, consultar tese de doutorado de Pedro Ivo Tanagino, intitulada “A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)”.

¹⁹Rui de Arruda Camargo (1910-1982) foi contador e advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Participou da Revolução de 1932 e, posteriormente – assim como Miguel Reale – engajou-se no movimento integralista.

²⁰ CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F. A *Panorama*: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

²¹ Essa coleção teve um primeiro volume editado, cujo nome era *Posições do Integralismo* de autoria de Miguel Reale, mas foi descontinuada tendo em vista a publicação do primeiro número da *Panorama*.

²² CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F, op. cit.

²³ TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p.226.

²⁴ **MANIFESTO DE OUTUBRO**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932, p.1.

Partindo dessa centralidade no tema da unidade da Nação, esse trabalho tem como objetivo analisar a questão da unidade nacional presente no discurso textual produzido tanto pela elite dirigente do movimento como por intelectuais integralistas e não integralistas, que foi publicada na edição especial temática da *Panorama*, o volume 8 de 1936.

Intelectuais em defesa da unidade nacional: o volume 8 da revista *Panorama*

O *Manifesto de Outubro*, ao definir a doutrina integralista em linhas gerais, apresentou o nacionalismo como ideia-força principal do movimento, que possuía, em um primeiro momento, um caráter mais cultural – romântico – do que econômico²⁵, haja vista que foi definido por Plínio Salgado, que tinha uma ligação direta com movimento modernista dos anos 1920 e se apresentava fundamentalmente como anticospopolita e cultor de tradições nacionais²⁶. Assim, hipervalorizava o homem e a terra, a nova raça em formação, a busca no passado dos fundamentos da civilização brasileira²⁷.

Com o desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira, o nacionalismo romântico de Salgado acabou incorporando outras dimensões, não contraditórias com o nacionalismo do *Manifesto*, mas que revelavam sua evolução ideológica, apresentando também uma dimensão econômica e anti-imperialista²⁸.

Se essa dimensão não predomina nos escritos de Salgado, aparece explicitamente nos livros de Miguel Reale e Gustavo Barroso. Com Barroso o nacionalismo econômico adquire um conteúdo antisemita, enquanto Reale, que vinha do marxismo, situa-se numa posição essencialmente econômica.²⁹

Seja em sua dimensão romântica ou econômica e anti-imperialista, o nacionalismo foi pauta central no discurso integralista, sendo marcado pela perspectiva de reorganização política, centralização do poder e busca pela afirmação do valor do Brasil a fim de unir todos os brasileiros num só espírito, construindo uma Nação “organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica e feliz”³⁰, em que “todos os brasileiros estejam unidos”³¹.

Percebe-se que a unidade da Nação era considerada um dos pilares do “Estado Integral”, sendo, portanto, um assunto caro ao movimento integralista. Essa questão fica mais evidente ao analisar a *Panorama*: o periódico de “alta cultura”, em linhas gerais, não apresentava edições temáticas, centradas em um assunto específico, mas sim volumes com os mais variados temas nos textos que os compunham; no

²⁵ TRINDADE, Hélgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 242.

²⁶ CALIL, Gilberto. Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964). *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 1, jan./jun. 2013, p. 36.

²⁷ TRINDADE, op. cit., p. 242.

²⁸ Ibid., p. 242-245.

²⁹ Ibid., p. 245.

³⁰ **MANIFESTO DE OUTUBRO**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932, p.1.

³¹ Ibid., p. 1.

entanto, houve uma única edição que fugiu desse padrão, trazendo um tema central, a unidade nacional. Esse “número especial”, como anunciou a redação da revista³², foi o volume 8, publicado em 1936 e dedicado exclusivamente ao “problema da unidade nacional”³³.

A unidade nacional, portanto, foi apresentada pela redação da *Panorama* no texto de abertura da edição intitulado “Este número da unidade nacional” como um problema com “as mais diversas facetas, os aspectos mais imprevisíveis, com dificuldades inúmeras, sendo a maior delas a de evitar lugares comuns, coisas já ditas e repetidas”³⁴. Para eles, abordar a complexa e diversa questão da unidade nacional exigia aprofundamento e originalidade³⁵, sendo esse o motivo de tal assunto ter sido delegado à revista de “alta cultura”, sempre empenhada em apresentar em suas páginas um conteúdo altamente teórico e intelectualizado.

Ao abordar o “problema” da unidade nacional, os editores da *Panorama* buscaram demonstrar suas diversas facetas com artigos que permeavam as mais variadas questões, como corporativismo, política administrativa, língua, industrialização, meios de transporte, entre outros. Assim, o fio condutor dessa edição especial foi, como enunciado no texto de abertura do volume, “unidade na variedade, eis a fórmula luminosa que nos guiou. E não é outra a fórmula que se apresenta aqueles que procuram solução para o ‘caso’”³⁶.

Para a análise dessa questão foram utilizados 15 artigos publicados nesse oitavo volume, sendo 10 deles enviados à redação por intelectuais colaboradores e outros 5 selecionados pela direção do periódico, que foram publicados na seção *Mentores da Nacionalidade*, constituída por artigos de intelectuais já falecidos, considerados grandes figuras do pensamento brasileiro que deveriam ser lembradas pelos ensinamentos e previsões que deixaram³⁷ – nessa edição, Alberto Torres, Vicente Licínio Cardoso, Graça Aranha, Alberto de Faria e Silvio Romero.

Em relação aos textos enviados à redação, dos 10, nove eram de intelectuais integralistas – Plínio Salgado, Miguel Reale, Alfredo Buzaid, Luis da Camara Cascudo, Mario Ferreira de Medeiros, Mario Marroquim, Helio Vianna, F. L. Villela e João Carlos Faribanks, enquanto apenas um era de intelectual não filiado ao movimento, Oliveira Vianna.

Ao analisar o discurso textual desses intelectuais nas páginas do volume 8 da *Panorama*, percebe-se que foi guiado pela ideia de que a unidade nacional brasileira, consolidada no império, sofria dos “males do separatismo”³⁸ desde a proclamação da república em 1889, haja vista a implantação do sistema federalista.

³² PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

³³ Ibid, p.3.

³⁴ Ibid, p.3.

³⁵ Ibid, p.3.

³⁶ Ibid, p.3.

³⁷ Ibid, p.62.

³⁸ SALGADO, Plínio. Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista. PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p.8.

No entanto, enquanto alguns utilizam seu espaço no periódico para tratar dessa questão, abordando-a de forma mais teórica, outros focam em apresentar soluções para a questão da desagregação ocasionada, segundo eles, pelo federalismo.

Unidade nacional: inexistente, enfraquecida ou consolidada?

Alfredo Buzaid³⁹, em “A unidade nacional e o fenômeno federalista”, centra sua análise no mal causado pelo federalismo à Nação brasileira, sendo isso, para o autor, uma conspiração da primeira república à unidade nacional. Para o intelectual, diferentemente dos Estados Unidos, onde o regime federativo “logrou êxito notável [...], atendeu às tradições, ao espírito do povo e à formação nacionalista [...], caminhando, pois, da descentralização absoluta para a centralização relativa”⁴⁰, no Brasil o federalismo não condiz com as realidades do país.

[...] no Brasil o regime federativo desde os primeiros anos de sua aplicação se fez sentir o profundo choque entre o dispositivo legal e a realidade nacional. A Federação engendrou o caciquismo e a política dos governadores. Hipertrofiou os Estados e enfraqueceu a autoridade da União. Dentro do regime federalista, não tivemos partidos nacionais. Somente estaduais. Desta maneira, a competição para a suprema magistratura da República não era feita em lutas eleitorais entre partidos nacionais, mas entre os presidentes dos Estados, que representavam as unidades da Federação.⁴¹

Essa situação, para Buzaid, favoreceu os intentos hegemônicos de grupos regionais, sendo o federalismo, portanto, a grande causa dos males da primeira república, haja vista que gerou o caciquismo estadual, criou uma superestrutura jurídica que era contrária à realidade nacional, arruinou o conceito de autoridade do Estado, possibilitou a existência de estados milicianos dentro da União, que competiam com ela e a enfraqueciam, e desconsiderou as forças da unidade espiritual da pátria, encorajando, por meio da ampla autonomia estatal, o desmembramento nacional⁴².

³⁹ Alfredo Buzaid nasceu em 1914, em Jabucatiabal, São Paulo. Ingressou, em 1930, na Faculdade de Direito da USP e, concomitantemente, exerceu a função de jornalista. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e, em seguida, ingressou na AIB. Com o fim do movimento, dedicou-se à advocacia, mas nos anos 1940, com o PRP, retorna ao movimento. Posteriormente, apoia a ditadura civil-militar, chegando, em 1967, ao cargo de coordenador da revisão de códigos – nomeado pelo ministro da justiça de Costa e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva. Já no governo de Médici, em 1969, é convidado a ocupar o ministério da justiça. Por fim, em 1978, tomou posse na cadeira 46 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e, em 1982, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

⁴⁰ BUZAID, Alfredo. A unidade nacional e o fenômeno federalista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 22-23.

⁴¹ BUZAID, Alfredo. A unidade nacional e o fenômeno federalista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 24.

⁴² *Ibid.*, p. 25.

O texto de Buzaid conversa diretamente com o “Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista” de Plínio Salgado⁴³, pois, segundo Salgado, as forças políticas brasileiras pós-1889 se orientaram no sentido regional, sendo assim guiadas pela disputa de poder local por duas facções, isto é, por dois grupos distintos buscando hegemonia política, o que acabou por prejudicar a unidade da Nação⁴⁴.

Dessa forma, para Plínio Salgado, a república federativa brasileira, ao invés de garantir a unidade, estimulou movimentos de desagregação, sendo, portanto, mais desordenadora que coordenadora:

A Federação se parte em Estados; os Estados se fragmentam em partidos locais; os partidos locais em grupos. E quando os grupos absorvem os outros, transformam-se no “tabu” tribal, este logo se erige em mito provinciano invencível, para depois se elevar a divindade hegemônica nacional, nunca absoluta, dado o relativismo da gravitação política brasileira.⁴⁵

O Brasil pós-1889, para o chefe nacional do movimento integralista, é a “grande expressão fracionária”, tendo em vista que além da falta de unidade política, há também uma marcha para desagregação econômica e administrativa.

Esse contexto de fragmentação, para o intelectual, traz alguns perigos: o do comunismo, “um movimento que orienta-se num sentido da Nação, para o internacionalismo [...] que parte do homem para a humanidade em geral [...] que tem uma expressão social uniforme”⁴⁶, e o do separatismo, sendo “uma ilusão pensarmos que os grandes Estados [...] poderão viver sem a colaboração íntima entre si e sem a cooperação de todas as outras unidades federativas”⁴⁷, afinal, “como parte integrante do Brasil, somos grandes e fortes, considerados isoladamente não passamos de simples republiquetas”⁴⁸.

Para derrotar essas ameaças, Salgado defende apelar para os resquícios da unidade nacional que ainda restam no país, que estão amparados no interesse social.

Essa unidade está na tradição da família brasileira, no sentimento espiritual da Nação, nos nossos costumes, que constituem a afirmação constante de um senso nobre de

⁴³ Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí, em São Paulo, no ano de 1895. Iniciou suas atividades profissionais em 1916, como jornalista, em um jornal de sua cidade natal, o semanário *Correio de São Bento*, e em 1918, como político, participando da fundação do Partido Municipalista. Mudou-se para São Paulo em 1920, onde passou a trabalhar no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Ainda neste ano, passou a se dedicar às atividades literárias, e, assim, envolveu-se com o movimento modernista, alinhando-se ao movimento *Verde-Amarelo* e, em seguida, lançando o movimento *Anta*, que serviu de base inicial para a formulação do pensamento integralista. Fundou em 1931 a SEP e, posteriormente, em 1932 a AIB. Com o fechamento do partido em 1937, partiu para o exílio em Portugal, retornando ao Brasil em 1945 com a redemocratização do país e fundando o Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro político da AIB. Apoiou o golpe militar de 1964 e, com a extinção dos partidos pelo AI-2, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena).

⁴⁴ SALGADO, Plínio. *Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista*. PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p.8

⁴⁵ *Ibid.*, p. 8.

⁴⁶ SALGADO, Plínio. *Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista*. PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 9.

⁴⁷ *Ibid.*, p.11

⁴⁸ *Ibid.*, p. 11.

colaboracionismo sem o impositivo da anulação da personalidade, exigida pelas organizações com finalidade no coletivismo.⁴⁹

Defende, assim, para afirmar a unidade baseada em um sentimento brasileiro, um governo forte, que acione as forças conservadoras da sociedade, para assim orientar a Nação em um determinado sentido de cultura, de finalidade moral⁵⁰.

Plínio Salgado evidencia a necessidade de “reavivar” a unidade nacional que enfraqueceu pós-1889, finalizando seu texto com a afirmação de que

A unidade da Pátria é uma condição vital para o Brasil [...], é, mais do que um programa sentimental, mais do que um imperativo racial, idiomático, religioso, militar, político, continental: um programa de bom senso.⁵¹

Helio Vianna⁵², em “Bases históricas da unidade nacional”, posiciona-se de forma semelhante aos intelectuais anteriores. Ele afirma que a unidade nacional foi consolidada no império, com o centralismo consagrado por meio da Constituição de 1824.

Assim [com a Constituição de 1824] pode o Segundo Reinado, por todo o meio século de sua duração, manter intangível o princípio unionista através da designação direta dos presidentes da província, da vitaliciedade do Senado e das diretrizes nunca regionalistas do Conselho de Estado e do Poder Moderador.⁵³

Para Vianna, a implantação do sistema federativo a partir da proclamação da república atacou as raízes históricas do país e, assim, fomentou o desejo separatista, enfraquecendo a unidade nacional⁵⁴.

Oliveira Vianna⁵⁵, no entanto, por mais que dialogue com os outros autores ao afirmar, em “Os regionalismos e a unidade nacional”, que a centralização política e administrativa do império, que garantiu uma unidade moral permeada por uma verdadeira consciência nacional⁵⁶, foi abalada pelo regime republicano, haja vista que ele “com sua organização descentralizada, perturbou, retardando, de certo modo,

⁴⁹ Ibid., p. 10

⁵⁰ Ibid., p. 7.

⁵¹ Ibid., p. 14.

⁵² Helio Vianna, nascido em 1908, em Belo Horizonte, Minas Gerais, formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1931 entra em contato com Plínio Salgado e, em 1932, ao se formar em direito, consolida seus vínculos com a AIB. Foi professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula no Rio de Janeiro. Pertenceu à Academia Portuguesa de História, à Sociedade Capistrano de Abreu, ao Instituto Coimbra, à *Academy of American Franciscan History*, ao Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e ao Instituto Histórico de Alagoas.

⁵³ VIANNA, Helio. Bases históricas da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 50.

⁵⁴ Ibid., p. 50.

⁵⁵ Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, Rio de Janeiro, em 1883. Foi historiador, sociólogo e bacharel em direito, sendo também ministro do tribunal de contas e membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com posições conservadoras, foi um dos principais ideólogos do Estado Novo brasileiro, pensando, principalmente, questões voltadas ao corporativismo.

⁵⁶ VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 15.

esta obra lenta de sincretismo e unidade que o Império vinha realizando”⁵⁷, defende que a unidade do povo brasileiro foi plenamente assegurada com a promulgação da Constituição de 1934, sendo ela uma reação efetiva à excessiva descentralização da Carta Constitucional de 1891, o que permitiu, assim, que “o poder central, o poder União, [...], as nossas elites dirigentes, presentes e futuras, realizar, em toda a sua plenitude, o grande pensamento de unidade nacional dos fundadores da nossa independência”⁵⁸.

Já Mario Ferreira de Medeiros⁵⁹, no artigo intitulado “O problema da unidade brasileira”, apresenta a perspectiva de que a unidade nacional brasileira está em formação, afinal, por mais que existam tendências separatistas decorrentes da proclamação da república, há também – e mais fortes – tendências brasileiras⁶⁰, que se fortalecem, pois

1. Existe um país brasileiro; 2. Existe um ‘sangue’ brasileiro; 3. Está se formando, cada vez mais poderoso, um senso nacional brasileiro; 4. A reunião das famílias brasileira vem sendo progressivamente mais íntima; 5. existe um sonho nacional brasileiro e existe uma vontade férrea de realiza-lo; 6. Existe o princípio de uma cultura brasileira.⁶¹

Por fim, Luis da Camara Cascudo⁶², em “Unidade nacional e a política administrativa”, defende a inexistência de uma unidade nacional no Brasil e a impossibilidade de consolidá-la dentro da política administrativa brasileira. Para ele, isso é uma questão enraizada, que se constitui dessa forma desde o império – apenas o poder moderador conseguiu trazer certa estabilidade para o Brasil – e acabou sendo agravada pela república e adoção do federalismo⁶³.

O problema da unidade nacional e as propostas de resolução

Mario Marroquim⁶⁴, em “A língua e a unidade nacional”, apresenta a ideia de a língua é um elemento essencial na manutenção da unidade nacional⁶⁵. Para isso, segundo o intelectual, precisa-se considerar a

⁵⁷ Ibid., p. 16.

⁵⁸ Ibid., p. 16.

⁵⁹ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre Mario Ferreira de Medeiros.

⁶⁰ MEDEIROS, Mario Ferreira de. O problema da unidade brasileira. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p.37.

⁶¹ Ibid., p. 40.

⁶² Luis da Camara Cascudo nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte. Iniciou a carreira jornalística em 1918, no entanto, em 1928, forma-se em direito na Faculdade de Direito de Recife. Apesar de ambas situações, acaba atuando como professor de história e, em 1934, torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Filia-se a AIB nos anos 1930, tornando-se um membro de destaque e chefe regional. Já na década de 1960, assume o cargo de professor catedrático de direito internacional público na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁶³ CASCUDO, Luis da Camara. Unidade nacional e a política administrativa. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 26-28.

⁶⁴ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre Mario Marroquim.

⁶⁵ MARROQUIM, Mario. A língua e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 47.

pluralidade do extenso território brasileiro, sendo necessário ensinar ao povo brasileiro uma língua que ele fale, que seja fundamentalmente brasileira⁶⁶.

A escola, a colaboração dos valores intelectuais e dos professores, unidos em tornos de fatos linguísticos reais e objetivos fixarão um tipo médio da língua brasileira, com capacidade de resistência às diferenciações regionais, de vez que corresponderá às necessidades de expressão do brasileiro.⁶⁷

Já F. L. Villela⁶⁸, no artigo “A industrialização do Brasil e sua unidade territorial”, defende que o grande fator que consolidará a unidade nacional e o metabolismo interno do país é a industrialização nacional com zonas de especialização⁶⁹. Para Villela, “o Brasil precisa se libertar do estado de dependência da indústria estrangeira, sobretudo da indústria pesada”⁷⁰, sendo dever do Estado “amparar e estimular a industrialização, como princípio de política nacional econômica”⁷¹, não podendo ele ter preferências regionais de interesses particulares, mas sim pensar de forma totalitária, tendo em vista que apenas dessa forma a industrialização com a especialização trará harmonia e união⁷².

João Carlos Fairbanks⁷³ também traz a ideia de que existe a necessidade de uma especialização, não da indústria, mas dos meios de transporte, sendo isso fator essencial para a economia brasileira, que possibilitará a união da Nação. Em “Unidade Nacional dos meios de transporte”, Fairbanks argumenta que a unidade nacional só será consolidada quando houver articulação geral dos meios de transporte.

Cada qual [meio de transporte] traçado no local mais propício à produção e mais naturalmente indicado: nem navegação fluvial no alto da serra, nem traçado ferroviário atravessando rios maleitosos por sobre pontes caríssimas ou zonas estéreis. É hora do Brasil construir sua economia. Vamos aos lineamentos. Sem economia, a soberania política só existe no papel e a escravidão é realidade. E a UNIDADE NACIONAL seria a pluralidade das senzalas. Mãos à obra.⁷⁴

Por fim, para Miguel Reale, o único intelectual da edição que não defende o império como consolidador da unidade nacional, traz a proposta, em “Corporativismo e unidade nacional”, de que a solução para o “magno problema da nacionalidade” só será assegurada pelo corporativismo⁷⁵.

⁶⁶ Ibid., p. 46.

⁶⁷ Ibid., p. 47.

⁶⁸ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre F. L. Villela.

⁶⁹ VILLELA, F. L. A industrialização do Brasil e sua unidade territorial. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 51.

⁷⁰ Ibid., p. 51.

⁷¹ Ibid., p. 51.

⁷² Ibid., p. 51.

⁷³ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre João Carlos Fairbanks.

⁷⁴ FAIRBANKS, João Carlos. Unidade Nacional dos meios de transporte. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 57.

⁷⁵ REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 17.

Segundo Reale, o que acaba por centrifugar o país, diminuindo a capacidade integradora e orgânica do poder central é a luta hegemônica entre as províncias e entre os partidos de âmbito regional e os choques dos interesses capitalistas e a paralela luta de classes fomentada pelo comunismo⁷⁶.

O que possuímos não são apenas dissídios de regiões ou de partidos, mas sim verdadeiros contrastes de organismos semi-soberanos, com distintas estruturas jurídicas, prerrogativas de Estados, capacidade de agir de per se no domínio das finanças, institutos econômicos próprios, forças armadas que não exercem com todos os apetrechos exigidos pela guerra moderna. Esses fatos [...] condicionam toda uma atividade política polarizada.⁷⁷

Dado esse contexto, para o intelectual a única opção ordenadora é o corporativismo, afinal, no plano corporativista se ordena o que já existe, ordenam-se as profissões, entrelaçando-se as atividades produtivas, coordenam-se grupos desde o município até a União⁷⁸: “o corporativismo ordena o que já existe, articula juridicamente órgãos que de fato preexistem no corpo social”⁷⁹, sendo a ordem a única maneira de assegurar a unidade da Nação brasileira.⁸⁰

O que pensavam os *Mentores da Nacionalidade* sobre a unidade nacional?

“O Rio São Francisco”, texto de Vicente Licínio Cardoso⁸¹ sobre a unidade nacional, traz o argumento de que o elemento que possibilitou a existente unidade nacional do país, realizando o intercâmbio entre os “bandeirantes e monarquistas unitários do sul” e os “bandeirantes e federalistas republicanos do norte”, foi o Rio São Francisco:

O S. Francisco é a coluna magna da nossa unidade política, o fundamento basilar que reagiu e venceu os imperativos caracterizadamente centrífugos oferecidos pelo litoral. [...] sem aquele rio, sem aquela estrada natural interior, teria sido impossível manter a unidade da nossa pátria, unidade contra a qual se insurgiram sempre gravames causticantes, em face dos quais teria sido impossível o desejo dos políticos e estadistas se não tivesse existido aquele laço cósmico de ligação fundamental, vinculando desde a colônia, do Sul ao Norte do país.⁸²

Seu argumento é pautado na ideia de que a terra funciona como esqueleto dos organismos sociais⁸³. Assim, os investimentos devem continuar direcionados a esse canal natural de conexão da nação brasileira,

⁷⁶ REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 17.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 17.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 19.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 19.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 21.

⁸¹ Vicente Licínio Cardoso, nascido em 1890, no Rio de Janeiro, diplomou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em engenharia civil. Foi sociólogo e professor universitário. Autor de *A margem da história da República* (1924), entre outros livros.

⁸² CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 63.

⁸³ CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 63.

valorizando-se “toda a dádiva imensa que a natureza nos legou”⁸⁴ em detrimento de investir na ligação da capital ao extremo norte ela via férrea⁸⁵.

A ideia de Graça Aranha⁸⁶, ao abordar “alguns fatores da unidade nacional”⁸⁷, conversa com a de Licínio Cardoso, afinal, para Aranha, o fascínio do colonizador português pela natureza brasileira, ou seja, o fator geográfico, impulsionou a ação portuguesa de criar e fundir a unidade colonial⁸⁸. Todavia, para o intelectual, essa questão por si só não explica a manutenção da unidade da Nação: precisa-se considerar, juntamente com o fator geográfico, o fator étnico e, principalmente, o psicológico.

Acima desses elementos a fascinação pela natureza, o prestígio da terra imensa e poderosa, a raça povoadora, que prepararam a unidade brasileira, deve-se atender ao fator psicológico, ao espírito de progressão da nação portuguesa, à consciência, que se transformou em inconsciência.⁸⁹

Em contraponto aos dois autores, Alberto de Faria⁹⁰ defende em seu texto, “Os fatores primordiais da nossa história política”, que a formação da unidade nacional brasileira não foi garantida por fatores naturais, mas sim a partir de marcos culminantes, tanto internos como externos, sendo central em seu argumento a atuação de grandes figuras do império:

[...] marcos culminantes na consolidação da nacionalidade. Externamente, a guerra contra Rosas e Oribe, levantando a moral abatida pelo desastre da campanha cisplatina, e a preponderância política do Rio do Prata com a Tríplice Aliança e vitória no Paraguai. Internamente, além da força da autoridade que a clarividência, a nobreza d’alma, o desprendimento de D. Pedro II e o prestígio de Caxias firmaram definitivamente a abertura de comunicações aproximando comercialmente os elementos dispersos da colonização portuguesa.⁹¹

Para além de Dom Pedro II e Caxias, Faria evidencia Mauá como um dos fundadores do Império e, conseqüentemente, na consolidação da unidade nacional⁹², haja vista seu investimento na construção de estradas de ferro.

Coube a Mauá lançar a ideia no momento oportuno e executá-la; foi sempre o seu mérito principal [...]. Para isso nem posição oficial tinha, nem pediu favores; com seu dinheiro e de

⁸⁴ Ibid., p. 63.

⁸⁵ Ibid., p. 63.

⁸⁶ Graça Aranha nasceu em 1868 em São Luís, Maranhão. Formou-se em direito e exerceu magistratura no interior do estado do Espírito Santo. Publicou livros importantes, como *Canaã* (1902), e participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922.

⁸⁷ ARANHA, Graça. Alguns fatores da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 65.

⁸⁸ Ibid., p. 65.

⁸⁹ Ibid., p. 65.

⁹⁰ Alberto de Faria nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 1865. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e destacou-se como líder abolicionista e republicano, atuando como advogado, ensaísta e crítico literário.

⁹¹ FARIA, Alberto de. Os fatores primordiais da nossa história política. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 66.

⁹² Ibid., p. 67.

alguns amigos lançou a ideia no solo e ela enraizou. Daí em diante, nos vinte anos de seu esplendor financeiro, nunca mais uma estrada de trilhos se havia de cravar na terra brasileira sem que seu nome ou sua influência ali estivessem; e elas brotaram fecundante de 1854 a 1858.⁹³

Silvio Romero⁹⁴, em “O assombroso fenômeno da unidade no Brasil”, também defende que a unidade nacional brasileira foi consolidada no império. Entretanto, em sua perspectiva, ela se constituiu por meio da religião: “o catecismo dos jesuítas, as Ordenações do Reino, garantiam desde os primórdios, a unidade religiosa e a do direito”⁹⁵. Com isso, o Brasil apresenta-se, desde então, como um país que, apesar de sua grande dimensão, possui fundamentalmente em todo território as mesmas tradições, costumes, língua, grandes aspirações nacionais⁹⁶.

Contrário às ideias dos intelectuais anteriores que afirmam o Brasil enquanto Nação unida, há o texto de Alberto Torres⁹⁷, “Unidade nacional, questão culminante do nosso futuro”, que apresenta, como enuncia o título, a unidade nacional como uma questão deveras significativa para o futuro brasileiro, haja vista que no Brasil do período a política oferecia um quadro expressivo em relação ao fenômeno da dispersão decorrente da base das organizações partidárias e das politiquices locais⁹⁸. A partir disso, Torres defende que há uma ilusão acerca da existência consolidada da unidade política, que acaba por mascarar a realidade da desunião moral, social e econômica⁹⁹, sendo isso apenas percebido pelos mais indagados, os que se dedicam a pensar sobre a Nação.

Considerações finais

A *Panorama* enquanto veículo de formação e amadurecimento da doutrina do sigma e espaço de circulação de ideias tanto integralistas como de outras instâncias do pensamento autoritário brasileiro, com publicação de autores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, foi utilizada como espaço de discussão ideológica, sendo o mais próximo que se pode enquadrar como um debate na imprensa integralista¹⁰⁰. Isso

⁹³ Ibid., p. 67.

⁹⁴ Silvio Romero, crítico, ensaísta e professor, nasceu em 1851 em Lagarto. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1874, quando começou a atuar na promotoria em Estância, renunciando posteriormente. Foi um exímio pesquisador bibliográfico.

⁹⁵ ROMERO, Silvio. O assombroso fenômeno da unidade nacional no Brasil. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 68.

⁹⁶ Ibid., p. 68.

⁹⁷ Alberto Torres nasceu em 1865 no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Ingressou, em 1892, na carreira política, sendo deputado estadual e, em seguida, federal. Assumiu a pasta da Justiça no governo de Prudente de Morais, em 1896. Em 1901, foi nomeado ministro do STF. Importante pensador acerca das questões da Nação, publicou *O problema nacional brasileiro* (1914) e *A organização nacional* (1915).

⁹⁸ TORRES, Alberto. Unidade nacional, questão culminante do nosso futuro. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 62.

⁹⁹ Ibid., p. 62.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019, p. 172.

fica evidente ao analisar a edição n.8 de 1936, dedicada à unidade nacional. Nela o tema é explorado por diferentes intelectuais integralistas e não integralistas, que buscam tratar da problemática em torno da existência ou não de uma Nação brasileira unida, da necessidade ou não dessa unidade nacional e, por fim, das possibilidades para consolidação e manutenção dessa unidade.

Por mais que exista uma homogeneidade em torno da importância da temática, que é colocada como questão central para estruturação política, administrativa e econômica da Nação brasileira, é possível observar uma pluralidade nos posicionamentos, sendo a *Panorama*, por isso, um espaço de fermentação intelectual, que trazia discussões políticas com um conteúdo altamente teórico.

Ao colocar a unidade nacional em discussão entre os intelectuais colaboradores, pode-se perceber, apesar dos pontos de contato, algumas divergências no discurso textual dos intelectuais: enquanto Alfredo Buzaid, Plínio Salgado e Helio Vianna trazem a ideia de que o Brasil do período caminhava para uma descentralização, no sentido regional, sendo necessário agir em prol da unidade nacional, Oliveira Vianna escreve que, por mais que a unidade nacional tenha sido “perturbada” com a proclamação da república em 1889, a unidade da Nação estava, nos anos 1930, plenamente assegurada pela Constituição de 1934. Já Mario Ferreira de Medeiros defende que a unidade brasileira estava em formação no período e Luis da Camara Cascudo traz a ideia com maior divergência, afirmando que, por mais que seja uma questão fundamental, não havia unidade nacional no Brasil, sendo impossível consolidá-la. Por fim, há as propostas resolutivas, objetivando consolidar a tal unidade nacional: Mario Marroquin defende a formação de uma língua genuinamente brasileira enquanto mecanismo unificador; F. L. Villela traz a proposta de unificação por meio da industrialização nacional especializada em setores; João Carlos Fairbanks apresenta a proposta de especialização dos meios de transporte a fim de unificar o país e Miguel Reale, tratado corporativismo enquanto único meio capaz de consolidar a unidade nacional brasileira.

Em relação à seção *Mentores da Nacionalidade*, trazida pela redação da revista a fim de lembrar grandes figuras do pensamento brasileiro, pode-se visualizar, ao colocar os textos em discussão, que é composta pelas mais diversas afirmações acerca do que consolidou a unidade nacional brasileira: para Vicente Licínio Cardoso a consolidação se deu por meio do Rio São Francisco; para Graça Aranha, essa consolidação ocorreu principalmente pelo fator psicológico; para Alberto de Faria a Nação se unificou por meio de marcos culminantes, como o investimento de Mauá na construção de estradas de ferro; já para Silvio Romero isso ocorreu a partir do fator religioso. Apenas Alberto Torres contraria os outros *Mentores da Nacionalidade*, trazendo a ideia de uma ilusão acerca da consolidada unidade nacional.

Em síntese, a unidade nacional é apresentada na *Panorama* como questão fundamental para a estruturação política, administrativa e econômica do Brasil enquanto Nação e que apresenta as mais diversas facetas e possibilidades de abordagem, sendo necessário explorá-la com grande profundidade e

originalidade¹⁰¹, haja vista sua complexidade e sua centralidade enquanto uma das bases do “Estado Integral”.

Referências

Fontes

ARANHA, Graça. Alguns fatores da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

BUZAID, Alfredo. A unidade nacional e o fenômeno federalista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

CASCUDO, Luis da Camara. Unidade nacional e a política administrativa. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

FAIRBANKS, João Carlos. Unidade Nacional dos meios de transporte. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

FARIA, Alberto de. Os fatores primordiais da nossa história política. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

MANIFESTO DE OUTUBRO. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

MARROQUIM, Mario. A língua e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

MEDEIROS, Mario Ferreira de. O problema da unidade brasileira. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

MONITOR INTEGRALISTA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, 1934-1937.

PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, 1936-1937.

REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

ROMERO, Silvio. O assombroso fenômeno da unidade nacional no Brasil. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

SALGADO, Plínio. O integralismo na vida brasileira. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1958. In: **Enciclopédia do Integralismo**, v.1.

_____. Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

¹⁰¹**PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

TORRES, Alberto. Unidade nacional, questão culminante do nosso futuro. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

VIANNA, Helio. Bases históricas da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

VILLELA, F. L. A industrialização do Brasil e sua unidade territorial. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

Bibliografia

CALIL, Gilberto. Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964). **História: Debates e Tendências** – v. 13, n. 1, jan./jun. 2013, p. 33-47.

CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F. A Panorama: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. São Paulo: Edusc, 1999.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. Tese de Doutorado (História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2009.

_____. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Volume 1, 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

_____. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019

TANAGINO, Pedro Ivo. **A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)**. Tese de Doutorado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2019.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.

Recebido em 14/06/20 aceito para publicação em 29/08/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Uma trajetória intelectual marcada pelo enquadramento de memória: o uso da figura de Olavo Bilac na construção da ditadura civil-militar (1965-1974)

An intellectual trajectory marked by the framework of memory: the use of the figure of Olavo Bilac in the construction of the civil-military dictatorship (1965-1974)

Lara Coletto¹

Resumo: O artigo aqui proposto busca, através de análise historiográfica, debater o enquadramento de Olavo Bilac na ditadura civil-militar brasileira. O regime ditatorial se utilizou de diferentes métodos para criar coesão e legitimidade. Desde propagandas de cunho informativo, slogans, uso de comemorações cívicas que comportam datas e figuras ativas nos meios políticos e intelectuais importantes para a história do Brasil. Olavo Bilac se torna importante na construção do regime por ser visto enquanto um exemplo de cidadão, o modelo necessário para a coesão do regime, assim como o trabalho exercido a frente da Liga de Defesa Nacional transforma as Forças Armadas brasileiras no único elemento capaz de proteger o país de perigos exteriores.

Palavras-chave: Intelectualidade; Enquadramento de memória; Olavo Bilac; Ditadura civil-militar.

Abstract: The article proposed here seeks, through historiographical analysis, to debate the framing of Olavo Bilac in the Brazilian civil-military dictatorship. The dictatorship used different methods to create cohesion and legitimacy. From informative propaganda and slogans, to civic celebrations of dates and figures active in political and intellectual circles important to the history of Brazil. Olavo Bilac becomes important in the construction of the regime by being a model citizen, necessary for the cohesion of the regime. Furthermore, the work carried out by the National Defence League transformed the Brazilian armed forces into the only element capable of protecting the country from external dangers.

Keywords: Intellectuality; Memory framing; Olavo Bilac; Civil-military dictatorship

A intelectualidade é instrumento importante para a estruturação dos Estados Nacionais e sua participação é reivindicada dentro de disputas políticas. Sua circulação pela sociedade, através de obras, colaboração em periódicos e influência social através da participação ativa na política do país é uma categoria importante na construção historiográfica. Dessa maneira, avalia-se o enquadramento de memória² de Olavo Bilac durante a ditadura civil-militar brasileira, instaurada em 1964, através de três obras biográficas: *Olavo Bilac, o homem cívico*, do Gen. Moacir Araújo Lopes, de 1968, editado e publicado pela Liga de Defesa Nacional junto ao Departamento de Imprensa Nacional; *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o*

¹ Aluna do programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CNPq com o projeto intitulado "Intelectuais e Estado: as releituras de Olavo Bilac da ditadura civil-militar (1965-1974)

² Usa-se aqui o conceito desenvolvido por Michael Pollak, no qual o autor diz que "O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro." (POLLAK, 1989).

homem, o artista, o patriota de Adelino Brandão, de 1969, não havendo informações sobre sua publicação; e *Olavo Bilac e sua época*, de Raymundo Magalhães Jr., de 1974, publicado pela editora Americana.

A participação de intelectuais junto ao Estado se faz importante tendo em vista a função social atribuída a eles como agentes de conscientização e educação. Sua presença junto ao governo federal se faz mais forte em momentos de crise e a intelectualidade acaba por ser vista como um guia devido a sua consciência privilegiada do "nacional" (VELLOSO, 2003). É durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945) que a intelectualidade brasileira passa a ocupar lugar de destaque na política, mas sua presença junto ao Estado brasileiro pode ser percebida já nas primeiras décadas da República.

O governo busca construir uma nova concepção do intelectual, não mais como observador da sociedade, mas sim um agente político, passando a ser o "representante da consciência nacional" (VELLOSO, 2003, p.153), colaborando diretamente com as demandas do Estado. Sendo assim, passa a ser uma atribuição da elite cultural transmitir à população as ideologias caras ao governo, carregando consigo a função de educar a sociedade.

Essa "nova" função atribuída à intelectualidade brasileira passa a mobilizar diferentes membros da elite cultural que começa a ver-se como um grupo portador "da missão de elevar a consciência da população, de guiar os menos favorecidos e, assim, orientar e planejar os rumos do país (...)" (MAIA, 2012, p.25). A ditadura civil-militar se utiliza da cultura por ver um grande potencial mobilizador, tendo em vista que a elite intelectual agiria diretamente no direcionamento da sociedade.

A cultura passa a ser vista como resultante das relações de poder e, em um governo de cunho autoritário se torna um mecanismo de coesão. Dessa maneira, o regime militar passa a dar maior respaldo às instituições culturais, além de criar entidades estatais com teor normativo, como o Conselho Federal de Cultura (CFC) criado em 1967. Notamos que a criação do CFC coloca em debate a presença civil nos governos da ditadura civil-militar, já que agem de forma decisiva na montagem e no funcionamento do Estado. Como afirma Tatyana Maia (2012), é perceptível a presença de grupos civis intervindo no Estado de maneira direta ou apenas como apoiadores dos militares a frente do Executivo.

Sendo assim, pensamos os três autores produtores de biografias acerca da vida de Olavo Bilac enquanto intelectuais ativos na sociedade e no regime militar instaurado no pós 1964. Moacir Araújo Lopes é membro das Forças Armadas, sua obra contém 24 páginas que buscam tratar das instituições, da juventude e da importância do civismo, além de comentar certos aspectos da vida de Olavo Bilac, como seu serviço patriótico e suas relações familiares. Da página 25 a 45, seguem-se anexos, entre poemas de Bilac e os decretos-lei que instauram o Dia do Reservista e deram o título de Patrono das Forças Armadas ao poeta.

Adelino Brandão é parte de uma intelectualidade militar pertencente às universidades, sendo assim, sua obra visa tratar do Serviço Militar Obrigatório e da possibilidade dos jovens soldados manterem suas atividades acadêmicas. O livro faz parte de um concurso intitulado "Serviço Militar" do ano de 1968, porém

é publicado apenas em 1969. Essa obra é encomendada pelo Ministério do Exército e deveria falar sobre os seguintes temas

1- Bilac: sua figura como intelectual e como homem; 2- A campanha cívica de Bilac. O papel do poeta na institucionalização do Serviço Militar; 3- Atual legislação do Serviço Militar: flexibilidade da legislação, visando a compatibilizar a prestação do Serviço Militar com as atividades estudantis; Deveres do cidadão quanto ao alistamento e à Convocação para o Serviço Militar Inicial; Deveres do reservista. (BRANDÃO, 1969, p.9)

Já Raymundo Magalhães Jr. é o único dentre os escritores aqui utilizados que não possui vínculo direto com as Forças Armadas. Sua extensa obra busca trabalhar diversos aspectos da vida de Bilac de maneira mais humanizada. O "homem cívico" é trazido durante a obra, porém, não trata esse aspecto como único e mais importante na vida do poeta.

Sendo assim, podemos pensar dois outros conceitos enquanto elementos de grande importância: o intelectual mediador³ e os consensos e consentimentos⁴. Busca-se compreender não apenas Olavo Bilac como um intelectual que desempenhou, em vida, um papel de intelectual mediador, levando à população uma pedagogia cívica cara às demandas estatais de diferentes épocas. Mas também os autores de suas obras biográficas, visto que também buscavam construir uma consciência cívica na população brasileira, ditando, de certa forma, um novo modelo de sociedade. Ao refletirmos acerca dos consensos e consentimentos, podemos concluir que a sociedade da década de 1964 possuía, em sua estrutura, valores conservadores que foram reforçados pelos membros militares à frente do executivo e, pensar que a participação de um civil no enquadramento de memória de Olavo Bilac vai de encontro a esse conceito.

³ Debate proposto por Patrícia Hansen e Angela de Castro Gomes (2016) busca, a partir de uma história do tempo presente dialogar sobre a relação entre intelectuais e Estado, não mais pelo viés de uma elite culta que informa uma "massa" amorfa. Sendo assim "(...) os intelectuais seriam uma categoria socioprofissional marcada pela vocação científica, no dizer weberiano, ou pela especialização que lhes confere 'capital cultural' e 'poder simbólico', nos termos de Bourdieu, quer pelo gosto da polêmica, inclusive a política. (...) são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social" (GOMES; HANSEN, 2016, p.10)

⁴ Ao tratar do regime de Vichy na França da Segunda Guerra, Pierre Laborie busca inserir no debate acerca da "maneira multiforme como a sociedade francesa atravessou o período" (LABORIE, 2010, p.34) dentro de conceitos de pensar-duplo e as zonas cinzentas. Em momentos traumáticos como o caso da invasão francesa, o autor coloca o pensar-duplo dentro de uma lógica necessária frente às mudanças drásticas de uma sociedade que enfrenta um governo autoritário. Mesmo aplicado ao caso Francês esses conceitos são importantes para que possamos compreender as relações entre o governo ditatorial brasileiro e a população civil, entendendo que essa relação são se deu de maneira única e sem conflitos ou concessões. A tese de Janaina Cordeiro intitulado "*Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*" a autora busca designar o que entende por consenso e consentimento. O consenso "designa um acordo baseado em princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social" (CORDEIRO, 2012, p.20). Já o consentimento "por sua vez, refere-se aos comportamentos sociais, às formas - múltiplas - a partir das quais o acordo é conformato e se expressa socialmente"; (CORDEIRO, 2012, p.20).

Olavo Bilac e os usos políticos do passado

Filho de médico, Olavo Bilac, nasceu durante o Império e passou sua infância sob esse regime. Cresceu distante do pai devido ao fato do mesmo ter participado da Guerra do Paraguai. Assistiu as frustrações de seu progenitor e de muitos outros combatentes com as promessas não cumpridas de Dom Pedro II. Na vida adulta, tendo como base essas vivências tornou-se ativo dentro de lutas políticas, sendo grande abolicionista e republicano. Além disso, ao perceber a importância de um Exército nacional bem estruturado, articulou-se, junto ao Estado brasileiro na criação da Lei do Serviço Militar Obrigatório.

Olavo Bilac foi um dos idealizadores da Liga de Defesa Nacional (LDN) e o principal propagador das ideias elaboradas por essa entidade. A Liga surge em 7 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, porém, tem como marco inicial o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito em São Paulo. A LDN buscava construir um caráter apartidário, sendo assim, o presidente da república em exercício seria também, o presidente da entidade, além de constituir-se em uma agremiação mista, ou seja, composta tanto por militares como por civis.

Sua criação tinha como ponto de partida a necessidade de mobilizar a burguesia para o Serviço Militar Obrigatório (SMO), dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). A formação da LDN se coloca também no contexto brasileiro nos anos de 1916, tendo em vista o fato de que a República Brasileira era relativamente jovem e necessitava de uma série de modificações para que se consagrasse. O Brasil tinha como características sua vasta extensão territorial e uma grande heterogeneidade cultural que, de certo modo dificultava um poder executivo centralizado.

É nesse contexto que um grupo de intelectuais brasileiros - civis e militares - passassem a debater a necessidade de um Exército Nacional bem estruturado. A principal justificativa para essa proposta era de que o Exército era a única instituição verdadeiramente nacional e, naquele momento, havia grande demanda para a questão nacionalista. Sendo assim, nos anos de 1915 e 1916, Olavo Bilac profere uma série de discursos em diversas cidades brasileiras tendo como objetivo difundir ideais cívicos caros ao contexto apresentado acima.

Dessa forma, Olavo Bilac torna-se um grande vulgarizador de ideias, como citado por Patrícia Hansen (2016, p.406), devido ao fato de levar esses debates muitas vezes limitados a grupos intelectuais a outros setores da sociedade. A proposta de Bilac constitui-se em uma pedagogia cívica⁵, visto a grande importância da inserção do debate nacionalista na vida social do Brasil, ou seja, não sendo apenas exclusividade do mundo político e intelectual. Sua figura, mesmo em vida é carregada por um enorme

⁵ Como referência usamos os debates propostos por Patrícia Hansen em sua tese de doutorado, no qual a autora disserta sobre a necessidade de educar a população em um contexto de grandes mudanças sociais. Para isso foi necessária "a promoção de novos hábitos, atitudes, sentimentos e virtudes apresentados como 'bons', em oposição aos anteriores que passam a ser vistos como 'atrasados' ou 'maus'". (HANSEN, 2007, p.11)

capital simbólico, sua participação na vida política do país foi de grande importância sendo retomada em vários outros momentos sempre em função de usos políticos para construir legitimidade para diferentes governos.

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) inicia-se o processo de enquadramento da memória de Olavo Bilac às necessidades do Estado. Esse processo se dá tendo como ponto de partida o grande potencial simbólico da figura do poeta, como já citado acima, mas também, o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a necessidade de convocar os cidadãos brasileiros a lutarem na Europa. É nesse período também que o dia de nascimento do escritor torna-se o Dia do Reservista (16 de dezembro).

A instauração dessa comemoração cívica está relacionada ao enquadramento da figura de Olavo Bilac aos usos políticos. Antes desse período as comemorações relacionadas ao poeta circulavam apenas pelas instituições às quais Bilac esteve vinculado, como a LDN e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas comemorações passam a fazer parte do calendário nacional e buscavam construir um elo entre militares e civis frente à proteção dos interesses da nação. É perceptível que, como exemplificado por Patrícia Hansen (2016), a partir de 1939, o debate do soldado-cidadão, principal foco dos discursos e ações de Olavo Bilac e da LDN, desloca-se da ideia de um povo em armas, para passar a significar a lealdade e defesa de um governo com teor autoritário.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, inicia-se novo processo de enquadramento da memória de Bilac. O centenário de Olavo Bilac ocorre durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente-ditador do regime militar. Essa comemoração é anexada ao calendário estatal e, como citado por Patrícia Hansen (2015), foi criado no ano de 1965 pelo então presidente e seu ministro da Educação e Cultura uma "Comissão de Comemoração do I Centenário de Nascimento de Olavo Bilac", tendo como membros diferentes representantes civis e militares, além do presidente da Liga de Defesa Nacional e Academia Brasileira de Letras.

As atividades dessa comissão foram muitas, porém mais restritas ao mundo intelectual e militar, só chegando à população através de reportagens e obras biográficas. Sendo assim, foi concedido à Bilac do título de Patrono das Forças Armadas, sendo ele o primeiro civil a fazer parte do panteão, e a proposta de uma edição contendo todos os poemas do autor, que nunca chegou a se concretizar (HANSEN, 2015, p. 134). Já na data de sua morte, em 1968 ocorre também a reedição da obra *A Defesa Nacional*, que compila todos os discursos proferidos pelo poeta à frente da LDN, contendo uma série de apresentações que modificam a leitura da produção de Bilac tendo em vista a necessidade de legitimação do regime militar.

Para compreender melhor o processo de enquadramento de memória do poeta durante o regime ditatorial instaurado em 1964 é necessário recorreremos às fontes historiográficas para analisarmos como esse movimento ocorre.

As biografias e a construção da ditadura militar

As biografias tornaram-se, ao longo dos anos, um gênero literário largamente utilizado. Para que possamos entender as obras aqui analisadas, precisamos também compreender o conceito de biografia. Márcia de Almeida Gonçalves (2004) disserta sobre a biografia moderna, ancorando-se em conceitos de André Maurois, sendo assim, os autores postulam que esse gênero literário é caracterizado pela construção da verdade sem pré-julgamentos e que serviria também como "pedagogia existencial: o aprendizado com as falhas e dúvidas dos grandes homens" (GONÇALVES, 2004, p.137).

Entre os anos de 1965 e 1968 houve uma efervescência de obras que buscavam tratar da vida de Olavo Bilac. Primeiramente motivadas pelas datas comemorativas, como seu centenário de nascimento e aniversário de sua morte; posteriormente, como resultado dos debates surgidos a partir das construções biográficas, devido ao fato de temas relacionados à vida privada do poeta ora serem negados, ora serem tópico central. Esse processo ocorre, porque, na prática há disputas políticas e sociais, nas quais, a "pedagogia existencial" pode passar pelo que se entende enquanto uma "administração da posteridade, por suas implicações sociais, [produzindo] o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos." (ENDERS, 2000, p.42).

Sendo assim, as três obras biográficas aqui analisadas buscam trabalhar os mesmos aspectos da vida do poeta através de diferentes necessidades políticas tendo, em certos casos, diferentes visões sobre o mesmo tema. Esses livros se fazem importantes porque possibilitam compreender a posição das Forças Armadas, do governo e de uma intelectualidade civil não necessariamente vinculada ao estado ditatorial. Além disso, possibilitam reconhecer as bases conservadoras amplamente difundidas na sociedade brasileira.

Temas como vida boêmia, noivados, relações familiares, questões como classe e raça sempre entram em cena como uma questão ampla, derivada das disputas políticas e do que podemos chamar de utopia autoritária. Conceito elaborado inicialmente por Maria Celina Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro dizendo que (ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.9) “a utopia autoritária estava claramente fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral”. Para, além disso, é perceptível que essa utopia também tinha como base a ideia de superioridade dos militares frente aos civis, vistos como "despreparados, manipuláveis, impatrióticos" (FICO, 2004, p.39) o que, naquele momento específico dificultava, na teoria dos militares em meados de 1964, a luta contra o comunismo, visto como grande mal que assolava o país e que deveria ser arduamente combatido.

A utopia autoritária acaba por justificar atos que atentam contra os direitos humanos, como foi o caso das torturas, assassinatos e desaparecimentos ocorridos durante o regime ditatorial no pós-1964. Dessa

forma, atos repressivos são legitimados tendo em vista o "melhoramento" do país, aqui, em específico afastar inimigos internos, como o comunismo, a corrupção e a subversão.

Carlos Fico (1997), ao debater o otimismo (elemento que vai de encontro ao conceito de utopia autoritária), nos diz que:

A mais duradoura ditadura brasileira [preocupou-se] em conformar um novo padrão de comportamento social, compatível com um patamar de desenvolvimento econômico (que mais se desejou do que se consolidou). Tratava-se, então, não só de convencer a todos das potencialidades brasileiras, mas de sugerir que, como essas riquezas nos dariam ingresso ao "mundo desenvolvido", eram desejáveis certas regras de conduta, de civilidade. (FICO, 1997, p.23)

Para que essas novas regras fossem internalizadas pela população, o autor nos diz que "(...) essa busca de adequação seria viabilizada pelo recurso às imagens do passado (...). Trata-se, portanto, da recuperação de um material histórico específico, de uma certa memória, que 'importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa.'" (FICO, 1997, p.23). É possível, através do conceito aqui exposto, analisar as funções que a figura de Olavo Bilac exerce durante a ditadura civil-militar. Sua figura e suas releituras no pós-1964 legitimam o regime, ao mesmo tempo em que criam um novo modelo de cidadão, usando-se tanto da vida pública quanto da vida particular do autor.

Sendo assim, percebe-se que a figura de Olavo Bilac serve como legitimadora do regime ao colocar as Forças Armadas como o único elemento verdadeiramente nacionalista. As biografias se tornam um importante instrumento para compreender o pensamento da sociedade da época e, principalmente, o que o governo ditatorial buscava intensificar na sociedade brasileira do pós-1964. Sendo assim, mergulhar nas fontes se faz necessário.

O general Moacir Araújo Lopes busca, em seu primeiro capítulo dialogar sobre as instituições - família, escola, igreja, entre outras - dizendo que havia falhas nessas bases fundamentais da sociedade. Essas falhas geravam "(...) atos atentatórios à ordem, ao sossego público e à moral" (LOPES, 1968, p.12) e eram predominantes na juventude, visto a má influência de ideias exteriores, como o comunismo e o liberalismo. A preocupação com a juventude se entende enquanto "o futuro da nação" e o uso das biografias serve para difundir um modelo social exemplar no qual, os jovens devem ser educados para a melhor proteção do país dentro das diretrizes conservadoras em voga. (ENDERS, 2000, p.46)

O Serviço Militar seria então um elemento importante para afastar ideais nefastos, devido ao fato de ser elemento principal na construção do civismo. Sendo assim, Lopes exemplifica o que as Forças Armadas se caracterizariam como "o povo em armas" (LOPES, 1968, p.13), sendo então, o porta-voz dos desejos da Nação.

Sendo o "povo em armas" não haveria motivos para lutar contra um governo de cunho militar. O golpe teria ocorrido tendo em vista uma ameaça: o governo de João Goulart, instaurado em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. Jango propôs reformas de base e foi acusado de tramar um golpe, primeiramente, transformando o país em uma ditadura sindicalista e, posteriormente, abrindo espaço para um governo comunista. As Forças Armadas, sendo a vontade do povo, teriam decorrido um golpe preventivo, buscando reorganizar a sociedade dentro da moral e os bons costumes.

Como exemplificado por Marcos Napolitano (2014), na prática, a ditadura civil-militar brasileira foi resultado de articulações entre diferentes grupos, sendo eles membros conservadores do empresariado, da igreja, do Exército, dos veículos de comunicação que buscaram se articular dentro de duas instituições: o Ipes e o Ibad, além de receber grande apoio dos Estados Unidos. Ao ser instaurada a ditadura, houve grande necessidade de estabelecer uma nova imagem ao regime, dessa forma se investiu em propagandas, como as elaboradas pela Agência Nacional, órgão oficial do governo e em séries de comemorações de cunho cívico, como o Sesquicentenário da Independência.

O Sesquicentenário da Independência ocorreu no ano de 1972 e foi um evento largamente promovido e divulgado, serviu como um elemento importante na criação e intensificação de legitimidade do governo militar. Ancorado no passado militar brasileiro, o evento buscava promover "(...) a construção de heróis nacionais, selecionados e promovidos em nome da geração de uma memória oficial e institucionalizada, capaz de personificar um passado sugestivo de uma continuidade nas lideranças militares." (FERREIRA; SILVA, 2014, p.357).

É nesse ambiente, de construção de diferentes heróis nacionais que surge Bilac, numa busca constante de diferenciar o governo ditatorial de governos civis, articulando diferentes figuras, em prol da "recuperação de princípios 'democráticos e cristãos'" (FERREIRA; SILVA, 2014, p.357). A presença de um membro civil no rol dos cidadãos ilustres tenta, de alguma maneira, criar a ideia de integração entre sociedade e militares, em perfeita comunhão em prol da proteção do país.

Estabelecer a volta aos ideais conservadores e construir uma boa imagem para o governo fizeram ressurgir a figura de Olavo Bilac. Este seria visto enquanto um exemplo de homem cívico, preocupado com o futuro de sua nação. Mas Olavo Bilac fora um intelectual parnasiano, ligado a uma juventude que desfrutara dos prazeres da vida e que morrera em consequência de seus vícios.

Conceituamos, alhures, como *homem cívico*, aquele que vive o *amor à Pátria*, com capacidade de renúncia; alicerça-se no *caráter*, baseado na moral, oriunda da ética, tendo por fonte *Deus* (Constituição do Brasil, Preâmbulo); exerce ação intensa e permanente em benefício do Brasil. (LOPES, 1968, p.14, grifos do autor)

Esses seriam então, os elementos que constituem um homem cívico. Olavo Bilac carregaria essas características e sua vida e atitudes comprovariam seu caráter. Seus discursos à frente da Liga de Defesa Nacional eram reveladores da sua relação com a Pátria.

A obra do general Moacir Araújo Lopes, de 1968, busca, através do exemplo personificado em Bilac relembrar os deveres do chamado "cidadão de bem" para com a Pátria. Como nos dizem Ferreira e Silva (2014), durante a ditadura civil-militar os eventos cívicos serviram "para fazer valer o lema de 'comemorar para bem perpetuar'" (FERREIRA; SILVA, 2014, p.357).

Dessa forma, na página de número 13 da obra *Olavo Bilac, o homem cívico*, Moacir Araújo Lopes escreve: "Pela universalidade do Serviço Militar, prestam-se brasileiros de todas as raças, crenças, classes sociais e graus de instrução, pois as Forças Armadas são a Nação, o povo em armas." (LOPES, 1968, p.13)

Dentro dessa obra de cunho comemorativo, Lopes busca perpetuar uma imagem do cidadão modelo ao dizer que

A antiga pirataria, o jogo do bicho, a prostituição, a juventude transviada são construções alimentadas por deficiências em Instituições basilares, entre as quais a *Família, Escola, a Igreja, a Imprensa, o Trabalho*. Aquelas construções obedecem a um código anômalo de comportamento. Desse modo, um jovem, não dignificado adequadamente pela Religião e pela Família, integra-se em bando, ante o qual atos reprováveis são títulos de honra e, como tal, glorificados. Um estudante não dignificado pela Religião, pela Família e pela Escola, relega o estudo a um plano secundário para praticar atos atentatórios à ordem, ao sossego público e à moral. (LOPES, 1968, p. 11-12, grifos do autor)

Na obra de Adelino Brandão, intitulado *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota*, em suas primeiras páginas, ao trazer explicações sobre o concurso ao qual foi vencedor, traz também as intenções desse livro:

(...) unir o civismo e a cultura literária, numa iniciativa de grande alcance psicológico e social, a demonstrar a importância de melhor entrosamento entre universitários e as Forças Armadas; civis e militares, os quais, no Brasil, jamais devem formar como elementos ou "classes" separadas ou em oposição, consoante a vesguice interpretativa de alguns. (BRANDÃO, 1969, p.8)

O "grande alcance psicológico e social" (BRANDÃO, 1969, p.8) é um trabalho executado ao longo de todo o período que abrange a ditadura civil-militar. As Forças Armadas e a população civil unidas dão legitimidade e segurança ao regime, podendo, através desse discurso suprimir os diferentes atos repressivos que ocorreram nos porões da ditadura. Como nos diz Ferreira e Silva (2014) o uso de elementos simbólicos acabam por "incorporar elementos militares configurados na memória de aspectos da história pátria (...)" (FERREIRA; SILVA, 2014, p.358) e, nesse caso em específico, a relação entre civis e militares.

Outro ponto importante a ser notado, pode ser percebido por uma pequena citação. Na página 20, Adelino Brandão escreve: "Amigo do progresso e curioso das invenções mecânicas que nos chegavam de fora, BILAC poderia ser classificado como um poeta verdadeiramente 'pra frente'". Esse elemento nos lembra a modernização conservadora⁶ desempenhada pela ditadura civil-militar.

Ao se iniciar a ditadura civil-militar no Brasil, que teve em seu núcleo fundador de diferentes grupos políticos com ideias diferentes, começa também um processo de modernização do país. Com grande incentivo norte-americano, se inicia um processo de construção de rodovias, como a Transamazônica, reformas universitárias, criação de novas usinas fornecedoras de energia, entre outras iniciativas.

A ditadura civil-militar brasileira não pretendia acabar com processos de modernização, porém, os faz tendo outro viés. É notável que, os militares partiam do pressuposto de que o Brasil era um país subdesenvolvido que buscava desenvolver-se, dessa maneira, se articula para cumprir essa proposta. Como nos diz Patto (2014), o governo ditatorial busca fazer isso de maneira mais técnica, apostando, no caso das universidades, em favorecer atividades e pesquisas que trouxessem resultados mais rápidos à sociedade brasileira.

Dessa forma, Olavo Bilac torna-se mais uma vez o exemplo do cidadão que busca o desenvolvimento, que buscava também, espelhar-se nas mudanças ocorridas nos países ditos desenvolvidos e, com tanta preocupação em ver seu país ir "para frente" buscava revolucionar suas atitudes em prol do avanço.

Raymundo Magalhães Jr. produziu a obra mais bem documentada acerca do poeta. O livro de 426 páginas conta com fontes, sendo ela cartas de amigos, cartas do próprio Bilac e uma intensa pesquisa em arquivos e jornais. Dessa maneira, Magalhães Jr. constrói uma obra um pouco mais neutra dentro dos debates políticos em voga, não necessariamente alinhada com as demandas governamentais. Porém, ao debater a vida de Olavo Bilac o autor contribui para uma criação da imagem do poeta.

Olavo Bilac fora noivo duas vezes, primeiro em 1887 com Amélia de Oliveira, irmã de grandes amigos seus. Já o segundo noivado teve curta duração. A noiva, Selika da Costa parecia distante e, o fim do noivado acaba através de uma carta enviada por Bilac, na qual ele culpa seu orgulho pelo fim do relacionamento:

(...) Já sofri fome: - sobre essa miséria criei a minha independência. Chamaram-me infame: - sobre essa afronta criei a minha honestidade. Chamaram-me estúpido - sobre essa injustiça criei o meu talento. E foi sobre esses três alicerces que eu edifiquei o meu orgulho. Amo-a tanto que esta separação há de cedo ou tarde matar-me. Acima, porém, do meu amor, está o meu orgulho. (...) (MAGALHÃES JR., 1974, p.109)

⁶ Conceito elaborado por Rodrigo Patto Sá Motta em sua obra intitulada *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e regime militar* de 2014.

O autor de sua biografia acrescenta:

A carta é um documento que define, melhor que qualquer outro, a psicologia de Bilac, o homem que colocava o amor próprio, o imenso orgulho, acima de tudo: o amor filial e das feições profundas. Sua renúncia à mão de Amélia de Oliveira terá sido, antes de tudo, uma violenta manifestação desse orgulho ferido. Não quisera, antes, ser cunhado de um homem que o insultara, nem entrar para a família onde alguém o considerava um vadio, um imprestável, um indivíduo desprezível, capaz de procedimento infame. (MAGALHÃES JR., 1974, p.109)

Ao trazer o "perfil psicológico" de um homem que sabe reconhecer suas qualidades, constrói também um exemplo de cidadão a ser seguido: aquele que luta para construir sua identidade glorificando seu passado, que é honesto e trabalhador. Os alicerces em que Bilac edifica seu orgulho estão de encontro com aqueles que a ditadura civil-militar busca estabelecer na criação do orgulho nacional: a busca pelo passado glorioso, a ideia de afastar todo e qualquer tipo de corrupção e a importância do cidadão cívico, que trabalha em prol do seu país, tendo nos membros militares a máxima desta prerrogativa.

Como analisado por Celso Castro (2000), em seu trabalho acerca da figura de Caxias e Osório, é perceptível que a criação de figuras simbólicas e a glorificação do passado foi uma prática recorrente dentro das Forças Armadas. Castro nos diz que

(...) mais do que 'reorganização' de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. (CASTRO, 2000, p.104)

Em um governo de cunho autoritário, no qual possui as Forças Armadas a frente do poder Executivo, reviver figuras militares se fazem necessário no processo de criar legitimidade e, ao passar dos anos, fazer a manutenção do poder nas mãos dessa instituição. As obras biográficas aqui analisadas demonstram a necessidade que a ditadura teve em anexar não somente figuras militares, mas também civis, na busca de criar coesão dentro da sociedade brasileira no pós-1964.

Cada um dos livros aqui analisados buscam, à sua maneira, recriar a vida de Olavo Bilac e, acabam, intencionalmente ou não, cumprindo com as demandas governamentais, tendo em vista que todas as leituras retratam o exemplo de cidadão, elemento primordial na busca por coesão desempenhada pela ditadura civil-militar.

Considerações finais

É perceptível que os intelectuais participaram ativamente da formulação de definições de Estado e projeto de nação no Brasil Republicano. Olavo Bilac, em vida foi um importante expoente na formulação do Serviço Militar Obrigatório, mas para, além disso, agiu diretamente na formulação do cidadão caro às demandas estatais, tendo seus discursos proferidos nos anos de 1915 e 1916 como grandes exemplos da pedagogia cívica proposta por ele, que abarcava todos os setores da sociedade, desde a juventude, dialogando também com a classe militar e políticos.

Olavo Bilac se torna um importante expoente a ser utilizado por diferentes governos de cunho autoritário devido ao fato de se tornar um símbolo de cidadania e civismo. Como nos diz Tatyana Maia (2014) o autor passa a ser incorporado, em especial pela ditadura civil-militar "como exemplo de cidadão consciente de seus deveres frente a sociedade" (MAIA, 2014, p.91). Dessa maneira o civismo passa a se confundir com a cidadania, passando por um processo de releitura caro às diretrizes autoritárias, buscando modificar a relação entre cidadão e Estado, e também inculcar na sociedade civil a ideia de um "perigo" iminente na figura de um inimigo interno.

Tendo em vista esses tópicos tratados acima, notamos a necessidade de debater para além da participação efetiva dos intelectuais na elaboração do Estado, incluindo também as leituras feitas pelos diferentes grupos políticos à frente do poder executivo, buscando, a partir das obras de intelectuais, construir legitimidade para seus governos, como observado no caso da ditadura civil-militar no Brasil. O regime militar dos anos de 1964 utilizou-se não só dos debates do Serviço Militar Obrigatório, mas também da pedagogia cívica de Bilac, ou seja, da formulação de um modelo de cidadão caro as ideias conservadoras em voga.

Referências

BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar*. Rio de Janeiro: s.n., 1969.

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro. *Revista Estudos Brasileiros*. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Memórias conflitantes e a produção de uma historiografia polemista sobre a atuação da esquerda armada no Brasil*. Simpósio Nacional de História. Rio grande do Norte, 2013. Visto em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371311391_ARQUIVO_SNH-2013-TextocompletoLucileide.pdf

CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o futuro: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Rio de Janeiro, 2012.

- D'ÁRAUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. *1964: visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro" - A produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Brasileiros*. Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O RETORNO DO IMORTAL: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas dos revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.6, n.11, p.355-385, jan/abr. 2014.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da História: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Revista de História*. São Paulo, 2004.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República'* 01/09/2007 245 f. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH Link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/en.php>, 2007.
- _____. *Golpes de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX*. Link: <https://www.redalyc.org/pdf/4056/405641536007.pdf>, 2015.
- LOPES, Moacir Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. Rio de Janeiro, 1965.
- MAGALHÃES JR., Raymundo. *Olavo Bilac e a sua época*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.
- MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo, Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.
- _____. *Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1075)*. *Revista Brasileira de História*, vol. 34, núm. 67, enero-junio, 2014, pp. 89-109. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil.
- MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A problemática da defesa do serviço militar a luz dos discursos de Olavo Bilac*. Link: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1206>
- OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: entre um projeto de Nação a uma agenda de combate ao comunismo*. Link: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143817>
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, 3-15;

_____. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp.200-212

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: Ferreira, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org) *O Brasil Republicano t. 1-4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Recebido em 18/06/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

Pensar a Nação na Província: trajetória e nuances de uma crítica da cultura e da identidade nacional na Escola do Recife

Thinking the Nation in the Province: trajectory and nuances of a critique of culture and national identity at Escola do Recife

Aruanã Antonio dos Passos¹

Resumo: O artigo analisa a constituição da *Escola do Recife* enquanto movimento intelectual de fins do Império centrado num projeto de Nação estruturado na crítica da matriz intelectual estrangeira francesa e sua influência na cultura nacional brasileira. Para tanto, buscamos reconstituir os traços das formulações e debates que envolveram esses intelectuais a fim de legitimarem seus discursos, mas também alçarem posições dentro do campo intelectual de crescente efervescência no final do Regime Imperial. Identidade, polemismo e cultura são três dos elementos chave para a análise desses embates de ideias que fomentaram a constituição de toda uma geração de pensadores e de temáticas que se tornaram constantes na posteridade intelectual brasileira.

Palavras chave: Intelectuais, Sertão/Província, Escola do Recife.

Abstract: The article analyzes the constitution of Recife School as an intellectual movement Empire purposes centered on a structured national project in the critical French Foreign intellectual matrix and its influence on the Brazilian national culture. Therefore, we seek to reconstruct the features of the formulations and discussions involving these intellectuals to legitimize his speeches, but also become wild positions within the intellectual field of growing unrest at the end of the Imperial Regime. Identity, criticism and culture are three of the key elements for the analysis of these clashes of ideas that promoted the creation of a generation of thinkers and themes that have become constants in the Brazilian intellectual posterity.

Keywords: Intellectuals, Sertão/Province, School of Recife.

“Pilatos perguntou à Christo: - *quid est veritas?*
Eu pergunto aos patriotas: - *quid est patria?*”

Tobias Barreto.
Obras Completas III, 1926, p. 309.

Intelectuais na província: A Escola do Recife

Uma das marcas contextuais do Brasil da segunda metade do século XIX foi a sua efervescência cultural e intelectual determinante e própria da chamada crise do Império e sua transição para a República.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. Contato: aruanaa@utfpr.edu.br.

Como assinala Alfredo Bosi, a partir de 1868, a estabilidade do Segundo Império foi abalada definitivamente e sua crise culminaria com a Abolição dos escravos e a proclamação da República (BOSI, 1992, p. 222). Diversos movimentos culturais e sociais demarcavam a paisagem de fundo dessas manifestações intelectuais. É a época da predominância da influência da cultura francesa no país, do desenvolvimento da imprensa, da luta contra a escravidão, a monarquia e o atraso do país em relação ao resto do mundo, principalmente o mundo chamado “civilizado”: eminentemente o mundo europeu.

É nesse contexto que um grupo de intelectuais liderados por Tobias Barreto (1839-1889)² e Sílvio Romero (1851-1914) reúne em torno da Faculdade de Direito do Recife a chamada “Escola do Recife”, na capital de Pernambuco na década de 1860.³ Dentre os objetivos da “Escola” figurava o desejo de alçar as províncias do, naquele contexto chamado “Norte” brasileiro, como centro intelectual tão importante quanto São Paulo e o Rio de Janeiro e de romper com o isolamento cultural em que a região se encontrava. Nesse projeto intelectual nascido na Escola de Direito do Recife esses intelectuais construíram certa projeção para a cultura e para o caráter nacional, resultando em um verdadeiro projeto de Nação. Como aponta Antônio Paim: “a Faculdade de Direito da capital pernambucana, por ser à época o único estabelecimento de ensino superior no Nordeste, recebia alunos das diversas províncias daquela região. Essa circunstância permitiu a irradiação das ideias da Escola do Recife, formando-se alguns núcleos de seus partidários no Ceará, em Sergipe e na Bahia” (PAIM, 1997, p. 47).

Falamos em caráter nacional em detrimento nos debates historiográficos em torno da busca por uma identidade nacional estreitamente ligada ao debate racial. Renato Ortiz, ao estudar as teorias raciais do século XIX com base em Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, afirma que “o que se propõe os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é” (ORTIZ, 1982, p. 34).

Ora polemizando com os “centros” políticos e culturais do Brasil agrário do século XIX, esses juristas, poetas, filósofos, críticos, políticos, ora estabelecendo um diálogo direto com outros modelos estrangeiros que não apenas o francês, esses intelectuais foram responsáveis por múltiplos debates que iam

² Tobias Barreto de Menezes nasceu em Campos, Sergipe, em 7 de junho de 1839 e morreu no Recife, Pernambuco em 26 de junho de 1889. Em 1862 Tobias Barreto muda-se para o Recife ingressando na Faculdade de Direito em 1864 concluindo o curso de Direito em 1869 voltando então a viver no interior. A partir de 1871 passa a morar em Escada, atuando como advogado, sem perder o contato com a vida intelectual de Recife. Permanece em Escada até 1881 quando presta concurso para professor da Faculdade de Direito em Recife. Aprovado em primeiro lugar toma posse como professor substituto em 1882. Sua vida boêmia prejudica muitos de seus projetos intelectuais.

³ Utilizamos o termo Escola como frequentemente aparece nos estudos sobre o movimento, no entanto é questionável a aplicação da noção de escola para esse grupo de estudantes e professores reunidos na Faculdade de Direito do Recife. Os principais nomes ligados a escola foram: Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Artur Orlando, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Faelante da Câmara, Oliveira Teles, Sampaio Leite, Augusto Franco, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino Duarte Pereira, Araripe Júnior, Gumercindo Bessa, João Carneiro de Sousa Bandeira. Cf: FILHO, 1985, p.47-48.

da literatura estrangeira anglo-saxã⁴ à filosofia alemã passando pela música e poesia nacional. Nesse contexto Tobias Barreto se destaca e passa a ser considerado por muitos como o mais ilustre dos membros da escola. Em primeiro lugar por sua capacidade intelectual reiterada não apenas por Sílvio Romero, também por diversos biógrafos e comentadores de sua obra⁵ visto ainda como, “boêmio, revoltado, amigo de polêmicas, sua vida foi uma série de atropelos e desafios” (COSTA, In: HOLLANDA, 2004, p. 339). E no campo das ideias Tobias Barreto exerceu de forma marcante os espaços por onde passou e os diversos laços sociais que estabeleceu como professor, como escritor, como político, como polemista, como abolicionista.⁶

O movimento exerceu sua influência como marco de reflexão e de debate em torno de temas, os quais se estenderiam até a chamada Geração do Regionalismo dos anos 1930, passando pelo Movimento Regionalista de 1926, a elaboração do Código Civil de 1916 com participação efetiva de Clóvis Beviláqua, além da literatura produzida por seus membros e o exercício de cargos públicos. É o caso de Graça Aranha que foi diplomata e escritor. Vamireh Chacon se vale da metáfora da árvore para ilustrar as relações entre os diversos membros da escola de 1870 a 1930, ao se referir ao Movimento Regionalista relegaria as “raízes” desse movimento: “Raízes confirmadas por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, obra vivida no Nordeste mas por um fluminense e escrita no interior de São Paulo. Árvore desabrochando em todo movimento regionalista literário em José de Américo Almeida, *A Bagaceira*, 1928, Raquel de Queiroz, *O Quinze*, 1930, até Amando Fontes, Graciliano Ramos e Jorge Amado nos seus melhores momentos” (CHACON, 1996, p. 60).

Não cabe no limite deste trabalho explorar os pontos de divergência e convergência entre os diversos membros da escola. Mas vale ressaltar a necessidade de se pensar o movimento como intimamente relacionado com a formação cultural do início da República nas características que vão se tornar o fio condutor de uma extensa discussão sobre a identidade nacional que encontrará na semana de arte moderna de 1922, da qual Graça Aranha participou ativamente, um de seus momentos mais intensos.

Por outro lado, a presença no pensamento desses intelectuais de uma crítica à cultura nacional como elemento indissociável para o diagnóstico de nossa identidade transcende os debates raciais carregados de determinismo biológico e evolucionista. Mesmo que as ideias de Herbert Spencer e Charles Darwin tenham sido discutidas por Tobias Barreto e influenciado muitos de sua geração, a marca do evolucionismo racial

⁴ Veja-se principalmente o texto de Tobias Barreto, *Nota sobre a literatura da América do Norte* (1886), onde Tobias traça um panorama geral da tendência assumida por essa literatura e que é chamada de yankeeísmo, ou seja, o caráter nacional que passa a definir a literatura na América do Norte. Cf: BARRETO, 1978, p.50.

⁵ Destacamos aqui os comentadores e biógrafos de maior relevância: Hermes Lima, Evaristo Moraes Filho, Clóvis Beviláqua, Gilberto Amado e Paulo Dantas

⁶ Sob o aspecto do movimento abolicionista a bibliografia atinente a participação de Tobias Barreto não é unânime. Alguns autores como Evaristo de Moraes Filho afirma que Tobias Barreto chegou a “ficar para trás, superado e hesitante, perdido entre os livros” mesmo sendo mulato e tendo vivido o preconceito quando tentara se casar. In: FILHO, Op. cit, p.144. Já Angela Alonso em trabalho sobre Joaquim Nabuco evidencia um episódio interessante onde: “Com José Mariano, fundou a Sociedade Pernambucana contra a Escravidão e foi à Escada, encontrar Tobias Barreto. Os três pediram aos proprietários locais a alforria de seus escravos e denunciaram o uso de açoites – agora ilegal – ao presidente da província”. In: ALONSO, 2007, p.215.

estará condicionada a sua dimensão cultural onde o meio geográfico e histórico se sobrepõe ao fator biológico.⁷ Enquanto mestiço seria natural esperar que Tobias não aceitasse o condicionamento racial como explicação primeva para nossa “involução” social tema em que discute em importante texto publicado em alemão em 1876 (*Brasilien wie es ist in literarischer hinsicht betrachtet*, algo como, *O Brasil tal como é do ponto de vista literário*). Ao analisar o lugar do determinismo nesse contexto das ideias, Márcia Naxara afirma o que segue:

Os princípios deterministas só fazem se aprofundar durante o século XIX, quaisquer que fossem as variáveis consideradas para esse determinante – tempo, meio, raça, cultura, economia, ou a junção de alguns ou todos esses elementos. Para se estabelecer a ideia de povo era preciso, também, estabelecer a unidade na diferença, cuidando, para que apesar desta, todos se identificassem pela razão e pelo sentimento, como brasileiros. (NAXARA, 2004, p. 132).

É inegável que a imputação causal do nosso atraso em Tobias passa longe da explicação racial, mas toca em cheio na historicidade de nossa colonização e organização social além da nossa ingerência política. Logo retomaremos as críticas de Tobias a cultura nacional. No momento o mais importante é salientar a relação entre a crítica do nosso atraso e da nossa barbárie – como aparece em Graciliano Ramos, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa – como uma genealogia de temas e ideias já presentes na Escola do Recife: o caráter nacional, nossa literatura, nosso atraso, nossa barbárie e violência, o autoritarismo de nossas oligarquias e seu exercício do poder político e militar. Em carta a João Alfredo de Freitas datada de 1884 e intitulada Lendas e superstições do Brasil Tobias argumenta: “O meu nobre collega ha de concordar commigo que a raça já vae se tornando uma especie de força occulta, uma quidditas escolastica, invocada á todo instante para dar a explicação de muita cousa inexplicavel. É hoje questão de moda; felizmente o que a moda traz, a moda leva. O que se diz actualmente da raça, já se disse do instincto. Havia tempo em que elle era o guia obrigado de todos os phenomenos ethnologicos”, e conclui: “É de esperar porém que a raça desapareça, como desapareceu o instincto” (BARRETO, 1926, p. 296).

Como podemos observar, Tobias Barreto se opõe ao “clima” geral de seu tempo e reforça nosso argumento em torno da recepção de ideias estrangeiras por essa geração. Em outras palavras, essa recepção não se dava de forma acrítica ou passiva. Ao contrário, sofriam leituras e interpretações diversas, ainda que consideremos o movimento do tempo que consolidou a interpretação de certo sentido em torno do debate da raça, por exemplo. Como aponta Naxara, ao se referir a esse clima intelectual:

Permeados pelas teorias evolucionistas, tal como se desenvolveram no século XIX, e pelas alterações na concepção de progresso a elas vinculadas, na medida em que a alteração do

⁷ Sobre a tensão entre o positivismo e a recepção do evolucionismo de Spencer ver: COLARES, e ADEODATO, 2011, p. 36-66. Ainda: GUIMARÃES, 1991, p. 93-102.

registro da natureza e da natureza humana ganharam contornos diferenciados com a adoção da biologia como modelo de análise que perpassou o conhecimento, com modificações, ao longo do século. A sua expansão e os aportes científicos daí decorrentes, que proporcionaram o aumento do conhecimento, foram simultâneos à percepção do quanto grande é o desconhecimento do mundo natural, do mundo dos homens e da relação destes com o meio em que vivem. (NAXARA, 2004, p. 79).

Assim, buscamos nos limite deste trabalho explorar essa possibilidade: qual seja, a constituição *a priori* de um quadro de debates intelectuais e ideias que farão parte de uma agenda ampla de reflexão e autorreflexão sobre a cultura nacional que estão articuladas na crise e transição do Império para a República e assumem novo teor e densidade com os paradoxos e conflitos do nosso regime republicano: Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Tenentismo, Revolução de 1930, para citar os principais. Campo intelectual esse que nasce no coração do sertão nordestino, mas que guarda em si uma tendência ao universalismo de seu projeto e rompimento com a ordem vigente, a despeito de todas as diferenças e singularidades entre os intelectuais desse universo. Em outras palavras, haveria uma raiz ideológica comum entre a crítica à cultura nacional oitocentista, especialmente da Escola de Recife, que reverberaria posteriormente em nossa intelectualidade? É que procuraremos explorar.

Composição de um campo de batalhas: crítica à cultura e a identidade Nacional

O debate em torno de uma definição ou definições para a identidade nacional é tema dos mais recorrentes na historiografia brasileira contemporânea. Quando nos remetemos as raízes historiográficas dessa discussão invariavelmente nos voltamos para a formação do nosso Estado nacional enquanto unidade política e cultural: a emergência do Brasil independente de Portugal e do Brasil republicano. Estes dois momentos, que inegavelmente produziram grandes impactos sobre o devir de nossa formação identitária.

Ao final do Império sistematizam-se em torno das correntes filosóficas europeias grupos intelectuais articulados, de forma mais ou menos homogênea, a formulação – aos olhos deles identificação – de nossa identidade nacional, de nossas características intrínsecas e que seriam a chave explicativa para o nosso futuro como Nação. Dentre esses grupos a Escola de Recife pode ser compreendida como o nódulo de confluências da recepção de referenciais teóricos alternativos a hegemonia positivista e seus integrantes possuem tanto o signo do polemismo entre eles mesmos quanto a que projeto (s) e ideologia (s) seriam as mais apropriadas para a construção de uma mudança social efetiva. Segundo Angela Alonso a constituição da revolta desses intelectuais contra o *status quo* imperial se deve a dificuldade desses intelectuais em efetivar suas ascensões sociais (ALONSO, 2002, p. 138). Por outro lado dentro do universo intelectual oitocentista brasileiro as filiações a grupos políticos de interesses também passava pela filiação filosófica e

essas filiações não se davam apenas por pressões das esferas externas de imposição política e econômica ou desejo de ascensão ou status social.

É o caso, aos nossos olhos, de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Pertencentes a classes sociais diferentes, um ligado ao latifúndio provinciano decadente e o outro a classe média urbana emergente e com trajetórias intelectuais diversas – Tobias jamais sai da província e Romero muda-se para a corte –, não podemos simplesmente dissociar na onda das suas singularidades as linhas mestras de suas críticas sociais e culturais. Tanto em Tobias quanto em Romero a cultura é elemento-chave para compreensão e crítica de nossa realidade, ainda que em cada um esse debate se dê por vias diversas como veremos. Importa destacar que dentro do campo intelectual a busca pela diferenciação desses intelectuais não impossibilita pensar na unidade do próprio campo. Como destacam Veloso e Madeira ao analisarem a formação de um campo intelectual a partir de três intelectuais diversos (Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto): “Cada um deles constrói seu diálogo com outros autores e tradições, visando encontrar seu lugar de fala. Assim, a biografia entrelaça-se a história, e as trajetórias individuais, ao se definirem, vão compondo as redes institucionais que demarcaram o horizonte cultural da época” (VELOSO e MADEIRA, 1999, p. 81). A afirmação pode ser estendida aos intelectuais que nos propomos a analisar já que a constituição do campo intelectual que vai se apropriar do sertão como locus privilegiado de suas reflexões e dará luz a toda uma literatura ficcional, filosófica e científica já era ensaiada pelos intelectuais da geração de 1870.

Mas se, “no sertão, mesmo a realidade mais “iniludível” vista através de lentes de aumento e de uma visão complementada pela técnica do binóculo traz sempre o risco da ilusão e do fictício” (NICOLAZZI, 2009, p. 83), então como analisar a produção desses intelectuais que vivem e pensam estando no sertão – Tobias publicou um jornal em alemão, o *Deutscher Kaepfer*, no interior do Sergipe, na cidade de Escada⁸ na década de 1860 – mas que se voltam sua crítica para as peculiaridades locais o fazem se valendo delas como exemplos de nossa inferioridade cultural enquanto nação?

Em primeiro lugar precisamos delimitar o contexto dessa produção intelectual que não trabalhava com categorias de local e universal, tal quais as entendemos. No debate sobre a nossa “*evolução mental*”, como os autores do período se referiam, a influência estrangeira passava pela consciência de que nosso progresso material e espiritual andava muito aquém das nações ditas civilizadas. O Brasil era o sertão do mundo. Sertão aqui entendido na sua acepção de espaço do atraso, o oposto da civilização (ALBUQUERQUE Jr., In: PASSOS; WITEZE JÚNIOR; RESENDE; SILVA, 2013, p. 15). Por isso, o chamado culturalismo da Escola de Recife constituiu-se como mecanismo para propor a transformação da realidade de atraso para a superação dos nossos problemas sociais profundos. No entanto, “as teorias

⁸ As relações entre o local e o global podem ser pontuadas nos seguintes termos: “Quando Tobias pretende pensar o Brasil a partir da sua cidade, Escada, está analisando o todo a partir das partes. Poderia uma amostra local servir de referência para uma análise global? Segundo o nosso autor, o que ocorria em Escada era uma amostra do comum nas demais cidades brasileiras” (JESUS, 2013, p. 211).

culturalistas não constituem propriamente uma Escola, formam um movimento em torno do imperativo moral de transformar o mundo. Imperativo que para Tobias Barreto era compromisso menos acadêmico do que desafio real de salvar a liberdade do homem” (CARVALHO, 2002, p. 89).

Intervir na realidade e não apenas explicá-la. Eis a tarefa que se propuseram esses intelectuais. Não à toa exerceram cargos políticos e participaram de movimentos e associações culturais, além da atividade educacional, artística e filosófica. Nesse sentido a Escola também serviu de base para a formulação e formalização das ciências sociais e jurídicas, tendo em vista que, institucionalmente a Faculdade de Direito do Recife foi o ambiente de formação desses quadros intelectuais. Sobre essa faceta vários trabalhos já evidenciaram a importância da Escola na reformulação dos saberes jurídicos. Segundo Alberto Venancio Filho:

O movimento da Escola de Recife representava, contudo, e talvez pela primeira vez, a realização daquela grande tarefa a que se tinham proposto as faculdades de direito, de representarem grandes centros de estudo das ciências sociais e filosóficas no Brasil, mas da qual, via de regra, se vinham omitindo ou escapando, pois trazia o movimento no seu bojo um problema de transformação de ideias no campo da filosofia, no campo do pensamento científico e no campo da crítica literária (VENANCIO FILHO, 2011, p. 96).

O período é demarcado assim pela recepção e reelaboração de modelos filosóficos e teóricos estrangeiros dos mais diversos, sendo que o germanismo da Escola de Recife deu o tom de diferenciação do movimento. A própria percepção do espaço, da paisagem singular do nosso território a influência estrangeira é predominante. Como destaca Wille Bolle:

A base teórica para a construção da paisagem como retrato do país foi criada no Romantismo europeu. Por intermédio dos viajantes das primeiras décadas do séc. XIX a ideia chegou ao Brasil, onde foi vivamente acolhida pela elite que desejava dar um sólido sustento cultural à construção política do Estado independente, através da fundação concomitante de uma ‘paisagem nacional’. Assim se desenvolveu aqui, entre os anos de 1820 a 1870, um rico repertório de formas e procedimentos, no qual puderam se basear Euclides da Cunha e Guimarães Rosa em seus mapeamentos literários do país (BOLLE, 2004, p. 49).

A geração de 1870 foi profundamente marcada pelo romantismo europeu. Tobias chegou a escrever poesias inspiradas em Victor Hugo, além de traduzir muitos poemas do mestre francês. O romantismo é notadamente o movimento intelectual que articulou em território nacional a constituição de uma identidade que confluísse nossa formação étnica, geográfica e histórica, logo, a base para a conformação da mitologia da democracia racial. Não à toa a literatura e a história – a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 – foram acionadas dada as suas capacidades para produção de mitos e

imaginários de cunho identitário pela via ficcional literária e científica. Duas das qualidades que darão fortuna à obra de Euclides da Cunha. Mas quais as bases de sustentação da crítica à cultura e a identidade nacional em Tobias Barreto e Sílvio Romero? Ela encontra ressonância nas críticas dos descendentes aos mesmos problemas sociais e culturais enfrentados na transição do império à República (exclusão social, violência e autoritarismo do Estado, dependência cultural externa)? Vejamos.

Retórica do polemismo e do pessimismo: do germanismo à crítica da literatura

Um dos aspectos fundamentais nos estudos historiográficos sobre o Oitocentos é a relação íntima entre a constituição das ideias e sua circulação nas elites intelectuais, além da retórica intrínseca a esses discursos. A questão é complexa e delicada. Do ponto de vista metateórico aqui os estudiosos se dividem em dois grupos. O primeiro grupo considera a retórica desses intelectuais como puro ornamento ocioso e vazio de sentido, útil apenas na produção de efeito discursivo em cena. O segundo grupo compreende que essa retórica não é apenas uma nuvem de fumaça discursiva, mas a própria estrutura de construção do pensamento desses intelectuais (Sobre o debate veja-se: CARVALHO, 2000, p. 123-152).

No caso da geração de 1870 e da Escola de Recife, a retórica é onipresente nos discursos produzidos fossem nos palanques, auditórios, jornais, panfletos ou tratados filosóficos e legais. Tanto Tobias quanto Romero foram grandes oradores e também polemizaram com um sem número de outros intelectuais de seu tempo, que foram de José de Alencar a Machado de Assis, passando pelo Imperador, os padres do Maranhão, Castro Alves, Machado de Assis e muitos outros⁹. Essas polêmicas também envolveram os grandes intelectuais europeus do período: Darwin, Comte, Marx, Kant, Spencer, para citar alguns. Mas como se construiu a argumentação em torno de uma crítica a cultura nacional em Tobias Barreto? Vamos primeiro ao diagnóstico:

É conhecido, que o Brasil se apresenta como a terra predestinada e de promessa de Deus, o que é peculiar a cada povo atrasado. Em geral, os brasileiros sofrem infelizmente duma magalomania romântica: eles se julgam chamados para resolver a mais importante questão histórica mundial, portanto, para superar os restantes povos do novo mundo. Nem faltam centenas de profetas, que desvendam o obscuro futuro e profetizam o domínio da solitária monarquia da América sobre o orbe terrestre inteiro. Com uma segurança, que não tem similar, tomam a sério os tropos da retórica patriótica e juram naquelas palavras ingênuas do poeta:

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.

⁹ Sobre Carlos Gomes, Tobias afirmara: “E seja como fôr, eu digo sem reboço: - na galeria de estatuas mutiladas, que enchem o pequeno pantheon das notabilidades brasileiras, Carlos Gomes é um dos poucos, que tem nariz, isto é, que tem uma feição própria, uma feição individual e característica, adaptada ao nosso espirito e ao nosso estado de cultura”. In: BARRETO, 1926, p. 314.

Assim, porém, não é. Nem tudo que brilha é ouro. Bem pode ser o Brasil muito poético e maravilhoso e paradisíaco e quem sabe mais ainda, só não é rico de talentos, de forças espirituais, de fatores vivos do progresso humano. Somos, sem dúvida, como repetidas vezes se proclama, o povo dos rios gigantes, das cobras monstruosas e, querendo assim, das estupendas florestas milenárias, das pedras preciosas, das montanhas auríferas; mas, infelizmente somos também o povo rude dos espíritos mais medrosos, das cabeças mais medíocres, entre as quais até os assim chamados sábios podem ser enumerados, quer gostem quer não. A palavra acertada de Löher, que seria uma loucura que na América amanheça o novo magnífico porvir da humanidade, adapta-se melhor ao Brasil, do que a qualquer outro estado do continente. (Brasilien Wie Es Ist/O Brasil tal como é, 1876 – Tradução de Vamireh Chacon. In: BARRETO, 1978, p. 30-40)

No caso da trajetória intelectual de Tobias Barreto, a opção pela Alemanha enquanto modelo cultural superior ao francês é a chave de explicação para o seu entendimento da realidade nacional e a crítica ao patriotismo ingênuo, como coloca o sergipano em relação às nossas riquezas naturais. Tobias “descobre” a Alemanha por volta de 1870 e logo ela assume lugar central no seu pensamento. A partir de então o diálogo e troca de cartas e ideias com a Alemanha se intensifica, sendo que em 1875 ele chega a publicar um jornal em alemão em Escada, no interior do Sergipe.

Mas qual a importância desses escritos de Tobias para o entendimento de sua crítica a identidade nacional? Primeiramente a natureza desses escritos colocam eles como pontos de vista privilegiados de análise já que eles foram produzidos para um destinatário que era o estrangeiro. Ao produzir em alemão para alemães, Tobias deixou transparecer críticas ásperas à nossa cultura. Não que não tenha realizado a mesma crítica em língua nacional, mas como a identidade se define na relação de alteridade, ao definir seu país a esse outro estrangeiro, o sergipano define a si mesmo numa construção dialética de significação. Fundamentalmente seus alvos podem ser sintetizados em dois grandes tipos: 1 – nossa cultura política e o Estado Imperial; 2 – nossas expressões culturais: música, literatura, teatro, filosofia etc. Essa dupla natureza de nossos “pecados” como nação são explicitadas por Tobias em escrito de 1874 intitulado, “Nosso atraso”:

A candidatura do Brasil aos fóros de nação culta é um phenomeno morbido: - alguma cousa de semelhante ao disparate dos loucos, que se julgam reis. Que cultura se concebe para um povo, cuja religião, cuja política são puramente mechanicas? E que religião, e que politica póde haver em um paiz, onde a philosophia é nulla, onde a arte é nulla, onde a sciencia é nulla? - Eis ahi tudo (BARRETO, 1926, p. 258).

O pessimismo quanto a possibilidade de evolução cultural do Brasil é uma constante nessa retórica da negatividade. Interessante notar como na Era de ascensão do sentimento nacional com forte inserção social em todo o mundo Ocidental, Tobias joga na contramão de seu tempo produzindo uma crítica visceral ao patriotismo vigente. Nas suas palavras o nacionalismo “que Lessing chamava uma heroica fraqueza, -

tempo ha de vir, em que limitar-se-ha a ser simplesmente um objecto de estudo para os psychiatras, como uma nova especie de mania sine delirio, como uma psychose, como uma doença” (BARRETO, 1926, p. 310). Para superação dessa aporia caberia então ao pensador se colocar como ponta de lança para uma crítica radical da cultura nacional e a construção daquilo que se considerava uma cultura autêntica.

E como se daria a contribuição de Tobias para o progresso de nossa cultura? Inicialmente pelo diagnóstico de nossa miséria. Dessa maneira Tobias declara seu intento: “profundamente compenetrado na necessidade duma reforma da vida espiritual brasileira, tomo a peito, tanto quanto minhas forças o permitem, de fazer sentir mais e mais aos meus compatriícios, completamente enganados de seu rumo intelectual, a grandeza da Alemanha”; Ainda, em suas palavras: “continuo no folguedo, sob forma menos perigosa, mas igualmente aprazível. É dar alfinetadas na vaidade de uma sucia de parvos, para rir-me de sua furia e dos seus insultos, que aliás me deixam illeso” (BARRETO, 1926, p. 311).

Esse desejo pela polêmica se efetiva tanto na estratégia retórica agressiva quanto na necessidade de distinção do intelectual no sertão, que pensa na província e a partir da província. O alvo privilegiado será a corte. Em texto de 1875 intitulado “Misérias do império e sua côrte”, Tobias constrói péssima imagem para a corte e imputa a ela a causa de nossa decadência. Assim, a capital seria o local de guarda de um “governo estolido e mesquinho (...) o Rio de Janeiro é o tumulto do Brasil; mas note-se que o tumulto nada tem a vêr com a morte” (BARRETO, 1926, p. 177). Mesmo a densidade populacional da corte e sua constituição enquanto capital cultural a salvariam da decadência já que: “em vão para ali affluem todos os annos dúzias de legisladores; em vão alli residem centenas de advogados, e um sem numero de illustrados de todas as classes: o Rio de Janeiro não se assignala, diante das provincias, por qualquer progresso, neste ou naquelle ramo de conhecimento. E oxalá que á isto se limitasse o seu atraso. Mas não ha tal” (BARRETO, 1926, p. 177).

Obviamente que para o autodidata que jamais saiu da província e desejava se impor dentro da esfera intelectual a negação da corte poderia soar como uma declaração de autoexclusão do jogo político e cultural nacional. E é exatamente atrás da necessidade de diferenciação, de singularização dentro do universo intelectual que Tobias escolhe a crítica à corte como *modus operandi* de sua retórica. Logo a opção pela Alemanha em detrimento da força que a cultura francesa tinha na corte constitui uma das opções possíveis de alternativa. Talvez a opção mais em voga tendo em vista o crescimento político e econômico germânico nos fins do XIX. Curiosamente outro concorrente que começava a deslumbrar o horizonte brasileiro só vai ser considerado como opção viável por Romero. Tobias não teve tempo de visualizar a emergência dos Estados Unidos como potência mundial. Sobre a cultura norte-americana encontramos um pequeno texto bastante positivo de Tobias intitulado “Notas sobre a literatura na America do Norte”, datado de 1886, nos informa que: “Uma nação, por conseguinte, cujo materialismo, tantas vezes malsinado, admite semelhante idéa de um dever nacional para com a litteratura, não tem somente um futuro na mostruosa aposta dos povos

sobre os portos e praças commerciaes do mundo; altos destinos tambem se lhe reservam no puro dominio da vida espiritual” (BARRETO, 1926, p. 177).

Mas então qual seriam as causas primeiras de nosso atraso? Tobias não vacila em apresentar as heranças de nossa metrópole como a fonte de todos os nossos males culturais. Ao comentar a obra *Correntes principais da literatura do século XIX*, do dinamarquês Georg Brandes, Tobias Barreto enfatiza a tese defendida no livro de que a literatura pode representar a natureza de um povo se ela for completa, ou seja, se haja nessa nação a expressão de todos os gêneros literários. Nesse caso Tobias contra-argumenta que nem França nem Alemanha possuía então tal completude. Há lacunas inerentes ao processo de evolução dos povos:

Pois, mesmo a falta de produções literárias é um manifesto psicológico do enfraquecimento ou vácuo espiritual de uma nação. Cada atividade espiritual do povo, diz Julien Schmidt, tem o seu tempo; ora entra em primeiro plano a arte poética, ora a filosofia; ora as ciências jurídicas, ora a política; ora o movimento religioso entra no primeiro plano e influi nos outros momentos, ou ao menos na participação do povo e na atuação sobre o mesmo. (*Brasilien Wie Es Is/O Brasil tal como é*, 1876 – Tradução de Vamireh Chacon, In: BARRETO, 1978, p. 50).

Ao mesmo tempo em que essa retórica agressiva parece depreciar ao contrário de idolatrar a realidade nacional, ela também cumpre a função de dupla conjunção na construção da alteridade: ela busca identificação e apoio alemão para a reformulação de nossa cultura enquanto inspiração e a negação da cultura francesa sorvida pelas nossas elites inicialmente via dominação da metrópole lusitana. Também em Sílvio Romero essa retórica pessimista e polemista se apresenta invariavelmente ligada ao lugar de fala no campo e sua pretensão de distinção: “Em Sílvio Romero (1851-1914), a pretensão científica era frequentemente contrabalançada, Às vezes anulada, por um temperamento polêmico, que hoje parece até simpático, mas que certamente contribuiu para muitos de seus juízos falsos, positivos ou negativos” (LEITE, 1976, p. 180).

A retórica da negatividade é invertida e revertida em amor à pátria. A crítica exaustiva aos problemas nacionais procuraria funcionar então como vetor para reflexão diante de nossa condição e então movimento para a maquinaria da transformação social. Além de fator de distinção dentro do campo intelectual essa retórica fomentaria a natureza intrínseca de um verdadeiro patriotismo, aquele que não se engana diante das ilusões ideológicas construídas pelo sentimento nacional, tampouco supervaloriza a produção cultural estrangeira, mas busca observar o quadro mais geral de composição das correntes filosóficas em circulação no ocidente oitocentista.

Novamente Tobias Barreto se volta para o monarca tropical de forma contundente, se valendo de seu exemplo como avatar de nossas estruturas sociais mais arcaicas. A mesma lógica de construção retórica de depreciação de si pelo olhar do outro é utilizada por esses intelectuais de forma sistemática, e nesse ponto

talvez tenham caído na armadilha de se absorver um ponto de vista eurocentrista quando lhes foi convenientes, ao passo que as filiações teóricas se realizaram de forma dispersa. É o caso em Tobias e seu diálogo com a obra do historiador Henry Thomas Buckle (1821-1862). Buckle foi autor de grande circulação no final do séc. XIX e início de séc. XX no Brasil. Suas obras se centravam num ponto de vista progressivo, evolutivo em termos de civilização. No caso do escrito de Tobias que aqui analisamos – o *Brasilien Wie Es Ist* de 1876 – o uso das ideias do autor britânico serve de sustentação teórica e de legitimação internacional para a reafirmação de nossa inferioridade e atraso cultural, um reformo de densidade para o argumento de autoridade a qual o autor busca consolidar junto ao seu público.

Povo “pobre”, “despreocupado”, “preguiçoso”, “inconsciente”, “sem ideias”, ainda que ao nosso alcance a paisagem natural seja das mais deslumbrantes e favoráveis ao nosso desenvolvimento tal é o entendimento. No segundo capítulo do primeiro volume da sua importante “História da Literatura Brasileira” (1888), Romero recorre ao mesmo esquema teórico para construir sua análise da nossa literatura. Nas suas palavras: “A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos”, isso posto tendo em vista que, “a darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia” (ROMERO, 1980, p. 59).

O uso das teorias evolucionistas aportadas no Brasil naquele contexto e que assumiriam lugar na consolidação das nossas ciências sociais, médicas, criminais e antropológicas serviu de base para consolidação da imagem de pioneirismo tanto de Tobias quanto de Sílvio Romero num contexto intelectual bastante vasto. Pela chave da retórica polemista esses intelectuais produziram efeitos no espaço público, nos seus contemporâneos, legando à posteridade lugar de destaque aos seus nomes e obras. No entanto, outra parcela da nossa intelectualidade que o acusou de ser “o protótipo do bacharelize latino-americana: pedantemente erudita, agressiva, provinciana, alienada dos problemas políticos e sociais concretos” (CHACON, Op. Cit., p. 37). Ora, como procuramos demonstrar, alienação diante de nossos problemas sociais concretos é o que menos resistiu à retórica desses intelectuais, ao contrário eram o seu objetivo primeiro. Seus discursos estão eivados pelas questões de seu tempo, imersos nos debates mais profundos sobre nossa dependência externa, jogo esse que envolvia a crise do Império e do sistema escravista.

Considerações Finais: sobre crítica, críticos e a posteridade

Se o diagnóstico e as críticas a cultura nacional nos são apresentadas, como mostramos, numa retórica do excesso de pessimismo produzindo polêmicas que à posteridade gerou estranhamento diante da fermentação de um nacionalismo político, social e cultural extremo (visualizado na ideologia do trabalhismo de Vargas, no Tenentismo e no Integralismo, para citar três exemplos), poderíamos concordar que, nas

palavras de Tobias: “Não ha quem sinta a necessidade de olhar por cima dos muros da prisão, em que definhamos. Emparedados no prejuizo burlesco de valermos muito, de não termos que invejar ás grandes nações, vivemos de todo alheios ao movimento geral da intelligencia moderna, considerada em suas alturas” (BARRETO, 1926, p. 257)?

A resposta certamente não é fácil. Como procuramos demonstrar é indissociável, aos nossos olhos a retórica do polemismo pessimista do conteúdo que reveste essa mesma retórica com a argumentação que transita entre uma filosofia da história e a nossa localização no curso mais geral da história humana: “E se é verdade o que diz Ruediger, que cada nação deve ter um merito permanente para com a humanidade, sob pena de ser arrastada pela corrente da historia, pois ellas só se conservam, quando produzem de si mesmas, em qualquer das direcções da actividade humana, alguma cousa de excellente, que possa valer como modelo, fóra dos limites nacionaes; se tudo isto é verdadeiro, ha motivos de receio pelo futuro do Brasil” (BARRETO, 1926, p. 257).

Na visão desses intelectuais a literatura seria a expressão máxima da evolução cultural de uma civilização. Como aponta Márcia Naxara, a construção da nacionalidade passava, então, pela “aproximação entre arte e ciência, representação e conhecimento”, ou seja, por “uma construção estética, plasticamente pré-formulada, a partir de padrões tidos como ideais, da mesma forma que ideal se projetava a Nação una e homogênea” (NAXARA, 2004, p. 138). Não à toa Romero produz cinco volumes de sua “História da Literatura Brasileira”, destrinchando quatro séculos de correntes literárias, movimentos, autores, ideias e obras que constituiriam o nosso espólio literário ao mundo. Tobias Barreto também produziu muito sobre literatura. Um dos volumes de suas obras completas é dedicado a crítica literária e da cultura e em diversos momentos faz referência a obras e autores daquele momento, sem contar que foi poeta (Cf: BARRETO, 1926, Vol. III). Assim, a tarefa da crítica e da crítica literária seriam das mais urgentes e fecundas. A literatura nesse sentido representaria a síntese do próprio *zeitgeist* de uma civilização: “costuma-se dizer – e envergonho-me de repetir verdade tão trivial – que a literatura dum povo representa a história inteira de suas opiniões e sentimentos” (*Brasilien Wie Es Is/O Brasil tal como é, 1876* – Tradução de Vamireh Chacon, In: BARRETO, 1978, p. 50). Nosso pecado mortal não residiria na dependência de modelos estrangeiros apenas, mas o equívoco capital estaria no erro na escolha do interlocutor francês porque, “em relação à Arte, Religião, Política, nosso sentir e pensar originam-se em França, formados pelo modelo desta. Assim, cada um dos nossos presumidos pensadores e escritores tem, por assim dizer, um par de muletas francesas, só com elas se podem movimentar, por isso parece a Literatura brasileira e pobreza duma própria vida substancial. Alimentando-se de migalhas francesas o pensamento brasileiro só produz névoa e fumaça” (*Brasilien Wie Es Is/O Brasil tal como é, 1876* – Tradução de Vamireh Chacon, In: BARRETO, 1978, p. 34)

Como bem sabemos, ao longo de nossa história a literatura funcionou como produtora de discursos tanto de críticas a nossa identidade quanto serviram à construção e consolidação dessa identidade. Nesse

caso os intelectuais que pensaram o Brasil a partir do sertão e da província também almejavam a constituição de uma literatura nacional. Os movimentos regionalistas travaram luta tanto num ambiente interno de consolidação frente a outras regiões, especialmente contra o eixo Rio-São Paulo, quanto as ideologias internacionais que circulavam em território nacional.

No caso dos intelectuais da geração de 1870 que vivenciavam um processo ainda tímido de defesa do republicanismo, os paradoxos inerentes a expansão das fronteiras internas levado a cabo pela República gradativamente, não fora vivenciado. Logo toda uma literatura que “descobre” os sertões e as contradições dos projetos de modernização seletiva se encontra ainda em gestação. Mas haveria na literatura sobre os sertões brasileiros influência do ideário de 1970 para além do lugar-comum de sua contribuição para nossa formação identitária?

Evolucionismo aplicado ao desenvolvimento da literatura. A metáfora da seleção natural aplicada aos “organismos” culturais é corrente ao longo da análise da literatura nacional feita por Romero. Ainda assim, tentamos extrapolar esse outro lugar-comum que a historiografia consolidou e mostrar como através de uma retórica do pessimismo e da crítica a nossa cultura esses intelectuais tentaram equacionar o problema de nossa evolução cultural localizada no mesmo espaço-temporal das nações desenvolvidas do oitocentos. Nesse sentido teríamos um grave problema metodológico em perspectiva porque, “outrossim, também a nossa literatura se apresenta bastante lacunosa e incompleta. Apesar disso ela leva a chancela do nosso espírito, ou melhor, o cunho da nossa miséria”. (*Brasilien Wie Es Is/O Brasil tal como é, 1876* – Tradução de Vamireh Chacon, In: BARRETO, 1978, p. 54). Miséria essa levemente mascarada pela ideologização de um sentimento nacional trivial, mas profundamente articulado ao imaginário republicano que sustentará o autoritarismo de exclusão e violência sociais extremos. No caso da Escola do Recife – guardadas as diferenças entre os integrantes – ela escapa parcialmente dessa armadilha quando elege a cultura como noção chave para o entendimento e mapeamento da natureza de nossa identidade, e não apenas a raça ou o meio geográfico. Como afirma Ortiz “a cultura é a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros” (ORTIZ, 1982, p. 612).

Destacamos que a noção de cultura estava impregnada antes de Tobias e Romero pelo debate natureza/cultura. Ou seja, não era compreendida enquanto dimensão antropológica de produção de significados e significações para as atividades humanas, mas como conceito explicativo das relações da humanidade com a natureza e seu desenvolvimento (Sobre esse debate sugerimos: BORGES, 1991, p. 133-137. Ainda no mesmo volume: CALAFATE, p. 139-142). Assim, através da noção de cultura e da retórica do polemismo esses intelectuais construíram um movimento e muitas reações dentro da efervescência da crise do Brasil Imperial.

Como ressaltam Veloso e Madeira, “Apesar de suas contradições e divergências internas, decorrentes de uma maior complexidade adquirida pelo próprio campo intelectual, a “geração de 1870” representa um

dos grupos mais importantes para a cristalização da ideia de nação como ideologia, ou seja, para a potencialização de sua força como “*estratégia de luta política*” (VELOSO e MADEIRA, 1999, p. 38). Haveria razão ainda para acreditarmos que as relações entre o nosso modernismo, o desenvolvimento da literatura regionalista e sertanista e a geração que pensou, repensou e idealizou um projeto de nação ao fim do Império se encontrariam tão apartadas que jamais poderíamos conjecturar o seu diálogo ainda que esfumado pelas especificidades de cada tempo histórico e campo intelectuais distintos? Ouçamos Euclides da Cunha em registro de 1º de setembro de 1897 lamentando-se no sertão: “Perdi-me logo, perdi-me desastrosamente no meio da multiplicidade das espécies e atravessando, supliciado como Tântalo, o dédalo das veredas estreitas, ignorante e deslumbrado — nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos” (CUNHA, Apud: PAREDES, In: BETTIOL, HOHLFELDT, 2011, p. 71).

Ora, não teria Euclides evidenciado ao estar no sertão o tamanho da distância entre a formação cultural do homem do litoral, da “civilização” com os saberes do sertão? Ao desafio de pensar o Brasil havia uma enorme lacuna entre conhecer o Brasil! O mesmo espanto diante do espaço e da natureza são vislumbrados na nossa geração modernista, mas com utilização e significação completamente diversa. Graça Aranha, declaradamente discípulo e Tobias Barreto, publicava em 1902 sua obra maior, “Canaã”. Na obra, Milkau, imigrante europeu chega ao Brasil com o intuito de aqui viver. Deslumbrado pela exuberância da paisagem natural ele conclui esperançosamente que aqui haverá de transformar o país por completo, de cima a baixo. Sabemos que a imigração europeia foi considerada como solução para nosso desenvolvimento. Mas, poderíamos confiar nas palavras de Milkau como fórmula para a solução de nossos dilemas enquanto povo? Seria a nossa identidade tão cruelmente perdida que apenas a luz dos civilizados poderia nos conduzir ao caminho do progresso? Fiquemos com seu raciocínio e elaboremos nosso julgamento:

Há uma tragédia na alma do brasileiro, quando ele sente que não se desdobrará mais até o infinito. Toda lei da criação é criar a própria semelhança. E a tradição rompeu-se, o pai não transmitirá mais ao filho a sua imagem, a língua vai morrer, os velhos sonhos da raça, os longínquos e fundos desejos da personalidade emudeceram, o futuro não entenderá o passado... (ARANHA, 2005, p. 36).

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Entre bugres e confins: as imagens do sertão na obra de Mário Palmério. In: PASSOS, Aruanã Antonio dos; WITEZE JÚNIOR, Geraldo; RESENDE, Leandro Rocha; SILVA, Deuzair José (orgs.). *Encontros entre História e Literatura*. Anápolis: Ed. da UEG, 2013.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia. A identidade sertaneja na literatura regionalista: Euclides, Hugo de Carvalho Ramos e Guimarães Rosa. *Revista de História Regional* 17(1): 89-111, 2012.
- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, 2002.
- _____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ARANHA, Graça. *Canaã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- BARRETO, Luiz Antonio. *Tobias Barreto*. Sergipe: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- BARRETO, Tobias. *Obras Completas III – Philosophia e Critica*. Sergipe: Edição do Estado do Sergipe, 1926.
- _____. *Crítica Literária*. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978.
- _____. *Monografias em alemão*. Tradução e notas: Vamireh Chacon. Sergipe: Secretaria da Educação e Cultura do Sergipe, 1978.
- _____. *Obras Completas X: Varios Escriptos*. Sergipe: Edição do Estado do Sergipe, 1926.
- BOLLE, Wille. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, José Maurício. O tema da cultura na filosofia brasileira. *Utopía y Práxis Latinoamericana*. Ano 7, n. 17, Junho, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, no 1, p. 123-152, 2000.
- CHACON, Vamireh. *Formação das ciências sociais no Brasil: da Escola do Recife ao código Civil*. 2.ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2008.
- _____. *Sílvio Romero: elo entre a primeira e segunda Escolas do Recife*. In: Actas do III Colóquio Tobias Barreto: Sílvio Romero e Teófilo Braga. Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. Lisboa, 1996.
- COLARES, Camila e ADEODATO, João Maurício. A obra de Sílvio Romero no desenvolvimento da nação como paradigma: da dicotomia entre o positivismo e a metafísica à adoção do evolucionismo spenceriano na transição republicana. *Revista Prima Facie: João Pessoa*, v. 10, 19, Ano 10, Jul - Dez, p. 36-66, 2011.
- COSTA, João Cruz. O Pensamento Brasileiro sob o Império. In: Hollanda, Sérgio Buarque de (dir.). *O Brasil Monárquico. Vol.3: Reações e transações*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, Euclides da. Apud: PAREDES, Marçal de Menezes. O repertório teórico de Os Sertões: ensaio sobre o drible euclidiano. In: Bettiol, Maria Regina Barcelos, Hohlfeldt, Antonio (Orgs.). *Euclides da Cunha, intérprete do Brasil: o diário de um povo esquecido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Tobias Barreto e o cientificismo da sua época. In: *O pensamento de Tobias Barreto: Colóquio*. Lisboa, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, 10 (26), 1996.

JESUS, Jadson Tavares de. Tobias Barreto: crítica política e social ao Brasil. *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, ano 15, no 30, 2013.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1976 ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

NICOLAZZI, Fernando. *O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em Os Sertões*. Revista História da Historiografia, n. 2, 2009.

ORTIZ, Renato., *Cultura brasileira e identidade nacional*. In: Cadernos CERU, nº 17, 1982.

_____. Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 28, Número 3, Setembro/Dezembro, 2013.

PAIM, Antonio. *A escola de Recife*. 3.ed. Londrina: UEL, 1997.

PASSOS, Aruanã Antonio dos. Descrever o sentimento, escrever a vida: traços biográficos na escrita poética de Tobias Barreto. In: PASSOS, Aruanã Antonio dos; WITEZE JÚNIOR, Geraldo; RESENDE, Leandro Rocha; SILVA, Deuzair José (orgs.). *Encontros entre História e Literatura*. Anápolis: Ed. da UEG, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz. *Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero*. Revista de História Regional, 9(1): 9-30, 204.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Recebido em 19/06/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Raça e folclore: narrativas colonialistas na interpretação de Manoel Diégues Júnior de 1947 a 1962.

Race and folklore: colonialist narratives in the interpretation of Manoel Diégues Júnior from 1947 to 1962.

Elaine Ventura¹

Resumo: O texto discutiu a relação entre raça e folclore quando as narrativas de Manoel Diégues Júnior reforçavam visões colonialistas no momento em que chamava de mestiço o folclore brasileiro. Para avançarmos neste pensamento analisamos o seu artigo: “formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais” publicado em 1962, na Revista Brasileira de Folclore. O estudo levou a identificação de que na medida em que o folclore era visto como mestiço, tornando-se símbolo da nacionalidade, consolidava-se uma abordagem de subestimação entre as raças brasileiras segundo este estudioso.

Palavras – chave: folclore e raça, mestiçagem, colonialismo.

Abstract: The text discussed the relationship between race and folklore when Manoel Diégues Júnior's narratives reinforced colonialist views at a time when he called Brazilian folklore mestizo. To move forward in this thought, we analyzed your article: “formation of Brazilian Folklore origins and cultural characteristics” published in 1962, in the Revista Brasileira de Folclore. The study led to the identification that as folklore was seen as mestizo, becoming a symbol of nationality, an underestimation approach among Brazilian races was consolidated according to this scholar.

Keywords: folklore and race, miscegenation, colonialism.

A institucionalização dos estudos de folclore no Brasil tem como marco inicial o ano de 1947 quando foi criada a Comissão Nacional de Folclore - CNFL no Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura – IBECC órgão representativo da UNESCO no país. Existe um debate consolidado na Antropologia sobre este momento em que o folclore era visto como um campo profissional de atuação. Luis Rodolfo Vilhena tratou deste tema, analisando a trajetória de um grupo de estudiosos chamados de folcloristas. Segundo o autor, esses autores estabeleceram uma relação entre o popular e o nacional e o folclore era uma forma de reafirmação da nacionalidade (VILHENA, 1997, p. 14).

Para Lúcia Lippi de Oliveira, o folclore se tornou símbolo da construção das identidades nacionais no pós Segunda Guerra Mundial, servindo como resposta as teorias científicas e as suas ideias de superioridade entre as raças. O folclore foi um meio de reconhecimento e valorização da diversidade, por isso, integrava o projeto UNESCO (OLIVEIRA, 2008, p.30). Para Jefferson Santos da Silva que também entendeu o folclore como um campo de estudos essa época marcaria a passagem das interpretações

¹Doutoranda no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPHR. Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pós-graduada em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes - UCAM e Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Email: elaine1983ventura@yahoo.com

cientificistas para uma concepção culturalista dos grupos humanos (SILVA, 2014, p.14). Ana Teles da Silva, avançando um pouco mais em suas análises investigou a Revista Brasileira de Folclore instrumento onde os folcloristas brasileiros expunham as suas visões de Brasil e de cultura. A pesquisadora mostrou que essa ideia de folclore, reforçava um modelo mestiço de nação (SILVA, 2015, p. 94). Apesar da relevância da tese de Ana Teles da Silva, notamos que ela não se perguntou como o folclore era lido por esses intelectuais. Daí surgiu à necessidade avançar na investigação. Tomamos por objeto analítico as visões construídas por Manoel Diéguas Júnior a partir de seu artigo: “formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais” editado na Revista Brasileira de Folclore em 1962. E pretendemos mostrar que havia uma relação profícua entre raça e folclore quando este folclorista dizia ser mestiço o folclore brasileiro. Buscaremos refletir sobre como este autor construía a sua visão de um folclore mestiço e mostrar que a sua abordagem reforçava visões colonialistas. Ana Teles da Silva falou acerca deste ideal mestiço de nação e encontramos uma matéria em *O Tempo* do ano de 1958 que confirma o pensamento desta autora:

Um dos fenômenos mais interessantes no estudo das criações populares é o que se poderia chamar o mestiçamento de todas elas nos países de formação colonial. Sem ser exaustivo das gentes novas, porque o fenômeno se deu sempre desde a mais remota antiguidade, porque desde esses primórdios os povos se misturaram.²

A ideia de folclore foi apresentada como semântica do popular. Sabemos que desde o século XVIII e XIX, o estudo de folclore estava relacionado com as representações do povo. Transformados em objetos de estudos de uma intelectualidade que viam no folclore uma forma de dissociação da cultura das elites chamadas de erudita. Tanto entendido como folclore quanto cultura popular, ambos os conceitos são políticos, eles demarcam fronteiras sociais e culturais entre os diferentes segmentos de uma sociedade (BURKE, 2010, p.16). Em *O Tempo* notamos que há um entrelaçamento entre folclore e raça mediante esse ideal mestiço de cultura popular que se consolidava como projeto político. Por isso, acreditamos que através da narrativa de Manoel Diéguas, Júnior - compreenderemos com amplitude essa concepção de nacionalidade que era disseminada através do folclore. Com isso, refletir sobre o que estava oculto nesta imagem de Brasil mestiço que o estudioso propagava.

A Revista Brasileira de Folclore: “formação do folclore brasileiro origens e características culturais” de Manoel Diéguas Júnior

Não há como refletir sobre a relação entre raça e folclore na interpretação de mestiçagem emanada pelo discurso que Manoel Diéguas Júnior construía do folclore sem considerar o contexto intelectual

²*O Tempo*. São Paulo, 28 de setembro de 1958. “O mestiçamento nas criações populares do Brasil”. Hemeroteca/Cultura Nacional/Influência Cultural. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

herdado por sua obra. Em 1933 Gilberto Freyre publicou “Casa Grande & Senzala”, exaltando a composição étnica que deu origem ao povo brasileiro. Brancos, índios e negros era neste momento, que a mestiçagem ganhava contornos positivos, mesma época em que o folclorista afirmava-se como profissional vinculado à Comissão Nacional de Folclore - CNFL. O pensamento do folclorista Manoel Diégues Júnior é sucessor deste período em que a imagem do Brasil era projetada a partir da perspectiva mestiça. Neste ideal das três raças formadoras em torno do folclore, esse povo era sem nome. E as suas representações culturais estavam nos contos, cantos e na literatura popular:

Já nos Estudos sobre a Poesia Popular Brasileira, tínhamos mostrado esse caso de mestiçamento de nossa literatura popular e anônima, indicando as várias origens de nossos cantos e contos, destacando as fontes portuguesas, indígenas e africanas. O mesmo fizemos em relação a língua portuguesa no Brasil.³

O folclore era como um recurso explicativo de nossa nação racialmente heterogênea. Esse fato assinalava que este setor de estudos atuava para além de interpretar a cultura. Pois, a ideia de mestiçagem disseminada, mostrava que havia um desejo de construção de um ideal tipo de nação. Ela era mestiça e forte que integrada a um clima e a uma geografia típica, nos tornava singulares. Era através do folclore que seria possível explicar as particularidades culturais de um país nascido do contato entre diferentes grupos. Por isso, não é possível dissociar os debates folclore e raça:

Num país de dimensões continentais como o nosso, povoado pelas mais fortes miscigenações raciais de grupos étnicos provenientes de todos os quadrantes da terra, teria o nosso folclore forçosamente de refletir a grande variedade de suas fontes formadoras. A essa origem, de contribuição negra, europeia, amarela, autóctone, haveria de juntar-se também a grande variedade climática das condições de sua geografia física. Todos esses fatores fazem do folclore brasileiro um dos mais ricos do planeta.⁴

Existe um debate consolidado no Brasil acerca da questão racial em diferentes áreas do conhecimento, contudo pouco se tem discutido acerca de sua relação com o folclore. Martha Abreu e Carolina Viana Dantas em seus estudos de folclore identificaram que desde o início do século XX os folcloristas já mostravam ser a cultura brasileira síntese do encontro de três raças (ABREU, e DANTAS, 2007, p. 122). Outro debate que merece destaque vem da antropologia quando Kabengele Munanga tocou na questão da mestiçagem sobre um viés distinto dessas autoras. Para ele, na medida em que o Brasil configurava o seu retrato como um país mestiço, os conflitos étnicos raciais eram ocultados, gerando o fortalecimento de uma narrativa dominante da nacionalidade (MUNANGA, 2004, p. 89). Embora a

³*O Tempo*. São Paulo, 28 de setembro de 1958. “O mestiçamento nas criações populares do Brasil”. Hemeroteca/Cultura Nacional/Influência Cultural. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

⁴ALVES, Sandra de Freitas. “Folclore Brasileiro”. Boletim Bimestral Biblioteca circulante dos empregados dos serviços de Carris, Luz, Força, Gás e Telefone. Rio de Janeiro, Outubro de 1963. Hemeroteca/Cultura Nacional/Influência Cultural. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

relevância acadêmica dessas discussões nossa intenção ainda que breve é ultrapassá-las, mostrando através do artigo de Manoel Diégues Júnior que o folclore além de elaborar um discurso da nação como mestiça, reforçava interpretações de cunho colonialistas, hierarquizando culturas, apagando negros e índios da nacionalidade.

Luis Rodolfo Vilhena em sua pesquisa mostrou que os folcloristas construíram um projeto de fortalecimento da relação entre o popular e o nacional. Em nossas fontes identificamos uma ação um pouco mais ampla sobre o fenômeno, tendo em vista que o folclore era um meio de pensar a nação brasileira nascida de diferentes origens étnicas: “esse estudo é um verdadeiro levantamento histórico das origens étnicas e da formação da consciência coletiva das nacionalidades”.⁵ Para refletir acerca da relação entre folclore e raça na concepção de folclore de Manoel Diégues Júnior, analisamos ainda que sinteticamente, a sua trajetória na Revista Brasileira de Folclore [RBF].

A Revista Brasileira de Folclore rendeu duas pesquisas acadêmicas: a de Ana Lorym Soares em 2010. E mais recente de Ana Teles da Silva em 2015. Com semelhanças e diferenças, as autoras compreenderam o periódico como espaço institucional de consagração dos folcloristas vinculados a Comissão Nacional de Folclore e/ou Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB que com seus escritos projetavam uma visão de Brasil. A Revista Brasileira de Folclore foi criada em 1961 quando Édison de Souza Carneiro foi diretor da CDFB assim, conhecida desde 1958.⁶ Para Ana Teles da Silva a RBF era um meio de interlocução entre os folcloristas brasileiros que se comunicavam e divulgavam as suas pesquisas de folclore. Ela era de publicação trimestral o primeiro número saiu no último trimestre de 1961 e o último, no segundo trimestre de 1976. Ao todo, foram lançados 41 números em quinze anos de circulação. Eles eram compostos pelas seções: artigos, noticiário, bibliografia, periódicos e documentários. Nas capas, geralmente havia imagens iconográficas, além de homenagens aos estudiosos do folclore. De todas as produções, os artigos eram predominantes. Escritos por diferentes autores sobre os mais variados temas, ao todo foram escritos 209 artigos (SOARES, 2012, p. 115). A CDFB era o órgão que tutelava a elaboração da RBF e, de 1961 a 1973, ela era produzida na Rua Pedro Lessa, nº: 35/6º andar, no Rio de Janeiro. De 1973 a 1974 ela foi editada em Brasília e, em 1976, retornava para o Rio de Janeiro. Os leitores tinham acesso ao periódico por meio de assinatura, que custava CR\$ 3,00 cruzeiros ou mediante a compra individual. Cada

⁵*Folha de Minas*. Belo Horizonte, 25 de julho de 1948. “Diretrizes da pesquisa folclórica”. Hemeroteca/Artigos Genéricos sobre o Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

⁶Ver: SALGADO Clóvis. Ministro da Educação e Cultura. In: Defesa do Folclore instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Ministério da Educação e Cultura, 1958, p. 17. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro. A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instituída pelo decreto nº. 43.178, de 05 de fevereiro de 1958, tem por finalidade promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa, a divulgação e a defesa do folclore brasileiro. As pesquisas ou estudos, a serem procedidos por órgãos ou pessoas, serão realizados mediante projetos previamente submetidos ao Conselho Técnico de Folclore [CDFB] que, ao aprová-los, dará aos seus executantes toda assistência técnica e todas as facilidades necessárias a sua boa execução.

exemplar custava CR\$ 1,50. Os folcloristas Théo Brandão, Guilherme dos Santos Neves, Joaquim Ribeiro, Manoel Diégues Júnior, Oneyda Alvarenga, Rossini Tavares de Lima, José Loureiro Fernandes, Oswaldo R. Cabral e Édison Carneiro integraram o corpo técnico do periódico.

A trajetória de Manuel Diégues Júnior foi ativa na RBF assim como a sua participação na Comissão Nacional de Folclore e na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. No periódico ele foi autor dos seguintes textos: “formação do folclore brasileiro/ origens e características culturais” número 04 de 1962; “O culto da nossa senhora na tradição popular” número 20 de 1968; “Melo Moraes Filho e temas folclóricos” número 24 de 1969; “Regiões culturais para o estudo do folclore brasileiro” número 28 de 1970 e “Cultura e comunidade” número 41 de 1976. Destacado antropólogo, sociólogo, jurista e folclorista brasileiro, reconhecido internacionalmente era filho de Manuel Baltazar Pereira Diégues e Luísa Amélia Chaves Diégues, nasceu em Alagoas em 1912. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1935. Foi professor de antropologia cultural e antropologia do Brasil e Diretor do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Optamos em analisar o texto “formação do folclore brasileiro/ origens e características culturais” de Manoel Diégues Júnior porque ele explicará o nascimento do folclore brasileiro, partindo da ideia das três raças. E propomos a pergunta: qual o lugar de cada um desses grupos em sua concepção de folclore? Ao falar acerca das raízes do folclore brasileiro Manoel Diégues Júnior considerou dois elementos que segundo ele, não seria possível compreender o folclore: os índios e a sua ocupação geográfica no Brasil: “ao verificar a descoberta do Brasil, estava o território brasileiro ocupado por grupos indígenas de variada condição cultural”.⁷ Com relação aos índios, Diégues lamenta pelo fato de não se assemelharem as civilizações incas e astecas. E hierarquiza os indígenas brasileiros, afirmando que enquanto havia uns em estágio avançado de produção tinha outros que fazia uso de técnicas rudimentares:

É certo que não tivemos em terras brasileiras, o desabrochar de uma civilização como a inca e a asteca. Tivemos diferentes grupos, onde dominavam condições culturais diversas, uns vivendo exclusivamente da coleta, outros já conhecendo a agricultura; se uns praticavam a cerâmica com técnica adiantada, como é o caso da marajoara, outras as tinham de maneira rudimentar ou precária, e alguns chegavam mesmo a ignorá-la; grupos havia que conheciam a técnica da plumária como adorno, ao passo que outros ignoravam qualquer enfeite do corpo.⁸

⁷JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p, 43. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

⁸JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p, 43. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

Ao reconhecer a heterogeneidade dos indígenas brasileiros, Diégues os hierarquizava e lamentava que não eram como os mesoamericanos, mas reconheceu o lugar do índio na formação do folclore brasileiro. Em seu artigo, ele sinalizava que os portugueses integraram o segundo grupo no nascimento da cultura nacional, revelando que eles também não eram homogêneos. Contudo segundo o autor, eles eram os segmentos de mais visibilidade se comparados com o índio. Esta análise aponta que Diégues elaborou um texto pautado em uma metodologia comparativa: “não se diga que trouxessem os colonos uma cultura perfeitamente homogênea, dentro de uma mesma unidade; também apresentavam variados níveis de cultura, muito embora a unidade exterior fosse bastante mais visível que a do índio”.⁹ Para Manoel Diégues Júnior a participação do negro na composição do folclore brasileiro foi decorrente de sua chegada ao território colonial na sua condição de escravizado:

O processo de ocupação humana do Brasil, baseado na formação de uma lavoura sedentária, que se foi estendendo pela beira-mar, não constituiu atrativo para o indígena. E eis aí o recurso à escravidão negra, trazidos os africanos para os trabalhos agrícolas, para os serviços domésticos, para os variados encargos de natureza manual que a vida na colônia exigia.¹⁰

O folclorista reconheceu que o africano não era portador de uma cultura homogênea e com este olhar comparativo de culturas os hierarquizou. Manoel Diégues reafirmou estereótipos, classificando esses segmentos como portadores de costumes atrasados. Ele Diégues ainda recuperou conceitos como fetichismo e mandinga para interpretar uma narrativa sobre as práticas religiosas de matrizes africanas e se aproximou das teorias evolucionistas do oitocentos:

Havia entre os que aqui entraram negros de cultura atrasada, como havia os que já conheciam, por exemplo, técnicas adiantadas de mineração; havia grupos fetichistas, vivendo na prática de mandingas e feitiços, como havia os influenciados pelo islamismo, portadores de um grau de cultura mais alto.¹¹

Diégues então mostrará que os traços originários das diferentes culturas refletiram na composição da cultura brasileira: “essa diferenciação não poderia deixar de estar inseridas na formação brasileira”.¹² Por isso, que para o autor, esses elementos seriam nada mais que um marco de nossa peculiaridade enquanto

⁹JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. pp, 43-44. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹⁰JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. pp, 44-45. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹¹JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p, 45 Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹²JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p.45. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

povo: “três correntes étnicas, portanto, apresentando exteriormente, cada uma delas, relativa unidade, mas jamais uniformização, portadoras, no fundo, de diversificadas condições culturais, e -, no caso, os mais variados níveis de cultura -, trouxeram a sua contribuição para a formação do Brasil; não só a sua formação populacional, mas também a sua formação cultural”.¹³

Ao reconhecer a função das três raças na formação do folclore brasileiro, Diégues atribui um lugar privilegiado para o elemento branco, o português, que segundo ele, era o pilar, o alicerce fundamental desta composição: “o folclore brasileiro é basicamente um produto dessas três correntes, sem que se possa esconder o alicerce fundamental em que se assentou; e que foi sem dúvida, o elemento português”.¹⁴ Essa interpretação mostra-nos a existência de uma disputa na construção de uma abordagem sobre a formação da cultura brasileira. Negros eram subalternizados quando eram vistos como portadores de uma cultura atrasada, não há dúvidas de que o método de Diégues era comparativo como faziam os homens de ciência do século XIX:

Natural que assim sucedesse, por diversas razões. Em primeiro lugar, sendo a cultura mais adiantada [a portuguesa], seria claro que se tornasse preponderante, ou, quando menos, a mais importante, sem prejuízo da aceitação dos valores culturais oriundos das outras correntes.¹⁵

Sendo o elemento português a base do folclore brasileiro, negros e índios estavam abaixo dos primeiros agentes, segundo Manoel Diégues Júnior. Essa ideia de aceitação tal como disse, além de ocultar os conflitos culturais, aponta que as culturas indígenas e a negra eram as dominadas. Essa leitura reforçava as relações de poder e os conflitos na construção de uma imagem de cultura nacional projetada em torno do folclore: “tornou-se desse modo à cultura portuguesa a base sobre a que vieram fundir-se os elementos culturais indígenas e negro- africanos”.¹⁶ Para esse folclorista era mediante esta percepção de folclore que a noção de Brasil teria um sentido concreto:

As culturas que aqui se encontraram – dissemos eram diversificadas, formavam subculturas, como era o caso do português, de modo que nenhuma delas poderia persistir como nacional, nem mesmo considerar-se tradicional. Ao contrário: aglutinaram-se e combinaram-se para

¹³JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p.45. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹⁴JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04.p, 45. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹⁵JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p, 45. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹⁶JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p, 45. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

formar o que hoje poderíamos chamar, no Brasil, de cultura nacional. Criaram novos elementos com a elaboração de elementos trazidos.¹⁷

Para Manoel Diégues Júnior o nascimento de uma cultura originária de três raças, marcou por um lado a nossa singularidade regional. Por outro esse aspecto não ameaçou a integridade territorial. Ao contrário, nos garantiu a unidade. É aqui que verificamos que a abordagem deste estudioso estava para além de pensar a questão cultural através da perspectiva do folclore. Ele o via como um instrumento político que poderia explicar a estrutura geográfica do país a partir da ideia de uma nação unificada: “a diversificação dos modos de vida regionais, que nos permite distinguir o amazonense do gaúcho, o nordestino do mato-grossense, ou o baiano do catarinense enriqueceu a unidade nacional. E essa diferenciação regional – de modo nenhum, prejudicou o sentido de unidade”.¹⁸ Essa narrativa mostrava ser o Brasil uma nação sem conflitos culturais e o seu folclore era o elemento estabilizador.

Para Diégues, enquanto Portugal seria o lastro do folclore brasileiro, negros e índios exerciam papéis secundários, atuando simplesmente como contribuidores de nossa cultura. Não sendo o pilar, vemos que era desta forma, que negros e índios integravam-se na singularidade brasileira. Assim, ia sendo definida a percepção de folclore cunhada pelo estudioso: “disse eu a pouco que Portugal serviu de lastro à cultura que aqui se formou. Foi o que se verificou em nosso folclore, se o encararmos de modo particular. O fundo lusitano, por condições lógicas predominando, recebeu a contribuição vinda dos africanos e dos indígenas”.¹⁹ Para o autor, o epicentro da particularidade da cultura nacional brasileira era exatamente o entendimento desse encontro racial essa era a visão de cultura nacional projetada:

A cultura popular resultou, portanto, da unidade entre o recebido e o espírito brasileiro que aqui se formou, ou mais exatamente, a personalidade brasileira nascida na lenta elaboração dos séculos. Marcou-a, portanto, um sentido psicológico, que a define e a individualiza, dando-lhe originalidade em relação a outras culturas.²⁰

Manoel Diégues Júnior reconhecia que o folclore brasileiro era nascido de três raízes. Contudo, essa raça embora mestiça, era sem nome, anônima hierarquizada em suas bases. Esse folclore estava associado a um ideal autoritário de tradição nacional, tendo em vista que ao classificar culturas a partir de uma

¹⁷JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p. 46. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹⁸JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p. 47. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹⁹JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p. 48. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

²⁰JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p.48. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

metodologia comparativa o que ocorria era a recuperação de pensamento assentados em interpretações colonialistas. Daqui, podemos pensar a escrita como uma forma de poder na medida em que a Revista Brasileira de Folclore como um espaço institucional, construía uma narrativa de nossa nacionalidade:

Foi assim o povo, já o brasileiro, traduzido nos mestiços primários e secundários, o elemento que elaborou a nossa cultura popular, imprimindo-lhe sua característica étnica, isto é, a sua marca psicológica. Através dos séculos ele forjou o que hoje se tornou tradicional, anônimo, o popular.²¹

Os mestiços brasileiros foram classificados pelo folclorista em duas ordens: as primárias e as secundárias. A narrativa do autor revela a existência de uma hierarquização de raças, tendo em vista que segundo ele haveria duas categorias de mestiços. Se para o autor foi o mestiço quem elaborou a cultura popular brasileira ele não tinha dúvidas de que o folclore era como traço de nossas características ontológicas e/ou psicológicas. Porém, essa composição que geraria uma cultura tradicional para ele, era sem nome e os mestiços estavam subdivididos em escalas raciais:

O homem, já o vimos, proveio de três fontes, que aqui mescladas, se fundiram para dá o brasileiro; foi ele o animador, o criador, o disseminador dos nossos valores culturais através dos diferentes tipos de mestiços que se espalham por nossa paisagem social.²²

O discurso de Manoel Diégues Júnior dá sinais claros do amplo ofício do folclorista quando ele tocava na questão racial, defendendo a existência de uma escada entre as raças através dos diferentes tipos de mestiços que surgiram no território nacional. Autores como Paul Gilroy, Frantz Fanon, Achille Mbembe e Kabengele Munanga discutiram sobre como a ideia de mestiçagem se tornou ao longo do tempo, um problema para a construção da identidade negra.²³ Pois, na medida em que o ideal de uma nação mestiça se tornava dominante, o negro deveria aproximar-se do branco para assim, “conquistar uma visibilidade e um status social”. Segundo esses autores a mestiçagem mascarava um projeto autoritário de cultura nacional que tendia a ocultar os conflitos étnicos raciais e ainda, gerava uma falsa ideia de igualdade. Esse discurso oficial apresentado aos leitores da RBF aniquilava o negro e o índio da nacionalidade, pois para Manoel

²¹JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p.49. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

²²JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, n°: 04. p.49. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

²³Ver: MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 08-09.

Diégues Júnior: “o mestiço foi o melhor elemento, o veículo mais constante, de transmissão e de manutenção do folclore brasileiro”.²⁴

Manoel Diégues Júnior ocultava em sua concepção de um folclore mestiço, um pensamento de ordem evolucionista social. Para ele, o folclore era uma forma de negar a presença negra e indígena da cultura brasileira, por esse motivo fazia-se necessário reafirmar o discurso da mestiçagem: “os nossos folguedos populares, as nossas danças, os nossos cantos, os nossos mitos, as nossas lendas, as nossas superstições, se criaram e evoluíram e chegaram até nós sob o influxo dessa influência mestiça”.²⁵ Não foi a cultura indígena, a negra e a branca que deixou individualmente as suas heranças, mas o que foi concebido neste encontro entre elas, o mestiço. Esse foi o ideal tipo de nação elaborado pelo folclorista. Era através do folclore que Manoel Diégues Júnior falava do Brasil:

Surgiu assim, desse entrelaçamento, ao contato dos três grupos que aqui se encontraram, num momento histórico, os fundamentos do nosso folclore. E em consequência esse folclore se tornou um produto mestiço, um resultado disso que poderíamos chamar de mestiçamento cultural; ou mais exatamente, um processo de transculturação, que representa, no fundo, toda formação brasileira.²⁶

Para Manoel Diégues Júnior o folclore mestiço reforçava o ideal de coletividade em torno de um “nós” nacional, marcando traços particulares da brasilidade: “o que é “nosso”, como folclore foi produzido justamente por essa assimilação que se tornou típica, seja pelo tempo em que se verificou, seja pelo local em que se manifestou, sem prejuízo do conhecimento de sua elaboração por fatores já agora nativos”.²⁷ O texto de Manoel Diégues Júnior incluía-se no projeto de Brasil, pois no momento de sua produção, a narrativa de uma nação mestiça se tornava símbolo de um projeto político mais amplo.

²⁴JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p.49. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

²⁵JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p.51. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

²⁶JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. pp.51- 52. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

²⁷JÚNIOR, Manoel Diégues. “Formação do Folclore Brasileiro origens e características culturais”. In: Revista Brasileira de Folclore. Setembro/dezembro, 1962, nº: 04. p.56. Hemeroteca Revista Brasileira de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Os conceitos texto e contextos pertinentes são categorias necessárias quando traçamos análises de história intelectual. Através deles, somos conduzidos a investigar elementos mais complexos que envolvem as produções discursivas. Além dos cenários políticos, toda obra carrega intenções. Elas são herdeiras das ideias de seu tempo, bem como as questões sociais circundantes (LACAPRA, 2012, pp. 237-293). No momento em que Manoel Diégues Júnior divulgou na Revista Brasileira de Folclore a sua visão do folclore brasileiro o que estava em jogo era: de um lado a ascensão do folclorista como intelectual vinculado a Comissão Nacional de Folclore e/ou Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. De outro, a emergência de um projeto de Brasil afirmando-se como uma nação mestiça. O escrito deste autor na Revista Brasileira de Folclore era síntese de seu papel político e posicionamento no cenário intelectual de seu tempo. Ao afirmar ser o folclore resultado de um mestiçamento cultural o que estava oculto era o esquecimento de negros e índios como sujeitos sociais ativos, já que ambos foram apresentados como dominados nesta nacionalidade. A ideia de mestiçagem silenciava um desejo de branqueamento racial como apontou Jerry Dávila (DÁVILA, 2006, p. 25). Este projeto por sua vez, acabava por esconder os conflitos étnicos raciais e mostrava as diferentes formas de representações do racismo nas estruturas da sociedade brasileira.

Referências

- ABREU, Martha. DANTAS, Carolina Viana. **Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920**. In: Nação e cidadania no Império Novos Horizontes. CARVALHO, José Murilo de. (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 122.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2006.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Rio de Janeiro: 34, 2019.
- LACAPRA, Dominick. **História intelectual**. In: PALTÍ, Elias José. Giro linguístico e história intelectual. Bernal/Buenos Aires. Universidad Nacional de Quilmes, 2012, pp. 237-293.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 89.
- _____. **Negritude usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SILVA, Jefferson Santos da. **O que restou é Folclore: o negro na historiografia alagoana**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, 2014.

SILVA, Ana Teles da. **Na trincheira do folclore: intelectuais, cultura popular e formação da brasilidade – 1961-1982**. Tese de Doutorado, Programa de pós – graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

SOARES, Ana Lorym. **Sociabilidade intelectual e criação cultural na Revista Brasileira de Folclore (1961-1976)**. In CHUVA, Márcia. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio Cultural políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad x Faperj, 2012, pp.115-116.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Recebido em 25/06/20 aceito para publicação em 16/10/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

As contendas políticas do intelectual orgânico Miguel de Unamuno

The Political Quarrels of the Organic Intellectual Miguel de Unamuno

Walter Pinto de Oliveira Neto¹

Alexandre Silveira Campos²

Resumo: O presente estudo analisa os duelos ideológicos entre o pensador moderno Miguel de Unamuno e algumas das personalidades autoritárias mais significativas das décadas iniciais do século XX na Espanha. Na primeira parte do trabalho apresentamos as circunstâncias sociais e filosóficas que propiciaram a aparição dos intelectuais modernos na Europa ocidental e posteriormente no território espanhol; na segunda focamos no aspecto orgânico da prática política e intelectual de Don Miguel; e na terceira evidenciamos as contendas entre o pensador de Bilbao e o rei Alfonso XIII, o ditador Primo de Rivera e o líder da brigada militar *Legión*, Millán Astray. Em termos metodológicos adotamos a análise descritiva historiográfica sobre três aspectos: o registro moderno e contemporâneo do período citado, a trajetória jornalística de Unamuno e a trajetória histórica de seus opositores, a fim de fornecer uma perspectiva crítica dos acontecimentos históricos referidos.

Palavras-chave: Miguel de Unamuno; Intelectual orgânico; História política; Modernidade.

Abstract: This study analyses the ideological duels between modern thinker Miguel de Unamuno and some of the most significant authoritarian personalities of the early decades of the 20th century in Spain. In the first part of the work, we present the social and philosophical circumstances that led to the appearance of modern intellectuals in Western Europe and later in Spain; in the second we focus on the organic aspect of Don Miguel's political and intellectual practice; and in the third we highlight the quarrels between the thinker of Bilbao and King Alfonso XIII, the dictator Primo de Rivera and the leader of the military brigade *Legión*, Millán Astray. In methodological terms we adopted a descriptive historiographic analysis on three aspects: the modern and contemporary record of the period mentioned, the journalistic trajectory of Unamuno and the historical trajectory of its opponents, in order to provide a critical perspective of the referred historical events.

Key Words: Miguel de Unamuno; Organic intellectual; Political history; Modernity.

Resumen: El presente estudio analiza los duelos ideológicos entre el pensador moderno Miguel de Unamuno y algunas de las personalidades autoritarias más significativas de las décadas iniciales del siglo XX en España. En la primera parte del trabajo presentamos las circunstancias sociales y filosóficas que propiciaron la aparición de los intelectuales modernos en la Europa occidental y posteriormente en el territorio español; en la segunda focalizamos en el aspecto orgánico de la práctica política e intelectual de Don Miguel; y en la tercera evidenciamos las contiendas entre el pensador de Bilbao y el rey Alfonso XIII, el dictador Primo de Rivera y el líder de la brigada militar *Legión*, Millán Astray. En términos metodológicos adoptamos un análisis descriptivo historiográfico bajo tres aspectos: el registro moderno y contemporáneo del período citado, la trayectoria periodística de Unamuno y la trayectoria histórica de sus opositores, con la finalidad de fornecer una perspectiva descriptiva de los acontecimientos históricos referidos.

Palabras-clave: Miguel de Unamuno; Intelectual orgânico; Historia política; Modernidad.

¹ Graduando em Letras português/espanhol e respectivas Literaturas da UEMA (2016 -). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa TECER (UEMA) e POLIFONIA (UFMA). Bolsista CNPQ pelo projeto intitulado: A anarquia de fazer-se mulher (2019 - 2020). E-mail: walteroliveira16@outlook.com

² Professor Assistente Doutor da UNESP, de Letras Modernas da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara. Doutor em Letras, Estudos Literários, com tese sobre Literatura Espanhola, UNESP - FCLAr (2012). Membro do Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-Unesp). E-mail: campos.profalexandre@gmail.com

Considerações iniciais

O século XIX na Espanha é conhecido como um dos momentos mais agitados da história do país. A invasão napoleônica, a guerra da independência, as guerras carlistas, a sucessão entre o liberalismo e o absolutismo e a perda das colônias ultramarinas para os EUA em 1898 são alguns dos eventos que impediram o progresso na nação nesse período.

Enquanto Inglaterra, França e Alemanha se encontravam imersos num ambicioso projeto de modernização, na Espanha dois grupos antagonicamente ideológicos lutavam entre si, procurando cada um impor seu projeto social. A dualidade entre os tradicionalistas, que defendiam a pátria e a religião católica, e os progressistas, que sustentavam os valores modernos advindos da Europa ocidental, conseguiu criar um maniqueísmo político traduzido em incessantes contendas bélicas.

Com o *desastre do 98*³ no fim do século XIX, agastados de esperar pela aparição de governantes realmente preocupados com a nação, intelectuais de todos os cantos da Espanha se reuniram em prol da ressurreição de um prestígio interno e externo que há muitas décadas se perdera.

Nesse cenário, os intelectuais que tomaram para si a missão de regenerar o país seriam denominados de *regeneracionistas*: sujeitos preocupados em criar propostas pedagógicas, sociológicas, filosóficas, artísticas etc., cuja intenção foi a de aproximar o país à redescoberta da identidade hispânica perdida, assim como ao progresso econômico.

A consciência política e social por partes dos intelectuais *regeneracionistas*, entretanto, expressar-se-ia a partir de convicções e métodos distintos. Assim, formaram-se grupos com propostas específicas em que, apesar das eventuais divergências entre os integrantes dos mesmos, procuraram dialogar entre si para atingir uma unidade heterogênea em aspectos ideológicos e estéticos, e firmes na missão de alcançar a restauração da cultura nacional (ROMERO, 2020, p.13).

A chamada *Geração de 98* foi um desses conjuntos de intelectuais modernos que por erudição cognitiva, influência política e social, talento estético e propostas inovadoras, receberam a atenção do povo espanhol, tanto de modo positivo quanto negativo. O membro mais avançado em idade e o emblema do grupo foi Miguel de Unamuno, cujas propostas contraditórias impedem que se lhe enquadre numa corrente filosófica e/ou ideológica específica.

Desde o nascimento até a morte, a vida de Don Miguel foi impregnada de inúmeras contendas no campo do pensamento. Como bom intelectual moderno, engajou-se, tanto na área do pensamento como da ação, aos acontecimentos mais importantes da sua época, pois se encontrava imerso na vida política e

³ O *Desastre de 98* é um acontecimento histórico que determina um dos pontos álgido do processo de decadência nacional. Os EUA, com apenas esforço militar, consegue fazer sua as colônias ultramarinas pertencentes à Espanha: Cuba, Puerto Rico e Filipinas.

intelectual do seu tempo, assim como em suas matrizes filosóficas e científicas (ROMERO, 2020, p.20). Além disso, valeu-se de quaisquer recursos que tivesse à disposição, principalmente a ironia, para criticar a todo aquele com que antipatizasse.

O autor condenou a muitas e distinguidas personalidades do seu tempo, causando-lhe consequências como a censura e o exílio. Não obstante, em lugar de fazer um panorama geral dos inúmeros duelos discursivos de Don Miguel, neste artigo nos centraremos em alguns poucos indivíduos de relevância histórica, para compreender o período moderno da história espanhola e de Unamuno, sendo estes o rei Alfonso XIII, o ditador Primo de Rivera e o general de guerra Millán Astray, todos eles contra o posicionamento intelectual orgânico de Don Miguel. Antes, traçaremos um arcabouço teórico que explanará o que é o intelectual moderno, quais os tipos de intelectuais modernos e as causas que propiciaram a aparição deles no cenário europeu como um todo e em seguida no espanhol.

Em termos metodológicos e conceituais, adotaremos a perspectiva de críticos e historiadores que centraram seus estudos na modernidade em geral e modernidade espanhola como Berman (1986) e Habermas (2010), Díaz-Rincón (2017), Borzoni (2009), Ouimiette (2013) Rabaté & Rabaté (2010); e artigos, diários e cartas do próprio Unamuno, afim de oferecer um panorama abrangente das disparidades que surgiram entre o intelectual e seus adversários ideológicos nos primeiros anos do século XX.

A aparição dos intelectuais modernos

O Hegel da primeira fase ou o jovem Hegel – como dizem alguns autores⁴ – analisa as características mais marcantes da modernidade e do sujeito moderno. O filósofo alemão, entre algumas variáveis e transfigurações epistemológicas com respeito a épocas pretéritas, encontra um fator inédito no ser humano moderno: a subjetividade.

Com isso, Hegel não está afirmando que a subjetividade não existira no passado, mas que o homem não pôde colocá-la em prática devido a nunca ter sido realmente livre. Ao alcançar a liberdade, inicia-se uma fase histórica – a última, segundo Hegel – em que os homens que não conhecem a independência de pensamento, mas sabem da sua existência, lutarão por consegui-la; e os que já a conhecem, batalharão por mantê-la e ampliá-la até a máxima potencialidade social e ontológica possível (HABERMAS, 2010, p.28-29).

A liberdade abriu espaço para essa perspectiva mais ampla da subjetividade, que, por sua vez, permitiu o surgimento dos primeiros grupos de pensadores livres. Além da liberdade, outros elementos emancipadores dos intelectuais foram: a conscientização da divisão de classes, o engajamento com a evolução cada vez mais acelerada da ciência, assim como a emancipação de uma consciência crítica e

⁴ Como Habermas em *O discurso filosófico da modernidade* ou Lukács, em *O jovem Hegel*.
Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021
ISSN 2317-4021

cultural do homem. Em síntese: “a divisão social do trabalho na Europa moderna [...] produziu uma vasta classe de produtores de cultura e ideias, relativamente independentes. Esses especialistas em artes e ciências, leis e filosofia produziram [...] uma brilhante e dinâmica cultura moderna” (BERMAN, 1986, p.43). Os especialistas aos que Berman se refere são essa categoria de intelectuais.

Podemos então propor as seguintes perguntas: quem são os intelectuais modernos, o que fazem, quais suas obrigações, como operam? Segundo o dicionário especializado,

Ao substantivo Intelectuais podem ser atribuídos dois sentidos principais, aparentemente semelhantes, mas, substancialmente diferentes. Em primeiro lugar, ele designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas [...] uma segunda acepção, mais vulgar na publicidade de atualidade literária e política, para a qual Intelectuais são os escritores “engajados”. Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tem adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p.637).

Na Europa, o conceito de intelectual nasce no século XVIII. Começa a ganhar notoriedade simbólica e pública quando o sujeito, a partir das suas ideias políticas, filosóficas, sociológicas etc, consegue mudar, em maior ou menor medida, a consciência coletiva. Já no século XIX, a maioria das nações da Europa ocidental contava com um número determinado de grandes pensadores, que conseguiram expandir seus escritos e princípios por variados países, para além do contexto intelectual em que nascem e vivem.

Na conjuntura espanhola, o precursor dessa categoria de intelectuais modernos foi José de Larra (1809-1830). Segundo o professor Carlos Serrano, o madrileno foi o primeiro escritor que se valeu da sua influência e talento para “hacer frente al poder y denunciar los males de la sociedad” (2000, p.17)⁵. O posicionamento de Larra contra a maneira em que se fazia política foi de suma importância para a aparição reivindicativa de outros literatos, cronistas e jornalistas que, por medo da repressão monárquica, ocultavam seus descontentamentos nos diferentes veículos de promulgação de ideias em que trabalhavam ou colaboravam esporadicamente.

Não obstante, a aparição desses agitadores de consciências foi breve devido ao grande poder de opressão da realeza espanhola. A nação ibérica só lograria reunir uma leva considerável de intelectuais capazes de desenvolver e colocar em prática seus ideais com relativa liberdade, quando a rainha vigente, Isabel II, pressionada pelo antagonismo popular contra sua gestão, abrandou o sistema de controle e punição dos indivíduos da oposição (ORTEGA, 2017, p.40).

⁵Afrontar o poder e denunciar as mazelas da sociedade (2000, p.17, tradução nossa).

As revoltas populares contra o clero se acentuaram nos últimos anos da década de 1860. Depois de três guerras civis⁶, que minaram a Espanha economicamente, moralmente e socialmente, ocorre uma revolução do proletariado e da burguesia liberal contra o regime da rainha Isabel II (ORTEGA, 2017, p.40). Esse acontecimento histórico, também denominado *La Gloriosa*, inaugura a Primeira República Espanhola e a abertura da pátria rumo ao progresso. Nesse cenário, as tendências filosóficas e sociológicas⁷ no estrangeiro entram no país, dando início assim à reforma intelectual e industrial. Esse episódio, junto com o *desastre de 98*, marcaria um antes e um depois dentro do pensamento espanhol, pois a partir dele surgem grupamentos de intelectuais aliados às classes subalternas, que registram os acontecimentos dos levantes populares e aportam o arcabouço teórico que legitima a luta dos oprimidos: eis os intelectuais orgânicos.

Miguel de Unamuno, um intelectual orgânico

Para Antonio Gramsci, “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (2000, p.18), ou seja, todos os homens são intelectuais, mas nem todos destinam seu intelecto e crédito político à melhoria de vida das classes subordinadas. Aos que obviam o sistema de classes ou ajudam manter a estrutura idealizada pela elite, Gramsci intitula-os de intelectuais clássicos ou intelectuais orgânicos à burguesia. Já os orgânicos ao proletariado são os que devem

organizar as classes subalternas para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético-politicamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses e pelas necessidades das classes dominadas e dirigidas. (MARTINS, 2011, p.139).

Se nos deixarmos levar pela distinção gramsciniana de intelectuais, Miguel de Unamuno caberia naquilo que o filósofo italiano intitula de intelectual orgânico ao proletariado. Ele é um dos primeiros intelectuais espanhóis que misturam uma intensa prática intelectual e política, e por isso é muito difícil pensar em Unamuno e não construir uma visão que

no contemple su activismo político. La política es vivida como una irrevocable responsabilidad moral y es en su visión y acción políticas como asume el pasado, despliega su pensamiento en el presente y encara un futuro en el que espera que España salga por fin de su marasmo. (DÍAZ-RINCÓN, 2017, p.138-139)⁸.

⁶ Referimo-nos às três guerras carlistas.

⁷ Positivismo e naturalismo, principalmente. Espanha adotara no campo da educação, também, o krausismo.

⁸ Não contemple seu ativismo político. A política é vivida como uma responsabilidade moral irrevocável e é em sua visão e ação política como assume o passado, abarca seu pensamento no presente e encara um futuro em o que espera que a Espanha saia por fim do seu marasmo. (DÍAZ-RINCÓN, 2017, p.138-139, tradução nossa).

Essa preocupação política inicia quando volta a casa, em Bilbao, após findar o curso universitário em filosofia e letras na *Universidad Complutense* de Madri, em 1883. Enquanto se prepara para distintos concursos na área da educação, Don Miguel se depara com textos de Marx, Lasalle e Proudhon, os quais despertam sua curiosidade (RABATÉ, 1997, p.294-295). Contudo, a adesão ao movimento socialista espanhol só se tornaria efetiva fora de Bilbao, já como professor titular de grego da universidade de Salamanca, a datar de 1886. A partir daí o intelectual escreve para jornais socialistas como *La Democracia*, *Evolución y Revolución* e *El Norte*, e começa a participar de importantes conferências nacionais do movimento de esquerda como *El Derecho y la Fuerza* (DÍAZ-RINCÓN, 2017, p.83).

Em 1890, seu espírito militante se acentua, coincidindo com um protagonismo cada vez mais notório dentro do coletivo. As ideias de Unamuno eram ouvidas pelos integrantes do partido socialista e afins, não tanto pela validade do que o *bilbaíno* expunha, mas pela visibilidade que o socialismo alcançava em território nacional através de suas palavras. Não obstante, com o decorrer dos anos Unamuno se afasta paulatinamente do partidarismo e objetiva um protótipo de socialismo cristão (UNAMUNO, 1966c, p.1021) que não conseguira muitos adeptos.

Da mesma forma, quanto mais o pensador se afasta do socialismo partidário, mais redige textos críticos contra o movimento e seus líderes. Para ele, o problema principal do socialismo espanhol é que este havia deixado de ser uma força espiritual para converter-se numa doutrina racionalista em que o intelectualismo oco era a regra.

Em 1896, Unamuno escreve seu último artigo para a revista marxista *La Lucha de Clases*, e se separa, um ano depois, da agrupação socialista de Bilbao. Ainda assim, admite que a ruptura absoluta com o movimento não o fez deixar de ser socialista, pois se sente mais socialista que nunca. Contudo, também passa a pensar em outras questões como o problema da morte e da religião, o que para a doutrina iniciada por Marx e Engels é irreconciliável (BLANCO-AGUINAGA, 1968, p.24-25).

O espírito socialista acompanhou a Don Miguel durante toda sua trajetória intelectual. Isso é evidenciado na incessante vontade dele de lutar contra a tirania dos mais poderosos, advogando pelo povo intra-histórico, isto é, o segmento da população esquecida pelos jornais, líderes políticos e intelectuais clássicos.

Suas opiniões tornaram-se problemáticas e perigosas, inclusive do ponto de vista jurídico, na medida que o seu julgamento apontava às personalidades mais importantes do seu tempo (PONCELA, 1953, p.43), que não coincidentemente eram as mais autoritárias: Alfonso XIII, Primo de Rivera e MilánAstray.

Unamuno contra os titãs do autoritarismo

Unamuno contra Alfonso XIII

Para entender a luta de Unamuno contra o autoritarismo, é importante situar brevemente o homem responsável pela inserção da ditadura de Primo de Rivera na Espanha: Alfonso XIII; e como a interação conflituosa entre o intelectual e o rei foi decisiva para o posterior exílio do *bilbaíno* em 1924 na ilha de Fuerteventura.

O primeiro “contato” entre ambos surge em 1902, quando Alfonso XIII chega à maioria de idade e, a partir disso, converte-se em rei emérito da Espanha. No 24 de maio desse mesmo ano, Alfonso e parte da corte se destinam à universidade de Salamanca para ouvir o discurso do reitor em honra ao novo monarca. Unamuno, reitor dessa instituição desde 1900, comenta da necessidade de que os poderes públicos, isto é, o Estado, assegure a liberdade da educação; e termina o discurso comentando: “Y reunidos todos bajo labanderadel amor ala grandeza y prosperidad de España, busquemos nuestro mejor auxilio en el desarrollo de la ciencia, árbitro supremo, en paz y en guerra, de la prosperidad de los pueblos” (UNAMUNO, 1966a, p.79)⁹. Não obstante, a petição de Don Miguel não foi levada em conta pelo rei nos anos vindouros.

Segundo Victor Ouimette (2013, p.25), depois da I Guerra mundial o regime monárquico aprofundou a nação num caos e desgoverno que acelerou uma estagnação econômica já em recesso há décadas. Alfonso XIII, além de possuir uma ineficiência crônica para governar, escolhia seus conselheiros não pela sua experiência ou destreza política, mas pela docilidade dos mesmos diante das decisões dele.

Surge assim a desconfiança e posterior ruptura para com a monarquia por parte dos liberais e dos intelectuais orgânicos, sendo Miguel de Unamuno o que mais críticas teceu contra a nobreza, principalmente contra Alfonso XIII (OUIMETTE, 2013, p.26). Para o escritor de *Niebla*, o rei comandava por meio do método da corrupção. Todavia, era da opinião de que as mentiras, a degradação moral do monarca e da elite e um desinteresse total pelas necessidades do povo não podiam continuar. Por isso propunha, em primeiro lugar, que os mais injustiçados pelo regime, isto é, o proletariado, acordasse da sua apatia; e, em segundo, que os intelectuais espanhóis perdessem o medo de defender as causas nobres, ainda que este posicionamento pudesse causar-lhes conflitos com o poder: “Actualmente em España los intelectuales están aterrados de la causas que defienden. Las causas se les vienen encima y amenazan aplastarlos. Los unos

⁹“E reunidos todos debaixo da bandeira do amor à grandeza e prosperidade da Espanha, procuremos nosso melhor auxílio no desenvolvimento da ciência, juiz supremo, na paz e na guerra, da prosperidade dos povos” (UNAMUNO, 1966a, p.79, tradução nossa).

sienten miedo de la revolución; los otros de la dictadura. Han ido demasiado lejos y el carro les arrastra” (UNAMUNO, 1966d, p.676)¹⁰.

Estas e outras declarações em tons similares lhe causaram a inimizade com os intelectuais mais próximos à nobreza, assim como com o próprio rei. A imagem deste último sofria incessantes golpes desmoralizadores por parte da imprensa nacional e estrangeira, sendo o escritor de Bilbao o mais vigoroso crítico dentre todos os críticos.

Com medo de que se repetisse algum levante popular como o de *La Gloriosa* em 1868, que acabou com o exílio da rainha Isabel II em Paris e a inauguração da I República, Alfonso XIII cedeu de boa vontade a instauração de um governo militar encabeçado pelo general Primo de Rivera, para que este pusesse ordem numa nação cada vez mais ansiosa pela cabeça do monarca.

Unamuno contra Primo de Rivera e o exílio

As críticas a Alfonso XIII facultaram que Unamuno fosse condenado à prisão em 1917¹¹, mas nunca chegaria a pisá-la devido à intermediação de alguns amigos com influência política (DÍAZ-RINCÓN, 2017, p.35). Entretanto, já em 1924, com o ditador Primo de Rivera, nenhuma interferência amistosa conseguira impedir que o intelectual de Bilbao se livrasse do exílio em Fuerteventura¹². Contudo, antes de tratarmos sobre o exílio, vejamos as razões do desencontro de Don Miguel com o ditador.

Na Espanha, sabia-se que o “golpe de Estado” havia sido arquitetado pelo rei, que assim continuava mantendo a riqueza e os lares próprios da realeza, com o benefício de não ter de se preocupar com questões governamentais (OUIMETTE, 2013, p.32).

Unamuno foi cético desde o começo com respeito ao governo de Primo de Rivera. O primeiro “susto” do *bilbaíno* se deu a partir do manifesto de toma de poder do general, cujas primeiras frases dizem o seguinte: “Este movimiento es de hombres: el que no sienta la masculinidad completamente caracterizada, que espere em um rincón, sin perturbar los días buenos que para la patria preparamos. ¡Españoles! ¡Viva España y viva el Rey!” (RIVERA, 1923, n.p. apud GASSET, 1925, p.141)¹³.

A declaração de Primo de Rivera se baseou em algumas ideias que atemorizaram a consciência de Unamuno. Em primeiro lugar, a declaração do ditador remetia constantemente à questão da masculinidade. Este preceito anunciava a superposição da força em detrimento do diálogo, da democracia e da inteligência –

¹⁰“Atualmente na Espanha os intelectuais estão apavorados com as causas que defendem. As causas se jogam em cima deles e ameaçam esmagá-los. Uns sentem medo da revolução; outros, da ditadura. Foram longe demais e o carro lhes arrastra”. (UNAMUNO, 1966d, p.676, tradução nossa).

¹¹ O mesmo decreto de prisão fora emitido a outro intelectual da *Geração de 98*: Ramón del Valle Inclán.

¹² Ilha pertencente à Espanha, situada no arquipélago espanhol ao largo da costa noroeste da África.

¹³“Este movimiento é de homens: o que não sinta a masculinidade completamente caracterizada, que espera em um canto, sem perturbar os dias bons que preparamos para a pátria. Espanhóis! Viva Espanha e viva o Rei!” (RIVERA, 1923, n.p. apud GASSET, 1925, p.141, tradução nossa).

tríade que o escritor defendia naquele momento e defendeu-a durante todo seu périplo existencial. Em segundo lugar, a constante exaltação da figura do rei só podia significar que as demandas e caprichos de Alfonso XIII seguiriam sendo atendidas.

Estes e outros elementos inerentes ao “novo” regime marcariam a pauta dos textos que Unamuno escreveu durante a década de 1920 no quesito político, sendo Primo de Rivera o centro das críticas mais mordazes que até então se lera ao intelectual moderno. Bom exemplo disso são as constantes comparações que ele faz entre o ditador espanhol e o italiano Mussolini.

Segundo Don Miguel, Mussolini era uma figura caricaturesca, autoprojettata na incessante preocupação por dotar a si mesmo de uma aura messiânica, o que não ocultava sua falta de destreza para governar (BORZONI, 2009, p.87). Ainda caracterizado tão negativamente pelo intelectual, numa comparação entre o *Duce* e Rivera, este segundo podia ser, todavia, pior que o italiano:

Mussolini, el “duce”, buena o mala tiene una personalidad política y hasta algo de napoleónico, siquiera en caricatura, pero Primo de Rivera, sobrino de su tío, general de casino y alegre camarada de holgorios, nada tiene de caricatura napoleónico, ni en caricatura. (UNAMUNO, 1924 apud BORZONI, 2009, p.84)¹⁴.

Estas e outras críticas enfureceram o ditador espanhol que, mesmo sendo aconselhado que optasse pela apatia, não conseguia obviar as constantes e sarcásticas palavras de Unamuno contra sua pessoa. Sendo assim, Primo de Rivera também se valeu dos meios de comunicação para difamar a imagem do intelectual: “se trata de unseñorcuya labor ha sido totalmente negativa. Y no con este gobierno, el más modesto de todos, sino con los anteriores. Nunca aplaudió· medida alguna y sí sólo lo criticó todo, pareciéndole malo todo cuanto se hacía” (RIVERA, 1924, p.1)¹⁵.

No final de fevereiro de 1924 foi anunciado publicamente que Miguel de Unamuno deveria partir quanto antes para o desterro em Fuerteventura. Assim fora redigido o decreto oficial:

Ilustrísimo señor: acordado por el Directorio Militar el destierro a Fuerteventura (Canarias) de Don Miguel de Unamuno y Jugo,
Su Majestad el Rey (q. D. g.) se ha servido disponer:
Primero: Que el referido señor cese en los cargos de vicerrector de la Universidad de Salamanca y decano de la Facultad de Filosofía y Letras de la misma; y
Segundo: Que queda suspenso de empleo y sueldo en el de catedrático de dicha universidad.
Lo que traslado a vuestra señoría para su conocimiento y demás efectos. Dios guarde a vuestra señoría muchos años.

¹⁴Mussolino, o “duce”, boa ou má, tem uma personalidade política e até algo de napoleônico, sequer em caricatura, mas Primo de Rivera, sobrinho do seu tio, general de casino e alegre camarada de festas, nada tem de caricatura napoleônica, nem em caricatura. (UNAMUNO, 1924 apud BORZONI, 2009, p.84, tradução nossa).

¹⁵“Trata-se de um senhor cuja labor foi totalmente negativa. E não com este governo, o mais modesto de todo, mas com os anteriores. Nunca aplaudiu medida alguma e somente criticou tudo, parecendo-lhe mal tudo quanto se fazia” (RIVERA, 1924, p.1, tradução nossa).

Madrid, 20 de febrero de 1924
El subsecretario encargado del Ministerio, Leániz.
Señor ordenador de pagos por obligación de este Ministerio
(RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.455)¹⁶.

O exílio de Unamuno surpreendeu à maioria das pessoas que acompanhavam o conflito entre o professor e o ditador. Até os opositores mais ferrenhos de Don Miguel se surpreenderam com a decisão de Primo de Rivera, uma vez que o intelectual poderia usar este acontecimento para fortalecer sua imagem tanto no território nacional como estrangeiro. Ou seja, Unamuno tinha, agora mais que nunca, a possibilidade de empregar um ato de Rivera para assinalar com mais veemência ainda o quão pouco democrático, infantil e inepto para governar era o militar.

Já em Fuerteventura, Unamuno centrou seus textos “de forma casi maniática en Primo de Rivera, Alfonso XIII y Martínez Anido” (BORZONI, 2009, p.73)¹⁷, ao mesmo tempo que fortaleceu sua imagem se declarando mártir da ditadura. Da mesma forma, o eco crítico unamuniano atravessou as fronteiras ibéricas e posou-se no mundo, principalmente na América Latina e países da Europa ocidental como França e Itália (BORZONI, 2009, p.101).

Nesses poucos meses na ilha, Don Miguel se afastou da prosa ficcional e centrou-se na produção de artigos de opinião política e poesia. Ainda que ele se caracterizara por ser um escritor de estilo criticamente viperino, os artigos escritos em Fuerteventura o foram ainda mais. Da mesma maneira que os artigos, a lírica, que até o desterro se definiam pela apologia aos encantos de *Castilla* (PONCELA, 1953, p.62), preencheram-se de dois fatores inéditos – a ira e o lamento:

Los escritos en Fuerteventura tienen dos caras: una de la ira y el quebranto que le causaba la situación de España bajo una dictadura, ira justificada también pero el daño personal de su destierro; otra, el endulzamiento y en cierto modo la cura que le producía la Isla y la profunda penetración meditativa de su cielo y su mar. (ALONSO, 1982, p.9)¹⁸.

Enquanto Miguel de Unamuno sofria no desterro¹⁹, a sociedade espanhola pressionava o ditador para que permitisse o intelectual retornar à península. Depois de alguns meses de insistência pública, chegou-lhe

¹⁶Ilustríssimo senhor: decidido pelo Diretório Militar o desterro a Fuerteventura (Canárias) de Dom Miguel de Unamuno y Jugo;/ Sua Majestade o Rei (q. D. g.) há de se dispor:/ Primeiro: Que o referido senhor cesse nos cargos de vice-reitor da Universidade de Salamanca e decano da Faculdade de Filosofia e Letras da mesma; y/ Segundo: Que fique suspenso de emprego e salário na posição de catedrático da referida universidade./ O que traslado a vossa senhoria para seu conhecimento e demais efeitos. Deus guarde a vossa senhoria muitos anos./ Madri, 20 de fevereiro de 1924/ O subsecretário encarregado do Ministério, Leániz./ Senhor organizador de pagos por obrigação deste Ministério (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.455, tradução nossa).

¹⁷“De forma quase maníaca em Primo de Rivera, Alfonso XIII e Martínez Anido” (BORZONI, 2009, p.73, tradução nossa).

¹⁸Os escritos em Fuerteventura têm duas caras: uma da ira e o lamento que lhe causava a situação da Espanha sob uma ditadura, ira justificada também pelo dano pessoal do seu desterro; outra, o adoçamento e em certo modo a cura que lhe produzia a Ilha e a profunda penetração meditativa do seu céu e seu mar. (ALONSO, 1982, p.9, tradução nossa).

¹⁹ Os sofrimentos de Unamuno, assim como o tédio e a raiva, são expostos brilhantemente no filme *La isladelviento*(2015). O longa é dirigido e roteirizado por Manuel Menchón.

o indulto a Don Miguel, mas surpreendentemente este o recusa, alegando que só voltaria após a destituição de Primo de Rivera. Sobre isso fala em um dos seus muitos poemas escritos na ilha:

Los que clamáis “¡indulto!” id a la porra
que a vuestra triste España no me amoldo;
arde del Santo Oficio aún el rescoldo
y de leña la envidia la atiborra (UNAMUNO, 1999, p.17)²⁰.

Poucos meses depois de chegar em Fuerteventura, o intelectual consegue sair dela por meio de um barco clandestino obtido por amigos próximos, cujo destino foi França. Lá viveu até 1930, ano em que Primo de Rivera se autodemite, exilia-se em Paris e permite, assim, o surgimento da II República Espanhola. Don Miguel chega à península como herói, como grande figura dos valores orgânicos do governo democrático recém instaurado. Contudo, a satisfação do escritor de *San Manuel Bueno, Mártir* para com a República não se estenderia durante muito tempo.

Pela atitude vingativa e violenta, Unamuno desencantou-se rapidamente com esquerda espanhola, chamando-a inclusive de República monárquica, republicanismo ortodoxo, religião de Estado ou fascistas de esquerda (UNAMUNO, 1966e, p.1106). Por essa razão, quando as tropas militares comandadas por Francisco Franco saíram do norte de Marrocos para reorganizar a pátria, isto é, propiciar um novo golpe de Estado, Don Miguel apoiou a rebelião dos *Sublevados*.

Não obstante, ao envolver-se timidamente com os fascistas, logo vislumbra Unamuno que os militares eram ainda mais corruptos e perigosos para o progresso espiritual da nação que os republicanos, e por isso nos seus últimos anos de vida desprende sua irascibilidade para com o franquismo (PONCELA, 1953, p.26), principalmente contra o líder da *Legión* e mão direita de Franco: Millán Astray.

A última contenda: Unamuno contra Millán Astray

A inimizade entre Millán Astray e Unamuno é um dos episódios mais conhecidos da história moderna espanhola. Ainda assim, apesar de que o foco da historiografia esteja direcionado ao conhecido evento do 12 de outubro de 1936, os primeiros textos de Unamuno sobre o líder da *Legión* começam uma década antes.

José Millán-Astray (1879-1954) fazia parte de uma ordem militar intitulada *El Tercio*, que congregava os *Legionarios* (pertencentes à *Legión*), as unidades carlistas e a *Legião portuguesa*. A *Legión*, cujo “arquiteto”, ideólogo e líder foi Astray, estava formada, principalmente, por ex-presidiários recrutados para formar parte do grupo, e voluntários que, atraídos pela propaganda mística que envolvia o bando,

²⁰Os que clamais “indulto”, lasquem-se/ que a vossa triste Espanha não me amoldo/ arde do Santo Oficio ainda a brasa/ e da lenha a inveja que atulha (UNAMUNO, 1999, p.17, tradução nossa).

integravam-se a ele na intenção de fazer parte de uma ordem de seres escolhidos por Deus, em missões heroicas pelas quais seriam lembrados pela eternidade (BORZONI, 2009, p.91).

O efeito transcendental que a *Legión* possuía aos olhos dos espanhóis foi conseguido devido ao forte investimento que Millán Astray fez no quesito propagandístico. Este tipo de estratégia seguia os mesmos padrões do exército de Mussolini, cuja figura, segundo Unamuno, tentou ser copiada pelo *legionario*: “El señor Millán, el del Tercio [...] el aspirante a Mussolini español. [...] nuestro candidato a Mussolini del jefe supremo de los ejércitos de mar y de tierra. [...] Nuestro Mussolini en ciernes de disciplina...” (UNAMUNO, 1922 *apud* URRUTIA, 1997, p.221)²¹.

Unamuno era da opinião de que os jovens estavam sendo enganados pelo general Astray, que usava os recursos cinematográficos ou pedagogia cinematográfica – como Don Miguel preferia denominar à sétima arte (BORZONI, 2009, p.91) –, para atrair as novas gerações a uma guerra sem sentido, a de Marrocos.

Todavia mencionava que a *Legión* não era um exército em si, com pautas pragmáticas e ao serviço do bem da pátria, mas uma milícia que cuidava dos interesses particulares de um fascista orgulhoso como Millán Astray, que, por sua vez, mentia ao afirmar que suas causas políticas e militares se destinavam exclusivamente às necessidades da coroa e de Deus (URRUTIA, 1997, p.221).

Ainda que não haja nenhuma evidência de resposta por parte de Astray às críticas de Unamuno à *Legión*, ao *Tercio*, a ele ou às guerras em Marrocos na década de 20, na de 30 é possível ver algumas referências do ódio do general aos intelectuais a partir, principalmente, da revolução dos *sulevados*. Para Astray, os intelectuais tinham a culpa da alienação do povo espanhol: “los malditos y mil veces malditos intelectuales, que teniendo cultura, medios bastantes, envenenaron a nuestras masas y lãs hicieron creer que la felicidad estaba en el crimen” (ASTRAY *apud* RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.675)²².

Não obstante, o duelo entre Don Miguel e Millán Astray chegaria ao seu ápice no 12 de outubro desse mesmo ano, no auditório principal da Universidade de Salamanca, onde se encontravam personalidades tão distinguidas como a esposa de Franco, Carmen Polo, o padre Guillermo Fraile e o líder da *Legión* Millán Astray, os quais se reúnem para comemorar *El día de la raza* (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.683). *El día de la raza* ou *Fiesta de la raza* é uma data na qual se pretende lembrar a chegada de Colombo à América do Sul. Contudo, para os setores extremos da direita espanhola, *La fiesta de la raza* proclama a supremacia da “raça” espanhola em detrimento da “raça” colonizada, ou seja, a “raça” latino-americana.

No auditório da instituição da qual Unamuno era reitor, o discurso de Francisco Maldonado de Guevara – um dos professores da universidade – deixou-o nervoso devido às incessantes críticas que o

²¹“O senhor Millán, o do *Tercio* [...] o aspirante a Mussolini espanhol [...] nosso candidato a Mussolini do chefe supremo dos exércitos de mar e terra. [...] Nosso Mussolini no início da disciplina...” (UNAMUNO, 1922 *apud* URRUTIA, 1997, p.221, tradução nossa).

²²“Os malditos e mil vezes malditos intelectuais, que tendo cultura, meios bastantes, envenenaram nossas massas e as fizeram crer que a felicidade estava no crime” (ASTRAY *apud* RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.675).

orador remete contra a Catalunha e o País Basco. Como *bilbaíno* convicto, Don Miguel não consegue se manter apático diante das acusações do catedrático, pelo que depois dos aplausos da plateia, ele, que não tinha pensado discursar nesse dia, levantou-se e declarou sua oposição ao *Día de laraza*, às palavras dos oradores e à própria guerra civil:

Se ha hablado de guerra internacional en defensa de la civilización cristiana occidental; una civilización que yo mismo he defendido otras veces. Pero la de hoy es solo una guerra incivil. No la guerra civil que de niño viví con el bombardeo de mi Bilbao, una guerra doméstica. Conquistar no es convertir. Vencer no es convencer y no puede convencer el odio que no deja lugar para la compasión; no puede convencer el odio a la inteligencia que es crítica y diferenciadora, inquisitiva y no de inquisición (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p. 684–685)²³.

Entre os gritos de um público cada vez mais enervado, a voz do general Millán Astray se destaca entre as outras, pois grita: “¿puedo hablar, puedo hablar?” (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.685)²⁴. Entretanto, Unamuno não presta atenção ao clima hostil e consegue terminar seu discurso dizendo o seguinte:

Dejaré de lado la ofensa personal que supone en un discurso la explosión contra vascos y catalanes, llamándoles la anti-España; pues con la misma razón pueden ellos decir otro tanto. Y aquí está el señor obispo que, lo quiera o no, es catalán, nacido en Barcelona, para enseñaros la doctrina cristiana que ignoráis. Y yo, un vasco, llevo toda la vida enseñándoos la lengua española que muchos desconocen. España es un manicomio suelto. Bolchevismo y fascismo son las dos formas – cóncava y convexa – de una misma y sola enfermedad colectiva. Hoy no celebramos una Fiesta étnica, celebramos el día de la lengua, eso sí es Imperio, el de la lengua española, hablada por Rizal, tan español como sus verdugos; vencido, sí; convertido, acaso; pero convencido, no... (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.685)²⁵.

O palestrante tenta continuar sua fala, mas entre os gritos ensurdecedores e a postura combativa de alguns militares que se levantam dos seus assentos para, provavelmente, agredir fisicamente a Don Miguel, não lhe resta outra opção senão a de se deixar guiar por Carmen Polo²⁶, que, situando-se ao lado deste para

²³Falou-se de guerra internacional em defesa da civilização cristã ocidental; uma civilização que eu mesmo defendi outras vezes. Porém a de hoje é só uma guerra incivil. Não a guerra civil que vivenciei quando criança com o bombardeio da minha Bilbao, uma guerra doméstica. Conquistar não é converter. Vencer não é convencer e não pode convencer o ódio que não deixa lugar para a compaixão; não pode convencer o ódio à inteligência que é crítica e diferenciadora, inquisitiva e não de inquisição (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.684-685, tradução nossa).

²⁴ Posso falar, posso falar? (RABATÉ, RABATÉ, 2010, p.685, tradução nossa)

²⁵Deixarei de lado a ofensa pessoal que supõe em um discurso a explosão contra bascos e catalães, chamando-lhes a anti-Espanha; pois com a mesma razão podem eles decidir a mesma coisa. E aqui está o senhor bispo que, queira ele ou não, é catalão, nascido em Barcelona, para ensiná-los a doutrina cristã que ignorais. E eu, um basco, levo toda minha vida ensinando-os a língua espanhola que muitos desconhecem. Espanha é um manicômio solto. Bolchevismo e fascismo são as duas formas – côncava e convexa – de uma mesma e só doença coletiva. Hoje não comemoramos uma Festa étnica, comemoramos o dia da língua, isso sim é Império, o da língua espanhola, falada por Rizal, tão espanhol como seus carrascos; vencido, sim; convertido, talvez; mas convencido, não... (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.685, tradução nossa).

²⁶ Carmen Polo era uma grande fã das obras literárias de Unamuno. Por essa razão sempre intercedeu pelo intelectual.

protegê-lo das tentativas de agressão, leva-o a um carro que o transportará à sua casa reitoral. (RABATÉ; RABATÉ, 2010, p.685-686).

Um dia depois desse acontecimento, no 13 de outubro de 1936, Unamuno perde sua titulação de prefeito honorário de Salamanca; no 14 de outubro é destituído da reitoria da Universidade de Salamanca; e no 18 de outubro é decretado sua prisão domiciliar.

Os dias entre as “grades” da sua casa são difíceis, uma vez que os amigos quase não o visitam, temendo que as autoridades fascistas assumam algum tipo de vínculo ideológico com Don Miguel, e, portanto, dificultem suas vidas. Da mesma forma, alguns filhos deixam de escrever-lhe e o tédio o consome física e espiritualmente. Assim o comenta em um dos seus últimos poemas:

Horas de espera, vacías;
se van pasando los días
sin valor,
y va cuajando en mi pecho,
frío, cerrado y deshecho,
el terror.
[...]
Cual sueño de despedida
ver a lo lejos la vida
que pasó,
y entre brumas en el puerto
espera muriendo el muerto
que fui yo.(UNAMUNO, 1966b, p.849-850)²⁷.

No 31 de dezembro de 1936, no princípio da ditadura franquista, Don Miguel morre, sentindo nos últimos anos de vida uma profunda tristeza. Ao falecer, a consternação pela perda de Unamuno foi evidenciada nos meios de comunicação como o perecimento não só do grande intelectual espanhol do seu tempo, mas também do intelectual do povo. Realçando a importância de Don Miguel para a evolução do país, assim se despede, entre a raiva, o carinho e a resignação Ortega y Gasset em um artigo publicado no jornal *La Nación*:

Ha hecho bien. Su trayectoria estaba cumplida. Se ha puesto al frente de doscientos mil españoles y ha emigrado con ellos más allá de todo horizonte. Han muerto en estos meses tantos compatriotas que los supervivientes sentimos como una extraña vergüenza de no habernos muerto también. A algunos nos consuela un poco lo cerca que hemos estado de ejecutar esa sencilla operación de sucumbir. (GASSET, 1983, p.249)²⁸.

²⁷Horas de espera, vazias;/ vão passando-se os dias/ sem valor,/ e vai adentrando no meu peito,/ frio, fechado e desfeito,/ o terror. [...] Qual sonho de despedida/ ver no longe a vida/ que passou,/ e entre as névoas no porto/ espera morrendo o morto/ que fui eu. (UNAMUNO, 1966b, p.849-850, tradução nossa).

²⁸Ele fez bem. Sua trajetória estava cumprida. Guiou duzentos mil espanhóis e emigrou com eles além de todo horizonte. Morreram tantos compatriotas, que os sobreviventes sentimos uma espécie de estranha vergonha de não termos morrido também. Consola a alguns de nós o quão perto estivemos de executar a simples operação de sucumbir. (GASSET, 1983, p.249, tradução nossa).

O adeus público de Gasset exhibe-se após várias décadas de rinhãs no campo do pensamento filosófico e político, pois Ortega e Miguel representaram por décadas orientações intelectuais divergentes. Contudo, as disputas teriam de se interromper para que a escrita e a voz batalhassem a favor da vida, e não da morte à vida – como dizia Millán Astray – como fim da humanidade.

Considerações finais

A paixão e entrega política de Unamuno foram uma constante durante toda sua vida, e se não foi realmente um político no sentido *stricto sensu*, ou seja, no sentido de estar afiliado às causas específicas de um partido político concreto, não deixa de ser verdade que a existência do intelectual foi marcada pelos acontecimentos que transformavam dinamicamente a Espanha e a Europa. Urrutia (1997, p.15), por essa razão, prefere denominá-lo de homem público em lugar de homem político, dado que o homem político orbita próximo a uma ideologia fixa, e o homem público prefere moldar seu comportamento, suas propostas e seu próprio ser de acordo às características únicas que cada situação, independentemente do seu âmbito, exige.

Nesse sentido, como disse Poncela (1953, p.54-55), Don Miguel se permite a contradição como método, alegando que cada ideia individual deve estar ancorada nas circunstâncias em que o eu se depara. E se a circunstância do eu se transforma constantemente, por qual razão o eu não deveria também se transformar?

Por esse motivo os seguidores de Unamuno não conseguiam se manter muito tempo sob a orientação do intelectual. Sua filosofia paradoxal, sua literatura metafísica e seu pensamento político certamente pendular, confundiam àqueles que em procura de um intelectual mais “coerente” e fiel a si mesmo, abandonavam o barco unamuniano.

Entretanto, Unamuno nunca pediu uma horda de fiéis que o acompanhasse ortodoxamente, uma congregação de fãs que seguisse mimeticamente seus passos. Não, o que ele queria, ao nosso ver, era a liberdade suficiente para poder expor seus pensamentos e suas ações, ainda que ninguém concordasse.

Yo propongo y los que me leen disponen. Quiero vivir al aire libre, dar a todo el que me pida, ser pródigo. Me aterra eso de retirarme a mi torre marfilina a pulir, repulir, suñir y limpiar una joya de piedras, finas o falsas. Harto tiempo he estado metiéndome lo de fuera en el alma; ahora tengo que devolverlo. [...] Ahora me busco en la acción, en la acción del pensamiento o en el pensamiento activo. (UNAMUNO, 1991, p.125-127)²⁹.

²⁹Eu proponho e os que me leem dispõem. Quero viver ao ar livre, dar a todo aquele que me peça, ser pródigo. Me aterra isso de me retirar à minha torre de marfim a polir, repolir, esfregar e limpar uma joia de pedras, finas ou falsas. Farto tempo estive metendo em mim o que há fora na minha alma; agora tenho que devolvê-lo [...] Agora me procuro na ação, na ação do pensamento ou no pensamento ativo. (UNAMUNO, 1991, p.125-127, tradução nossa).

Diante do exposto, concluímos que Don Miguel de Unamuno teve uma história de vida marcada por conflitos políticos e ideológicos que, apesar de terem influído negativamente na saúde, nas relações pessoais e na própria liberdade, não o fizeram cessar de desempenhar o papel para o qual acreditou que merecia viver: a do intelectual crítico e orgânico que visa a evolução material, mas principalmente espiritual da sua nação.

Referências

ALONSO, Dámaso. **En Homenaje a Unamuno**. Madrid: Cabildo Insular de Fuerteventura, 1982.

BLANCO AGUINAGA, C. De nuevo: el socialismo de Unamuno. **Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno**, n. 18, 1968, p.5-48.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. C. F. Moisés, A. M, L. Ioratti, M. Macca. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varrialle et al. 4. ed. Brasília-DF: Editora da UNB, 1992.

BORZONI, Sandro. **Miguel de Unamuno frente a las ideologías totalitarias en la década de los treinta**. Tese. (Doutorado em cultura alemã, italiana, francesa e portuguesa) – Faculdade de Departamento de Filología Moderna da Universidade de Salamanca, Salamanca, 2009, 510 f.

DÍAZ-RINCÓN, Clara Fernández. **La crítica al cientificismo de Miguel de Unamuno**. Tese. (Doutorado em História da filosofia) – Faculdade de ciências humanas e sociais da *Universidad Pontificia Comillas*, Madri, 2017, f. 304.

GASSET, Eduardo Ortega y. **España encadenada**: La verdad sobre la dictadura. Paris: Juan Durá, 1925.

GASSET, José Ortega y. En la muerte de Unamuno. In: **Obras completas V**. Madrid: Alianza-Revista de Occidente, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo, José Pereira, Manuel Loureiro, et al. 1ª ed. Lisboa: Texto Editores, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v.22, n.3, p.131-148, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>. Acesso em: 19 nov. 2019.

OUIMETTE, Víctor. El destierro de Unamuno y el ataque a la inteligencia. **Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno**, 2013, p. 25-41. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0210-749X/article/view/9858>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ORTEGA, Raquel da Silva. **O Carlismo de Valle-Inclán: A modernidade antimoderna em La Guerra Carlista**. Tese (Doutorado em Estudos Literários Neolatinos) – Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2017, 174 f.

PONCELA, S. Serrano. **El pensamiento de Unamuno**. Pánuco: Breviarios, 1953.

RABATÉ, Colette; RABATÉ, Jean-Claude. **Miguel de Unamuno: Biografía**. 3a ed. Taurus: Madrid, 2010.

RABATÉ, Jean-Claude. Miguel de Unamuno, publicista socialista en la prensa de Salamanca. **Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno**, v. 32, 1997. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/0210-749X/article/view/1643>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ROMERO, Márcia. O pensamento de Miguel de Unamuno sobre a Modernidade: europeização, urbanização e progresso. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v.27, n.45, 2020, p.10-32. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8158/6834>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RIVERA, Primo de. Dialogando con Primo de Rivera. In: **El Liberal**. Bilbao, 27 de febrero de 1924.

SERRANO, Carlos. El nacimiento de los intelectuales: algunos replanteamientos. **Ayer**, N° 40, 2000, p. 11-24. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41324996>. Acesso em: 16 ago. 2019.

UNAMUNO, Miguel de. **Epistolario inédito I (1894-1914)**. Ed. de Laureano Robles. Madrid: Espasa Calpe, 1991.

UNAMUNO, Miguel de. Discurso leído en el Palacio de la Biblioteca y Museos Nacionales de Madrid, ante el rey Don Alfonso XIII, en representación de la Universidad de Salamanca, el día 24 de Mayo de 1902. In: **Obras Completas I**. Madrid: Escelicer, 1966a.

UNAMUNO, Miguel de. Cancionero. In: **Obras completas V**. Madrid: Escelicer, 1966b.

UNAMUNO, Miguel de. De Fuerteventura a París. In: **Obras completas V**. Madrid: Fundaciones José Antonio Castro, 1999.

UNAMUNO, Miguel de. Cartas al amigo. In: **Obras completas XI**. Madrid: Escelicer, 1966c.

UNAMUNO, Miguel de. Cuesta abajo. In: **Obras completas XI**. Madrid: Escelicer, 1966d.

UNAMUNO, Miguel de. La sacudida. In: **Obras completas XI**. Madrid: Escelicer, 1966e.

URRUTIA, Manuel María León. **La Evolución del pensamiento político de Unamuno**. Bilbao: Ediciones Universidad de Deusto, 1997.

Recebido em 26/06/20 aceito para publicação em 29/08/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

141

Maria Eugenia Celso: uma intelectual no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Maria Eugenia Celso: an intellectual at the Brazilian Historical and Geographic Institute

Carla Bispo Azevedo¹

Resumo: Maria Eugenia Celso teve inserções em diferentes âmbitos da sociedade e com visibilidade pública: movimento feminista, na área educacional como membro da Comissão Nacional de Literatura Infantil, no campo do assistencialismo, na imprensa e na literatura. Tais inserções estão associadas a suas redes de sociabilidade, assim como na sua projeção como escritora, ressaltada na imprensa à época. A partir do que foi exposto, é possível observar que a escritora e sufragista alcançou visibilidade pública no tempo em que viveu, com participações em lugares de prestígio na sociedade. Nesse sentido, este artigo busca analisar sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde apresentou algumas conferências.

Palavras-chave: Maria Eugenia Celso. IHGB. Intelectuais. História das mulheres.

Abstract: Maria Eugenia Celso has had insertions in different spheres of society and with public visibility: the feminist movement, in the educational area as a member of the National Commission for Children's Literature, in the field of welfarism, in the press and in literature. Such insertions are associated with her networks of sociability, as well as in her projection as a writer, highlighted in the press at the time. From what has been exposed, it is possible to observe that the writer and suffragette achieved public visibility in the time she lived, with participations in prestigious places in society. In this sense, this article seeks to analyze her participation in the Brazilian Historical and Geographic Institute, where she presented some conferences.

Keywords: Maria Eugenia Celso. IHGB. Intellectuals. History of women.

Introdução

Esse artigo é um recorte da pesquisa realizada ao longo do Mestrado, quando destacou-se a dimensão educativa dos escritos de Maria Eugenia Celso em diálogo com estudos sobre a história das mulheres no Brasil e no ocidente, assim como com a questão de gênero. Para dar tratamento a esse propósito, investiu-se nas possibilidades de pesquisa do texto jornalístico e literário de Maria Eugenia Celso, elencando-se seus escritos na coluna *Página de Eva* extraído do periódico *Revista da Semana*, reportagens em prol da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino publicadas pelo *Jornal do Brasil* e documentos desta entidade, bem como o livro *Diário de Ana Lúcia*.

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa, foi possível perceber a complexidade e diversidade conferidas ao papel social e político da mulher na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Para se compreender esse contexto, buscou-se reconstituir a trajetória de vida pública e privada da escritora e sufragista Maria Eugenia Celso, aliada aos seus escritos de domínio público, pois neste trabalho

¹Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. E-mail: carlinha_fla@hotmail.com

foram analisadas algumas de suas produções escritas na imprensa, na literatura, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao se destacar a questão da imprensa e das redes de sociabilidade, pode-se considerar Maria Eugenia Celso uma intelectual? Gomes (2004), em sua análise sobre intelectuais, ressalta que intelectual é o indivíduo que está inserido numa determinada rede de sociabilidade e, desta forma, observa-se que o intelectual deve estar envolvido em uma rede de sociabilidade que concomitantemente o situe no espaço cultural e lhe permita interpretar o mundo social e político do seu tempo.

De tal modo, não é tanto a sua condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e sim a sua participação numa rede de contatos que demarca sua inserção no mundo cultural. Portanto, intelectuais podem ser pensados como homens e mulheres cuja produção é influenciada pela participação em associações e/ou grupos que se destacam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita.

Conforme a perspectiva sobre intelectuais desenvolvida por Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) é possível observar algumas considerações sobre o conceito. Para tratar desse tema, as pesquisadoras dialogam com autores como Jean François Sirineli, Jean Pierre Rioux, Michel Trebitsch, entre outros, os quais, segundo elas, desenvolveram suas contribuições no Institute d’Histoire du Présent (IHTP), de Paris, a partir dos anos 1980/90, mais especificamente a partir da chamada história dos intelectuais, expressa no excerto abaixo:

(...) a proposta de realizar uma história cultural e política, centrada na agência de sujeitos dedicados à produção e difusão de bens simbólicos, o IHTP consagrou uma abordagem histórica que identifica esses atores como pertencentes a um “meio intelectual” que se conforma por “redes e lugares”, onde se constroem práticas relacionais específicas, que dão abrigo às ideias e valores. Ou seja, os intelectuais, como atores político-sociais, são analisados a partir de uma categoria central para tal abordagem que é a de sociabilidade intelectual. (GOMES & HANSEN, 2016, p.24).

Diante do que foi exposto, infere-se que a condição de intelectual pode ser definida pelas redes de sociabilidade nas quais o indivíduo está inserido. Maria Eugenia Celso pode ser considerada uma intelectual, na medida em que pertencia a uma família² de certo prestígio político e poder econômico e cultural, o que possibilitou sua participação em espaços com notoriedade social à época, como o Instituto Histórico e Geográfico, Academia Petropolitana de Letras e Academia de Letras de São João Del Rey, bem como lhe proporcionou a convivência com uma elite intelectual.

Gomes & Hansen (2016) ampliam a reflexão acerca do meio intelectual, visto que dois aspectos precisam ser ressaltados no que diz respeito à questão teórica da mediação cultural. O primeiro remete ao entendimento sobre a definição de intelectuais, que são sujeitos históricos, envolvidos na produção cultural

²Filha do Conde Afonso Celso e neta do Visconde de Ouro Preto. Foi casada com Adolpho Carneiro Mendonça, funcionário do Ministério da Fazenda.

de bens simbólicos, “reconhecidos por comunidades de pares como inovadores, constituindo um “pequeno mundo intelectual.” Logo, um conjunto mais restrito que pode ser considerado uma elite intelectual”. (p.26) Em uma perspectiva mais ampla e numerosa, estariam os intelectuais mediadores, cuja ação se volta para práticas culturais de difusão e transmissão dos produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados.

A abordagem que foi posta apresenta distinções analíticas entre os sujeitos históricos pertencentes ao meio intelectual sem hierarquizá-los e sem estabelecer distâncias rígidas entre eles. Desta forma, o intelectual “criador” e o “mediador” podem estar representados no mesmo indivíduo. Cabe salientar a importância de distinguir as práticas culturais e os projetos políticos com os quais um intelectual atua em determinado contexto.

A partir das considerações sobre intelectuais, faz-se necessário conhecer a trajetória da escritora em questão, e, para tal, recorre-se a uma breve apresentação, pautada em dados biográficos ³ e em sua participação na vida pública, verificada na imprensa.

Trajetória de Maria Eugenia Celso

Maria Eugenia Celso nasceu em São João Del Rey, Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, a 19 de abril de 1886. Posteriormente, ainda criança, mudou-se para Petrópolis, Rio de Janeiro. Filha do Conde Affonso Celso e da Condessa Eugenia da Costa Celso, e neta do Visconde de Ouro Preto, que presidia o Gabinete Imperial, quando da deposição do Imperador D. Pedro II. Pertencia, portanto, a uma família de prestígio político, poder econômico e cultural. Infere-se, pois, que a origem da escritora tenha proporcionado a convivência com uma elite intelectual, o que pode ter facilitado sua inserção no cenário cultural de sua época.

Estudou no Colégio Sion, colégio feminino fundado no Rio de Janeiro em 1888 pelas religiosas de Sion, transferindo-se, em seguida, para Petrópolis. Em 1908, as religiosas retornaram ao Rio de Janeiro e se estabeleceram à rua São Salvador. O Colégio começou com dez alunas, mas, em 1912, o prédio do bairro do Flamengo já era suficiente para acomodar o número crescente de estudantes. Nas palavras da escritora, o Colégio Sion tem a seguinte representação:

As minhas lembranças não datam de tão longe. São velhas, porém, são velhíssimas, dirão as pessoas de hoje. Concorde que o sejam. Parecem-me, por vezes, de ontem, tão frescas, vivas e buliçosas se conservaram, imorredouramente, em mim. Tenho por elas o carinho emocionado da criança pelos seus bonecos. São os brinquedos da minha saudade... O meu velho Sion... Não sei se todas o verão como eu o via. Sei, porém, quando, no desencanto e na

³ SCHUMAHER, Schuma. e BRAZIL, Erico Vital. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

experiência da minha maturidade, uma onda maior de ceticismo e de amargor ameaça submergir-me toda crença e toda esperança, é para a capelinha deste passado Sion, agora mudado, transformado, engrandecido e modernizado, que, insensivelmente, me volto. (...) Um perfume de incenso erra no ar, as flores do altar se esbatem numa penumbra cheia de unção, no alto, a Virgem de Sion apruma o vulto claro sobre as procelas do mundo. IN SION FIRMATA SUM. Crer. Esperar. Amar. Foi de ontem. É de hoje ainda. Será de sempre⁴.

Na década de 1920, Maria Eugenia Celso passou a atuar na imprensa carioca e fluminense como colaboradora. Mantinha uma coluna diária no *Jornal do Brasil* e publicou versos em francês na revista *Fonfon* e na *Revista da Semana*. Trabalhou nas emissoras de rádio Nacional, Sociedade e *Jornal do Brasil*, onde fazia o programa *Quartos de Hora literários*.

No campo educacional, foi membro da Comissão Nacional de Literatura Infantil. Nos documentos⁵ desta Comissão há registros de algumas traduções de livros infantis como: *A princesa Rosita*, *Ursão e O camundongo cinzento*, além da escrita de poemas para crianças, por exemplo, *Bolinhas de gude*, publicado no livro *Poesia Brasileira para a Infância*, de Cassiano Nunes e Mário da Silva (1968).

Produziu três peças: *Amores de Abat-jour*, ato em uma cena, representada no Teatro Municipal de São Paulo a 20 de novembro de 1925 e no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, de 16 a 23 de outubro de 1926; *O Segredo das Asas*, ato em duas cenas, de que não se tem notícias de ter sido encenada; e, finalmente, *Por Causa D'Elle*, peça em dois atos, representada no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, de 3 a 10 de agosto de 1927. Peças reunidas em livro em 1931 sob o título de *Ruflos de Asas*.

Integrou o quadro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a partir de janeiro de 1927, com o mandato de vice-presidente nos anos 1930, junto com Bertha Lutz. A Federação⁶ foi uma entidade civil criada no Rio de Janeiro, no ano de 1922, por iniciativa de um grupo de mulheres de classe média, de elevada escolaridade e conhecedoras dos rumos dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos. As primeiras ações empreendidas pelas feministas deste grupo estavam voltadas, em especial, para a conquista do direito ao voto. Notamos que no regimento interno da Federação⁷ havia outros fins como: promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.

⁴ CELSO, Maria Eugenia. *Reminiscências*, 1942, v.2, p.100. (São Paulo, manuscrito, Arquivo do Colégio Sion de São Paulo). IN: CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar*. In: *Revista Brasileira de História*. Órgão Oficial da Associação Nacional De História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82.

⁵ Portaria publicada em Diário Oficial do Distrito Federal em 4 de maio de 1936. *GCg1936.04.29p.414. rolo 42. fot. 814 a 1061*. Arquivo Gustavo Capanema do acervo CPDOC.

⁶ SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Erico Vital. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 218-225.

⁷ Estatuto do Centro de sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, documento: QO.ADM. EFL.LEI, TXT.2, seção 3, vol.5.

No campo do assistencialismo, segundo Schumacher (2000), área de atuação pública preferencial de muitas mulheres que foram do seu tempo e de sua classe social, participou do grupo Damas da Cruz Verde⁸, as principais responsáveis pela fundação da maternidade Pró- Matre, no Rio de Janeiro. Esse grupo teve uma atuação destacada em atividades de assistência social, sobretudo nas diversas iniciativas da Cruz Vermelha Brasileira, da Cruzada Nacional contra a Tuberculose, da Beneficência dos Lázaros e da Liga dos Cegos do Brasil.

Em 1928, inaugurou um ciclo de palestras no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, na época, era presidido por seu pai, o conde Afonso Celso. As palestras proferidas por Maria Eugenia Celso tinham por proposta abrir espaço para conferencistas discorrerem sobre vários aspectos relacionados à atuação das mulheres brasileiras. Do seu grupo social Ao todo, foram realizadas quatro conferências entre maio e setembro de 1928: *O Espírito e o Heroísmo da Mulher Brasileira*, realizada por Maria Eugenia; *A Segunda Esposa de D. Pedro I*, por senhorinha Maria Junqueira Schmidt; *Cantares Brasileiros*, realizada por Maróquina Jacobina Rabello; *Prosadoras e Poetizas Brasileiras*, por Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

Maria Eugenia Celso faleceu em 6 de setembro de 1963, aos 77 anos, no Rio de Janeiro, em sua residência. Seu falecimento foi noticiado em diversos periódicos da época com muito pesar, como os fragmentos que seguem revelam:

Faleceu ontem, as 13 horas, aos 77anos, em sua residência- na rua Voluntários da Pátria, 221, apartamento 602- a escritora e jornalista Maria Eugenia Celso, cujo nome verdadeiro era Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça, que assinou, no JORNAL DO BRASIL, no qual colaborou durante 45 anos, a primeira seção de assuntos sociais denominada *Coquetel*. (*Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1963)

Com grande acompanhamento, ontem, às 10h, no cemitério de São João Batista, foi sepultada a escritora Maria Eugenia Celso, filha do Conde de Affonso Celso e neta do visconde Ouro Preto. O corpo da poetisa, cronista, conferencista e declamadora foi velado na capela Real Grandeza, aonde foi desde sexta-feira grande número de representantes de entidades culturais, de assistência social e de antigos amigos da presidenta de honra da sociedade amigos de Affonso Celso. (*Correio da Manhã*, 8 de setembro de 1963).

Como pudemos acompanhar Maria Eugenia Celso, a par da vida doméstica, inseriu-se na vida social, com destaque em participações no espaço público. Cabe salientar que a presença feminina no espaço público não era muito comum nas primeiras décadas do século XX, conforme a revisão de literatura indica, à mulher cabia o papel de esposa e mãe e o espaço privado era concebido como eminentemente feminino, como se lê no fragmento que segue.

⁸Damas da Cruz Verde: Denominação utilizada por um grupo de senhoras da elite carioca e fluminense, como a Baronesa do Bonfim, Jerônima Mesquita e Stella Guerra Durval, que prestaram serviços assistenciais no combate à gripe espanhola, que assolou a cidade do Rio de Janeiro, assim como muitas outras cidades portuárias do Brasil, em 1918..). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 173-174.

Na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram, “por natureza”, destinadas ao casamento e à maternidade. Considerado parte integrante da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável. A família era tida como central na vida das mulheres e referência principal de sua identidade: uma moça solteira era, sobretudo, “a filha”, uma senhora casada, “a esposa”. A dedicação ao lar, decorrência óbvia e inescapável, fazia do papel de “dona de casa” parte integrante das atribuições naturais da mulher. (PINSKY, 2012, p. 470-471).

É preciso destacar que seu pai, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, foi um homem de muito prestígio na sociedade brasileira. Segundo o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁹, um abolicionista que revelou simpatias republicanas durante o império, tornando-se, porém, monarquista na República e partidário da restauração. Foi professor e diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e reitor da Universidade do Brasil. Atuou como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1912 a 1938, ano de seu falecimento. Notabilizou-se também como membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 36. Colaborou para diversos jornais e revistas¹⁰.

Pode-se inferir que essa notabilidade paterna influenciou sua inserção no espaço público e concedeu-lhe prestígio social. Diante do que foi exposto, é possível observar dados sobre diferentes inserções da escritora Maria Eugenia Celso no espaço público, mas, para os limites deste artigo, destaca-se sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Maria Eugenia Celso: ineditismo feminino no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838¹¹ da aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência. Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, os secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e Marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentaram proposta para a sua criação, concretizada em 21 de outubro daquele ano, em Assembleia Geral, firmada por 27 fundadores, previamente escolhidos.

Em sua existência, tem-se caracterizadas atividades múltiplas, nos terrenos cultural e cívico, pela reunião de volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, à disposição do público. Contou com o patronato do Imperador D. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões.

⁹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo de Coleções Particulares. ACP 42: Conde de Afonso Celso.

¹⁰ Jornal do Brasil, A Tribuna Liberal, A Semana, Renascença, Correio da Manhã e Almanaque Garnier.

¹¹ Resenha histórica extraída do Sítio do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Acesso em 20 de junho de 2020.

Personalidades da política, das artes, das letras, da magistratura, do magistério e das atividades do país integraram seu Quadro Social. Afonso Celso foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1912 a 1938.

O prestígio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi destacado por Caldeira (2016):

Nesse sentido, o IHGB de fato assumia um caráter nuclear, pois seus membros atuavam em diversas outras instituições e se constituíam como autoridades naquilo que dizia respeito ao conhecimento histórico e sua difusão. O Instituto era, por assim dizer, “a menina dos olhos” do governo imperial e contava com o peso político de muitos de seus integrantes, o que dava àquela agremiação uma situação financeira muito confortável. (CALDEIRA, 2016, p. 204) (...) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já fazia circular, desde 1839, a Revista do IHGB, dedicada, entre outros, à publicação de documentos históricos, o que se coadunava com os objetivos primordiais da instituição, que eram os de coletar, organizar, hierarquizar e divulgar os documentos essenciais para escrever a história do Brasil. (CALDEIRA, 2016, p. 198).

No que diz respeito à Maria Eugenia Celso, em 1928, inaugurou um ciclo de palestras no Instituto. Essas palestras foram concentradas no que foi intitulado *Tardes do Instituto*. As palestras foram apresentadas em conferências com datas distintas¹² e contaram com as seguintes conferencistas: Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, Maria Junqueira Schmidt, Maroquinha Jacobina Rabello e Anna Amélia de Queiróz Carneiro de Mendonça.

Na abertura da série de conferências, em maio de 1928, Afonso Celso proferiu as seguintes palavras, que conferem legitimidade àqueles discursos:

O mesmo Instituto, convidando a intelectualidade feminina a colaborar nos seus trabalhos, teve dois intuitos: primeiro, render justo preito de apreço a essa intelectualidade, que sempre se distinguiu, mas apresenta agora, como nunca, expoentes notáveis; depois, demonstrar que a velha corporação, constantemente operosa e vivaz, sabe conciliar o amor da tradição e do passado com o culto do modernismo e da novidade, em tudo quanto seja criterioso e possa contribuir para o lustre da Pátria. Corporação essencialmente conservadora, é também animadamente progressista: promove, acolhe, aplaude, estimula quaesquer iniciativas nobres e patrióticas, como o é, sem dúvida, essa que começava a realizar-se. Não lhe cabia lembrar os méritos da conferencista, a quem agradeceu, bem como às suas companheiras o haverem aceito o convite do INSTITUTO. Agradeceu também ao auditório, no qual o exmo s.r. embaixador dos Estados Unidos- o auditório, cujo comparecimento avultado, ilustre, brilhante, conferiu à primeira das Tardes do Instituto o esplendor da alvorada, formosíssima e genuína alvorada brasileira. (CELSO, Afonso. 1930, p. 7-8).

¹²Todas as palestras estão registradas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1930, tomo 107, volume 161. Conferências: O espírito e o heroísmo da mulher brasileira, realizada por Maria Eugenia Celso em 30 de maio de 1928; A segunda esposa de D. Pedro I, por senhorinha Maria Junqueira Schmidt, em 16 de julho de 1928; Cantares Brasileiros, realizada por Maróquinha Jacobina Rabello, em 30 de julho de 1928; Prosadoras e poetisas brasileiras, por Anna Amélia de Queiróz Carneiro de Mendonça, em 28 de setembro de 1928.

No excerto acima, pode-se verificar a exaltação da tradição venerada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em conciliação com o dito modernismo e a novidade, sem, contudo deixar de contribuir para o lustre da Pátria. Ou seja, há o destaque de que esta inovação só foi possível por se tratar de algo que podia contribuir para o sentido de patriotismo do período republicano. Ainda segundo aquela perspectiva de inovação, Maria Eugenia Celso inicia seu discurso na conferência intitulada *O espírito e o heroísmo da mulher brasileira*.

Senhor presidente, minhas senhoras, meus senhores. As minhas primeiras palavras não podem deixar de ser de agradecimento e de emoção. Mandaria a praxe que fossem antes de modéstia, talvez, pois a cópia da modéstia faz parte de toda oração que se queira reger pelas velhas normas, as normas clássicas, as que naturalmente dominam numa instituição tão sabidamente conservadora como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A modéstia, porém, e não se carece de grande agudeza de observação para verifica-lo, soffre na actualidade um eclipse total. O individualismo dos tempos relegou-a ao perecido ról das cousas irremediavelmente fora da moda. Não seria de bom gosto, portanto, arranca-la a esta penumbra de ostracismo para repetir-vos o que a sociedade sabeis: que outra mais autorizada voz feminina, que não a minha, devia ter sido a primeira a se fazer ouvir neste recinto. Tornam-se, justamente pela consciência disto, mais reconhecidamente desvanecidos os meus agradecimentos à directoria do INSTITUTO HISTÓRICO, por me haver proporcionado o gaudio desta honra, convidando-me para iniciar a serie de conferências femininas das Tardes do Instituto. Si algo pode justificar essa escolha, reside no facto de terem sido passados, por assim dizer, à sombra do INSTITUTO HISTÓRICO, a minha adolescência e mocidade. Por mais longe que remonte no passado, sempre o conheci, sempre nelle ouvi falar, sempre o contei entre as cousas familiares a meu espirito e costumeiras a meu ambiente. É- me quase íntima a sua atmospherá. (CELSON, Maria Eugenia, 1928, p.11-12).

O excerto destacado anteriormente ressalta o ineditismo de uma conferência realizada por mulheres no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Observa-se, em acréscimo, o fato de a autora justificar o motivo de ser escolhida para ser a primeira mulher a realizar conferência neste espaço, em razão de estar familiarizada com o Instituto. Pode-se inferir que esta familiaridade esteja vinculada ao fato de seu pai Afonso Celso ser o presidente desta instituição e Maria Eugenia Celso ter acesso facilitado naquela instituição de prestígio político e social.

Sua conferência teve repercussão no espaço público e principalmente no que se refere ao espaço concedido às mulheres na sociedade. Esse fato teve destaque também no *Jornal do Brasil* de 30 de maio de 1928 e na *Revista da Semana*, que publicou, em dois de junho de 1928, a seguinte nota:

A nova tribuna feminina

A senhora Maria Eugenia Celso, abrilhante escriptora patricia que honra a “Revista da Semana” com a sua colaboração, acaba de marcar mais um triumpho para o feminismo, conquistando a tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, defesa, até a última quarta-feira, à mulher. Dissertando sobre “O espírito e o heroísmo da mulher brasileira”, a e senhora Maria Eugenia Celso iniciou as “Tardes do Instituto” e marcou uma nova era à expansão da intellectulidade feminina nacional. (*Revista da Semana*, 2 de junho de 1928).

A autora, em seu discurso, faz considerações em relação ao convite para a palestra, bem como ressalta a concessão desse espaço às mulheres como uma conquista importante, que estava sendo adquirida gradativamente. Conforme o excerto abaixo mostra:

E quando, instada por Max Fleiuss, seu tão activo e competente secretario, me resolvi a aceitar a incumbência desta primeira palestra não foi sem ter feito um secreto appello ao que possa haver em mim desse heroísmo de mulher brasileira, de que tenho por tarefa entreter-vos. Perguntareis porque? É muito simples. Noventa e um anos de existência conferem ao INSTITUTO HISTÓRICO o prestígio de um verdadeiro patriarchado entre as associações nacionais, e, por mais dadas que sejam as mulheres às intemperanças de língua, fallar na casa de um patriarcha sempre há de ser motivo para torná-las, um segundo ao menos, caladas e hesitantes. Todas as hesitações cessaram, entretanto, deante da significação moral desse convite. Demonstra ele claramente quanto- sans em avoir l'air- desde 1838, fizeram caminho às mulheres no Brasil, constituindo não só uma homenagem, tanto mais meritória quanto mais espontânea, ao espirito da mulher brasileira, como principalmente indicando radical mudança na mentalidade dos homens em relação às capacidades dêste mesmo espirito. Aos venerandos fundadores do INSTITUTO, sem exceção por certo, se antolharia verdadeiramente irrisória a hypothese de mulheres lhe virem um dia ocupar a tribuna, e si um gaiato, por pilheria, a houvesse outrora aventado, teriam sorrido superiormente os mais polidos, este pairante sorriso de condescendência, cõnscio da sua supremacia, ante os desgarros caprichosos de uma creança, um sorriso que, aliás, ainda não desertou completamente dos lábios masculinos. Hoje, esta circunstância já não espanta nem a homens e nem a mulheres; entrou na ordem natural das cousas, normalizou-se. Esta normalização, tão simples na apparencia, mas tão reveladora de profundas gradativas evoluções, se nos depara como um signal dos tempos. Não é só a mulher que sente ampliado o seu papel na sociedade. Ao homem também, a pouco e pouco liberto de preconceitos e modificadas as perspectivas do seu ponto de vista, a cooperação da mulher, em todos os ramos da sua atividade, já se apresenta como absolutamente imprescindível. (CELSO, Maria Eugenia. 107(158)1928, p. 876-877).

A palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode ser considerada relevante para o feminismo que se desenhava, visto que, a partir de seu pioneirismo como palestrante de uma instituição que só autorizava a presença aos homens, oportunizou a entrada de outras mulheres se inserirem na instituição, bem como possibilitou a apresentação de temas de interesse e importância para as mulheres de sua classe social em um ambiente de prestígio.

Note-se que no excerto abaixo é possível inferir algumas considerações a partir do tema *O espirito e o heroísmo da mulher brasileira*.

Além dos seus *deveres básicos de esposa, dona de casa e de mãe*, outros deveres a solicitam e a reclamam. Seu espirito, todavia, ou antes as qualidades essenciaes que a caracterizam bem nossa entre as mulheres do mundo, permanecem as mesmas. *O espirito da brasileira, mesmo nas suas mais arrojadas manifestações, conserva esse chumbo de meiguice, doçura, maternidade, que a torna mãe antes de tudo, acima de tudo. O próprio amor que tem a pátria nada mais é do que uma irradiação do seu amor materno, amando nella tão somente a terra dos seus filhos*. Considerada na sua maioria e talvez devido à educação exclusivamente caseira durante longos séculos recebida, a brasileira não oferece, à primeira vista, o patriotismo exaltado da europeia. Deixam-nas fria em geral, as questões de puro

civismo. Para aquece-la, para fazer aflorar à tona a alma profunda e arrancar-lhe o sentimento a centelha patriótica, é preciso toca-la no coração. Assim inflamada vai aos extremos é capaz dos mais sublimes rasgos de heroísmo. E que é heroísmo afinal, não exceder ao próprio personagem, ser maior do que a si mesmo?... A palavra, no entanto, só nos parece dar toda a medida de sua significação quando aplicada a feitos bellicos, lances em que a vida se arrisca em guerreiros episódios, aventuras de capa e espada. Esta acepção, circunscrevendo ao heroismoum campo de acção exclusivamente militar, restringe naturalmente um pouco o numero das nossas authenticas heroínas. (CELSO, Maria Eugenia. Tomo 107 (158):1928, p.877, grifos nossos).

Nessa palestra, Maria Eugenia Celso aponta os papéis de esposa, dona de casa e mãe como os deveres básicos da mulher. Ressalta também a peculiaridade da mulher brasileira, que “mesmo nas suas mais arrojadas manifestações, conserva esse chumbo de meiguice, doçura, maternidade, que a torna mãe antes de tudo.” Estabelece também uma associação desse amor maternal como o amor dispensado a pátria, “amando nella tão somente a terra dos seus filhos”.

É notório que a questão do patriotismo se faz presente nos discursos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tanto nos registros do Conde Afonso Celso quanto nos de Maria Eugenia Celso. Fato decorrente da própria configuração desse espaço, que desde o período imperial ressalta a questão da nacionalidade. Conforme nos lembra Caldeira (2016):

Das instituições de saber existentes durante o Segundo Reinado, o IHGB era, efetivamente, um espaço de destaque, por se constituir como o núcleo de uma grande teia na qual se concentravam médicos, juristas, engenheiros, poetas, romancistas e professores. Seus membros atuavam em diversos outros lugares, que, por sua vez, mantinham com o IHGB uma relação de simbiose. Vários são os estudos que analisam o papel desse instituto e sua importância na formação de uma história nacional. Um dos primeiros trabalhos nesse sentido foi desenvolvido por Manuel Salgado Guimarães ainda nos anos 1980. Já nesse momento, o autor atentava para a importância daquela Casa no processo de disciplinarização da história no Brasil que, ao contrário dos países europeus, não ocorreu nos quadros das universidades, mas a partir de uma academia “de escolhidos”, ligada de forma muito próxima aos interesses do Estado Imperial. Partidário de uma história teleológica e partilhando ainda da preocupação muito própria da *Historia Magistra Vitae* de tomar do passado exemplos para as gerações do presente e do futuro, o IHGB tinha como um de seus papéis fundamentais localizar as fontes para se escrever a História do Brasil. Para tanto, tinha a sua revista trimestral como um dos lugares privilegiados para o cumprimento desses objetivos. (CALDEIRA, 2016, p.201).

Foi nesse contexto que Maria Eugenia Celso prosseguiu sua fala na palestra, ao destacar a história de algumas mulheres, tomando como base o general Carlos de Campos nos seus perfis biográficos das Heroínas do Brasil, que aponta vinte e nove mulheres consideradas heroínas tendo como enfoque a questão do patriotismo.

Como ilustração segue trechos, nos quais se destacam algumas mulheres e sua relação patriótica com a nação, são elas: Annita Garibaldi, Clara Camarão e Anna Nery. Dentre as citadas há um destaque para a figura de Annita Garibaldi.

Annita Garibaldi¹³

(...) Fugindo à casa paterna, a bordo de um dos navios tomados aos imperialistas, Annita exqueceu nos braços de Garibaldi o mundo que até então fora della. Iniciava-se a sua vida de heroína. Nesse mesmo navio recebeu o baptismo de fogo, e era só uma adorável amante que enamoradamente acolhera a seu bordo, era mais um marinheiro na sua tripulação, mais um soldado, bello, galhardo, intrépido, que se alistava nas suas fileiras, fascinando aos outros pela valentia sem par do seu exemplo. (CELSO, Maria Eugenia.107(158):1928,p. 879)

(...) Pelo garbo de sua formosura, pelo desassombro nunca desmentido de sua coragem, como pela infatigável abnegação de seu amor, Annita Garibaldi se nos afigura o expoente máximo das heroínas brasileiras. Tanto na galhardia de sua personalidade, como no romanesco de sua vida, tudo, corresponde triumphalmente nella à idéa que nós fazemos do heroísmo. Profundamente brasileira pela ternura incomparável da sua alma, Annita Garibaldi foi mundial pela grandeza da orbita em que se moveu. Heroína dos dous Mundos, tal é o nome em que se mortalizou nos fastos da nossa historia, como na mais famosas paginas da Historia italiana, essa heroica filha do Brasil. Si a escolhi como figura central de toda esta pleiade de brasileiras illustres, de que tenho de vos dar em rápida resenha a historia e a vida, é porque reputo Annita Garibaldi, no sentido combativo e romântico da palavra, a mais heroína das nossas heroínas, pois foi a um tempo uma heroína de coragem e uma heroína de amor.(CELSO, Maria Eugenia.107(158):1928,p.880).

Clara Felipa Camarão¹⁴

Em 1630, na quadra agitada do domínio hollandez, Clara Camarão, índia também, índia formosa, com a sua cor de cobre luzente, o magnético negrume de seus olhos, Clara Camarão, que fez do selvicola Poti o chefe prestigioso que foi d. Philippe Antonio Camarão, surge indomável, batendo-se ao lado do esposo, desde Goianna, onde foi derrotado um dos melhores chefes hollandezes, o valente Artichofsky, até a primeira batalha dos Guararapes. Investindo Mauricio de Nassau contra Porto-Calvo, Clara Camarão, tomada de um delírio de patriotismo, empunha as armas e pondo-se á testa de um esquadrão de mulheres, marcha desassombradamente contra o invasor, secundando com admirável pericia o esposo também engajado na lucta. (CELSO, Maria Eugenia.107(.158): 1928, p. 881).

Anna Nery¹⁵

¹³Ana Maria de Jesus Ribeiro (Annita Garibaldi) -1821-1849: Heroína. nasceu no dia 30 de agosto de 1821 em Laguna, na então província de Santa Catarina. Filha de Maria Antonieta de Jesus e de Bento Ribeiro da Silva. Com a morte do pai e dos três irmãos, casou-se aos 14 anos, com o sapateiro Manuel Duarte de Aguiar, que tinha o dobro de sua idade. Mas aos 17 anos rompeu com o casamento. Annita conheceu Garibaldi quando este ficou ancorado próximo a casa de parentes de sua mãe. Apaixonaram-se à primeira vista, e dias depois acertaram o plano de fuga. Assim, a 20 de outubro de 1839, Annita decidiu seguir Garibaldi, subindo a bordo do navio Rio Pardo, para uma expedição até Cananéia. Conferir em: SCHUMAHER, Schuma. e BRAZIL, Erico Vital. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.77-80.

¹⁴Clara Felipa Camarão (séc. XVII): Índia potiguar, heroína. Nasceu no Rio Grande do Norte e viveu na capitania de Pernambuco. Era companheira de Antônio Felipe Camarão. Tomou parte ativa na guerra de expulsão dos holandeses, participando dos combates lado a lado com seu companheiro. Quando a sorte virou contra os portugueses, Clara Camarão esteve na frente de batalha, defendendo as posições militares e a posição civil, que, abandonando suas propriedades e as cidades, veio refugiar-se atrás das linhas de Matias de Albuquerque, Felipe Camarão e Henrique Dias.. Conferir em: SCHUMAHER, Schuma. e BRAZIL, Erico Vital. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.160.

¹⁵Em relação ao seu nome há algumas oscilações na maneira de ser escrito: *Anna Nery*, *Ana Nery* e *AnaNéri*. Reflexões sobre o tema podem ser encontradas no artigo: PORTO, Fernando, OGUISSO, Taka. Nome da “Mãe dos Brasileiros. *Enfermagem em Foco*, 2011 2(supl):77-80.

Uma figura, porém, sobreleva em grandeza o ímpeto batalhador destas destemidas soldadas. Uma figura de dedicação, uma figura de humanidade e de consolação, a Florence Nightingale das enfermeiras do Brasil, d. Anna Nery, a Mãe dos Brasileiros. Enquanto matavam aquelas, d. Anna Nery curava e consolava, lenindo com a bondade dos seus cuidados os sofrimentos daqueles que tomaram pelo Brasil em Corrientes, em Humaitá, e em Assumpção. D. Anna Nery, patrona da nossa Cruz Vermelha, seguindo aos cinquenta anos de idade para servir, com risco de vida, nos hospitais de sangue, é mais um exemplo magnífico desse espírito de maternidade, objectivando fecundamente em pról da collectividade, de que a brasileira pode sem favor ser considerada o prototypo. (CELSO, Maria Eugenia.107(158):1928, p. 886-887).

Nos três excertos apresentados, é possível observar a exaltação do sacrifício e da coragem em favor de um bem maior que é a valorização da pátria. Nos exemplos postos, Annita Garibaldi e Clara Camarão são as mulheres que lutaram em favor de sua pátria e, no que se refere à Ana Nery, há a exposição do serviço prestado aos combatentes da pátria. Nos trechos das histórias apresentadas, é notória a representação da mulher como esposa e mãe.

Encaminhando-se para as considerações finais da palestra, Maria Eugenia Celso destaca a personalidade feminina que, a seu ver, seria a representante de um heroísmo superior, que simbolizaria o máximo do heroísmo no Brasil:

Mas, acima do heroísmo do amor, acima do heroísmo da luta, minhas senhoras e meus senhores, ainda há um heroísmo superior, o heroísmo da renúncia e do sacrifício, depurado de egoísmo, tão puro e tão alto, que só as grandes almas o sabem praticar. Como representante máximo desse heroísmo no Brasil, sem que eu ainda vos tenha falado nella, sentis como que a irradiação da sua luminosa individualidade. Sentis que falta a esta galeria de heroínas brasileiras a sua mais bela, a sua maior figura. Não há brasileiro que hoje em dia não lhe faça justiça. A medida que o tempo vai arrefecendo até a isenção de animo da imparcialidade o partidarismo das facções políticas, o seu vulto insigne cresce em magestade e em expressão. Isabel, a Redemptora... Para libertar uma raça não hesitou a princeza, surda ao aviso profético de Cotegipe, em sacrificar o interesse de seus filhos e a posse do seu throno. Si alguns lhe querem negar a grandiosa responsabilidade deste acto, desde que o captivero já se achava virtualmente extinto pela lei de 1885 e pela lei do ventre livre; si outros lhe increpam como fatal erro politico o 13 de maio, a verdade é que para passar por cima dos interesses financeiros encapelados em protestos desvairados da revolta, e para esquecer, assim tão absurdamente o proprio interesse, só a sublime loucura de uma mulher. Isabel, a Redemptora foi esta mulher. O seu maior padrão de gloria no entanto, o motivo pelo qual lhe cabe mais do que a todas as outras o primeiro lugar, o lugar maximo na historia do heroísmo feminino brasileiro, não foi a abolição que lh'o outorgou. Foi a

Ana Justina Ferreira Neri (1814-1880). Heroína, precursora da enfermagem na guerra do Paraguai. Nasceu em 13 de dezembro de 1814 na então Vila da Cachoeira do Paraguassu ou Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira (BA), na antiga rua da Matriz, atualmente rua Ana Néri. Era filha de Luísa Maria das Virgens e de José Ferreira de Jesus. Casou-se com o oficial da marinha capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri, que faleceu em 1844 a bordo do brigue *Três de Maio*, no Maranhão. Quando irrompeu a Guerra do Paraguai, em dezembro de 1864, Ana morava em Salvador com os filhos. Em 8 de agosto de 1865, enviou officio ao presidente da província solicitando trabalho como enfermeira na guerra. Alegava dois motivos: atenuar o sofrimento dos que lutavam pela defesa da pátria e estar junto dos filhos, que já se achavam na frente de batalha.. Conferir em: SCHUMAHÉR, Schuma. e BRAZIL, Erico Vital. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.61.

constancia, a tenacidade, a abnegação do seu inquebrantável amor pelo Brasil. Amar a sua terra na opulência e na prosperidade, ama-la sendo amada e victoriosa por ella, é cousa que a ninguém pôde muito custar. Ama-la, entretanto, renegada, banida, menosprezada, esquecida é mais do que heroísmo, é sanctidade. Foi desse quilate o patriotismo da Pinceza Isabel que o exilio não fez sinão intensificar e acendrar. Deante desse vulto imponente de Brasileira em que se concentram todas as virtudes, todas as nobrezas, todos os heroísmos femininos da nossa terra, o peito se nos entumece do mais raro, do mais sagrado dos orgulhos: o orgulho de nos sabermos, como ella, brasileira. (CELSO, Maria Eugenia.107(158): 1928, p.889-890).

Maria Eugenia Celso tece elogiosas considerações sobre a figura da princesa Isabel, dando destaque maior ao seu amor pela pátria, cuja maior gloria foi aconstância, a tenacidade, a abnegação do seu inquebrantável amor pelo Brasil. De forma secundária resalta a questão da abolição, mas aponta que este tema foi alvo de críticas e contestações, bem como exalta o sacrificio da princesa ao optar pela libertação de uma raça, em detrimento aos interesses dos seus filhos e a posse de seu trono.

Nessa linha, aprecia o orgulho de ser brasileira, enfatizando o patriotismo da mulher ao invés do patriotismo do homem. Encerra sua palestra com essas palavras:

Esse orgulho, não era preciso que vos viesse recordar a lição que, do passado, sugestivamente nos provém, para que sentíssemos em nós, arraigado e vivaz, túmido de promissoras possibilidades. E' a quintessência do patriotismo. Ao envez do homem, o patriotismo na mulher, todo feito de pequenas minuncias enternecidas, não abrange synthese tão vasta de sentimentos e de idéaes. E' um conjunto de amados pormenores. Para que, no entanto, sejam as brasileiras de hoje, dignas do heroísmo destas grandes antepassadas, de que acabo de vos recordar os nome gloriosos, bata que saibam sentir e tornem seus filhos capazes de o sentir também, o frêmito de amor ao solo natal que, deante do quadro iluminado da paisagem de todo o dia, tocada do ouro de um sol bem brasileiro, arrancou a uma poetiza este grito em que lhe ia todo o coração: Então, Sinto ao furtivo arroubo deste instante o quanto te amo meu Brasil gigante, No quadro familiar do meu torrão! (CELSO, Maria Eugenia. 107(158):vol.158: 1928, p. 890).

Maria Eugenia aproveitou o espaço concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para colocar em evidência a mulher, em especial a mulher brasileira da classe social a qual pertencia. Na conferência soube conciliar a escrita em prol do feminino com a tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no tocante à história da pátria Brasil.

Além da conferência do ano de 1928, Maria Eugenia Celso apresentou outras palestras no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1933 e em 1946. Observam-se também publicações na Revista deste instituto com temas diversos.¹⁶No ano de 1933, foi indicada pelo então primeiro secretário Max Fleus do

¹⁶CELSO, Maria Eugenia. *Pedro II*: soneto. 98(152): p.17, 1925. CELSO, Maria Eugenia. *Um evocador do passado*. 182: p.52-53, jan/mar. 1944. CELSO, Maria Eugenia. *Um dos apaixonados de Petrópolis*. 233: p.213-237, out/dez.1956. CELSO, Maria Eugenia. *Afonso Celso e o Instituto Histórico*. 247: p. 351-355, abr/jun.1960. CELSO, Maria Eugenia. *Afonso Celso*. 247: p. 295-301, abr/jun.1960.

Instituto para realizar palestra sobre o centenário de Anchieta, conforme reporta o excerto da Ata do Instituto:

O Sr. Max Fleuss (1º secretário perpetuo) disse ter uma proposta a apresentar o que não precisa ser justificada. Como acaba de declarar o sr. Presidente, além das contribuições dos sócios do INSTITUTO, haverá a dos ilustres homens de letras que farão conferências sobre Anchieta, assim como os sr.s, Celso Vieira e padre Leonel Franca, este, por assim dizer, o *Anchieta de hoje*. É, porém, necessário que a mulher brasileira tome parte nas comemorações anchietanas e essa mulher, digníssima sob todos os aspectos, é Maria Eugenia Celso. (CELSO, Maria Eugenia.168:1933, p.730-731).

Em 1946, abre a conferência em homenagem ao centenário de nascimento da princesa Isabel, apresentando a síntese biográfica sobre a princesa Isabel. No discurso, expõe considerações sobre o fenômeno étnico e social presente no contexto brasileiro que se diferencia dos demais países da América pela integridade do seu território, da sua língua e sua religião, visto que em outros países foi fracionado. Em relação à princesa, há o destaque para como foram dirigidos seus estudos desde a infância, sendo o Imperador, seu pai, o orientador de seus estudos tanto pessoalmente como na escolha de seus preceptores, como apontam fatos relevantes de sua biografia, como o casamento, assinatura da Lei Áurea.

Como ilustração, segue parte introdutória da conferência:

Antes de dar início à conferência inaugural da série organizada pelo Instituto Histórico, em comemoração ao centenário de nascimento da Princesa Isabel, que ocorre a 29 deste mês, não posso deixar de agradecer ao Sr. Presidente do Instituto haver-me conferido a honra da primazia na abertura deste curso. Tenho ainda a impressão de não ser precisamente a mim que visa a distinção deste mandato. A profunda emoção com que, para tomar a palavra nesta casa tão familiar no entanto a meu convívio, tenho que dominar o enternecimento da saudade e das recordações, dá-me a sensação de que, através da minha pessoa se evoca uma presença e na minha voz se faz ouvir outra voz mais autorizada e mais eloquente. Esta síntese biográfica da Princesa Isabel não passará, portanto, de um prelúdio ao tema que outros desenvolverão, a contribuição continuadora de uma tradição de família, a simples execução de um legado hereditário em homenagem à Redentora. Assim o entendi eu e por certo assim também o entendeis. (CELSO, Maria Eugenia.192:1946, p. 64).

Considerações finais

A trajetória de Maria Eugenia Celso indica diferentes inserções da escritora no espaço público, transitando na imprensa e locais de sociabilidade de relevância na sociedade da época em que viveu como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste artigo buscamos dar destaque ao ineditismo de uma palestrante mulher na tribuna do Instituto. Desta forma, ressaltou-se a conferência de Maria Eugenia Celso no projeto *Tardes do Instituto*, na qual foi possível observar *O espírito e o heroísmo da mulher*

brasileira por meio da exposição de histórias de mulheres que apresentaram vidas que se destacaram por seus feitos heroicosos quais atendiam intimamente a relação de amor à pátria.

Ademais, outras participações da escritora no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram apresentadas. É preciso salientar que seu ineditismo e suas participações na instituição podem ser relacionados inicialmente ao fato de seu pai ser o presidente do Instituto durante um longo período, de 1912 a 1938. No entanto notamos participações de Maria Eugenia Celso em período em queo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era presidido por outra pessoa, Embaixador Dr. José de Macedo Soares, de 1939 a 1968.

Referências

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e o projeto de uma biblioteca nacional. In: GOMES, Angela de Castro & HANSEN, Patricia Santos (Orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 177-215.

CELSO, Maria Eugenia. Um dos apaixonados de Petrópolis: o Conde Afonso Celso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 233: 213-237, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1956.

CELSO, Maria Eugenia. Síntese biográfica da princesa Isabel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 192: 64-84, Rio de Janeiro, julho/setembro, 1946.

CELSO, Maria Eugenia. O espírito e o heroísmo da mulher brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 104 (158): 874-890, Rio de Janeiro, 1928.

CELSO, Maria Eugenia. Reminiscências, 1942, v.2, p.100. (São Paulo, manuscrito, Arquivo do Colégio Sion de São Paulo). IN: CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar. In: Revista Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional De História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82

Estatuto do Centro de sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, documento: QO.ADM. EFI.LEI, TXT.2, seção 3, vol.5.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo de Coleções Particulares. ACP 42: Conde de Afonso Celso.

GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro & HANSEN, Patricia Santos (Orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Online. Disponível em www.ihgb.org.br. Acesso em 20 de junho de 2020.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Portaria publicada em Diário Oficial do Distrito Federal em 4 de maio de 1936. *GCg1936.04.29p.414. rolo 42. fot. 814 a 1061*. Arquivo Gustavo Capanema do acervo CPDOC

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) ; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História Das Mulheres No Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. v. 1. 555p.

PORTO, Fernando, OGUISSO, Taka. Nome da “Mãe dos Brasileiros. *Enfermagem em Foco*, 2011 2(supl):77-80

Revista da Semana, 2 de junho de 1928.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 168: 730-731, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1933.

SCHUMAHER, Schuma. e BRAZIL, Erico Vital. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Recebido em 28/06/20 aceito para publicação em 04/01/21.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

157

Elias Lönnrot, um mitógrafo da nacionalidade finlandesa

Elias Lönnrot, a mythographer of the Finnish nationality

Felipe Augusto Tkac¹

Resumo: Este artigo busca, de maneira geral, delinear a figura intelectual de Elias Lönnrot acerca de sua posição em um contexto no qual o patriotismo, o interesse e a atividade acadêmica, ou de uma *intelligentsia* local, estavam conectados em torno da constituição de uma “nacionalidade finlandesa” que pudesse dar suporte cultural ao nascente Estado do Grão-Ducado da Finlândia. Com foco na criação, premeditada, de uma epopeia nacional por parte de Lönnrot, proveniente da tradição oral camponesa e de ação criadora de seu autor, o *Kalevala*. Argumentando que esse projeto, além de acadêmico, teve em Lönnrot a figura de mitógrafo dessa pretensa nacionalidade “adormecida” dos finlandeses.

Palavras-chaves: Elias Lönnrot. Nacionalismo Finlandês. *Intelligentsia* patriótica. *Kalevala*.

Abstract: This article aims to, in a broad scope, draw the intellectual figure of Elias Lönnrot regarding his position at a context in which patriotism, academic interest and activity, or a local *intelligentsia*, where connected around the constitution of a “Finnish nationality” which could provide cultural support to the emerging State of the Grand-Duchy of Finland. Focusing in the premeditated creation of a national epic by Lönnrot, made from the peasantry oral tradition and from the author’s own creative effort, the *Kalevala*. Arguing that this project, as well as academic, had in Lönnrot the form of a mythographer of the pretence “asleep” nationality of the Finns.

Keywords: Elias Lönnrot. Finnish nationalism. Patriotic *intelligentsia*. *Kalevala*.

Introdução

Jean-Luc Nancy, em sua obra *A comunidade inoperada*, escreve que “o mito é a abertura de uma boca imediatamente adequada ao fechamento de um universo.”² Nancy está se referindo a “fala viva” que inaugura pela enunciação um sentido, as “auroras do mundo”³. Decerto, *hipoteticamente*, se Nancy observasse os camponeses da Carélia do século XIX escutando o bardo local cantar suas *runot* (poemas) possivelmente poderia reafirmar a citação acima. E, Elias Lönnrot (1802-1884)⁴, que *de fato* escutou muitos destes bardos, tinha uma percepção acerca, digamos, dessas “auroras do mundo”, bem diferente, mas também adequada a um *fechamento de um universo*. Para ele, essa enunciação não era uma abertura, mas *revelação*. Revelação de um pretense “passado imemorial finlandês” que teria sido preservado nessa

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2020) e Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2017). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

²NANCY, Jean-Luc. *A comunidade inoperada*. Tradução Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, p. 90.

³Ibidem.

⁴ Médico, filólogo, coletor de poemas e escritor finlandês. Um dos principais nomes do nacionalismo cultural proeminente no Grão-Ducado da Finlândia durante as primeiras décadas do século XIX.

tradição oral camponesa. Desta forma, para Lönnrot, sua tarefa como intelectual engajado no programa patriótico de seu tempo, isto é, um interesse acadêmico em um projeto político em andamento no Grão-Ducado da Finlândia durante boa parte do século XIX, seria de possibilitar essa “revelação” aos seus “verdadeiros”, i.e., ao “*suomen kansa*” (povo finlandês). Lönnrot passou anos em diversas viagens pela região da Carélia onde coletou uma enorme quantidade de poemas do campesinato iletrado local. Esses poemas foram compilados por ele em um livro lançado primeiramente em 1835 e reeditado em 1849, uma epopeia intitulada *Kalevala*. É precisamente acerca dessa compilação e escrita de uma epopeia⁵ que pretendo tratar neste artigo, com enfoque na posição de Lönnrot como mitógrafo da nacionalidade finlandesa ao ter se dedicado a empresa da escrita literária promovida e inspirada por uma *condição social e interesse intelectual-político*. Portanto, argumentarei respectivamente, essas duas etapas com a intenção de expor, de maneira preliminar, linhas gerais para se pensar a figura do intelectual Lönnrot e sua epopeia.

Condições para o “*kansallinen herääminen*”

Não é raro encontrar nas definições sobre certos períodos em que uma sociedade de dado Estado – ou projeto de Estado – empreendeu ações em nome de uma “nacionalidade” o termo “despertar nacional”, ou mesmo “despertar da consciência nacional”, destarte das – corretas – indagações sobre consciência ou mesmo sobre nacionalidade, qualquer pessoa que tenha acompanhado algumas das mais influentes publicações do último, digamos, meio século sobre a teoria do nacionalismo⁶, haveria de ficar pelo menos incomodada com a ideia de um *despertar*. Essa noção prevê que algo estivesse “adormecido”, nas sombras à espera de uma faísca que “revelaria” o que “esteve sempre ali”. Ora, nada mais que pura metafísica. Entretanto, tão imbricada na nossa função ontológica, este *a priori* é o que Agamben chama de inscrição da vida nua na ordenação político-jurídica do Estado-nação, no qual a natividade é feita pela condição própria do Estado-nação, princípio de natividade e soberania são, portanto, fundidos nessa ordenação político-ontológica⁷. Para tanto, na investigação em questão, seguimos uma definição de *nação como narração*. A ideia da nação como multiplicidade de discursos e construída *pela linguagem* de muitas falas não

⁵ Sem, contudo, neste momento, me dedicar a argumentar sobre o conteúdo da epopeia, tarefa já empreendida anteriormente, e que pode ser ou não lida como um complemento acerca dos argumentos apresentados aqui. Cf. TKAC, Felipe Augusto. *Inscrição do ser-em-comum: nacionalismo literário e narrativa da nação na epopeia finlandesa Kalevala* (1828-1849). 2020. 258f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020, pp. 142-198.

⁶ Para citar alguns dos nomes mais frequentes: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. BHABHA, Homi K. (ed.) *Nation and narration*. Abingdon: Routledge, 1990. GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2008. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. New York: Grove/Atlantic, Inc., 2007. SMITH, Anthony D. *Nationalidentity*. Reno: University of Nevada press, 1991. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. 1. ed. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, pp. 28-29.

sequenciais, não cumulativas e, ao fim, anagramáticas na construção de seus sentidos simbólicos, o que Raúl Antelo chamou de artefatos verbais, criaturas da linguagem, e, que se articula em um interstício⁸. Essa narrativa no vazio impõe, voluntariamente ou não, sobre os corpos, variados modelos e regimes temporais que se tornam parâmetros – ou normas, o “normal” – de mensuração explicativa da nação e fronteiras de ser pela diferença. A “nação”, ou como prefere Benedict Anderson, condição nacional (*nation-ness*) é, portanto, uma construção cronotópica retroativa que não deve ser lida ao lado de ideologias políticas, mas a partir de *produtos culturais específicos* que compõe os significados atribuídos a ela⁹. E, como Homi Bhabha definiu, a nação como narração é cindida por uma ambivalência do tempo, a do pedagógico e a do performativo, ou seja, aqui reside o tempo duplo em que a liminaridade do “povo” se tenciona como *objeto* e como *sujeito*¹⁰. *Objeto* histórico imbuído pela pedagogia nacionalista que atribui um discurso de autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado, e, *sujeito* que deve no presente significar o povo na contemporaneidade como um processo reprodutivo. Essa ambivalência é fundamental quando se olha para uma narrativa nacional, como é o caso de Lönnrot com sua epopeia *Kalevala*, pois a posiciona também sob uma liminaridade, um não-lugar, que, apesar da tentativa, nunca será plena na plenitude que pretende, não encerra o “povo”¹¹ em sua pedagogia, a nação é uma dialética de temporalidades diversas. Esse nexos abre a *lógica da suplementariedade* derridiana, que possibilita a restituição da presença – perdida ou imaginada – pela linguagem, pois a própria coisa não aparece fora do sistema simbólico¹². É através desse prisma conceitual interpretativo que proponho lermos as ações de Lönnrot sobre a narração da “nação finlandesa”, sobre como o performativo da vontade-do-mito se inscreveu na escritura do *Kalevala* para buscar em um jogo de temporalidades sobrepostas a inscrição imaginada dos seres “finlandeses” a partir da enunciação da letra, que *ao mesmo tempo e no presente* lança para o passado a indubitável certeza de ser na origem, que por consequência teleológica arremessa ao seu “futuro” os substratos simbólicos para suprir a fantasia da plenitude nacional.

E é precisamente a partir dessa ordenação que o termo finlandês *kansallinenherääminen* (despertar nacional) funciona como léxico positivo da nacionalidade, isto é, afirma a “condição nacional” no discurso histórico, e que não pretendemos repetir. Termo que figurava em muitos estudos sobre a Finlândia

⁸ ANTELO, Raúl. *Algaravia*: discursos de nação. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010, pp. 21-24.

⁹ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 30.

¹⁰ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 202-207.

¹¹ Cf. AGAMBEN, Giorgio. Op. cit., pp. 35-40.

¹² DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017, pp. 173-193.

oitocentista e o fervor nacionalista presente em boa parte do século XIX¹³, em especial o período em que o Império da Rússia dominava o território através de um Grão-Ducado, tendo como Grão-Duque o Czar.

É deste momento que temos que nos deter aqui. Delinear as condições desse chamado “*kansallinen herääminen*”, mas sem cair em sua (teleo)lógica explicativa ou em seu léxico nacionalista, narrativa que fora construída pela tradição historiográfica finlandesa desde meados do século XIX até o pós Segunda Guerra¹⁴.

Momento com uma temporalização conceitualmente localizada, o que Derek Fewster nomeou de fase do *romantismo antiquarianista nacional*, que ocorreu na maior parte do século XIX no Grão-Ducado da Finlândia e que se caracterizou por um programa nacionalista organizado, fortemente baseado na construção científica das línguas Fino-Úgricas¹⁵ e da poesia popular de camponeses; os folcloristas, linguistas e, mais tarde, arqueólogos foram os principais agentes dessa empresa nacionalista¹⁶. Mas apesar do forte caráter cultural de ação de uma *intelligentsia*¹⁷ local nesta fase, Atsuko Ichijo afirma que, em termos políticos, o nacionalismo finlandês do século XIX – diferentemente de outros Estados que empreendiam lutas nacionalistas de libertação de grandes impérios multinacionais na Europa e mesmo nas Américas – foi centrado no Estado *constituído*, sendo que sua autonomia antecedeu a mobilização étnica-vernacular dessa *intelligentsia*¹⁸.

O século XVIII na Europa foi palco do nascimento de uma percepção de mundo que teve fortes consequências ontológicas, o pensamento de Herder. Grosso modo, ele equalizou uma humanidade, entretanto, ao mesmo tempo a repartiu em culturas únicas, a um “ser coletivo”, um *Volk*¹⁹. Herder inaugurou a teoria étnica das nacionalidades, ou seja, a ideia da nação orgânica, individual e fundamentalmente diferente de outras nações. A qual deveria desenvolver sua língua, literatura, arte etc., e, desta forma, as “classes educadas”²⁰ teriam importante papel nos primeiros estágios de surgimento nacional, principalmente ocupando-se da dupla *língua vernacular* – “nacional” – e *poesia popular*, como é visível em um trecho de seu pensamento escrito:

¹³HROCH, Miroslav. Integration without revolution: the Finns. In: _____. *Social preconditions of national revival in Europe: A comparative analysis of the social composition of patriotic groups among the smaller European nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 63.

¹⁴NYGÅRD, Toivo. Historians on Finland's Status in the Russian Empire: The Historian and Time, Politics and Political History. *Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 2, 1998, pp. 179-195.

¹⁵Fino-Úgrico e Samoiedo são os dois galhos do tronco Urálico de línguas. O Urálico engloba diversas línguas, sendo as mais faladas (em número de falantes) o húngaro, finlandês e o estoniano. Todas as línguas têm um ancestral comum chamado de Proto-Urálico. Cf. HARMS, Robert Thomas. Uralic languages. *Encyclopædia Britannica*. Encyclopædia Britannica, inc., 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Uralic-languages>>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

¹⁶FEWSTER, Derek. *Visions of a Past Glory: Nationalism and the Construction of Early Finnish History*. Studia Fennica Historica 11. 2nd Edition. Helsinki: Finnish Literature Society, 2006, pp. 23-24.

¹⁷Usarei esse termo em concordância com Miroslav Hroch ao se referir à um estrato social finlandês de boa parte do século XIX, a saber, indivíduos que frequentaram a universidade e, geralmente, circulavam nos mesmos círculos da capital finlandesa e tomaram parte nas empresas nacionalistas do período. HROCH, Miroslav. Op. cit., p. 63ss.

¹⁸ICHIO, Atsuko. *Nationalism and Multiple Modernities: Europe and Beyond*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, p. 73.

¹⁹DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, pp. 126-127.

²⁰HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 221.

[...] uma nação... não tem nada mais valioso que a língua de seus pais. Nela vive todo o seu tesouro espiritual de tradição, história, religião e princípios de vida, todo o seu coração e alma. Privar tal nação de sua língua, ou rebaixá-la, é privá-la de sua única posse imortal transmitida de pais para filhos^{21 22}.

Essa nova percepção ontológica teve grande reverberação no romantismo, em particular no romantismo nacionalista, amplamente disseminado na maior parte da Europa do século XIX, principalmente pela mobilidade de pessoas e de livros que criou extensas redes de informações²³. Isso levou a certo compartilhamento de ideais filosófico-ontológico entre muitos intelectuais da época. E, apesar das multiplicidades de diferentes manifestações alocadas no substantivo romantismo, Löwy e Sayre argumentam que alguns elementos figuram como denominadores comuns – eles inscrevem no substantivo alemão da *Weltanschauung*²⁴ –, como o “reencantamento com o passado”, uma nostalgia idealizada de um “lar” ou “pátria” os quais teriam sido “corrompidos” no presente²⁵. Portanto, foi adotado para os argumentos do trabalho em questão, a ideia de uma tipologia específica do romantismo cunhada por Löwy e Sayre, o *romantismo restitutionista*, que se caracteriza pela proeminência de literatos e pela vontade de instaurar o passado ideal no presente através da ação consciente, geralmente um passado medieval fantasiado²⁶.

As ideias desse “regime” filosófico-ontológico chegaram, por *proxy*, principalmente das universidades suecas, primeiro em Turku e de lá para Helsinque²⁷. Essa circulação de ideias se deu no momento em que as relações de rivalidade geopolíticas e belicosas entre o Reino da Suécia e o Império Russo foram os fatores que possibilitaram o surgimento de uma entidade política distinta que pudesse ser associada a uma Finlândia, e, como o contexto europeu das Guerras Napoleônicas foi fator decisivo para a formalização dessa entidade política autônoma, ou seja, um *quase-Estado*, sob a tutela do Império Russo²⁸, já que no contexto das pressões napoleônicas a Rússia se viu forçada – tanto por coação quanto por tratado²⁹ – a tomar medidas militares contra a Suécia para enforçar as regras do Bloqueio Continental francês à

²¹ [...] a nation . . . has nothing more valuable than the language of its fathers. In it lives its entire spiritual treasury of tradition, history, religion, and principles of life, all its heart and soul. To deprive such a nation of its language, or to demean it, is to deprive it of its sole immortal possession transmitted from parents to children.

²² HERDER apud WILSON, William. Herder, Folklore and Romantic Nationalism. *The Journal of Popular Culture*. Volume 6, issue 4; Spring, 1973, p. 827, tradução nossa.

²³ LEERSEN, Joep. Viral nationalism: romantic intellectuals on the move in nineteenth-century Europe. *Nations and Nationalism*, 17 (2), 2011, pp. 258-259.

²⁴ Pode ser entendida como “visão de mundo”, mas não, neste caso, no sentido universalista e metafísico de “espírito” ou mesmo estruturalista. Mas como uma questão filosófica-ontológica que circulou em *redes de conexão* de pessoas e informações.

²⁵ LÖWY, Michael. SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, pp. 21-23.

²⁶ *Ibid.*, pp. 41-46.

²⁷ PENTIKÄINEN, Juha Y. *Kalevala mythology*. Expanded Edition. Translated and edited by Ritva Poom. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1999, p. 17.

²⁸ ICHIO, Atsuko. *Op. cit.*, p. 71.

²⁹ Tratado de Tilsit (à época secreto) de 1807, entre a França de Napoleão, o Império da Rússia e a Prússia (esta inclusa somente em uma versão pública do tratado), reconhecia a supremacia francesa na maior parte da Europa e dava mão livre à Rússia na região do Báltico. Cf. SINGLETON, Fred. *A Short History of Finland*. Cambridge University Press: Cambridge, 1998, p. 60.

Inglaterra. O que resultou na invasão do território sueco por forças russas e a chamada Guerra Finlandesa de 1808-1809 (Finlandês: *Suomen Sota*), que anexou ao Império Russo extensa parte do Reino da Suécia³⁰, que a partir da Dieta da Porvoo (Finlandês: *Porvoonmaapäivät*), convocada e reunida entre março e julho de 1809 na cidade de Porvoo (em sueco Borgå), definiu a criação do Grão-Ducado da Finlândia como parte autônoma do Império Russo. Por conta desta nova condição administrativa, as elites locais do Grão-Ducado da Finlândia e o Império Russo formaram gradualmente um aparato governamental – fundamentado no já existente sistema de leis e estratificação social medievais herdados do domínio sueco³¹ – que forneceu a este novo território uma autonomia de gestão fiscal, administrativa e militar nas mãos de membros “nativos” responsáveis pelos assuntos internos³². Portanto, essa autogestão por parte dessa elite finlandesa levou, segundo Alapuro, a um autorreconhecimento duplo, primeiro a necessidade de conferir lealdade nobiliárquica ao czar russo, assim como era com a Suécia, e, segundo, uma percepção de si como *finlandeses*, o que Alapuro chamou de “lealdade patriótica”³³. O que fora potencializado com a obrigatoriedade de natividade finlandesa para ocupar cargos na Dieta, e, de diploma universitário para o alto oficialato administrativo, o que levou ao desenvolvimento de um sentimento patriótico entre as camadas superiores – nobreza, clero e a pequena burguesia – resultante do contato com as ideias filosófico-ontológicas disseminados nas universidades³⁴.

Desta forma, essa aspiração nacionalista se deu, nesta fase, principalmente através de uma *intelligentsia* ligada principalmente, como já dito, à Universidade de Turku e posteriormente de Helsinki³⁵.

³⁰ De acordo com a Paz de Fredrikshamn (Hamina em finlandês). Assinada em 17 de setembro de 1809.

³¹ De acordo com um manifesto de 1808, redigido e publicado antes mesmo do acordo de paz, escrito pelo Czar Alexandre I, intitulado: *Pela graça de Deus, somos Alexandre, o Primeiro Imperador e o Autocrata Todo-Russo, e assim por diante, e assim por diante* (No original em russo: *Божиею милостью Мы Александр Первый Император и Самодержец Всероссийский, и прочее, и прочее, и прочее*). Documento em russo disponível aqui: <<http://doc.histrf.ru/19/manifest-o-prisoedinenii-finlyandii/>>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

³² Para maior aprofundamento cf. JUSSILA, Osmo. HENTILÄ, Seppo. NEVAKIVI, Jukka. *From Grand Duchy to a Modern State: A political History of Finland since 1809*. London: Hurst & Company, 1999. MEINANDER, Henrik. *Democracy's long road: Finland's representative democracy and civil society from 1863 to the present day*. Helsinki: Parliament of Finland, 2013.

³³ ALAPURO, Risto. Finnish Elites and Russia in the Nineteenth Century. *Петербургский исторический журнал* [Revista Histórica de Petersburgo], № 4, 2016, p. 104.

³⁴ *Ibid.*, p. 114.

³⁵ Essa mudança se deu por conta do grande incêndio que destruiu boa parte da cidade Turku em 1827. Por essa razão e por conta das ações do Império Russo de afastar o Grão-Ducado da Finlândia de suas ligações com o Reino da Suécia (já havia movido a capital de Turku para Helsinki em 1812) a Universidade de Turku foi transferida permanentemente para a nova capital no mesmo ano do incêndio. Importante fazer a distinção dessa Universidade de Turku que me refiro, era a Real Academia de Turku (Sueco: *Kungliga Akademien i Åbo* ou *Åbo Kungliga Akademi*) até 1809, desta data até 1827 Imperial Academia de Turku (Finlandês: *Keisarillinen Turun Akatemia*) e após 1827 até a independência da Finlândia em 1917 (mas o nome só mudou em 1919) Imperial Universidade de Alexandre na Finlândia (Finlandês: *Keisarillinen Aleksanterin-Yliopisto Suomessa*) não confundir com a atual universidade de língua sueca Åbo Akademi em Turku, fundada em 1918. A Real Academia de Turku fora transferida para Helsinki em 1827 sob o nome de Universidade Imperial de Alexandre na Finlândia, como mencionado anteriormente, e hoje corresponde a Universidade de Helsinki (*Helsingin Yliopisto*). Conferir o sítio da Universidade de Helsinki: TULEVAISUUDEN rakentaja vuodesta 1640. *Helsingin Yliopisto*. 2006. Disponível em: <<http://www.helsinki.fi/yliopistonhistoria/index.htm>>. Acesso em: 07 de junho de 2020. E conferir: YLIOPISTON Tarina. *Helsingin Yliopisto*. Última atualização em 24 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.helsinki.fi/fi/yliopisto/tutustu-helsingin-yliopistoon/yliopiston-tarina>>. Acesos em: 07 de junho de 2020.

Que a aliança entre interesse patriótico acadêmico e incentivo russo pelo estudo das línguas úgricas³⁶, com a intenção de afastar a influência cultural sueca, fora o pano de fundo para o florescimento de um nacionalismo intelectual e cultural predominante nos centros urbanos³⁷. Por conta dessa condição, houve um esforço coletivo e premeditado para delinear uma “alta cultura finlandesa”, começando – como ditava o princípio herderiano – pela língua “nacional”, pela investigação e estruturação do vernáculo. Assim, diferentes membros da *intelligentsia*, entre eles o autor do *Kalevala*, promoveram estudos da língua finlandesa com a intenção de buscar suas “origens” e ligações históricas. Ao mesmo tempo, e em muitas vezes pelas mesmas pessoas, houve o trabalho de delinear paralelamente à padronização do vernáculo uma história “medieval” da Finlândia, uma espécie de arqueologia das letras que tentou conferir sentido escrito à comunidade “nacional” finlandesa, isto é, buscou uma *justificação étnico-vernacular* de sua existência anterior à dominação estrangeira (sueca e posteriormente russa). Esse esforço intelectual, e, majoritariamente universitário nesse período, teve, então, por objetivo tentar “finlandesar” (em finlandês o adjetivo seria *suomalaisuus*) as elites locais e forjar uma cultura nacional literária e historiográfica, formar um repertório simbólico completo que posteriormente serviria de substrato pedagógico para o nacionalismo das massas.

Elias Lönnrot e sua tarefa homérica

Elias Lönnrot nasceu na pequena cidade – ou também paróquia – no Sudoeste do que hoje é a República da Finlândia, no caminho entre Turku e Helsinki, a vila de Sammatti, no dia 09 de abril de 1802. Era filho de um alfaiate pobre, e, devido sua origem social de nascimento em uma sociedade estamental – tanto sob o governo da Suécia quanto da Rússia – o fato de ter sido aceito na Academia de Turku (*Keisarillinen Turun Akatemia*) em 1822 certamente significou um importante passo de mudança na vida do jovem Lönnrot³⁸. Fora lá que ele estudou as línguas clássicas (latim, grego e hebreu), retórica, literatura grega, matemática, filosofia, história, entre outros tópicos comuns a estrutura universitária da época³⁹, em um momento no qual as estruturas medievais universitárias passavam por uma crise causada pelas guerras napoleônicas⁴⁰. No mesmo ano do grande incêndio da cidade de Turku Lönnrot defendeu dissertação de

³⁶HOVDHAUGEN, Even. KARLSSON, Fred. HENRIKSEN, Carol. SIGURD, Bengt. *The History of Linguistics in the Nordic Countries*. Academia Scientiarum Fennica: Helsinki, 2000, p. 83.

³⁷HROCH, Miroslav. Op. cit., p. 73.

³⁸MAJAMAA, Raija: Lönnrot, Elias. *Kansallisbiografia-verkkójulkaisu*. Studia Biographica 4. (ISSN 1799-4349, publicaçãoonline) Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1997. Disponível em: <<https://kansallisbiografia.fi/kansallisbiografia/henkilo/2836>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

³⁹ERSOY, Ersev. *Social Reality and Mythic Worlds: Reflections on Folk Belief and the Supernatural in James Macpherson's Ossian and Elias Lönnrot's Kalevala*. 2012. 309 f. Tese (PhD). University of Edinburgh: Edimburgo, 2012, p. 27.

⁴⁰VÄLIMAA, Jussi. *A History of Finnish Higher Education from the Middle Ages to the 21st Century*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2019, pp. 111-116.

mestrado⁴¹, intitulada *Dissertatio Academica De Väinämöine: Priscorum Fennorum Numine* (Dissertação Acadêmica: Sobre Väinämöinen um antigo deus dos finlandeses)⁴² sob a *praeses* de Reinhold von Becker (1788-1858), este que havia coletado poemas em viagens a comunidades camponesas fenófilas e foi uma grande inspiração ao jovem Lönnrot a fazer o mesmo⁴³, como explica Lönnrot:

Eu me esforcei para colocar essas runas [poemas ou canções] em algum tipo de ordem, uma tarefa que eu deveria prestar contas. De que eu saiba, ninguém havia anteriormente tentado ordenar eles [poemas], ou mencionado fazê-lo, eu vou primeiro reportar em como essa ideia me surgiu. Ao ler poemas coletados anteriormente, particularmente aqueles coletados por Ganander, ocorreu-me que talvez fosse possível encontrar o suficiente sobre Väinämöinen, Ilmarinen, Lemminkäinen⁴⁴ e outros de nossos ancestrais memoráveis para criar contos ainda mais longos, como os gregos, islandeses e outros fizeram com os poemas de seus ancestrais. Essa ideia foi reforçada ainda mais em minha mente quando, em 1826, com a ajuda de von Becker, professor adjunto de História em Turku, vim escrever um certo trabalho sobre Väinämöinen e, ao prepará-lo, percebi que não faltavam histórias sobre ele^{45 46}.

Durante esse período formativo, Lönnrot trabalhou de tutor (a partir de 1824) na casa do professor Johan Agapetus Törngren (1772-1859) na província de Häme próximo de Tampere. O que foi muito importante, pois:

Na casa de Törngren, a comunidade científica da época reunia-se, a qual selecionou Lönnrot entre os estudantes da Academia para realizar políticas nacionais de renascimento, com a intenção de romper com a conexão espiritualmente centenária da Finlândia com a terra mãe, a Suécia, e buscar uma história para ela [Finlândia]^{47 48}.

⁴¹O termo é polêmico por conta das estruturas acadêmicas à época que diferiam do modelo atual que veio em sua forma contemporânea mais para o fim do século XIX. Entretanto, na literatura também há a menção desse termo, como Pentikäinen escreve na cronologia de vida de Lönnrot no ano de 1827, “Earns M.A. degree and becomes a Doctorate of Philosophy candidate at the Turku Academy.” PENTIKÄINEN, Juha Y. Op. Cit., p. 257.

⁴²BECKER, Reinhold von. LÖNNROT, Elias. *Dissertatio academica de Väinämöine: priscorum Fennorum numine, cujus partem priorem, venia ampliss. facultatis phil. Aboensis, praeside Reinholdo von Becker, philos. mag. historiarum adjuncto ord. Publicae censure modeste subjicit Elias Lönnrot, Nylandus, in audit. philos. die XIV Febr. MDCCCXXVII. H. a. m. s. 96 f. Turku: Turun Akademia: 1827.*

⁴³HANSKI, Jari. Becker, Reinhold von. *Kansallisbiografia-verkkojulkaisu*. Studia Biographica 4. (ISSN 1799-4349, publicaçãoonline) Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1997. Disponível em: <<https://kansallisbiografia.fi/kansallisbiografia/henkilö/3128>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

⁴⁴Väinämöinen, Ilmarinen e Lemminkäinen são três dos principais heróis da epopeia de Lönnrot, são nomes que foram retirados das histórias da tradição oral camponesa e reconfiguradas no *Kalevala* como as figuras motores do enredo do livro e alçados à “heróis nacionais”.

⁴⁵Näitä runoja olen kokenut johonkuhun järjestykseenki saatella, josta siis työstäni lienee tili tehtävä. Koska tieltyäni kukaan sitä ei ennen ole yrittänytkään elikkä ees sanalla maininnut, niin kertonen esiksi millä tawalla minä siihen tuumaan puutuin. Jo ainaki ajattelin ma ennen koottuja, liiatenki Gananderin, runoja lukiessa, eikö niitä Väinämöisestä, Ilmarisesta, Lemminkäisestä ja muista muisteltawistaesiwanhemmistamme olisi mahtanut siksikin löytyä, että olisi heistä saanut pitempiäki kertoelmia, niinkun näemmä Greekalaisten, Islandilaisten ja muitten esiwanhempainsa runoja siksi saaneen. Tämä ajatus waanenämminwahwistu mielessäni, koska w. 1826 Turussa Historian Adjunktin won Beckerin awulla tulin Väinämöisestä erään kirjan kirjottamaan ja sitä laatiessani näin, että hänestä ei puuttunut tarinoita.

⁴⁶LÖNNROT, Elias. *Kalevala: 1. Osa. Taikka Vanhoja Karjalan Runoja Suomen kansan muinosista ajoista*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1835:1, pp. iii-iv, tradução nossa.

⁴⁷Törngrenien kotona kokoontui ajan tiedeyhteisö, joka kaukonäköisesti valikoi akademian opiskelijoista Lönnrotin toteuttamaan kansallisen herätyksen linjauksia, irtautumaan Suomen henkisesti vuosisataisesta yhteydestään emämaahan Ruotsiin ja etsimään kansan muinaisrunoudesta sille historian.

⁴⁸MAJAMAA, Raija. Op. Cit., tradução nossa.

Na sequência Lönnrot ingressa no doutorado em medicina e em 1832 conclui com a tese *Suomalaisten taianomaisesta lääketaidosta* (A magia na medicina finlandesa)⁴⁹, e ainda no mesmo ano vai para a cidade de Oulu e em seguida assume como médico distrital na pequena e afastada cidade de Kajaani. Apesar de seus trabalhos como médico, Lönnrot exercia uma função mais de “inspetor” – já que havia resistência às práticas médicas – e tinha muito tempo para empreender outras atividades, em especial as viagens para coletar poemas de camponeses na região da Carélia⁵⁰.

Durante sua relativamente longa vida, Lönnrot escreveu epopeias, traduziu livros de medicina, empreendeu viagens de caráter etnográfico, fez o primeiro dicionário finlandês-sueco, foi editor de um importante jornal, foi professor da Universidade de Helsinki e o primeiro a publicar academicamente em língua finlandesa, entre tantas outras coisas⁵¹. De fato, uma biografia sua seria uma empreitada por uma vida dedicada à intelectualidade patriótica. Mas aqui quero me deter em uma das ações de Lönnrot, e talvez a mais famosa delas, a publicação de um “épico nacional finlandês”, o livro *Kalevala*. Porque, destarte seus outros trabalhos, o que alçou Lönnrot ao nível uma espécie de “mito da nacionalidade finlandesa” foi a popularidade precisamente do *Kalevala*⁵².

É fundamental apontar aqui, de acordo com Pentikäinen, que o *Kalevala* deve ser percebido em uma dupla chave principal. A primeira é que o *Kalevala* foi *produto estético* da erudição de seu autor, isto é, de Elias Lönnrot, e, segundo, foi uma *atribuição social* diretamente ligada ao período romântico já consolidado entre a *intelligentsia* local, no qual Lönnrot, ao criar o *Kalevala*, o fez primordialmente como um estudioso da história e da linguagem⁵³. Portanto, quando digo *Elias Lönnrot e sua tarefa homérica*, estou me usando de um trocadilho possibilitado pela ambiguidade da palavra homérica, de um lado uma tarefa de grandes proporções e complexa, de outro, uma tarefa *a lá* Homero e sua *Ilíada e Odisseia*.

O *Kalevala* foi precisamente isso, uma compilação de 22.75 linhas⁵⁴ (em sua versão final de 1849) organizadas teleologicamente em um enredo relativamente coeso, destiladas de uma miríade de história camponesas coletadas por *hommes de lettres* motivados por intentos acadêmico-patrióticos, que mais tarde foram publicadas e compunham mais de um milhão de versos, dos quais muitos coletados por Lönnrot, seus antecessores, colegas e também estudantes⁵⁵.

⁴⁹ Está não disponível em meios digitais. Para mais, cf. PENTIKÄINEN, Juha Y. Op. cit., p. 68.

⁵⁰ Ibid., p. 69.

⁵¹ Conferir suas diversas realizações em MAJAMAA, Raija. Op. cit.

⁵² PENTIKÄINEN, Juha Y. Op. cit., p. 73.

⁵³ Ibid., p. 03.

⁵⁴ BOSLEY, Keith. Introduction. In: LÖNNROT, Elias. *The Kalevala*. 3. Ed. Tradução de: Keith Bosley. New York: Oxford University Press, 2008, p. xiii.

⁵⁵ Todas publicadas entre 1908 e 1948 pela *Suomalaisen Kirjallisuuden Seura* (Sociedade de Literatura Finlandesa) sob o título de *Suomen kansan vanhat runot* – SKVR (Os poemas antigos do povo finlandês). enorme base de dados – com arquivos coletados entre 1564 e 1939 – da coleção de poemas está inteiramente disponível – em finlandês – neste endereço eletrônico da Sociedade de Literatura Finlandesa: <<https://skvr.fi/>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

Em 1833 Lönnrot sozinho já havia coletado mais de cinco mil versos só sobre Väinämöinen, como ele diz ao escrever para Henrik Cajander (1804-1848):

Apenas de Väinämöinen tenho agora cerca de 5 a 6.000 versos, dos quais você pode concluir que será um tratado considerável. No entanto, neste inverno estou pensando em voltar para o Distrito de Arcangel, e não pararei mais cedo até reunir poemas em uma coleção que corresponda à ½ da de Homero^{56,57}.

Tais versos que Lönnrot tinha às mãos, e que ele acreditava serem os “arquivos da nacionalidade finlandesa” preservados pelo *suomenkansa* (“*Volk*” finlandês) não eram *por si só* essa pretensa história, era necessário a tarefa do intelectual “descobrir”, “despertar” (*herättää*) tal história. E o projeto de Lönnrot ao escrever o *Kalevala* foi com esse intuito, a partir de suas escolhas ele primeiro, em 1835⁵⁸, publicou uma versão (em dois volumes) com 32 poemas (*runot* em finlandês), intitulada *Kalevala: 1. Osa. Taikka Vanhoja Karjalan Runoja Suomen kansan muinosista ajoista* (Kalevala: Parte 1. Ou poemas antigos da Carélia dos tempos remotos do povo finlandês)⁵⁹ e *Kalevala: 2. Osa. Taikka Vanhoja Karjalan Runoja Suomen kansan muinosista ajoista* (Kalevala: Parte 2. Ou poemas antigos da Carélia dos tempos remotos do povo finlandês)⁶⁰. Uma segunda versão saiu em 1849, com um total de 50 poemas e intitulada *Kalevala*⁶¹, contendo alterações consideráveis no enredo, sendo que foi esta versão que à época já obteve *status* canônico, eclipsando a versão de 1835 após a publicação. Entretanto, ainda em 1835 um grande setor da *intelligentsia* já o recebia como o “épico nacional”⁶².

Essa recepção que aparenta certa “euforia” é em razão de uma expectativa real pela publicação, por conta do projeto da *Suomalaisen Kirjallisuuden Seura* (Sociedade de Literatura Finlandesa) que “[...] foi fundada em 1831 com a tarefa específica de publicar e financiar a ininterrupta coleta de tradição oral do campesinato, além de um desejo mais idealista de promover a literatura em língua finlandesa [...]”^{63,64} Sociedade formada *inicialmente* por jovens da *intelligentsia*, entre eles o próprio Elias Lönnrot – na fundação tendo o cargo de primeiro-secretário –, que frequentavam os mesmos espaços acadêmicos em Helsinki e haviam recebido educação e, como escreve Lehtonen, *impeto ideológico* para tal projeto na

⁵⁶ Af bara Väinämöinen har jag nu cirka 5 a 6.000 verser, hvaraf du kan sluta att det blir en ansenlig afhandling. Jag tänker dock i vinter bege mig åter på en skuttresa till Archangelska Gouv. och icke upphöra förr med samlandet än jag af dessa dikter får en samling, som svarar emot ½ Homerus.

⁵⁷ LÖNNROT, Elias. [Correspondência]. Destinatário: Henrik Cajander. [S. l.], 03 de dezembro de 1833.

⁵⁸ Há uma versão manuscrita, descoberta no início do século XX, que é usualmente chamada de *Proto-Kalevala*, mas como nunca foi publicada durante a vida de Lönnrot, considerarei as versões de 1835 e 1849.

⁵⁹ LÖNNROT, Elias. Op. cit., 1835:1.

⁶⁰ LÖNNROT, Elias. *Kalevala: 2. Osa. Taikka Vanhoja Karjalan Runoja Suomen kansan muinosista ajoista*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1835:2.

⁶¹ LÖNNROT, Elias. *Kalevala*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1849.

⁶² PENTIKÄINEN, Juha Y. Op. cit., pp. 23-26.

⁶³ [...] was founded in 1831 with the specific task to publish and finance the continued gathering of oral traditions of the peasantry, besides a more idealistic wish to promote literature in the Finnish language [...]

⁶⁴ FEWSTER, Derek. Op. cit., p. 96, tradução nossa.

Universidade de Turku⁶⁵. Inclusive, alguns desses membros iniciais que tiveram proeminente papel no projeto nacionalista, faziam parte da chamada turma de 1822⁶⁶ da Universidade de Turku, Johan Ludwig Runeberg (1804-1877), Elias Lönnrot, Johan Vilhelm Snellman (1806-1881) e Casimir von Kothén (1807-1880). Mas, para nossos objetivos aqui, é importante salientar que:

Nas primeiras regras da Sociedade, enfatizou-se que "a língua é o fundamento da nacionalidade". A Sociedade não era apenas um clube de debate acadêmico, mas também era um centro para o crescimento de um espírito nacional; reunia entre seus membros não apenas oficiais e estudantes universitários, mas também camponeses instruídos e, a partir do ano de 1846, também mulheres. Os projetos de maior alcance dos primeiros anos incluíram a coleção e publicação de poesia folclórica. A Sociedade apoiou as viagens de coleta de folclore de seu primeiro-secretário, Elias Lönnrot, no leste da Finlândia e na Carélia, e publicou os trabalhos que se baseavam nos resultados dessas viagens: o *Kalevala* (1835, 1849) e o *Kanteletar*⁶⁷ (1840)^{68 69}.

Esse ímpeto ideológico que Lehtonen menciona e sua descrição da primeira regra da Sociedade está relacionada a uma marcação que Łukasz Sommer fez:

As teorias de Herder estimularam o crescimento da linguística como um ramo da ciência, ao mesmo tempo em que forneciam ferramentas intelectuais para a construção de identidades na Alemanha. O exemplo alemão mostrou-se influente nas periferias do leste da Europa politicamente integradas, mas etnicamente diversas, onde as fronteiras culturais e linguísticas tendiam a se cruzar com as fronteiras políticas, mas se sobrepunham à classe e ao patrimônio. [...] Ao longo do século XIX, à medida que a mobilidade ascendente cresceu, começaram a surgir movimentos nacionais e os conceitos herderianos de linguagem e identidade (especialmente em versões mais politicamente explícitas) atraíram muito seus líderes intelectuais. A história da linguagem e da identidade nacional na Finlândia é uma variação desse padrão^{70 71}.

⁶⁵ LEHTONEN, Tuomas M. S. SKS in a nutshell. *Suomalaisen Kirjallisuuden Seura*. [S.D.]. Disponível em: <<https://www.finlit.fi/en/finnish-literature-society-sks/sks-nutshell#.Xvj1HihKjIV>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

⁶⁶ VÄLIMAA, Jussi. Op. cit., pp. 127-129.

⁶⁷ Publicação de 1840 com outra coletânea de poemas, mas que ficou à margem em relação ao *Kalevala*.

⁶⁸ In the Society's first rules it was stressed that "language is the foundation of nationality". The Society was not merely an academic debating club, but it was also a centre for the growth of a national spirit, it gathered among its members not only officials and university students but also educated peasants, and from the year 1846 also women. The most far-reaching projects of the early years included the collection and publication of folk poetry. The Society supported the folklore collection journeys of its first secretary, Elias Lönnrot, in Eastern Finland and Karelia, and it published the works that were based on the results of those travels: the *Kalevala* (1835, 1849) and the *Kanteletar* (1840).

⁶⁹ LEHTONEN, Tuomas M. S. Op. cit., tradução nossa.

⁷⁰ Herder's theories stimulated the growth of linguistics as a branch of science, at the same time providing intellectual tools for identity building in Germany. The German example proved influential in the politically integrated yet ethnically diverse eastern peripheries of Europe, where cultural and linguistic boundaries tended to intersect with political borders but overlap with class and estate. [...] Throughout the nineteenth century, as upward mobility grew, national movements began to emerge and Herderian concepts of language and identity (especially in more politically outspoken versions) appealed greatly to their intellectual leaders. The story of language and national identity in Finland is a variation on this pattern.

⁷¹ SOMMER, Łukasz. A Step Away from Herder: Turku Romantics and the Question of National Language. *Slavonic and East European Review*, 90, 1, January 2012, p. 04, tradução nossa.

Essa relação linguagem-identidade foi, entre os românticos – Lönnrot firmemente incluso –, tendência geral na qual a essência de um “povo” residia nos atributos positivos – para tais românticos – da língua, canções e lendas dos camponeses, a “alma do povo”⁷². Em um trecho exemplar do prefácio do *Kalevala* de 1835, Lönnrot deixa evidente seu lugar-diverso na escrita da epopeia, ao mesmo tempo folclorista que coletou canções camponesas, historiador do “povo” finlandês e intelectual engajado na promoção da língua e literatura “finlandesa” na tentativa de alçá-la a uma, digamos, ideia de “alta cultura europeia” compatível com outras “nações”. Ele escreve:

Se a mitologia finlandesa puder obter alguma ajuda desses poemas - o que, de fato, é improvável que seja o caso -, então uma das minhas esperanças será realizada; mas ainda existem outros assuntos. Eu gostaria de obter alguma elucidação nestes poemas sobre a vida antiga de nossos antepassados e algum benefício para a língua finlandesa e à arte poética^{73, 74}.

Partindo dessa assunção, Lönnrot, inspirado pelos nascentes estudos acerca das “origens” da língua finlandesa, faz uma relação entre o conteúdo da epopeia que escreveu – pois na citação abaixo está se referindo a genealogia dos heróis de *Kalevala* –, os estudos de linguística úgricas (nesse caso as línguas permianas) e uma hipótese sobre a história dos “finlandeses”:

§. 8. A origem da poesia e o Lar Original. Houve muitas especulações sobre a origem e o local desses poemas. Quem os considera nascidos durante o governo dos Permianos, nas margens sudeste do mar de Viena⁷⁵ (ou Walkea⁷⁶), parecem mais apropriado, [...] A parte dos finlandeses na Carélia Russa, com quem esses poemas sobreviveram por séculos, parecem ser os descendente diretos do velho, rico, poderoso e famoso povo permiano^{77, 78}.

É por essa razão, em relação ao programa intelectual de Lönnrot com sua epopeia, que Carolina Alves Magaldi conclui que o *Kalevala* foi um “produto cultural híbrido”, resultado do que chamou de “antropólogo de urgência”⁷⁹. O *Kalevala* é uma bricolagem da bricolagem camponesa. Kaukonen vai mais além e escreve que “é a poesia da poesia no sentido em que Lönnrot se propôs a fornecer uma imagem do

⁷² HOBBSAWM, Eric J. Op. cit., p. 418.

⁷³ Jos Suomen Mythologialla olisi näistä runoista mitään apua, joka juuri ei taia ilmankana olla, niin on yksi toiwoni täytetty, waanwielä olisi toisiakin: toiwoin näistä jotain selwitystäesiwanhempainwanhasta elämästä, Suomen kielelle ja runo-opillejotai hyötyä saawan.

⁷⁴ LÖNNROT, Elias. Op. cit., 1835:1, p. xiii, tradução nossa.

⁷⁵ Viena Carélia, região no atual leste da Finlândia e noroeste da Rússia (divisão federal chamada de República da Carélia).

⁷⁶ *Valkea* em finlandês significa branco, aqui se referindo ao Mar Branco.

⁷⁷ §. 8. Runojen syntyajoista ja alkuperäisestä kodista. Montakin arvelua on näiden runojen syntyajoista ja paikasta ollut. Muita asianmukaisemmalle näyttää se, joka pitää niitä Permian vallan aikana syntyneinä Wienan (eli Walkean) meren kaakkoisrannoilla, [...] Se osa Suomalaisia Wenäjän Karjalassa, joiden tykönä nämät runot ovat halki vuosisatojen säilyneet, näyttää kun olisi vanhan rikkaan, voimakkaan ja kuuluisan Permian kansan suoraa jälkisukua.

⁷⁸ *Ibid.*, p. iv, tradução nossa.

⁷⁹ MAGALDI, Carolina Alves. *Paratextos das traduções brasileiras da Kalevala e do Popol Vuh ao longo do espaço e do tempo*. 2013. 261 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013, p. 147.

período remoto da história que, em sua opinião, é descrito na poesia pré-letrada, mas que na realidade nunca existiu.”⁸⁰ Um certo desejo retroativo que alimenta a vontade de completude da razão comunitária. Portanto, proponho pensar Elias Lönnrot como – mas não só – um *mitógrafo* da nacionalidade finlandesa. Mitógrafo no sentido daquele que escreve não sobre mitos – apesar de talvez pensarem fazê-lo – mas aquele que *inscreve um mito*, ou seja, um “fechamento de universo”, atribuição de um sentido e significado à uma comunidade de ouvintes, neste caso, leitores, uma delimitação da existência de outras pessoas que estão a ler *o mesmo na mesma língua* sobre o “nós”, a *simultaneidade* de Anderson⁸¹. Se o *Kalevala* para Lönnrot veio ser a “luz” para um “passado finlandês”, mais do que outra coisa, na verdade, ele *inscreveu* nas páginas da epopeia uma *ambivalência de tempo* que se realiza no momento da leitura de quem *enxerga-se* como “finlandês”. Essa ambivalência é *enraizamento* de uma percepção de ser (jogo projetivo presente-passado para ser passado-presente) e uma *errância* do destino, isto é, ponto de fixação ontológica que abre a possibilidade de continuar a dizer quem é “finlandês”. O *Kalevala* é o que Édouard Glissant chamou de “grandes livros épicos fundadores”, que fornecem segurança à comunidade (enraizamento) ao mesmo tempo em que oferecem seu destino (errância)⁸².

Portanto, marquei preliminarmente Lönnrot, como sendo ao mesmo tempo furtador e criador em busca de uma “nostalgia poético-etnológica de primeira humanidade mitante”⁸³. Os poemas que coletou nessas comunidades camponesas da Carélia foi o ponto de interrupção da força mitante do mito daquela comunidade, foi o *furto*. Por outro lado, “se não há nova mitologia, não há e não haveria nova comunidade”⁸⁴, e, então, aqui ele é *potência do mito*, e “[...] é nessa medida, na qual ele se define pela perda da comunidade, que o homem moderno se define pela ausência do mito”⁸⁵. Essa perda é a interrupção do mito, “demos um nome a essa voz da interrupção: a literatura”⁸⁶. Que instaura o que Nancy chamou de *ser-em-comum* escriturário que se realiza apenas à medida que é ofertado uns aos outros da comunidade⁸⁷, novamente, a *simultaneidade* de Anderson.

Considerações finais

Sendo assim, tentei apresentar uma figura de Lönnrot em parte de seu processo de constituição como intelectual nacionalista, que, apesar de sua atuação como médico em uma cidade do interior, fora capaz de

⁸⁰ KAUKONEN, Väinö. *The Kalevala as Epic*. In: HONKO, Lauri (Ed.). *Religion, Myth and Folklore in the World's Epics: The Kalevala and its Predecessors*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1990, p. 165, tradução nossa.

⁸¹ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 54.

⁸² GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 80.

⁸³ NANCY, Jean-Luc. Op. cit., p. 84.

⁸⁴ Ibid., p. 100.

⁸⁵ Ibid., p. 101.

⁸⁶ Ibid., p. 106.

⁸⁷ Ibid., p. 107.

manter-se ativo nos círculos intelectuais da Universidade de Helsinki. Principalmente através de suas extensas viagens para coletar cantos e suas influências e mudanças de visão acerca da *suomen muinaisuus* (Finlândia Antiga), atividades que geraram marcado interesse em seus pares da *intelligentsia*. E, como esse processo foi mesclado com a escrita do *Kalevala* e a consolidação de sua figura como um “verdadeiro patriota” entre a *intelligentsia* finlandesa. Sua posição no que em outro momento chamei de “Lönnrot, entre a voz e a escritura”⁸⁸. Lönnrot montou esse “anagrama de poemas” a partir de sua vasta coleção de canções camponesas e, principalmente, de sua criatividade organizadora da narrativa, de seu *bricoleur* das palavras, uma redução tão extensa da tradição oral camponesa que absolutamente deixou de sê-la, se transformou em outra coisa, neste caso, em uma narrativa cuidadosamente organizada para forjar um passado nacional. Um livro organizado sob a chave da lógica *origem-destino*, onde o nó da trama reside na proeminência dos heróis “finlandeses”, suas aventuras que dão sentido ao enredo e que definem uma moldura pretensamente histórica do “povo finlandês”. No plano simbólico, essa atitude de Lönnrot – e seus colegas – foi uma afirmação da *diferença*, criou um plano tangível e palpável ao “passado finlandês”. O *Kalevala* simboliza uma tentativa de normalização do mundo, e os personagens são o que representam, Väinämöinen, Ilmarinen e Lemminkäinen, que sempre vencem, mesmo quando são reduzidos a pedaços, simbolizam a liderança e a unidade do povo. Portanto, a narrativa da epopeia tem mais poder que a história factual e muito recente da Finlândia, que, desta forma, não serviria para os propósitos patrióticos de constituição de uma Estado-nação empreendidos por essa *intelligentsia* engajada de justificação histórica baseado em uma “antiguidade do povo finlandês”.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre política. 1. ed. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ALAPURO, Risto. Finnish Elites and Russia in the Nineteenth Century. **Петербургский исторический журнал** [Revista Histórica de Petersburgo], № 4, 2016. Pp. 104-128.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTELO, Raúl. **Algaravia**: discursos de nação. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

BECKER, Reinhold von. LÖNNROT, Elias. **Dissertatio academica de Väinämöine**: priscorum Fennorum numine, cujus partem priorem, venia ampliss. facultatis phil. Aboensis, praeside Reinholdo von Becker, philos. mag. historiarum adjuncto ord. Publicae censure modeste subjicit Elias Lönnrot, Nylandus, in audit.

⁸⁸ TKAC, Felipe Augusto. Op. cit., p. 108.

philos. die XIV Febr. MDCCCXXVII. H. a. m. s. 96 f. Turku: Turun Akatemia: 1827. Disponível em: <<https://www.doria.fi/handle/10024/149268>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

BHABHA, Homi K. (ed.) **Nation and narration**. Abingdon: Routledge, 1990.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

BOSLEY, Keith. Introduction. In: LÖNNROT, Elias. **The Kalevala**. 3. Ed. Tradução de: Keith Bosley. New York: Oxford University Press, 2008, pp. xiii-liv.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ERSOY, Ersev. **Social Reality and Mythic Worlds: Reflections on Folk Belief and the Supernatural in James Macpherson's Ossian and Elias Lönnrot's Kalevala**. 2012. 309 f. Tese (PhD). University of Edinburgh: Edimburgo, 2012.

FANON, Frantz. **The wretched of the earth**. New York: Grove/Atlantic, Inc., 2007.

FEWSTER, Derek. **Visions of a Past Glory: Nationalism and the Construction of Early Finnish History**. Studia Fennica Historica 11. 2nd Edition. Helsinki: Finnish Literature Society, 2006.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HANSKI, Jari. Becker, Reinhold von. **Kansallisbiografia-verkkojulkaisu**. Studia Biographica 4. (ISSN 1799-4349, publicaçãoonline) Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1997. Disponível em: <<https://kansallisbiografia.fi/kansallisbiografia/henkilo/3128>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

HOVDHAUGEN, Even. KARLSSON, Fred. HENRIKSEN, Carol. SIGURD, Bengt. **The History of Linguistics in the Nordic Countries**. Academia Scientiarum Fennica: Helsinki, 2000.

HROCH, Miroslav. Integration without revolution: the Finns. In: _____. **Social preconditions of national revival in Europe: A comparative analysis of the social composition of patriotic groups among the smaller European nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ICHIJO, Atsuko. **Nationalism and Multiple Modernities: Europe and Beyond**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

JUSSILA, Osmo. HENTILÄ, Seppo. NEVAKIVI, Jukka. **From Grand Duchy to a Modern State: A political History of Finland since 1809.** London: Hurst& Company, 1999.

KAUKONEN, Väinö. The *Kalevala* as Epic. In: HONKO, Lauri (Org.). **Religion, Myth and Folklore in the World's Epics: The *Kalevala* and its Predecessors.** Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1990, pp. 157-179.

LEERSSEN, Joep. Viral nationalism: romantic intellectuals on the move in nineteenth-century Europe. **Nations and Nationalism**, 17 (2), 2011, pp. 257-271.

LEHTONEN, Tuomas M. S. SKS in a nutshell. **Suomalaisen Kirjallisuuden Seura.** [S.D.] Disponível em: <<https://www.finlit.fi/en/finnish-literature-society-sks/sks-nutshell#.Xvj1HihKjIV>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

LÖNNROT, Elias. **Kalevala: 2. Osa. Taikka Vanhoja Karjalan Runoja Suomen kansan muinosista ajoista.** Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1835:2. Disponível aqui: <<https://www.gutenberg.org/files/48381/48381-h/48381-h.htm>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

LÖNNROT, Elias. [Correspondência]. Destinatário: Henrik Cajander. [S. 1.], 03 de dezembro de 1833. Disponível em: <<http://lonnrot.finlit.fi/omeka/items/show/2287#?c=0&m=0&s=0&cv=0&z=0.2487%2C0.0346%2C0.7575%2C0.713>>. Acesso em 09 de junho de 2020.

LÖNNROT, Elias. **Kalevala.** Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1849. Disponível aqui: <<https://digi.kansalliskirjasto.fi/teos/binding/1906618?page=3&term=KALEVALA>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

LÖNNROT, Elias. **Kalevala: 1. Osa. Taikka Vanhoja Karjalan Runoja Suomen kansan muinosista ajoista.** Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1835:1. Disponível aqui: <<https://www.gutenberg.org/files/48380/48380-h/48380-h.htm>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

LÖWY, Michael. SAYRE, Robert. **Romantismo e política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MAGALDI, Carolina Alves. **Paratextos das traduções brasileiras da *Kalevala* e do *Popol Vuh* ao longo do espaço e do tempo.** 2013. 261 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

MAJAMAA, Raija; Lönnrot, Elias. **Kansallisbiografia-verkkojulkaisu.** Studia Biographica 4. (ISSN 1799-4349, publicaçãoonline) Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura, 1997. Disponível em: <<https://kansallisbiografia.fi/kansallisbiografia/henkilo/2836>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

MEINANDER, Henrik. **Democracy's long road: Finland's representative democracy and civil society from 1863 to the present day.** Helsinki: Parliament of Finland, 2013.

NANCY, Jean-Luc. **A comunidade inoperada.** Tradução Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

NYGÅRD, Toivo. Historians on Finland's Status in the Russian Empire: The Historian and Time, Politics and Political History. **Finnish Yearbook of Political Thought**, vol. 2, 1998, pp. 175-202.

PENTIKÄINEN, Juha Y. **Kalevala mythology**. Expanded Edition. Translated and edited by Ritva Poom. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1999.

SINGLETON, Fred. **A Short History of Finland**. Cambridge University Press: Cambridge, 1998.

SMITH, Anthony D. **National identity**. Reno: University of Nevada press, 1991.

SOMMER, Łukasz. A Step Away from Herder: Turku Romantics and the Question of National Language. **Slavonic and East European Review**, 90, 1, January 2012. p. 1-32.

SOMMER, Łukasz. A Step Away from Herder: **Turku Romantics and the Question of National Language**. *Slavonic and East European Review*, 90, 1, January 2012, pp. 01-32.

TKAC, Felipe Augusto. **Inscrição do ser-em-comum: nacionalismo literário e narrativa da nação na epopeia finlandesa *Kalevala* (1828-1849)**. 2020. 258f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

TULEVAISUUDEN rakentaja vuodesta 1640. **Helsingin Yliopisto**. 2006. Disponível em: <<http://www.helsinki.fi/yliopistonhistoria/index.htm>>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

VÄLIMAA, Jussi. **A History of Finnish Higher Education from the Middle Ages to the 21st Century**. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2019.

WILSON, William. Herder, Folklore and Romantic Nationalism. **The Journal of Popular Culture**. Volume 6, issue 4; Spring, 1973. pp. 819-835.

YLIOPISTON Tarina. **Helsingin Yliopisto**. Última atualização em 24 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.helsinki.fi/fi/yliopisto/tutustu-helsingin-yliopistoon/yliopiston-tarina>>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

Recebido em 30/06/20 aceito para publicação em 04/01/21.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

Fotografia e Literatura: diálogos entre jornalismo e retratistas

Photography and Literature: dialogues between journalism and portraitists

Danilo Souza Ferreira¹

Resumo: Buscaremos neste artigo analisar a aproximação dos campos de representação cultural na modernidade, sendo eles a Literatura e a Fotografia, e em especial nos trabalhos de figuras de referência cultural, como os fotógrafos franceses Alphonse Bertillon, Felix Nadar, do alemão August Sander e dos escritores franceses Charles Baudelaire, Marcel Schwob também do escritor argentino Jorge Luis Borges. A análise é feita através da perspectiva *flâneur*, mediadora cultural entre a burguesia e os grupos marginalizados, tais como as prostitutas, a exemplificar Monelle, ou o condenado por roubo na Marinha, o Major Stede Bonnet, e o assassino francês William Burke, todas personagens presentes nos livros de Marcel Schwob, *O Livro de Monelle* e *Vidas Imaginárias* ou nas obras dos retratistas *Quand j'étais photographe*, de Felix Nadar, bem como em August Sander, em especial no seu trabalho de fotografia documental intitulado *Homens do século XX*.

Palavras-chave: Fotografia; Literatura; Felix Nadar; Marcel Schwob;

Abstract: We will seek in this article to analyze the approximation of the fields of cultural representation in modernity, being Literature and Photography, and especially in the works of cultural reference figures, such as the French photographers Alphonse Bertillon, Felix Nadar, of the German August Sander and the writers Frenchmen Charles Baudelaire, Marcel Schwob and also by the Argentine writer Jorge Luis Borges. The analysis is made through the *flâneur* perspective, cultural mediator between the bourgeoisie and marginalized groups, such as prostitutes, to exemplify Monelle, or the convicted of theft in the Navy, Major Stede Bonnet, and the French murderer William Burke, all characters present in the books of Marcel Schwob, *The Book of Monelle* and *Vidas Imaginárias* or in the works of portraitists *Quand j'étais photographe*, by Felix Nadar, as well as in August Sander, especially in his documentary photography work entitled *Men of the 20th century*.

Keywords: Photography; Literature; Felix Nadar; Marcel Schwob;

Desde o advento dos Estudos Culturais nos anos de 1960, tem se mostrado inter-relacionadas a Literatura, em especial a percepção *flâneur*, e a Fotografia. Nesse sentido, penso em autores fundamentais da Crítica Literária como Susan Sontag, que escreveu o livro *Sobre a fotografia*, e Roland Barthes no livro *A Câmara Clara estudos sobre a fotografia*, ambos críticos literários pertencentes ao século XX e XXI. Porém, há uma ambiguidade no registro fotográfico que, ao mesmo tempo em que buscava ser objeto de preservação da memória dos grandes feitos e heróis, pode ser compreendido também como objeto de infâmia, sendo utilizado pelo criminalista Alphonse Bertillon, inspirado nos quadros dos museus europeus.

Em 1880, Alphonse Bertillon, escrevente da prefeitura de Paris, inventa um meio científico de identificação de presos reincidentes: a *bertillonage* tratava-se de uma ficha para cada prisioneiro, e que continha onze medidas dos ossos do delinquente, através das quais poderia atribuir a identidade de cada um com pouca chance de erro. A *bertillonage*, introduzida em todas as prisões da França, se espalha

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

rapidamente pelo mundo, principalmente pelo Brasil, onde é implantada quatro anos mais tarde. Procurando desenvolver ainda mais suas técnicas de identificação, tempos depois Berthillon aperfeiçoa a fotografia judiciária, com fotos de frente, de perfil e do local do crime. Cria também a técnica do retrato falado, artifício usado pela polícia. (PECHMAN, 1999, p.361-362).

Assim, a imagem pode ser compreendida como um artifício que permite manter a memória e, ao mesmo tempo, produzir a fama como advinda dos retratos dos reis e governantes, no entanto ainda é um método de registrar a infâmia dos criminosos, como foi feito por Berthillon. Isso era recomendado no manual de fotografia *The Ferrotipe and How to Make it*, que instruía aos fotógrafos que as:

Fotos de detentos, mas não retratos de polícia, tal como conhecemos hoje em dia, os quais somente apareceram a partir da última década do século XIX. Nenhum perfil, nenhuma placa numerada no peito, essas fotos ainda apresentam todas as características da pose do retrato comum à época, o que dignifica sensivelmente o retratado. O prisioneiro era instruído a fixar o olhar em algum ponto que não a lente, como recomendava por exemplo, o famoso manual de fotografia do século XIX, *The Ferrotipe and How to Make it*. Depois que o porta-filme está na posição, o modelo é orientado a olhar para algum objeto. Algumas observações podem ser feitas sobre a expressão, ou qualquer pequena alteração de posição ou arranjo de roupa, antes do registro ser feito. (MENDES, 1998, p.122).

Assim, há uma profunda relação entre a Literatura e a Fotografia como uma possibilidade da escrita biográfica e de acesso à realidade. Se pensarmos na Literatura Brasileira, com o livro *Os Sertões*, por exemplo, de Euclides da Cunha, que era jornalista e foi acompanhado pelo fotógrafo Flávio de Barros e com ele descreveu os horrores do Massacre de Canudos na obra, ou como descreveu Roland Barthes no livro *A Câmara Clara: Notas sobre a fotografia*, onde o crítico literário escreve que ao fotografar um sujeito o retratista transforma-o em uma máscara, que busca representar na imagem retratada todo um grupo que está à margem.

Já que toda foto é contingente (e por isso mesmo fora de sentido), a Fotografia só pode significar (visar uma generalidade) assumindo uma máscara. É exatamente essa palavra que Calvino emprega para designar aquilo que faz de uma face o produto de uma sociedade e de História. É o que ocorre com o retrato de William Casby, fotografado por Avedon: a essência da escravidão é aqui colocada a nu: a máscara é o sentido, na medida em que é absolutamente puro (como o era no teatro antigo). É por isso que os grandes retratistas são grandes mitólogos: Nadar (a burguesia francesa), Sander (os alemães da Alemanha pré-nazista), Avedon (a high-class nova-iorquina). (BARTHES, 1980, p.58).

Dentre os artistas flâneur, citados por Roland Barthes, o fotógrafo francês Felix Nadar, que atuou como jornalista e caricaturista, durante o século XIX, se tornou um homem de imprensa, sendo reconhecido por ser um dos principais defensores da fotografia. Teve o reconhecimento artístico em detrimento da fotografia comercial, como escreve Maria Morris Hambourg: “Nadar fazia de sua vida a matéria de sua arte e de sua arte, um diálogo com o público”. (HAMBURG, 1994, p.6).

Além das atividades como jornalista e escritor, era um aficionado por balonismo, tendo registrado algumas experiências em livros biográficos, tais como o *Les memoires du "Géant"*, escrito em 1864, que tinha como objeto o registro das aeronaves, *Quand j'étais étudiant*, escrito em 1856, onde são narradas as memórias estudantis, *Intime*, escrito em 1895, descreve a sua amizade com o escritor Charles Baudelaire, e *Quand j'étais photographe*, publicado em 1900, descreve a sua vida como fotógrafo. Como pontua Françoise Heilbrun:

Nadar pensa claramente na posteridade à qual ele quer se apresentar sob uma luz mais favorável. [...] Não podíamos parar de citar artigos de imprensa, livros, ações, gravuras, cartas manuscritas, fotografias, pelas quais Nadar se retratava habilmente. Ele tinha a arte de construir sua lenda dos *bad boys*, inventar uma vida de estudante e por sua vez, construir seu perfil como republicano, boêmio, libertador da Polônia, agente secreto etc. (HEILBRUN, 1994, p.168).

Podemos perceber que, ao compor os seus escritos biográficos, Felix Nadar se descreveu como um intelectual, escritor e fotógrafo que se constrói a margem, como um estudante *bad boy* ou como um artista boêmio e flâneur. Elizabeth Anne MacCauley coloca que ele foi um dos primeiros que soube “comercializar a boêmia”, ao retratar em seus ateliês não apenas uma freguesia burguesa, mas também escritores e artistas, músicos e jornalista que também compunham os grupos de flâneur (que estão à margem) e permitia-lhes encontrar sua semelhança nas imagens produzidas pela objetividade do fotógrafo:

O sucesso de Nadar no St. Lazare deve-se, sem dúvida, em parte à sua capacidade de agradar o pequeno mercado boêmio elitista que compreende seus amigos e colegas jornalistas. Sua rejeição de adereços elaborados, roupas de bom gosto e iluminação difusa foram apreciadas por assistentes que ousavam ser diferentes. (MCCAULEY, 1994, p.141).

Dentre os amigos que frequentavam o ateliê do fotógrafo na *ruedes Capucines* estão escritores como Charles Baudelaire, Alexandre Dumas e Julio Verne. Nadar, ao fotografar as personalidades, buscava compor uma obra de arte. Para o retratista, mesmo diante da modernidade, a sua função deveria capturar os valores humanos, isso é, a dignidade do personagem representado. Ele assim descreve sobre a fotografia de Baudelaire na obra *Quand j'étais photographe*: “E como finalmente deduzir essa individualidade pessoal, como a estranheza ingênua e perfeitamente sincera deste Baudelaire complicado, nascido nativo da terra do hipogrifo e da quimera?” (NADAR, 1979, p.132).

Para Felix Nadar, a fotografia teria a capacidade de tornar a pessoa presente através da qualidade do fotógrafo, ao registrar o momento em que o fotografado, emulando a pintura e a imagem que convence a partir da semelhança. A percepção de semelhança é tão forte diante de alguns quadros, que acreditamos estar diante da pessoa, como observou Nadar sobre o impacto das pessoas diante das fotografias de celebridades, na exposição de 1855, em Paris:

A platéia estava cheia de curiosidade, como se estivesse ofegando na frente dos números retratos de personagens conhecidos que ele ainda não conhecia, de belezas teatrais que ele só pôde contemplar de longe e que lhe foram reveladas nas imagens em que o próprio pensamento parecia viver. (NADAR, 1979, p.103).

Assim, a fotografia, para Felix Nadar, era compreendida como uma arte que permitiria revelar a expressividade de cada indivíduo, pois cabia ao “artista lançar mão de determinados efeitos luminosos, congeniais à fisionomia a ser retratada, para que esta revelasse a “semelhança íntima” do modelo” (NADAR,1987, p.9), isso é, retirar da fotografia todos os elementos que poderiam interferir na individualidade do fotografado, preferindo utilizar um fundo infinitamente neutro.

Felix Nadar compreendia o exercício da fotografia como uma arte, isso é, não apenas como reprodução da realidade, como podemos perceber em 1857, quando ele moveu um processo contra o seu irmão mais novo, Adrien Tournachon, para impedir o irmão de utilizar seu pseudônimo “Nadar” (NADAR,1987, p.9). Nessa reivindicação, o retratista revela que o que definiria a importância da sua profissão é o talento individual, e que a fotografia dependeria da visão particular do fotógrafo e da capacidade deste de capturar a imagem do retratado em um momento em que o imortalizaria para a posteridade.

Durante o século XX, outro fotógrafo que assumiu a perspectiva de flâneur foi o alemão August Sander, em especial em seu trabalho de fotografia documental intitulado por *Homens do século XX*, onde buscou retratar os grupos de indivíduos que comporiam o “rosto da época”, o que demonstrou a inquietação dos nazistas em 1934, pois o trabalho não correspondia ao arquétipo nazista que o regime pregava(BARTHES,1980, p.60).

Nessa obra, *Homens do século XX*, August Sander buscou organizar sete grupos temáticos sequenciais, sendo eles: *O camponês, O artesão, A mulher, As categorias sócio profissionais, Os artistas. A grande cidade e Os últimos dos homens*, organizados em quarenta e nove pastas compondo uma série de fotografias de seiscentos e dezenove retratos, que buscavam representar a identidade do povo alemão desde a unificação do país entre 1871 até 1930. Como descreve o próprio fotógrafo Sander ao definir os tipos de sociedade:

Como o indivíduo isolado não faz a história de seu tempo, mas caracteriza a expressão de uma época e exprime seus sentimentos, é possível apreciar a fisionomia de toda geração e lhe dar uma expressão fotográfica. Este quadro da época será ainda mais compreensível se nós justapusermos em série clichês de tipos representando os grupos mais diversos da sociedade humana. (SANDER, 2002, p.103).

Assim, o operário de extração de minério, que se tornou fotógrafo internacionalmente reconhecido, buscou apresentar no trabalho *Homens do século XX* a relação entre indivíduo e sociedade, em que a personalidade e os valores que formam o sujeito são reflexos dos grupos em que ele está inserido, assim, em um retrato de um sujeito pode-se representar um tipo social e o conjunto de fotografias revelaria a “a expressão de uma época” ao observador, portanto, a partir da representação do indivíduo que se compreenderia a sociedade.

No texto *O terno e a fotografia*, o crítico de arte John Berger buscou analisar as fotografias de August Sander em especial a intitulada *O camponês*. O crítico descreve que o fotógrafo, ao desenvolver o projeto de revelar a expressão da sociedade alemã com especial enfoque em dar visibilidade aos grupos sociais vistos a margem, como os fazendeiros, não os revela verdadeiramente, porque ao compor essa imagem escolhe como as pessoas retratadas deveriam se expressar e as roupas que deveriam vestir.

O ano é 1914. Os três jovens pertencem, no máximo, à segunda geração que usava ternos assim na zona rural europeia. Vinte ou trinta anos antes, essas roupas não existiam a um preço que camponeses pudessem pagar. Entre os jovens de hoje, ternos escuros formais tornaram-se raros nos vilarejos, ao menos na Europa Ocidental. Mas na maior parte do século X a maioria dos camponeses — e a maioria dos operários — usavam ternos escuros de três peças em ocasiões cerimoniais, nos domingos e nos feriados. Quando vou a um enterro no vilarejo em que vivo, os homens de minha idade e mais velhos ainda os usam. Claro que houve mudanças na moda: a largura das calças e das lapelas e o comprimento dos paletós têm mudado. Mas o caráter físico do terno e sua mensagem não mudam. (BERGER, 2003, p.40).

Assim, mesmo que buscando construir as imagens fotográficas que compõe a sua grande obra *Homens do século XX*, August Sander escolheu trajes que, ao invés de revelar como esse grupo de indivíduos, *Jovens fazendeiros* (título da fotografia de 1914), trabalhava na lida do campo e da vida rural. Logo, seleciona as roupas utilizadas nas épocas de festas, isso é, utilizadas em ocasiões solenes que exigiam a elegância de seus membros que frequentam as festividades, sendo esse estranhamento presente mesmo na fotografia da Banda de Música, feita em 1913.

Seus ternos os estão deformando. Ao usá-los, eles parecem como se estivessem fisicamente desfigurados. Um estilo ultrapassado nas roupas frequentemente parece absurdo até ser reincorporado pela moda. De fato, a lógica econômica da moda depende de fazer o ultrapassado parecer absurdo. Mas aqui não estamos lidando primariamente com esse tipo de absurdo; aqui as roupas parecem menos absurdas, menos “anormais”, do que os corpos dos homens que as vestem. Os músicos dão a impressão de estarem descoordenados, pernas arqueadas, traseiro baixo, torcidos ou escalenos. O violinista mais à direita é apresentado de modo a quase parecer um anão. Nenhuma de suas anormalidades é radical. Elas não nos suscitam piedade. São apenas suficientes para minar a dignidade física. Estamos olhando para corpos que parecem toscos, desajeitados, como que em estado bruto. (BERGER, 2003, p.40).

Nesse projeto, o fotógrafo August Sander buscou representar os tipos sociais que compõem a identidade do povo alemão e a partir desses retratos apresentar os tipos que vivem à margem, isto é, revelar as categorias do povo e de grupos considerados infames, mesmo que para realizar essa apresentação o retratista os desforme para adequá-los ao gosto do público. Sendo assim, a fotografia é esse símbolo moderno que tem outros aspectos diferentes da pintura e apresenta um horizonte de possibilidades mais amplas:

Nada me pareceu mais apropriado que dar, pela fotografia e com a fidelidade absoluta à natureza, um quadro de nosso tempo. Os dias passados de todas as épocas nos deixaram escritos e livros ilustrados, mas a fotografia nos deu possibilidades e deveres outros que a pintura. Ela pode trazer às coisas a beleza mais grandiosa, mas pode trazer a verdade mais cruel; ela pode igualmente enganar de maneira extraordinária. Ver a verdade, tal como deveria ser nosso engajamento, mas nós devemos antes de tudo transmiti-la a nossos contemporâneos e à posteridade, quer ela nos seja favorável ou não. (SANDER, 2002, p.21).

Podemos compreender que para Sander a fotografia não tinha apenas o objetivo de emular a realidade, como havia ocorrido com as pinturas e mesmo com os livros e a literatura. Mas teria como principal objetivo trazer a dignidade, isso é, a beleza mais grandiosa dos retratados ou a verdade mais cruel daqueles que vivem à margem para que se possa revelar à posteridade a existência desses indivíduos através dos retratos de sua época.

O historiador americano Fritz Ringer descreve que durante a república de Weimar o proletariado acadêmico era constituído por aqueles grupos que haviam sido prejudicados pela industrialização (RINGER, 2000, p.71), como os camponeses e os artesões, que são os principais personagens presentes nos portfólios de fotografias de August Sander, como a *Família Operaria* 1912, a *Mãe Operária* de 1927, *Os Estivadores* de 1929, que eram trabalhadores vistos como marginalizados economicamente.

Além desse grupo, *Homens do século XX*, que se encerra com os infames da sociedade, intitulados como *Os últimos dos homens*, formado por *débeis mentais, doentes, loucos e mortos*, o que segundo o fotógrafo representa o homem fraco de espírito presente na sociedade e que alcançou o seu apogeu cultural. Deles fazem partes os retratos do *Minerador e o soldado cegos* de 1930, *Vítimas de uma explosão* de 1930, *Anões* de 1914 e *O débil mental* de 1924.

O que o aproxima de Roland Barthes para quem as fotografias de Sanders procuravam criticar e inquietar os planos governantes nazistas em 1934, pois ao “desvelar que os “rostos da época” demonstrou que esses não correspondiam ao arquétipo nazista. Correspondiam ao arquétipo nazista da raça”. (BARTHES, 1980, p.60).

Assim como os fotógrafos, Felix Nadar e August Sander, que buscaram a partir de seus fazeres artísticos compor retratos que aspiravam despertar a inquietação no público e revelar os grupos marginalizados. Essa percepção do dever artístico, como aquele que pode gerar luz aos marginalizados, é

partilhada pelo escritor francês Marcel Schwob, que buscou desenvolver uma literatura em que os infames pudessem ser representados.

E Marcel Schwob é um estudioso perseverante. [...] Ele se torna o contemporâneo desses heróis que um após o outro seduz sua curiosidade. [...] Mas Marcel Schwob se distingue pela diversidade, pela multiplicidade de seus gostos eruditos [...] suas encenações de um artista que realmente ressuscita civilizações e almas, ele sempre aborda a perfeição tanto quanto lhe é permitido. (ERNEST-CHARLES, 1903, p.90).

A partir dessa arqueologia advinda da pesquisa em arquivo é que Marcel Schwob vai desenvolver o método da biografia imaginária, na obra *Vidas Imaginárias*, através do exercício de separação da História com a escrita da biografia, isso é, na intenção de transformar o gênero biográfico em expressão literária e, por sua vez, em obra de arte.

Marcel Schwob, ao compor a narrativa das vinte e duas vidas reunidas no livro *Vidas Imaginárias*, propõem que a História seja um exercício literário, onde os nomes e as épocas são verdadeiros presentes em documentos e as narrativas biográficas são ficcionais, pois, para Schwob, a biografia diferente da História não teria como objetivo descrever a verdade ou imortalizar os grandes homens e heróis, mais sim coletar o particular de cada indivíduo, portanto é um exercício ficcional de singularização da experiência.

A ciência da história nos mergulha na incerteza sobre os indivíduos. Ela não os mostra para nós, exceto nos momentos que se uniram às ações gerais. Ela nos diz que Napoleão estava doente no dia de Waterloo, que a atividade intelectual excessiva de Newton deve ser atribuída à absoluta continuidade de seu temperamento, que Alexandre estava bêbado quando matou Klitos e que a fistula de Luís XIV poderia ser a causa de algumas de suas resoluções. Todos esses fatos individuais não têm valor, exceto porque eles modificaram os eventos ou porque poderiam ter mudado sua latitude. São causas reais ou possíveis. Você tem que deixá-los para os cientistas. A arte é o oposto de ideias gerais, descreve apenas o indivíduo, quer apenas a única coisa. Não classifica, desclassifica. (SCHOWB, 1980, p.8).

Assim, o exercício proposto por Marcel Schwob sobre a biografia é um espelho no qual está representada a narrativa da vida do biografado a partir da sua singularidade e não de descrição dos eventos gloriosos. A escrita biográfica de Schwob possibilita que qualquer indivíduo é digno de ser biografado e de figurar como herói da História. Portanto, do mesmo modo que a beleza de uma pintura não reside no caráter do autor que a reproduz, mas sim na capacidade do pintor em retratar o personagem, é que Marcel Schwob compreende que a harmonia de uma biografia não dependeria do seu protagonista, e sim da forma como este é representado pelo escritor. Consequentemente em *Vidas Imaginárias*, cria um microcosmos em que personagens ilustres da História aparecem ao lado de outros anônimos, criando uma cronologia que vai da antiguidade até os dias atuais. Como Paul Léautaud descreve sobre o livro: “[...] são especialmente os jogos suntuosos de um artista, um estudioso, um curioso todos os campos do pensamento e da arte, e que possuíam

em um grau incomparável o dom de escolher e juntar, com um recurso de invenção nunca exausto e sempre diferente” (LÉAUTAUD, 1905, p.169).

Os eventos de seu tempo o interessaram profundamente e ele os refletiu, comentou e abordou sob sua faceta de jornalista. Os editoriais que ele escreveu para o *Le Phare de la Loire*, o diário de sua família e outras publicações são uma boa prova. Marcel Schowb busca reunir os ecos de movimentos e grupos sociais que não eram considerados objetos dignos da Literatura, causando assim uma dissociação entre objeto literário e a forma narrativa, como o gênero da biografia.

Sua veia fantástica se mescla com uma preferência pelos marginalizados da história em uma escritura límpida, elegante e precisa carregada de um fino humor e de uma essencial compaixão. Pouco antes de 1891, conheceu a jovem Louise, uma trabalhadora de espírito infantil, que vivia de maneira mais humilde e que, em ocasiões, havia praticado a prostituição. (MILLÁN, 1980, p.4).

Acreditamos que as obras de Marcel Schowb, isso é, *O Livro de Monelle* de 1894 bem como *Vidas Imaginárias* de 1895, podem ser compreendidos como síntese da relação feita na modernidade entre a burguesia, que estava em ascendência, e em como buscavam representar os grupos periféricos com quem se relacionavam as prostitutas como Monelle ou o condenado por roubo na Marinha, o Major Stede Bonnet, e o assassino francês William Burke. Podemos compreender que Marcel Schowb incorpora nos seus escritos a figura moderna do *flâneur*, compreendido como observador da modernidade, especialmente como buscou nas suas obras *O Livro de Monelle* e *Vidas Imaginárias* representar personagens marginalizados ou infames como os ladrões e as prostitutas, bem como esses grupos são intimamente relacionados com a modernização das cidades, especificamente para Schowb, a cidade de Paris.

Charles Baudelaire representa essa condição na literatura francesa moderna no texto *Le peintre de la vie moderne*. Segundo Berta Kleingut de Abner, a partir tradição do romance, o escritor francês buscou demonstrar que, nas expressões de arte, pintura, escultura e escrita, tem como característica uma contradição essencial, pois sua produção conjuga o divino e o diabólico, o real e o ideal e o inferior ao superior.

Dessa dicotomia em que a produção artística é descrita por Baudelaire, a cidade de Paris é evocada como composta por contradições entre o espaço sublime e de elevação da arte e da cultura, mas também como um espaço de pobreza e violência. Charles Baudelaire descreve a cidade e percebe como inquietante (*unheimlich*) necessária de uma tradução feita pela figura do *flâneur*. Como descreve Walter Benjamin: “trata-se do olhar do *flâneur*, cujo modo de vida dissimula ainda com um halo conciliador o futuro modo sombrio dos habitantes da grande cidade” (BENJAMIN, 2006, p. 47). Sendo assim, o *flâneur* é o modo de ligação da burguesia e dos grupos periféricos da cidade ou infames, como afirma Baudelaire:

Agora, à hora em que os outros estão dormindo, ele está curvado sobre sua mesa, lança sobre sua folha de papel o mesmo olhar que há pouco dirigia às coisas, lutando com seu lápis, sua pena, seu pincel, lançando água do copo até o teto, limpando a pena na camisa, apressado, violento, ativo, como se temesse que as imagens lhe escapassem, belicoso, mas sozinho e debatendo-se consigo mesmo. E as coisas renascem no papel, naturais e, mais do que naturais, belas; mais do que belas, singulares e dotadas de uma vida entusiasta como a alma do autor. A fantasmagoria foi extraída da natureza. Todos os materiais atravancados na memória classificam-se, ordenam-se, harmonizam-se e sofrem essa idealização forçada que é o resultado de uma percepção infantil, isto é, de uma percepção aguda, mágica à força de ser ingênua! (BAUDELAIRE, 1988, p.173).

Assim como Marcel Schowb é compreendido por Jorge Luís Borges como um flâneur que criou e desenvolveu o método na qual os infames poderiam ser descritos com a dignidade biográfica (na obra *Vidas Imaginárias*), também acontece com a figura do escritor argentino Evaristo Carriego, que permite compreender o subúrbio de Buenos Aires (BORGES, 1998, p.103).

Jorge Luís Borges dedicou escrever um prólogo do livro de Evaristo Carriego, escrito em 1908, intitulado de *Missas Hereges*, onde buscou descrever o “arrabal portenho” isso é, os bairros populares, onde habitam os valentões, as mulheres “que deram mau passo”, os desafios de guitarra e faca, as milongas e o tango ganham cores e nitidez.

Homem de ilustre e velha cepa entrerriana, era nostálgico do destino valoroso de seus antepassados e procurava uma espécie de compensação nas românticas ficções de Dumas, na lenda napoleônica e no culto idolátrico aos gaúchos. Assim, um pouco *pour épater le bourgeois*, um pouco por influência dos Podestá ou de Eduardo Gutiérrez, dedicou um poema à memória de San Juan Moreira (Martin Fierro ainda não fora canonizado por Lugones). As circunstâncias de sua vida podem ser cifradas em poucas palavras. Exerceu o jornalismo, frequentou os cenáculos literários e embriagou-se, como toda a sua geração, de Almafuerte, de Darío e de Jaimes Freyre. Quando menino, ouvi-o recitar de memória as cento e tantas estrofes de “El missionero”, e através do tempo continuo escutando a paixão de sua voz. (BORGES, 1998, p. 46).

No prólogo escrito por Jorge Luís Borges, a figura do poeta e escritor Evaristo Carriego é descrita através de uma síntese de dois movimentos distintos. Sendo o primeiro uma inspiração da lenda napoleônica e das ficções de Alexandre Dumas, o que permite ser lido como alguém inspirado nos grandes homens como Napoleão e nos personagens de Dumas, servindo da erudição para impressionar os burgueses. E, em um segundo movimento, uma abertura para o cotidiano, dessa forma, foi através da sua participação na vida literária de maneira boêmia, que jovens escritores da primeira década do século XX tentaram reforçar a dimensão mítica de sua figura: ele seria registrado como um dos protagonistas dos muitos livros de memórias, retratos e anedotas literárias que proliferou apenas de sua geração, como descreve Bernardo González Arrili:

“Carrieguito boêmio, Carrieguito bêbado, Carrieguito durante a noite no famoso café de Los Inmortales, no Palermo da fantasia e, finalmente, na tuberculose inventada”. (GONZÁLEZ ARRILI, 1974, p. 329).

O poeta Evaristo Carriego fez parte das três primeiras gerações literárias que se autodenominavam de ‘Novas gerações’, e desse grupo também faziam parte Martín García Mérou, Enrique García Velloso, Ricardo Rojas e Manuel Gálvez, precursores da literatura argentina moderna. A partir da figura do escritor moderno que se caracterizava por uma boêmia que tinha como modelo o espelhamento parisiense, como descreveu Henri Murger no livro *Cenas da vida boêmia*, em que todos os personagens são artistas e intelectuais pobres que se encontram em um cabaré parisiense, e ao se conhecerem buscam partilhar comida, bebida e tabaco.

Aos vinte anos, Evaristo Carriego foi convidado a participar do grupo de intelectuais portenhos que integravam o jornal *La Protesta*, sendo introduzido por Juan Más y Pi, intelectual e fotógrafo. Esse jornal busca descrever a função de jornalista não apenas como posicionamento político mais sim como um espaço de observação da realidade e releitura feita através da arte, assim como é a atividade do flâneur: “não era então um jornal anarquista, terrível e pavoroso, mas um simples diário de ideias, onde era feita mais literatura do que acácia e onde o encanto de uma bela frase valia mais do que todas as afirmações de Kropotkin ou Jena Grave”. (GABRIEL, 1921, p.6).

O grupo formado por jornalistas buscava emular a identidade boemia, inspirado pelo modelo dos intelectuais parisienses. Com reunião nos cafés como o *Aue’s Keller* e o *La Brasileña*, esse grupo em torno do *La protesta* era conhecido como “Los melenudos” por causa dos cabelos compridos e das vestimentas pretas que mantinham para representar que estavam em rigoroso luto, como Vicente Martínez Cutiño, que, ao descrever esse grupo de intelectuais, aponta para o destaque que a figura do jovem Evaristo lhe causara com seus olhos negros penetrantes que brilharam quando falava sobre algum assunto de seu interesse, e com um aspecto febril que certamente denotava a tuberculose que o afligia.

Como todos se lembravam, Carriego sempre usava preto. Mas o luto não pressagiava sua morte prematura: era simplesmente um sinal de boemia, o sinal boêmio de luto pelo mundo. Ele sempre usava preto porque Alberto Ghirardo ou o cartunista Arnó usavam preto, ou porque Paul Fort, em Paris, usava preto.(CUITIÑO,1949, p.101).

Assim, além de sua boêmia simbolizada por sua participação no grupo do jornal *La Protesta*, também se compõe, como aponta Jorge Luís Borges no seu prólogo sobre o escritor Evaristo Carriego, a influência de uma boêmia literária como de Rubén Darío, que causou uma revolução nas literaturas argentinas, estendida por várias gerações. Todos queriam escrever como Rubén, do poeta acadêmico ao humilde destino do bairro, e a partir dessa influência perceber as letras populares que foram enriquecidas com imagens anteriormente impensáveis.

Além dessa formação da literatura popular argentina, Carriego recebeu a influência da literatura francesa, principalmente na sua abordagem temática das obras sobre o reinado de Carlos Magno, bem como da figura de Napoleão. Em ambas as personagens podemos perceber motivos de cavalheirismo e bélicos. Essa escolha de repertório o aproxima de Jorge Luís Borges, pois em ambos autores essa escolha é marcada por um exercício de compensação, uma vez que não conseguiram seguir a carreira militar. Segundo Lysandro Z. D. Galtier, um dia na redação do jornal *La Protesta*, Charles de Soussens disse paternalmente a Carriego:

Carriego, você segue uma rota perigosa. Seus versos são excelentes, seus madrigais deliciosos, suas odes imponentes. No entanto, eles vivem de uma vida fictícia. Eles vão tentar ser um plágio pelos plagiadores de Ruben. Ele, pelo menos, conhece o verdadeiro ambiente aristocrático da França e da Espanha. Ele beijou a mão de suas princesas e marquesas. Sua alma não foi forjada em um país cosmopolita de agricultores e comerciantes. Procure inspirações mais originais. (GALTIER, 1973, p.141)

Seguindo o conselho de Charles de Soussens, onde o trabalho de Carriego deveria ser marcado por uma valorização da cor local e não apenas por uma emulação da França. Soussens, para lhe convencer a seguir esse caminho, utiliza de poetas franceses como Jean Rictus, que escreveu os poemas *Les soliloques du Pauvre y lãs Cantilenes de Malheur*, e os declamava nos cabarés, assim também como o poeta e dramaturgo Jean Richepin, que também fez o mesmo exercício de Rictus, no livro *La chanson des gueux*, a mudança proposta feita para Carriego era de se tornar um flâneur que descreve os infames da argentina: “Por que vocês, que estão sempre vagando pela solidão de bairros remotos, não poetizam, como esses professores, os dramas internos das pessoas pobres que lutam e sofrem, dominadas por doenças e misérias?” (GALTIER, 1973, p.141).

Para compor a escrita literária de Evaristo Carriego, a poesia e a narrativa deveriam ter a voz local, soar como a música de sua região, como descreve Roberto Giusti sobre poemas de Carriego, que buscavam a união das palavras com ritmos musicais, tais como o madrigal e o tango, ao poeta retratar a violência e o delito dos subúrbios de Buenos Aires no livro *Missas Hereges*, encontra na música a sua expressão:

Parece-me que a alma musical do subúrbio entrou em Missas hereges. O verso que Carriego usa com predileção, o decassílabo acentuado no sexto, que se dizia quebrar em uma corpeada, parece conservar o ritmo do fole do tango que os órgãos arbóreos fundamentam nos ouvidos do poeta. (GIUSTI, 1911, p.105).

Podemos perceber que em *História Universal da Infâmia*, através da lente do delito, a atualização é a releitura da tradição argentina do embate entre civilização e barbárie. Como personificado na figura do escritor Evaristo Carriego, essa releitura busca rememorar como os escritores argentinos descreveram

através do personagem do gaúcho como figura da violência e do pampa como espaço de adverso, que é analisado pelo intelectual moderno.

Minha primeira experiência verdadeira com o pampa aconteceu por volta de 1909, durante uma viagem à instância de uns parentes que viviam perto de San Nicolas, a noroeste de Buenos Aires. Lembro que a casa mais próxima era uma espécie de mancha no horizonte. Descobri que essa distância desmesurada chamava-se “o pampa”; e, quando me inteirei de que os peões eram gaúchos, como os personagens de Eduardo Gutiérrez, eles passaram a ter certo encanto para mim. Sempre cheguei às coisas depois de encontrá-las nos livros. (BORGES, 2000, p.31).

No seu único livro estritamente biográfico, intitulado de *O ensaio autobiográfico*, Jorge Luis Borges utiliza da alegoria da biblioteca para descrever a experiência da região do pampa e o seu contato com a realidade mediante a evocação de autores como Eduardo Gutiérrez, e como chegar primeiramente a realidade através dos livros. Sendo essa a representação da função dos escritores de Literatura que se aproximam dos fotógrafos como Felix Nadar e August Sander no século XX, a de serem os mediadores entre os grupos que vivem à margem e a burguesia que ignora esses grupos de indivíduos, portanto a Literatura e a Fotografia buscam registrar as “máscaras que compõem a sua época”, singularizando a experiência na produção cultural.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte em sua reprodutibilidade técnica* 1 edição Porto Alegre: Zouk, 2012
- BERG, Christian; VADÉ, Yves. *Marcel Schwob d’hier et d’aujourd’hui*. Paris: ChampVallon, 2002.
- BERMAN, Antoine. *La traduction et la lettre ou l’auberge Du lointain*. Paris: Seuil, 1999.
- BLANCHOT, Maurice. L’Infini et l’infini. In: BLANCHOT, Maurice. *Henri Michaux et le refus de l’enfermement*. Paris: Faragot, 1999
- BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental*, Editoria Objetiva, 2001
- BORGES, Jorge Luís, *Ensaio Autobiografico (1899-1970) Jorge Luis Borges*, Editoria Companhia das Letras, 1971.
- BORGES, Jorge Luís, *Ficções*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- BORGES, Jorge Luis. “Las versiones homéricas”. In: _____. *Obras Completas 1923-1972*. Buenos Aires: Emecé, 1974.
- BORGES, Jorge Luis. Borges en Revista Multicolor (I-II). Obras, reseñas y traducciones inéditas de Jorge Luis Borges. Diario Crítica: Revista Multicolor de los Sábados, 1933-1934. Investigación y recopilación: Irma Zangara. Madrid: Club Internacional del libro, 1997.

- BORGES, Jorge Luis. História Universal da Infâmia. 1935. In: *Obras completas de Jorge Luis Borges*, volume 1, Ed: Globo, São Paulo, 2000
- BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. 4 vols. Barcelona: Emecé, 1989-1996.
- BORGES, Jorge Luis; GIOVANNI, Norman Thomas di. *Um ensaio autobiográfico*. Tradução de Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Globo, 2000
- BROWN, Fitton. "The unreality of Ovid's Tomitan exile". *Livelpool Classical Monthly* 10, 1985.
- ECHEVARRÍA, Roberto González. *Mito y Archivo: Uma teoria de la narrativa latino-americana*, ed: Fondo de Cultura Economica, 2008.
- ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. 2 Ed. Record, Rio de Janeiro, 2010.
- FLAUBERT, Gustave. *La tentación de San Antonio*. Prólogo de Michel Foucault. Madrid: Siruela, 1989.
- FRANCO CARVAHAL, Tania. *Literatura Comparada*. Buenos Aires: Corregidor, 1996.
- GOUDEMARE, Sylvain. Marcel Schwob ou lesvies imaginaires. Paris: Le Cherche Midi Éditeur, 2000.
- GUERRERO, Maria José Hernández. Marcel Schwob centansaprès. In: Thélème, Revista Complutense de Estudios Franceses, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, v. 19, p. 45-55, 2004.
- HUALDE Pascual, Pilar. "Vidas imaginarias de autores griegos en la literatura moderna: tradición de un microgénero (Schwob, Borges, Tabucchi)". *Huelva: Universidad*, 2000, 217-225.
- ERNEST-CHARLES, Jean. De Marcel Schwob à Loyson Bridet. In: *Revue Bleue*, nº 20, Paris, 1903.
- GABRIEL, José. Evaristo Carriego: una vida simple. Buenos Aires, BP, 2006. Colección Informes del Sur Nº 85. (1ª edición: Evaristo Carriego (Su vida y su obra). Buenos Aires. Editorial Agencia Sud Americana de Libros, 1921).
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009,
- GALTIER, Lysandro Z. D. *Charles de Soussens y la bohemia porteña*, Buenos Aires, ECA, 1973.
- MESCHONNIC, Henri. *Pour la poétique II*. Paris: Gallimard, 1973.
- MOLLOY, Sylvia. *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América hispânica*. Tradução de Antônio Carlos Santos. Chapecó: Argos, 2003
- REGNIER, Thomas. Qui a peur de Marcel Schwob. In: *Europe Revue Littéraire romanesque sans roman*. In: Christian BERG; Yves. VADÉ. Marcel Schwob.
- NADAR, Felix. *Quand j'étais photographe*, Paris: Editions d'Aujourd'hui, 1979.
- NADAR, Felix. Revendication de la propriété exclusive di pseudonyme Nadar. In: MICHEL Frizot, FRANÇOISE, Ducros. (org.). *Du bonusage de la photographie*. Paris, Centre National de la Photographie, 1987

SARLO, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. Buenos Aires, 1995. *Borges Studies Online*. J. L. Borges Center for Studies & Documentation.

SARLO, Beatriz. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SCHWOB, Marcel. *A cruzada das crianças*. Tradução de Celina Portocarrero. In: Flavio Moreira da Costa. *Os melhores contos que a História escreveu*. São Paulo: Nova Fronteira, 2007,

SCHWOB, Marcel. *Oeuvres*. Paris: Les Belles Lettres, 2002. _____. *Oeuvres*. Paris: Phébus, 2002.

SCHWOB, Marcel. *Vidas imaginárias*. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Editora 34, 1997.

TABUCCHI, Antonio. *Sueño de sueños y Los tres últimos días de Fernando Pessoa*. Traducción de Carlos Gumpert Melgosa y Xavier González Rovira. Barcelona: Anagrama, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução a Literatura Fantástica*. Tradução de Silvia Delpy. São Paulo, Ed: Premia, 1981

VELÁZQUEZ, Isabel. “Magia y conjuros en el mundo romano: las defixiones”. *Codex Aquilarensis* 17, Aguilar de Campoo, 2000.

WIND, Edgar. *Pagan mysteries in the Renaissance*. Ed: Fodo de Cultura Económica, México, 1999

Recebido em 06/06/20 aceito para publicação em 22/01/21.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

188

**Revista Vernáculo n.º 47,
1.º sem. 2021
Publicado em março de 2021
ISSN 2317-4021
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>**



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021

189